

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

THIAGO ANDRADE DOS SANTOS

**A URBANIZAÇÃO FETICHISTA:
CRISE IMANENTE, PLANEJAMENTO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA DO E NO
ESPAÇO**

Belo Horizonte

2020

THIAGO ANDRADE DOS SANTOS

**A URBANIZAÇÃO FETICHISTA:
CRISE IMANENTE, PLANEJAMENTO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA DO E NO
ESPAÇO**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

Belo Horizonte

2020

S237u Santos, Thiago Andrade dos.
2020 A urbanização fetichista [manuscrito]: crise imanente, planejamento e reprodução capitalista do e no espaço / Thiago Andrade dos Santos. – 2020.
xvii, 324 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Sérgio Manuel Merêncio Martins.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2020.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Bibliografia: f. 295-324.

1. Planejamento urbano – Teses. 2. Urbanização – Teses. 3. Fetichismo – Teses. 4. Estado – Teses. I. Martins, Sérgio Manuel Merêncio. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 711.4

Ficha catalográfica elaborada por Graclane Aparecida de Paula – CRB6 3404



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO / PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A URBANIZAÇÃO FETICHISTA: CRISE IMANENTE, PLANEJAMENTO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA DO E NO ESPAÇO"

THIAGO ANDRADE DOS SANTOS

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia 20 de novembro de 2020, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais composta pelos seguintes professores:

A small, dark rectangular box containing a handwritten signature in blue ink.

Thiago Macedo Alves Brito

A handwritten signature in blue ink.

Flávia Elaine da Silva Martins

UFF

A handwritten signature in blue ink.

Geraldo Magela Costa

IGC/UFMG

A handwritten signature in blue ink.

Felipe Nunes Coelho Magalhães

IGC/UFMG

A small, dark rectangular box containing a handwritten signature in blue ink.

Sérgio Manuel Merêncio Martins - Orientador

IGC/UFMG

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Felipe Nunes Coelho Magalhaes, Membro, em 20/11/2020, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Thiago Macedo Alves de Brito, Usuário Externo, em 20/11/2020, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Flávia Elaine da Silva Mar ~~is~~, Usuário Externo, em 20/11/2020, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Geraldo Magela Costa, Professor Magistério Superior - Voluntário, em 20/11/2020, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Sergio Manuel Merencio Mar ~~nti~~, Professor do Magistério Superior, em 20/11/2020, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://pti//sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0350759 e o código CRC 0D934874.

EPIGRAFE

O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência externa se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência.

(KAREL KOSÍK)

Os bens outrora raros tornam-se abundantes: o pão e os alimentos em geral (ainda raros numa grande parte mal desenvolvida do planeta, mas superabundantes na parte desenvolvida). Ao contrário, os bens outrora abundantes tornam-se raros: o espaço, o tempo, o desejo. E depois a água, a terra, a luz.

(HENRI LEFEBVRE)

É por isso que os homens nascidos sob jugo, alimentados e criados na servidão, cegos para outros horizontes contentam-se em viver como nasceram, nunca imaginando dispor de outro direito senão aqueles que conhecem, tomando como natural sua circunstância nativa.

(ÉTIENE DE LA BOÉTIE)

A economia não é apenas aquilo de que devemos sair para deixarmos de ser mortos de fome. É aquilo de que é preciso sair para viver, simplesmente, para estar presente no mundo.

(COMITÉ INVISÍVEL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por estar sempre ao meu lado nessa caminhada longa e tortuosa. Em especial, minha mãe, mulher forte, que é a base de todo o meu sucesso. Mesmo diante das dificuldades da vida, não perde o sorriso em seu rosto. Sem ela, essa tarefa seria muito mais difícil. Ao meu pai, que, mesmo distante, em outro país, foi um dos alicerces desse longo caminho até a defesa dessa tese. À minha Irmã, que sempre me propicia conversas amenas e descontraídas, fundamentais para aliviar as tensões do dia a dia. Aos tios, primos e agregados da família, pela união e proximidade. Mesmo com as divergências que são normais ao convívio familiar.

À minha avó, em memória, e ao meu avô por estarem sempre ao meu lado dando o suporte necessário para que pudesse desenvolver, não somente essa pesquisa, mas minha vida como um todo.

A Sara pelo carinho e amor verdadeiros que tem me dado por todos esses anos. Por compreender o que faço e pelos momentos em que precisei me ausentar para dar conta de escrever essa tese. Obrigado por estar sempre ao meu lado nos momentos de dificuldades. Amo-te profundamente. Agradeço também a toda a sua família, sem exceções, pela forma como me receberam em seu convívio e pelos momentos aprazíveis que me proporcionam quando estamos reunidos.

Ao professor doutor Sérgio Manuel Merêncio Martins por ter aceitado prontamente me orientar nessa tese, mesmo sem ter trabalhado previamente comigo. Sua erudição, seu rigor analítico e sua dedicação ao conhecimento verdadeiro são inspirações para mim. Sua disposição em compartilhar seu enorme saber com seus orientandos e demais colegas faz toda a diferença para todos a sua volta. Orgulho-me de ter sido seu orientando nessa jornada.

Ao professor doutor Geraldo Magela Costa por ter aceitado prontamente participar da composição da banca do exame de qualificação e da defesa desta tese. Agradeço por me receber bem quando bati em sua sala em busca de orientação para minha monografia, em 2010. Mesmo não tendo experiência alguma com trabalhos acadêmicos, aceitou me orientar e me ajudou bastante a alcançar meus objetivos. Agradeço, também, pela continuidade da orientação durante a minha dissertação, sempre solícito a compartilhar seu enorme conhecimento e sua

experiência com seus orientandos e alunos. Você também é uma inspiração para mim.

Ao professor doutor Thiago Macedo Alves Brito por ter aceitado prontamente participar da composição da banca do exame de qualificação e da defesa desta tese. Também pelos momentos em que compartilhamos um grupo de estudos, cujas discussões contribuíram indiretamente para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao professor doutor Felipe Nunes Coelho Magalhães por ter aceitado prontamente participar da composição da banca da defesa desta tese e pelos momentos diversos que compartilhamos, enquanto colegas no programa de pós-graduação em Geografia do IGC/UFMG.

A professora doutora Flávia Elaine da Silva Martins por ter aceitado prontamente participar da composição da banca da defesa desta tese.

Agradeço aos professores doutores Doralice Barros Pereira e Márcio Pinon de Oliveira por terem aceitado, prontamente, participar da composição da banca da defesa desta tese como suplentes.

À professora doutora Heloísa Soares de Moura Costa por ter me acolhido em suas pesquisas como bolsista, em 2011, e por sempre ter confiado em meu potencial e por ter acompanhado meu desenvolvimento desde o princípio. Seus textos, a forma como organiza suas ideias e sua didática são referências para mim.

Agradeço a todos os meus estimados amigos de graduação em Geografia pelos bons anos de convivência e aprendizado mútuo. Em especial, agradeço ao Raphael Diniz, ao Eric Rezende, à Ludmila Miranda, ao Márcio Ferreira, ao Thales Martinez e ao Chrystiann Lavarini pela maior proximidade.

Aos colegas de pós-graduação, do mestrado e do doutorado, Adriana Santos, Cláudia Orduz, Daniela Adil, Marcos Gustavo, Melissa Araújo, Rafael Alves, Thiago Canettieri, Wesley Cantelmo.

À CAPES por ter financiado minhas pesquisas de mestrado e de doutorado. O suporte financeiro que recebi dessa instituição foi um dos alicerces da construção de minha carreira acadêmica calcada na qualidade.

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é um momento da minha trajetória, de minhas inquietações na trilha tortuosa em busca da compreensão, com certa profundidade, do modo como a sociabilidade contemporânea se produz e se reproduz. Em outras palavras, este autor que vos escreve sempre nutriu um grande interesse pelo desvelamento das facetas mais abstratas da realidade concreta, que são experimentadas por todos em nosso cotidiano, mormente, sem que se pare para uma reflexão mais aprofundada acerca delas. Essa tese condensa tudo o que já fiz e penso acerca da urbanização e do próprio movimento da sociedade e avança por caminhos diferentes, no sentido de pensar todo o processo em vista da crise imanente ao capital e suas leis.

Certos momentos de estranhamento e de inquietação frente a essa realidade concreta que se apresenta costumam acontecer com todas as pessoas quando se deparam com algum tipo de contradição que faz despertar a curiosidade. Nesses momentos, há, por um lado, a vontade de se conhecer com mais profundidade essas contradições que “perturbam” a continuidade da vida repetitiva que se leva para que se possa alcançar algum tipo de emancipação em relação ao *status quo*. Mas, por outro, há também a busca desesperada, por parte de muitos, da retomada da repetição que está expressa no seu cotidiano. As contradições podem representar o sinal de mudança para uns e uma perturbação indesejada para outros. Para ambas as visões de mundo, vãs filosofias já estão de prontidão para agitar ainda mais as mentes dos que tentam se desalienar e para acalmar aqueles que buscam voltar a se alienar. Tais discursos já estão prontos para dar àqueles que as buscam uma explicação pretensamente crítica ou reconfortante. Mas ambas acabam se mostrando reprodutoras do fetiche. Esta tese que apresento, mesmo com seus limites, não se prestará a esse fim, de reproduzir o fetiche. Minha reflexão se propaga nos poros entre o empírico e o teórico e entre a práxis utilitária e a práxis crítica (KOSÍK, 1976 [1926]).

Aproveito essa apresentação para trazer traços mais pessoais. Desde muito novo percebia superficialmente certas contradições em nossa forma de sociabilidade, assim como seus prazeres. De certo modo, creio que todos nós somos assim em alguma medida. Nascido em Belo Horizonte, vivi a quase totalidade de minha vida em suas periferias e costumava observar a cidade com um olhar de

estranhamento pelo fato de suas partes adquirirem dinâmicas distintas umas em relação às outras. Pelas janelas dos transportes coletivos, notava que havia locais em que prédios suntuosos apareciam, “em um piscar de olhos”, em bairros “planejados”, com suas ruas asfaltadas e todo o seu sistema de saneamento básico implantado. Por outro lado, havia diversas outras áreas da cidade em que as pessoas sobreviviam na extrema miséria e saneamento básico era um sonho distante. Essa desigualdade, obviamente, se expressava no preço da terra e dos imóveis da cidade. Havia, portanto, um desenvolvimento desigual das partes da cidade e, por conseguinte, a cidade não era um todo orgânico como era me passado pelos contos dos mais velhos da família e nas campanhas de marketing que vendiam a cidade como uma realidade livre de contradições, garantida pelo Estado. Ao fim e ao cabo, intuía superficialmente que o modo como nos organizamos coletivamente possui mediações que nos apartam, nos diferenciam.

Minhas inquietações nessa fase tão importante da formação de minha personalidade eram tamanhas que não cabiam em mim e as respostas que ouvia não me satisfaziam. Em minhas vivências percebia, concomitantemente, que não apenas a mecânica da configuração do (e no) espaço era desigual e rica de contradições, mas as relações entre os indivíduos também eram. Relações mais frias entre pessoas lançadas em um individualismo extremado; busca incessante pelo dinheiro; o fantasma do desemprego atormentando a todos; pobres e ricos se digladiando na (e pela) cidade; alguns desperdiçando comida ou ostentando sua melhor condição de vida em caríssimos restaurantes, enquanto muitos outros não têm o que comer; ondas de assaltos; violências diversas; intolerâncias aos diferentes etc. Enfim, sentia, ainda por meio desses *insights* fenomenológicos, que, de algum modo, estamos escravizados pelo dinheiro e pela mercadoria e essa sociabilidade estava em crise.

Enfim, fenômenos dignos de estranhamento frente a uma realidade que tenta se passar por inequívoca são diversos. A questão da habitação sempre foi relevante para mim. Recordo-me de quando criança questionar a um familiar mais velho: “como que em um país tão grande há pessoas que não têm um pedaço de chão sequer para chamar de seu?”. Bom, obviamente, a resposta que ouvi foi dentro do discurso formal já cristalizado no imaginário popular; “Ora, Thiago, quem trabalha mais consegue mais dinheiro. É assim”. Na realidade, estávamos diante da

propriedade privada, que possui a sua historicidade, mas que meu familiar a tratava como algo eternizado e natural aos homens. Na escola as explicações dadas pelos professores também eram insuficientes, que apenas mencionavam o fato de existir a propriedade, o dinheiro, a mercadoria, os preços, as crises, a lei da oferta e da demanda, porém, pouco se articulavam essas categorias com a realidade concreta em que vivemos de uma forma verdadeiramente crítica.

Essa tese é, então, a tentativa daquele garoto, que cresceu, de entender teoricamente a realidade em que vive. É preciso mostrar que as contradições experienciadas no espaço não são frutos de boas ou más intenções, apenas, pois há uma lógica que as reproduz, a lógica imanente ao modo de produção. Alcançar o conhecimento teórico acerca da realidade demanda, de alguma maneira, ir além de mapear, descrever ou planejar o movimento das coisas. É preciso entender com profundidade o que é essa “coisa” com a qual se está lidando. É preciso que se vá para além de uma simples descrição dos fenômenos e se entenda a faceta mais abstrata do mundo empírico. Munido dessa abstração intrínseca ao próprio real se pode olhar novamente para o mesmo empírico para entendê-lo de modo mais profundo e transformá-lo. Os problemas e dificuldades que esse movimento do pensamento impõe à pesquisa são decorrentes do fato de tudo estar dialeticamente em processo.

O que tenho lido e feito nesta pesquisa de doutorado reflete, portanto, um momento de meu amadurecimento intelectual diante da necessidade de chegar a explicações teóricas para os fenômenos que nos alcançam em nosso cotidiano. Ligar a televisão ou o rádio significa abrir a porta de casa para um verdadeiro show de horrores em que uns se dizem bons moços e outros são taxados de vilões. Para não aceitarmos tão facilmente o que essas ideologias nos dizem é preciso entender as leis que regem as ações dos homens e que os fazem agir como agem, a serem como são e a pensar como pensam.

Tenho clareza de que viver a vida somente não é uma garantia de que se está a compreendê-la. Entender teoricamente a realidade empírica que se vive demanda esforços em uma complexa e cambiante associação entre fenômenos e abstrações, das quais não é possível se obter uma explicação verdadeira. A verdade é, pretensiosamente, perseguida, mas, na impossibilidade de alcançá-la por completo, essa tese não é mais do que minha interpretação acerca da realidade

estudada. Entretanto, essas limitações não impedem que essas linhas a seguir contenham *insights* que, de fato, possam ser úteis no entendimento de alguns dos fenômenos contemporâneos que alcance as vivências de outras pessoas.

Resumo

Esta tese parte da análise do processo de urbanização para apreender o fetichismo e a crise imanente ao processo de reprodução do capital. Há a necessidade de se compreender a crise sem fetichizá-la. Em vista disso, a discussão acerca dos processos de urbanização mostra que não se trata exatamente de uma crise urbana, mas do fato de a cidade ter sido fetichizada, incluída no turbilhão da crise da reprodução do capital. Nesse imbróglio, a urbanização passou a ser a forma encontrada de se empregar produtivamente os capitais com dificuldades de emprego produtivo no âmbito da circulação do capital. Como a terra e o solo urbano não são frutos do trabalho, não possuem valor, apenas entram no complexo processo de distribuição do mais-valor. O espaço socialmente produzido entra na circulação do capital fragmentado como propriedade da terra e desejado por viabilizar as rendas fundiárias. Entrando, há limites estruturais nesses processos que amenizam as crises pela alocação da mais-valia em investimentos imobiliários que geram rendas fundiárias. A crise estrutural do processo de reprodução do capital emperra novamente esse processo e recorre-se ao capital fictício, gerando grandes bolhas de trabalhos futuros que não vão se realizar. As crises, então, geram os seus espaços repletos de contradições. Os chamados ajustes espaciais não solucionam as contradições do capital, representam o aumento da própria crise. Nesse sentido, chamo de *urbanização fetichista*, a urbanização a cargo do Estado e dos capitais, que ignora o *trabalho* como se esse fosse um mero apêndice da produção, não somente de capital, mas do próprio espaço social. A pobreza das e nas cidades mostra a crise imanente e a concretização do fetiche do capital, que se apresenta como senhor de sua autovalorização. Casos práticos como as (re)qualificações urbanas possuem sua face abstrata, que se esconde atrás da concretude de suas formas, funções, estruturas e processos. As reestruturações do e no espaço belo-horizontino envolvem a busca pelas *rendas diferenciais urbanas de tipo II*, que passa por processos como a verticalização pelo aumento dos potenciais construtivos. Na falta de estoques de terras baratas, as rendas fundiárias são aumentadas de patamar pelo incremento do potencial construtivo dos imóveis a partir de instrumentos previstos na legislação urbanística como as Operações Urbanas Consorciadas. A legislação urbanística, embora tenha aparecido como um avanço, expressa o fetiche. É uma instância na qual o Estado e o capital se articulam na produção do espaço urbano por meio de mecanismos sutis que movimentam as categorias do capital em sua conflituosa reprodução. O Estado, por meio de seus instrumentos de política urbanística, é quem mobiliza e condiciona o espaço para dar o suporte ao capital e viabiliza a elevação dos patamares da capitalização das rendas fundiárias. Nesse ponto, verifica-se por que devemos pensar o conceito de produção também em sentido amplo, pois a produção do espaço envolve a materialização de uma sociedade no espaço e isso implica a produção de mercadorias, mas também de ideologias, leis, cultura, modos de vida e também do próprio espaço social.

Palavras-chave: Crise, fetichismo, produção do espaço, urbanização, Estado.

Abstract

This thesis starts from the analysis of the urbanization process to apprehend fetishism and the immanent crisis to the process of capital reproduction. It's needed to understand the crisis without fetishizing it. Therefore, the discussion about urbanization shows that it is not exactly an urban crisis, but the fact that the city has been fetishized, included in the whirlwind of the reproduction of capital in crisis. In this imbroglio, the urbanization process became the favorite way of using capital with difficulties of productive employment in the scope of capital circulation productively. As land and urban soil are not the fruits of labor, they have no value, they just enter the complex process of distributing the surplus value. The socially produced space enters the circulation of fragmented capital as property of the soil and desired for generating land rent. However, there are structural limits to these processes that alleviate crises by allocating surplus value to real estate investments that enables land rent. The structural crisis in the process of capital reproduction stops this process again and makes use of fictitious capital, generating large bubbles of future works that will not be realized. The crises, then, generate their spaces full of contradictions. The so-called spatial adjustments do not solve the contradictions of capital, they represent the increase of the crisis itself. In this sense, I call *fetishistic urbanization*, urbanization in charge of the State and capitals, which ignores *work* as if it were a mere appendage of production, not only of capital, but of the social space itself. The poverty of (and in) cities shows the immanent crisis and the realization of the fetish of capital, which presents itself as the master of its self-worth. Practical cases such as urban (re)qualifications have their abstract face, which is hidden behind the concreteness of their forms, functions, structures and processes. The restructuring of (and in) the Belo Horizonte space involves the search for type II urban differentiated rents, which goes through processes such as verticalization by increasing construction potentials. In the absence of stocks of cheap land, land rents are increased by increasing the building potential of real estate using instruments provided for in urban legislation such as Consortium Urban Operations. Urban legislation, although it appeared as an advance, expresses the fetish. It is an instance in which the State and capital are articulated in the production of urban space through subtle mechanisms that move the categories of capital in their conflicting reproduction. The State, through its urban policy instruments, is the one who mobilizes and conditions the space to support capital and makes it possible to raise the levels of capitalization of land rents. At this point, we can see why we should think about the concept of production also in a broad sense, since the production of space involves the materialization of a society in space and this implies the production of goods, but also of ideologies, laws, culture, ways of life and also of the social space itself.

Keywords: Crisis, fetishism, space production, urbanization, State.

Índice de Figuras

Figura 1 - Fator Trabalho.....	99
Figura 2 - Posicionamento do Brasil nas ordenações relativas ao fator trabalho e aos subfatores e variáveis associados.....	99
Figura 3 - Fator Financiamento.	102
Figura 4 - Posicionamento do Brasil nas ordenações relativas ao fator financiamento e aos subfatores e variáveis associados.....	103
Figura 5 - Fábrica Highland Park Plant Ford, em Detroit.....	110
Figura 6 - Filas de desempregados em Wall Street durante a crise de 1929.	112
Figura 7 - Taxa de desemprego de alguns países de 1920 a 1938 em % da população ativa.	113
Figura 8 - Alguns dos maiores conglomerados industriais do capitalismo atual.....	126
Figura 9 - Exemplo de indústria nos moldes toyotistas.	128
Figura 10 - Trajetória da taxa de desemprego média anual no Brasil - em %.....	132
Figura 11 - Prédios residenciais construídos em Xangai, na China.	190
Figura 12 - Centralidades e sistema viário em âmbito metropolitano.....	194
Figura 13 - Elevação dos valores dos imóveis residenciais (compra e venda).	198
Figura 14 - Elevação dos valores dos imóveis residenciais (Aluguel).	198
Figura 15 - Foto de Paris por volta de 1880.	207
Figura 16 - Obras de Haussmann em Paris.	208
Figura 17 - Plano da via expressa da baixa Manhattan (LOMEX) que conectaria o leste e o outro lado do Rio Hudson.	210
Figura 18 - Centralidades e eixos de estruturação metropolitana.	218
Figura 19 - Plano de Macrozoneamento preliminar da RMBH com enfoque no projeto do Rodoanel.....	222
Figura 20 - Proposta de centros econômicos.....	223
Figura 21 - Estrutura básica de uma securitização de recebíveis imobiliários.	238
Figura 22 - Pessoas se aglomeram para ver os cadáveres em Paris no final do século XIX.	243
Figura 23 – Exemplos de locais que passaram por reestruturações urbanas: a) SoHo, b) Hoxton, c) Xangai e d) Belo Horizonte.	248
Figura 24 - A espetacularização dos centros de Londres, Nova Iorque, Pequim e Tóquio.	250

Figura 25 - Custo do café desde o portão da fazenda, em Uganda, até a cafeteria, no Reino Unido (preço varia de US\$ 0,14 a US\$ 42).....	251
Figura 26 - Mapa de localização do Hipercentro legal de Belo Horizonte.	260
Figura 27 - Mapa com os usos dos imóveis do Hipercentro de Belo Horizonte.	264
Figura 28 - Áreas com propostas de requalificação de logradouros públicos.	266
Figura 29 - Imóveis com potencial de reocupação estratégica para uso residencial no hipercentro.	268
Figura 30 - Áreas passíveis de uso das operações urbanas consorciadas no Hipercentro de Belo Horizonte.	275
Figura 31 - Operações urbanas consorciadas em Belo Horizonte em 2014.	278
Figura 32 - Shopping Oiapoque.	282

Índice de tabelas

Tabela 1 - Produtividade Setorial – Brasil e Países Selecionados	98
Tabela 2 - Preço médio do m ² dos imóveis na RMBH.....	193
Tabela 3 - Taxa de urbanização brasileira de 1940 a 2010.	223

Sumário

AGRADECIMENTOS	v
Resumo	xi
Abstract	xii
Índice de Figuras	xiii
Índice de tabelas	xiv
INTRODUÇÃO	18
PARTE I – A DESMEDIDA DO CAPITAL	40
CAPÍTULO 1 – A CRISE NA REPRODUÇÃO DO CAPITAL: DO FETICHE DA AUTOVALORIZAÇÃO À DESSUBSTANCIALIZAÇÃO	41
1.1 Introdução	41
1.2 A questão do método em Marx para revelar o fetiche	42
1.3 Da positividade da economia política clássica à negatividade de Marx em relação ao capitalismo	46
1.3.1 O segredo oculto da mercadoria: o duplo caráter do trabalho	52
1.3.2 O Fetiche da autovalorização e a dominação social	59
1.4 A crise como colapso inevitável?	65
1.4.1 O fetiche do dinheiro e desmedida do capital	67
1.5 O modo de apresentação e de representação do capital	73
1.6 Considerações acerca da reprodução do capital e sua marcha totalizante	75
1.7 Da forma elementar de ocorrência da crise à sua forma desenvolvida	80
1.7.1 A crise na esfera da circulação simples	80
1.7.2 A crise pela desmedida na esfera da produção imediata do capital	82
1.7.3 A crise na esfera da circulação do capital	86
1.7.4 A crise na reprodução global do capital	89
1.7.5 As causas contrariantes (ou causas contra-atuantes) às crises	96
1.8 Considerações	104

CAPÍTULO 2 – AS CRISES DO CAPITALISMO NO SÉCULO XX E A FINANCEIRIZAÇÃO DE TUDO: O FUTURO ADIANTADO A JUROS.....	106
2.1 Introdução.....	106
2.2 Fordismo, keynesianismo e a crise imanente	106
2.2.1 – A crise de 1929 e saída pela ação do Estado	111
2.3 Acumulação flexível, neoliberalismo e a produção do espaço global em crise	119
2.3.1 – O trabalho em tempos de acumulação flexível	127
2.4 – O Estado neoliberal, financeirização e os ajustes espaciais como saídas para as crises?	140
2.4.1 A dependência do capital a juros e a crise de 2008	147
2.5 Estado, institucionalidade e a interiorização da economia política na produção do indivíduo	152
2.5.1 A sociedade biopolítica e os dispositivos de governo no âmbito da população.....	153
2.5.2 Governamentalidade neoliberal e a produção do indivíduo empresário de si mesmo.....	156
2.5.3 Onde está o futuro prometido? Já foi adiantado em troca de juros.....	160
2.6 Considerações.....	166
PARTE II – A DESMEDIDA DO E NO ESPAÇO.....	168
CAPÍTULO 3 – A INSCIÇÃO DO ESPAÇO NA CRISA DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL: URBANIZAÇÃO COMO CAUSA CONTRARIANTE?	169
3.1 Introdução.....	169
3.2 O espaço no capitalismo e a urbanização	170
3.3 Propriedade, renda da terra e urbanização	179
3.3.1 Estado, reestruturação territorial e as rendas fundiárias urbanas	186
3.4 Industrialização, urbanismo e a implosão-explosão dos centros das cidades	202

3.4.1 As novas centralidades na produção do espaço e o aumento dos estoques de terras	211
3.4.2 – A resignificação das periferias metropolitanas que alimenta o mercado de terras	224
3.4.3 Financeirização, rendas fundiárias e os mecanismos de periferização dos mais pobres.....	229
3.5 Considerações.....	240
CAPÍTULO 4 – PLANEJAMENTO E REESTRUTURAÇÃO URBANA DE ÁREAS CENTRAIS E ADJACÊNCIAS.....	241
4.1 Introdução.....	241
4.2 Reestruturação urbana, capital improdutivo e a espetacularização dos centros	241
4.3 As reestruturações espaciais nas áreas centrais como estratégia para aumentar os patamares das rendas fundiárias.....	254
4.3.1 O plano de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte e as rendas fundiárias.....	256
4.4 O fetichismo da e na política urbanística brasileira.....	269
4.4.1 - As operações urbanas consorciadas e a reprodução do capital e das rendas fundiárias urbanas tipo II	272
4.4.2 – O planejamento, rendas fundiárias e a crise do trabalho	279
4.5 Considerações.....	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
REFERÊNCIAS.....	295

INTRODUÇÃO

A urbanização da sociedade é acompanhada de uma deterioração da vida urbana: explosão dos centros, a partir de então privados de vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço. Estamos diante de uma verdadeira contradição. Eu chamo de uma *contradição do espaço*. De um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e de decisão política; do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 136).

Esta tese se debruça no entendimento e crítica do fato de as cidades, ou o que ainda resta delas, serem tragadas pelo processo de crise imanente na reprodução do capital. Investiga-se a materialização no espaço da dialética entre o capital, o trabalho, a propriedade privada, o Estado e o capital fictício a partir das contradições do espaço na metrópole belo-horizontina. Essa reflexão se justifica por haver a necessidade permanente de estudos que mostrem as particularidades da urbanização em determinados contextos específicos e que realizem a conexão com a totalidade social em marcha. A urbanização contemporânea é um processo que articula e evidencia as contradições entre a superexploração da força de trabalho, a extração de mais-valia/lucros, as rendas fundiárias e o capital portador de juros na crise imanente na reprodução do capital.

O pressuposto dessa pesquisa é o de que o fetiche no processo de urbanização aparece no fato de as relações sociais na produção do espaço aparecerem como relações entre coisas. A crise urbana é, então, nada mais do que um desdobramento da crise imanente do próprio capital, derivada da “autonomização” da forma valor em relação à sua substância, o trabalho. Essa pretensa autovalorização do capital leva a uma desmedida que costuma causar paralisações entre suas partes “autônomas”, compra e venda e produção e circulação, no seu processo de rotação. As crises aparecem, no limite, como violentas depressões que desvalorizam os capitais existentes sem substância para restabelecer certa proporcionalidade entre o que era unido e foi “autonomizado”.

A *urbanização fetichista* é, portanto, essa a cargo do Estado e dos capitais, que ignoram o trabalho como se esse fosse mero apêndice da produção, não somente de capital, mas do próprio espaço social. A pobreza das e nas cidades mostra a concretização do fetiche do capital, que se apresenta como o “senhor” de sua valorização. Embora se apresente como um ser autônomo que se autovaloriza,

o capital não pode simplesmente se livrar do fato de o trabalho ser o verdadeiro sujeito da produção de valor. A crise mostra exatamente o fetiche do capital que repele a si mesmo e repele a sua substância, o trabalho. A urbanização revela, mesmo que se tente esconder “debaixo da terra”, em cavernas, esses trabalhadores precarizados e supérfluos. De tempos em tempos, a crise imanente se manifesta de forma explosiva, tendo parte considerável da massa de trabalhadores urbanos dificuldades para suprir suas necessidades vitais básicas, como vestuário, moradia e alimentação. A pesquisa evidencia as impossibilidades de se realizar essa tarefa dentro da forma mercadoria. Nos processos de metropolização, por exemplo, criam-se novos estoques de terras para incorporação imobiliária e áreas para a instalação de indústrias, deixando em segundo plano a cidadania plena.

Desse modo, não há fetiche maior do que uma cidade anticidadã, urbanizada, articulada à produção de um “espaço abstrato” (LEFEBVRE, 1991 [1974]) orientado pelas possibilidades de ganhos econômicos. Para Martins (2001, p. 117-118), que analisou o caso de São Paulo, a metrópole anticidadã representa a subversão da cidade e do cidadão por uma lógica fetichista orientada pelos ganhos imobiliários e para o controle do Estado. Há, portanto, um fetiche na produção do próprio espaço tornado coisa. Essa contradição marca a produção do espaço urbano no Brasil e no mundo. Tal situação põe em evidência conflitos no âmbito da distribuição do mais-valor na e pela urbanização e uma disputa pelo direito à vida urbana.

As observações empíricas as quais servem de referência para essa tese são extraídas do processo recente de “requalificação urbana” de Belo Horizonte, tendo como marco a elaboração do seu plano diretor municipal, em 1996¹, pois neste instrumento de política urbanística estão previstas as ações estratégicas que serão implementadas pelo Estado na produção do espaço municipal. Nossa investigação será mais criteriosa na análise do projeto de requalificação do hipercentro, porém, serão abordados os aspectos mais gerais dos projetos em grandes vias conectadas ao local, em que houve uso das chamadas “Operações Urbanas Consorciadas – OUC”, instrumento previsto no *Estatuto da Cidade*. Refiro-me mais especificamente à Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste e Operação Urbana Consorciada Centro-Lagoinha, ‘peças-chave’ da requalificação do

¹ O plano diretor de Belo Horizonte passou por um intenso processo de discussão a partir de 2015 e foi promulgada sua nova versão em fevereiro de 2020.

hipercentro. Não vou focar apenas o hipercentro de Belo Horizonte, pois o objetivo da pesquisa é entender as dinâmicas e as contradições da produção capitalista do espaço em face da crise imanente do capital. Assim, produção do espaço do hipercentro será contextualizada em relação à produção do espaço em âmbito metropolitano, pois se entende que são processos articulados.

Promover-se-á uma análise transversal dos referidos planos, articulando-os a questões mais gerais e teóricas, pois a intensão da pesquisa, mais do que promover uma análise extremamente criteriosa dessas ações, é evidenciar o espaço tornado coisa e sua produção ser gerenciada pelo Estado. Oliveira (1977, p.74) mostra que a urbanização brasileira “nada mais é senão a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional, das relações de produção capitalistas” e salienta o papel central assumido pelo Estado articulado aos interesses da burguesia. O planejamento levado a cabo por esse Estado tende, então, a responder às determinações do capital em sua crise. O conhecido texto de Castells e Borja (1996, p. 154 e 156), *As cidades como atores políticos*, foi um dos primeiros a evidenciar esse papel do Estado, na figura dos governos locais, de promover parcerias com o capital privado em busca de atrair investimentos diversos e grandes eventos como forma de promoção dos ganhos com a urbanização em escala municipal. Os autores salientam que a atuação dos poderes públicos locais necessita de um plano estratégico e este “deve construir e/ou modificar a imagem que a cidade tem de si mesma e projeta no exterior” (CASTELLS e BORJA, 1996, p. 158). Os textos de Harvey (2005) e Vainer (2000) analisam o mesmo cenário e mostram que as cidades, a partir da década de 1990, passaram a investir no chamado *marketing urbano*, que consiste, grosso modo, no aumento dos esforços para que as cidades sejam atrativas para investimentos privados, se valendo de um momento no qual já estava em marcha a mundialização dos processos produtivos e a centralidade do capital portador de juros como o financiador de praticamente tudo. Os bancos se tornaram o centro das especulações globais, adiantando uma massa de dinheiro sem substância, que se fossem convertidos em procura real levariam ao colapso da economia global (KURZ, 2019, p. 88-89).

A atuação do capital financeiro no espaço tornado mercadoria tornou-se algo indissociável à sobrevivência de praticamente todos os ramos da produção e da circulação de mercadorias. Harvey (1982, p. 266-267) se apoia nos estudos de Marx

para mostrar que o capital fictício consiste da “autonomização” entre o trabalho e o dinheiro e é fictício por ser uma “valorização” relativa a uma mercadoria ainda não vendida, um tipo de “crédito”. Essa valorização futura, no entanto, pode ser usada para a aquisição de meios de produção e de força de trabalho no presente, criando a representação de que se valorizou sem passar pelo processo de produção.

Essa característica do capital fictício o exime de relação direta com o capital real, pois aquele constitui um direito não sobre um capital real, mas sobre a renda futura que pode, ou não estar associada a um capital real. Seu valor, a rigor um preço, expressa no presente as expectativas que os capitalistas coletivamente têm sobre o futuro. Em geral, trata-se de uma representação da capacidade de geração de renda futura, não uma representação direta do capital real (PALLUDETTO; ROSSI, 2018, p.8).

As particularidades da crise do capitalismo a partir de uma análise espacial têm muito a dizer sobre o mundo em que se vive, pois houve uma generalização da forma mercadoria pelo espaço e o próprio espaço tornou-se uma valiosa mercadoria (LEFEBVRE, 2016 [1972]; 1999 [1970]; 1991 [1974]). Atualmente, há uma ampliação da crise do capital e da própria cidade, já aludida por Lefebvre (1999 [1970], p. 25), ao tratar do processo de industrialização. O “imobiliário” passou de setor secundário a central no capitalismo e foi alternativa para os investimentos que já não podiam ser aplicados no capital industrial (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 107). Investimentos diversos no processo de urbanização canalizam uma massa de capital “parado” que não consegue explorar trabalho (HARVEY, 1982). Desta feita, a crise do mundo das mercadorias penetrou o espaço social e, conseqüentemente, a urbanização tornou-se uma forma de mitigação ou mesmo de ampliação dessa crise. O espaço das cidades, tornado tecido urbano, passou de “habitar” para “habitat”, que além de significar a perda de uma relação “poética” com o espaço, mostra que a aquisição de morarias passou a ser intermediada pelo mercado imobiliário (LEFEBVRE, 1999 [1970] p. 81). Ora, se a valorização do valor é o que guia o modo capitalista de produção e há uma crise imanente a esse processo, naturalmente, a urbanização capitalista traz consigo desdobramentos dessa crise.

Essa discussão é o ponto central dessa tese, posto que o objetivo é o entendimento do modo pelo qual as categorias fundamentais da reprodução do capital aparecem, se articulam e tentam ser reproduzidas na (re)produção do espaço. Em outras palavras, interessa o entendimento do modo pelo qual a

produção do espaço, em especial do espaço urbano, pode ser entendida como desdobramento da crise imanente do capital. Em vista disso, investiga-se o fato de os investimentos públicos e público-privados nas requalificações do solo urbano serem as formas encontradas de se criar um novo ciclo de acumulação em áreas desvalorizadas, elevando os patamares das rendas fundiárias, uma forma de mitigação da desvalorização do capital investido no ambiente urbano.

A concorrência entre os capitalistas individuais em escala global os obriga a buscar aumento na produtividade e velocidade na circulação dos seus capitais. Por sua vez, as municipalidades são pressionadas a se equipar para atraírem investimentos de uma massa de dinheiro sem substância. A mundialização da produção e do consumo fez acelerar a competitividade em escala global, pois as empresas e as pessoas vivem naquilo que Bauman (2001, p. 141) chamou de “modernidade líquida”, leve, na qual “o trabalho sem corpo da era do software não mais amarra o capital: permite ao capital ser extraterritorial, volátil e inconstante”. Essa “liquidez” nada mais é do que efeito da separação básica entre o trabalho concreto e o abstrato, assim, a forma elementar da crise é restauração violenta do equilíbrio perdido pela separação forçada entre a mercadoria e o dinheiro (valor) no processo de troca (MARX 2011 [1857-1858], p. 147). Nesse contexto de volatilidade, cujo propósito imanente é reduzir a duração da rotação dos capitais, as requalificações urbanas são respostas dos governos locais a essa concorrência e à perda de competitividade no mercado de cidades e, por isso, propõem reformulações nos usos desses espaços.

Aproveitando-se dessas requalificações, os capitais organizados no setor dito imobiliário e o capital financeiro se articulam, obtêm ganhos astronômicos com a cidade. A cidade, fetichizada e em face de uma vida urbana deteriorada, em termos lefebrinos, reflete os efeitos da superexploração do trabalho e da crise imanente do capital. No caso das requalificações urbanas em áreas centrais, por exemplo, há uma reorganização que se processa articulada ao contexto de uma requalificação em escala metropolitana e essa é uma tendência mundial. Os casos das requalificações urbanas do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, da Avenida Faria Lima, em São Paulo, do Porto Madero, na Argentina, de Curitiba, do porto de Baltimore, de Manhattan, em Nova Iorque e da cidade de Barcelona são os exemplos mais célebres. Os megaeventos, aliás, têm sido os pretextos mais

empregados para tais transformações com fins de ganhos diversos. Sanches (1999, p. 117) estudou os casos de Curitiba e de Barcelona e evidenciou a centralidade dos planos estratégicos e dos instrumentos de política urbanística nesses processos concorrenciais, cujos objetivos eram criar respostas às crises e reestruturações por meio de projetos de modernização econômica articulados aos processos globais.

A concorrência se processa entre diferentes cidades e acelera o processo de desvalorização, sendo as requalificações urbanas os modos principais pelos quais o Estado, via planejamento, tenta reverter essa desvalorização. Há uma inflação generalizada dos preços da terra e dos imóveis, ampliando o cenário de desigualdades no processo de urbanização, uma vez que a fração de mais alta renda irá buscar o isolamento em “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000, p. 258). O capital rentista de grande porte abandonou o hipercentro e marchou para as periferias. Nas áreas já adensadas, as operações urbanas consorciadas se tornaram um modo de se criar uma nova rodada de valorização.

O planejamento estratégico estatal é um instrumento político a serviço do capital, pois tem o poder de determinar os patamares de capitalização do solo urbano. Esse tipo de planejamento é, portanto, o responsável por realizar os ajustes necessários para que a reprodução dos capitais organizados em torno da urbanização possa se realizar. Os instrumentos de política urbana são reguladores e também os viabilizadores dessa fragmentação do espaço. O exemplo mais cristalino acerca dessa relação são as Operações Urbanas Consorciadas, cuja natureza consiste em viabilizar empreendimentos em desacordo com os estudos prévios de impacto em troca de investimentos em outra parte da cidade. Coelho (2016, p.91), que estudou a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos-Pedro I/Leste-Oeste, afirma que esse instrumento de política urbana tem sido “a carapaça jurídica das parcerias público-privadas realizadas no Brasil, promovendo as chamadas ‘reurbanizações’, ‘requalificações’, ou ‘revitalizações’”. Cota (2010, p. 301) estudou as parcerias público-privadas a partir das operações urbanas e apresenta um riquíssimo panorama acerca dos mecanismos utilizados na articulação entre o capital e o poder público para viabilizar ganhos com o processo de urbanização e evidencia essa característica de “negociação” e de “troca” inerentes ao processo. Em larga medida, as áreas centrais das grandes cidades são reafirmadas como o local prioritário para o estabelecimento do capital comercial, importantes para a

circulação das mercadorias industriais. Além disso, as áreas centrais vêm sendo preparados para o que Lefebvre (2016 [1972], p. 48-49) chamou de indústria dos lazeres. O estudo de Rezende (2013) retomou esses temas e mostrou como o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, representa a centralidade da indústria dos lazeres no processo de modernização das cidades. A indústria dos lazeres, consumo do próprio espaço e de seus atributos, se articula ao consumo das mercadorias a cargo do capital comercial, pois capturam o tempo e o dinheiro dos indivíduos após o término da jornada de trabalho. Desse modo, o momento do lazer não está desarticulado do mundo da mercadoria, pois “se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade” (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 49).

Dessa forma a análise das intervenções da prefeitura em requalificações estratégicas do espaço urbano de Belo Horizonte, do próprio plano diretor da cidade, e de outros documentos, permite que se perceba, em ato, o movimento da totalidade que busca se reproduzir pela produção do espaço. Tais intervenções no espaço urbanizado, como as que envolvem o hipercentro de Belo Horizonte, suas adjacências e o entorno dos grandes corredores viários, respondem e se conectam com a desvalorização dos capitais investidos no espaço urbano e fazem aumentar o contraste com a pobreza que aparece em outras partes da metrópole. Não é a necessidade das pessoas que guia os investimentos do Estado, mas a valorização dos capitais. Esse processo, por outro lado, evidencia as contradições do e no espaço e a crise imanente se manifesta de forma inequívoca nas paisagens urbanas, não somente nas formas, mas também nos conteúdos sociais. Como mostra Canetti (2019, p. 94), o processo de periferização não é algo ocasional, mas a norma da urbanização contemporânea e que evidencia os resíduos deixados pela totalidade em crise. Desse modo, como o outro lado da mesma moeda dos processos de requalificação, no “enobrecimento”, ou embelezamento, dos espaços urbanos há a deterioração da vida urbana e da própria qualidade material da vida que se leva por parte da maior parte da população trabalhadora mais pobre, crescentemente empurrada para a margem da riqueza social produzida por ela mesma. As ações do Estado, do capital e do trabalho são marcantes nesse processo e mostram os desdobramentos da crise, bem como as estratégias de sua mitigação. A análise do planejamento estratégico municipal será uma grande aliada

nessa investigação. Entende-se que o planejamento urbano, materialização da ilusão urbanística (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 139), é o modo como o Estado tenta articular acumulação e crise na cidade. Por conseguinte, o que se investiga nessa tese é a crise, sendo os fenômenos particulares, seus desdobramentos, apenas as portas de entrada para o entendimento de sua natureza. Evidencia-se a operacionalização do fetiche da “forma trinitária” do capital, propriedade privada/renda da terra, capital/mais-valia/lucro e trabalho/salários, sendo mobilizada pelo Estado e entes privados nos processos de produção e de distribuição do mais-valor e a crise que se expressa também na concretude desses fenômenos precisa ser compreendida dialeticamente em sua totalidade.

A centralidade do capital fictício no mundo contemporâneo, expressão máxima do fetiche do capital, demanda uma investigação acerca dos seus desdobramentos. Tais formas de distribuição do mais-valor produzido no processo de produção são a concretização das formas fetichistas de como o capital se apresenta, enquanto “sujeito”, dissimulando os princípios reais de criação do mais-valor, a exploração do trabalho (GRESPLAN, 2019, p.35). O fetiche do capital consiste no fato de o capital incorporar o trabalho vivo, a substância de sua valorização, como um momento de sua reprodução e aparecer, ao final do processo de valorização, como um sujeito automático, que se autovaloriza (GRESPLAN, 1999, p. 124-125).

Tal situação evidencia também a impossibilidade de se resolver tais contradições por dentro das próprias categorias. A crítica aqui realizada não pode ser confundida como uma crítica pura e simples ao planejamento urbano e aos instrumentos de política urbana utilizados, pois é uma crítica que busca alcançar a raiz dessas questões. Nesse sentido, há um cuidado em se fazer uma distinção entre o “ser do capital” e o “modo como ele se apresenta” (ALFREDO, 2010, p. 38), algo essencial na crítica da economia política realizada por Marx, dado que sua crise imanente costuma aparecer pulverizada em crises adjetivadas como, por exemplo, crise urbana, crise ambiental, crise das hipotecas. O intuito latente dessa pesquisa é revelar a “identidade negativa da crise” (ALFREDO, 2010, p. 38), entendendo que as crises mostram as possibilidades e aberturas dessa totalidade que não pode se totalizar por completo e deixa fissuras.

Em outras palavras, a crise se revela como uma imanente lógica do capital, sendo que uma abordagem propositiva, reconstituente das categorias negadas do capital pelo próprio capital, seria uma forma de contradição nos próprios termos, porque buscaria repor o que, caso repostado, esbarraria em sua imanente lógica negadora, visto que esta é a identidade das categorias que se buscaria repor (ALFREDO, 2010). A crítica negativa, não (pro)positiva, expressa, portanto, uma necessidade teórica, porque, só a partir dela, se põe o limite tanto da crítica como, especialmente, o da prática. É na crise do capital que se põe o fundamento da crítica (ALFREDO, 2010, p. 43).

A crise imanente ao capital, determinada pela tendência à perda de sua substância no processo de produção, o trabalho abstrato, se amplia no momento da circulação em que diversos novos agentes sociais entram na repartição dessa mais-valia; o capital rentista e o capital financeiro. A urbanização, hoje um fenômeno global que já alcançou a escala das metrópoles, como é o caso de Belo Horizonte, se tornou uma “mina de ouro” para essa forma de reprodução de capitais específicos, cuja propriedade do solo urbano e suas rendas geram ganhos astronômicos. Por outro lado, nesse barril de pólvoras que é o ambiente urbano, a sede por lucros e rendas clarifica a crise da sociabilidade fundada na exploração do trabalho ao mostrar as condições de vida da maior parte das pessoas, essencialmente, em países mais pobres como o Brasil.

O eixo norteador da presente tese é a produção do espaço em face à imanência da desvalorização do capital. Parte-se do pressuposto de que a crise obriga o capital a lidar com as contradições de sua reprodução e que a generalização da forma valor, da mercadoria e a mundialização das relações de produção são marcas de uma tentativa desesperada imposta a ferro e fogo de postergar os ciclos recessivos e colapso iminente. A necessidade de se levar uma vida viva a juros pelo adiantamento de trabalhos futuros que ainda não foram realizados e nem se pode garantir que se realizarão expressa uma crise profunda que ameaça explodir a qualquer momento. A compreensão da crise imanente não se dará, no entanto, por meio de uma leitura comprometida com uma indicação teleológica do que viria após o capitalismo, pois as tendências de ocorrência das crises articulam-se dialeticamente com as tendências contra-atuantes (GRESPLAN, 1999, p. 216). A possibilidade em abstrato da crise e a sua efetivação precisam ser

dialeticamente consideradas com possíveis contragolpes por parte do capital. As crises são momentos em que soluções violentas para as contradições do capital são levadas a cabo para o restabelecimento momentâneo do equilíbrio rompido, “com as tendências e contratendências se manifestando umas depois das outras” (GRESPLAN, 1999, p. 260). Além do mais,

é através das crises que se configura plenamente a história do capitalismo como movimento marcado por avanços, paralisações, retrocessos e revoluções profundas nas bases técnicas e institucionais ainda dentro deste modo de produção (GRESPLAN, 1999, p.262).

O capitalismo vive periodicamente às voltas com processos de construção e destruição de capital expressos nos seus ciclos, em que na fase de valorização se preparam as condições de desvalorização e vice-versa (GRESPLAN, 1999, p. 239). Pelo fato de os capitalistas precisarem trocar suas mercadorias por dinheiro de forma ininterrupta concorrendo como a “produção alheia” e o “consumo alheio”, essas “coisas alheias” se tornam “exterioridades não controláveis”, “potencial perene de desvalorização” (DUSSEL, 2010, p. 196). Em tempos de manifestação das crises há a desvalorização de massas de capital por conta de revoluções tecnológicas em um processo concorrencial em escala global. Ademais, o desenvolvimento de um mercado mundial está, indelevelmente, expresso no conceito de capital, “em que cada limite aparece como barreira a ser superada” no ciclo posterior em uma marcha desmedida e cega (MARX, 2011 [1857-58], p. 540). Tal desmesura do processo de reprodução somente se ampliou com o protagonismo do capital portador de juros, fato que acentua a crise e compromete ainda mais as expectativas de futuro. Vive-se o presente contando com a realização de uma massa de trabalhos futuros, que os números mostram que são incertos. O resultado vem sendo indivíduos, empresas e Estados endividados. O processo de criação de dinheiro fora dos mecanismos de controle tradicionais, para além das fronteiras nacionais e da própria rigidez de sua base material, a valorização real a partir do trabalho, engendrou uma globalização que amplia a crise da sociedade do trabalho (KURZ, 2004, p. 28).

As barbáries do mundo atual mostram uma sociedade escravizada pelo dinheiro que se desvaloriza em escala global por conta da crise imanente do capital, mas que prefere lidar com a aparência do fetiche e nela se agarrar. Esse é o dilema

da chamada classe média brasileira, que como mostra Souza (2018), vive entre a aparência de se achar parte da elite dirigente e a realidade de não passar de uma massa de trabalhadores superexplorados como os demais, mas que preferem viver de aparências. Já nossas “elites do atraso” (SOUZA, 2017) vivem isoladas mantendo seus privilégios historicamente perpetrados, que estão nas raízes do Brasil. Nossas “ralés”, os trabalhadores de mais baixa renda, por seu turno, sofrem todos os tipos de maus tratos e preconceitos no Brasil das aparências e de uma realidade cruel (SOUZA, 2009).

O despejo de massas de trabalho vivo em situações precárias de vida impõe barreiras à valorização e, principalmente, à sobrevivência digna de milhares de pessoas que dependem do trabalho nesse modo de sociedade. Curiosa a lógica de uma sociedade em que o capital se apresenta como ser “autônomo” que se “autovaloriza”, mas que “só é ‘sujeito’ porque incorpora a substância-trabalho” (GRESPLAN, 1999, p. 270-280), mas que, no entanto,

a constituição de uma tal ‘subjetividade’ do capital é indissociável da negação do trabalho vivo pelo morto, numa contradição em que o sujeito-capital precisa simultaneamente afirmar e negar a substância-trabalho (GRESPLAN, 1999, p. 270-280).

A bancarrota da produção do valor, que segundo Kurz (2019, p. 85) deu origem a um capitalismo fantasma, criador de mercadorias sem substância, deixa todos em meio à desesperança em relação ao futuro. O aumento da produtividade gera a curiosa abundância de mercadorias de um lado e falta de demanda de outro. O capital contemporâneo “prorroga sua vida para lá de seus limites reais”, a duras penas, por intermédio do capital fictício, “consumindo antecipadamente o seu futuro, isto é, vivendo a crédito” (JAPPE, 2013, p. 148). Na própria estrutura elementar da mercadoria, evidenciada em seu processo global de reprodução, o crédito já aparece como um embrião, pois o dinheiro se reproduz mais rapidamente dentro do processo de valorização, além de permitir a separação entre os momentos da venda e da compra. O capitalismo padece de uma crise estrutural em que a concorrência entre os capitalistas individuais faz o capital negar do seu processo reprodutivo a sua substância, o trabalho vivo, única fonte de valor, e “a produção real passou a ser um apêndice do capital fictício” (JAPPE, 2013, p. 148). A substância do capital é o

trabalho abstrato, mas por conta da concorrência entre os diversos capitais individuais, é expulso do processo produtivo. Desta feita, Kurz (2019, p. 55-56) diz que a separação entre o dinheiro, forma fetichista do valor, e o trabalho, tornou o primeiro um fim em si mesmo, que, com o fim do lastro em ouro das economias nacionais, perdeu, de uma vez por todas, a referência em relação ao trabalho. Esse capitalismo atual, desmedido, baseado em uma crescente financeirização, empurra um grande montante de dinheiro “sem substância” para ser investido em troca de juros, “como se passasse por um processo de valorização” (KURZ, 2019, p. 58). Há em curso uma espécie de “capitalismo de cassino”, sustentado pela produção e reprodução de mercadorias “fantasmas”, com cada vez menos valor cristalizado (KURZ, 2019, p.90). No limite, o lastro real das economias nacionais tem sido o próprio Estado, imprimindo moedas via bancos centrais, de forma desmedida. Ao fim e ao cabo, essa conta estoura nos bolsos de todos nós. Tal fato se expressa na grande liquidez das economias nacionais sem sustentação na produção real, destarte, todos estão sempre às voltas com a iminência da desvalorização de seus capitais. Há nessa perspectiva limites internos, abstratos, ao processo de valorização e essa análise é de extrema importância para a compreensão do mundo contemporâneo. Para além desses limites internos, há os limites externos, concretos, com os quais o capital personificado precisa operar para garantir sua sobrevivência ou, ao menos postergar seu fim. Afinal de contas, a história do capital é a história humana e esta não acontece em abstrato apenas. Pode-se ver esse colapso se materializando nas práticas dos sujeitos reféns do sujeito automático. Para exemplificar, os desencontros entre o trabalho e o dinheiro se manifestam no espaço urbano pelo que se convém chamar de crise urbana, mas que é a expressão de um dinheiro sem substância. Esta é uma contradição própria do capital provocada pela forte concorrência pelos bens e imóveis situados nos espaços urbanizados, que os expõe a fortes processos de aumento e queda nos seus preços. Soma-se a isso outros fatores como a propriedade privada do solo urbano, os baixos salários dos trabalhadores e a dependência do setor imobiliário em relação ao capital financeiro.

Para o capital é interessante a sua mundialização para “amenizar” os efeitos da diminuição de sua substância, o valor, situação decorrente de sua autonegação. A crise imanente ao capital vem promovendo uma verdadeira reorganização dos

tempos e espaços sociais em escala global, com o Estado na linha de frente desse processo. Nos termos de Harvey (2012 [1989], p. 257), a passagem do modo fordista de produção para a chamada acumulação flexível consiste, grosso modo, numa flexibilização que se iniciou no processo produtivo, mas não se restringe a ele, pois alcança o cotidiano de milhões de pessoas ao redor do mundo, sendo marcante a compressão do espaço pelo tempo. Isto significa que o tempo de giro do capital precisa ser comprimido ao máximo para repor com celeridade o capital adiantado e produzir mais-valia e lucro em função da concorrência entre os diversos capitalistas individuais. Desse modo, há uma aceleração do ritmo da vida cotidiana em todo o planeta, em todo o espaço. Em outros termos, há um controle global do espaço e a “acumulação espalha a sua rede no mundo em círculos sempre crescentes, enfim, capturando tudo e todos dentro do processo de circulação do capital” (HARVEY, 1982, p. 418, tradução própria)². O processo de reprodução do capital foi, então, lançado rumo à escala global e sua crise imanente é sempre empurrada para lá e para cá, mas nunca pode ser extinta. Nessa perspectiva, a sobreacumulação de capital, dimensão fenomênica da crise, resultado da perda de sua substancia, impõe uma necessidade permanente de criação de novos mercados e novas oportunidades de investimentos rentáveis em outras regiões e a esse processo dá-se o nome de ajuste espacial (HARVEY, 2005, p.116). O choque entre as atividades oriundas de forças produtivas diferentes instala nos países com uma produtividade do trabalho mais baixa uma desvalorização de seus capitais locais por conta da abertura do seu mercado à concorrência internacional (HARVEY, 2005, p.116).

A pressão das grandes potências para a criação de blocos econômicos mostra os interesses estratégicos por trás desses choques entre forças produtivas com produtividades distintas. As mercadorias produzidas em países com forças produtivas maiores como França, Estados Unidos, China, Alemanha e Inglaterra destroem as indústrias de países menos produtivos, por possuírem menos substância em suas mercadorias, menos valor cristalizado, são mais competitivas e “sugam” para os donos desse capital em seus países de origem o mais-valor real que essas economias que empregam mais trabalho produzem. Forças produtivas compostas por menores composições orgânicas dos capitais empregam maior

² “Accumulation spreads its net in ever-widening circles across the world, ultimately enmeshing everyone and everything within the circulation process of capital (HARVEY, 1982, p.418).

quantidade de trabalho vivo na produção, por conseguinte, produzem uma maior quantidade de mais-valor, que acaba nas mãos das forças produtivas mais elevadas no jogo concorrencial. Conforme Rubin (1987, p.254), é preciso entender a questão do “preço de produção” de uma mercadoria, pois este não necessariamente coincide com o valor-trabalho empregado. Alterações “no valor-trabalho, provocadas por modificações na produtividade do trabalho, provocam modificações nos custos de produção e, assim, nos preços de produção” (RUBIN, 1987, p. 254). Desse modo, os países com maior composição orgânica do capital aumentam a produtividade do trabalho e elevam as suas forças produtivas, pressionando os preços de produção para baixo. O que as empresas dessas nações do capitalismo avançado buscam, então, são meios para vender seus produtos mais competitivos que a média nos mercados com forças produtivas menos desenvolvidas. Grosso modo, o processo de globalização se explica pelo entendimento dessa lógica perversa que gera a desvalorização dos capitais locais. O processo de globalização do capital está ancorado nessa relação, que foi apreendida por Foucault (2008 [1978-1979], p. 161) quando diz que os neoliberais entendem que o essencial do mercado não são as trocas em si, mas a concorrência, que embora respeite a equivalência nas trocas, pressuposto das trocas mercantis, tem na desigualdade entre as forças produtivas a sua grande fonte de ganhos.

O entendimento da esfera da concorrência, presente no livro III de *O Capital* é fundamental para o entendimento da efetivação da crise, pois leva em conta o processo global de reprodução capitalista (GRESPLAN, 1999, p.192). A concorrência mostra a essência verdadeira do capital como crise em processo, por este repelir a si mesmo, pelo fato de os diversos capitais individuais buscarem sua autovalorização independentemente dos demais, criando uma repulsão mútua (GRESPLAN, 1999, p.193). Capital é uma denominação abstrata e genérica, visto que o capitalismo se desenvolve, na prática, pela competição entre os diversos capitalistas individuais, que pressionam uns aos outros a aumentar sua produtividade e a “adequar a sua própria taxa de valorização à média do capital social total” (GRESPLAN, 1999, p.193). Quem não o faz poderá ser excluído do mercado. A adequação ao processo concorrencial é o que leva os capitalistas individuais a substituir o trabalho vivo pelas máquinas, trabalho morto, em busca de uma maior produtividade, fato já presente nos tempos de Marx. A crise imanente

como a negação da substância do capital gera em potencial mercadorias sem valor, pois o trabalho vivo, “enquanto vitalidade formadora, [...] é a ‘substância’ da riqueza no mundo capitalista”, somente ele cria valor para ser valorizado pelo capital (GRESPLAN, 1999, p.139-140). O trabalho vivo, “constitui toda ‘a substância do valor e da riqueza de que é composto o próprio capital” (GRESPLAN, 1999, p.140), sendo assim, sem o trabalho o capital não deixa de ser uma ficção muito real. O capital fictício é a expressão máxima dessa ficção muito real.

A concorrência em escala global articula um duplo processo: a ampliação da proletarianização, que Harvey (2013, p.121-122) chama de acumulação por espoliação, e a concomitante pressão pelo aumento da composição orgânica dos capitais. A crise, então, percorre o mundo como superacumulação de capital, queda da taxa de lucro, baixo consumo, desemprego, mas está ancorada na negação do trabalho do processo de reprodução capitalista. Quem leva a cabo e viabiliza essa mundialização da concorrência são as empresas, porém, salvaguardadas e potencializadas pela ação dos Estados. Esse contexto marcado por um coprotagonismo dos Estados Lefebvre (1976) chamou de “modo de produção estatal”. A função principal dos Estados tem sido a quebra das barreiras espaciais (HARVEY, 2005; 1982). De forma concreta, se está diante das reorganizações do mundo do trabalho levadas a cabo pelos capitalistas com a ajuda dos Estados, mas que refletem a crise imanente ao capital. Ao fim e ao cabo, o que se observa é uma sociabilidade escravizada pelo dinheiro tentando não se exterminar em meio à crise de valorização dos capitais em particular e do capital no geral, manifestada concretamente na vida cotidiana, no espaço.

Em meio a esse cenário retomado anteriormente, a história e a geografia da urbanização e da produção do espaço nos moldes da forma mercadoria, se fundiram indelevelmente às contradições e leis que regem o modo de produção capitalista. Nos termos de Carlos (2015, p. 26), a reprodução do espaço urbano das metrópoles, no plano da reprodução de mercadorias, envolve não apenas a reprodução das atividades produtivas (bens materiais e imateriais), coisas no espaço, mas a produção do próprio espaço como mercadoria imobiliária e capital fixo.

Nesse processo, a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reproduzível, o que abriu perspectiva para um

novo ciclo de acumulação. O desenvolvimento do capital financeiro cria um novo ciclo de acumulação com a expansão de novas atividades, focando o espaço-mercadoria. Este entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de outros setores da economia – em crise – com o objetivo de ampliar as possibilidades de acumulação. No processo, a construção de um espaço racional funcional revela um projeto e uma estratégia que envolvem o mercado imobiliário, promovendo a valorização de áreas como consequência imediata do movimento de transformação do uso e da substituição de classes de renda no espaço assegurando a realização do lucro (CARLOS, 2015, p.26-27).

O filósofo francês Henri Lefebvre, ao discutir o conceito de produção do espaço, diz que no capitalismo o espaço foi inserido no processo de circulação do *valor*, tornou-se uma mercadoria. Mas, a partir da reprodução do espaço urbano, é possível abstrair a crise e produção capitalista do e no espaço. Nos termos de Lefebvre (1976, p. 17), a dialética na contemporaneidade se renova a partir do entendimento do espaço, revelando-se as contradições do espaço. O modo como o espaço é apropriado, dominado e produzido revela a sociedade que o produziu. A produção e reprodução do espaço constituem-se, portanto, como desdobramentos da reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 1976). A investigação da sociedade pelo seu espaço significa o estabelecimento de uma aproximação à prática social e às suas leis imanentes. Nesse ponto, identifica-se por que devemos pensar o conceito de *produção* também em sentido amplo, pois a produção do espaço envolve a materialização de uma sociedade no espaço e isso implica a produção de mercadorias, mas também de ideologias, leis, cultura, modos de vida e também do próprio espaço social (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 69).

Por meio de diversas estratégias em que se verifica a articulação entre o Estado, o capital financeiro e o capital rentista, a terra urbana foi incorporada aos circuitos de valorização desses capitais (BOTELHO, 2007). A centralidade exercida pelo capital fictício mostra que a reprodução do capital no ambiente construído depende de modo indelével de massas de dinheiro sem substância emprestadas em troca de juros (HARVEY, 1982; BOTELHO, 2007; JARAMILLO, 2010). A crise, então, é mitigada pela urbanização e ao mesmo tempo ampliada por ela. A terra, não gera valor por não ser fruto do trabalho humano, por isso, é a sua propriedade, “um fenômeno meramente jurídico”, que garante ao proprietário o direito de extrair rendas a partir dos excedentes de produção, parcelas do mais-valor produzido (JARAMILLO, 2010, 10-11). Ao adentrar o processo de urbanização o capital se depara com a propriedade privada ou pública das terras, o longo período de rotação

do capital na produção de imóveis e os altos preços do ambiente construído (JARAMILLO, 2010, p.100-101).

Como um produto social, o espaço, tornado mercadoria, é alienado de seus produtores, o conjunto da sociedade, e reaparece fetichizado aos olhos, como se fosse um produto do capital e do Estado apenas. O trabalho produtivo não é um fim em si mesmo, ele engendra uma sociedade e “as relações de produção deixam certamente nela a sua marca, nela fazem sentir o seu domínio e o poder da classe dominante. A sociedade que geram não lhes é exterior” (LEFEBVRE, 1999 [1972], p. 16). Lefebvre afirma que, assim como Engels mostrou em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, a alienação é uma prática social e não apenas uma teoria (LEFEBVRE, 1999 [1972], p. 15), que salta os muros da fábrica e alcança a vida dos indivíduos. Concretamente, “ninguém se importa com quem não tiver capital nem dinheiro; se não encontrar trabalho, que roube ou morra de fome. Graças à polícia, morrerá de fome tranquilamente, sem incomodar a burguesia” (LEFEBVRE, 1999 [1972], p. 15). Essa relação em que os produtos da mão e da mente humana ganham movimento independente de seus produtores Marx (2011 [1867], p. 92-105) denominou de fetiche da mercadoria e, conforme Jappe (2013, p. 33) salienta, é uma relação que não compõe o rol das superestruturas, uma falsa consciência, é real, e uma condição para a existência do capitalismo.

É com base nos estudos de Marx que Lefebvre argumenta que a reprodução do capital só pode se dar a partir da reprodução das relações sociais de produção, sendo todo o espaço social, com seus territórios, regiões, redes e lugares, instrumento para suas estratégias. O capital, então, tem que mover diversos *meios* para obter os *fins* que deseja e isso inclui a apropriação do espaço socialmente produzido, alienando-o, fetichizando-o. Tal processo envolve a funcionalização do espaço, tendo que fazer funcionar a articulação entre os espaços de produção, de consumo material e imaterial e também os espaços de vivência. Nesse ínterim, Lefebvre (1991 [1974], p. 33) mostra que o entendimento da produção do espaço se dá por meio da dialética entre as “representações do espaço”, que funcionalizam o espaço e reproduzem as relações de produção, os “espaços de representação”, a dimensão do vivido e das experiências, e a prática espacial, que articula produção e reprodução. Nesse imbróglio, há um conjunto de ideologias e representações que

não se distinguem da prática social, contudo, que não se apresentam como tais e atuam mascarando as contradições dessas práticas bem como os seus resíduos.

Observe aqui como a ideologia mascara a produção de novas relações tanto quanto a renovação das antigas, mascarando as várias contradições e o momento crítico. Poluição ou a luta contra ela, destruição ou construção do meio ambiente, zero crescimento, crescimento negativo ou positivo, nenhum desses problemas tem nada além de um interesse tópico limitado, a menos que a questão da renovação das relações esteja envolvida³ (LEFEBVRE, 1976, p. 13, tradução própria).

Esse processo de ocultamento de suas contradições e práticas transformadoras, no capitalismo, se deve ao fato de própria forma fetichista, na e pela qual o capital se apresenta enquanto modo de produção, precisar ser também percebida pelos sujeitos, desse modo, torna-se, concomitantemente, um “modo de representação” que se estabelece com as práticas sociais (GRESPLAN, 2019). Nos termos de Grespan (2019, p. 14), formulados a partir dos estudos de Marx,

[...] o capital “se apresenta” na própria realidade social, de fato, como o criador das “forças produtivas” que substancialmente provêm do trabalho; desse modo, ele cria formas de prática econômica “representadas” de maneira plástica em símbolos que os agentes percebem, ou “representam” na sua imaginação já na forma invertida pela “apresentação” original das “forças produtivas do trabalho [...] como forças produtivas do capital” (GRESPLAN, 2019, p14).

Desse modo, a produção do espaço pressupõe a produção em sentido amplo, não somente a produção de mercadorias, também se produz um cotidiano. O uso precede a mercadoria, assim, o estabelecimento do cotidiano ou a crítica do cotidiano são estratégicos, pois, nessa dimensão marcada pela repetição, “lugar do embate entre o concebido e o vivido, estão os enigmas pelos quais se discute a sociedade e o social, para compreender o uso” (SEABRA, 1996, p.72). O cotidiano é onde uso e troca se confrontam e se articulam a partir do vivido com sua apropriação do tempo e do espaço e os “resíduos irreduzíveis não capturados no plano do concebido” (SEABRA, 1996, p.76-77). A modernidade, por seu turno, marca o processo de “industrialização do cotidiano [...] avançando sobre as

³ Note here how ideology masks the production of new relations as much as the renewal of the old ones, by masking the various contradictions and the critical moment. Pollution or the fight against it, destruction or construction of the environment, zero growth, negative or positive growth, none of these problems has anything beyond a limited, topical interest unless the question of the renewal of the relations is involved (LEFEBVRE, 1976, p.13).

particularidades” tornando-as estratégias mercadológicas. A produção do espaço passa, portanto, invariavelmente pela produção de um cotidiano.

A produção do espaço, afirma Lefebvre (1991 [1974]), envolve a produção de vários espaços: o espaço da cultura, o espaço das ideologias, o espaço físico, o espaço econômico, o espaço da política. Nesse sentido, a produção capitalista do espaço passa invariavelmente pelo que diz Alain Bihr (2003, p. 5) acerca do “processo de reprodução do capital” em Marx. O capital não possui todos os seus pressupostos necessários à sua reprodução, o que o obriga a absorver tudo e todos em seus processos reprodutivos (BIHR, 2003, p. 5). Entre essas externalidades, que deixam de ser externalidades ao serem inscritas na reprodução do capital, estão o espaço, em especial, as cidades. Diante da incapacidade de incorporar os pressupostos de sua reprodução enquanto totalidade, o capital depende, irrevogavelmente, do Estado. Atualmente, os discursos neoliberais afirmam que o Estado deve atuar minimamente na economia, entretanto, a prática mostra uma presença ainda mais forte do mesmo, conforme explicita Magalhães (2016). Está em curso uma massiva produção do espaço da escala global à local a cargo dos Estados, que também se mundializaram a partir da década de 1960, configurando o que Lefebvre denomina de “modo de produção estatal” (LEFEBVRE, 2012 [1976], p.141).

Essa operação inclui um tipo de produção muito específico: o Estado não é apenas um padrão de empresa, mas que ao mesmo tempo produz um espaço construído por ele, sendo a planificação do espaço o modo mais refinado e sutil da planificação através do saldo de materiais ou mercadorias e o saldo financeiro (LEFEBVRE, [2012] 1976, p. 141)⁴

Para além do controle da vida “social” ou “privada” e das demais atividades que são desenvolvidas no espaço, o Estado “procede de forma indireta e não menos eficaz, fazendo uso desse privilegiado espaço instrumental” (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 240). O Estado, externo à reprodução do capital, deixou de ser um acessório e tornou-se estrutural a partir de Keynes, na década de 1930. Mais do que um suporte burocrático e material para o enfrentamento das incertezas do processo

⁴ Esta operación incluye un tipo de producción muy específico: el Estado no es solamente un patrón de empresa sino que además y al mismo tiempo produce un espacio construido por él, siendo la planificación del espacio el modo más refinado y sutil de la planificación a través del saldo de materias o mercancías y el saldo financiero (LEFEBVRE, 2012 [1976], p. 141).

produtivo, o Estado aparece em duas frentes: libera de forma violenta uma força de trabalho a baixo custo em escala global por um processo de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2013, p. 124) e é o gestor da barbárie social ocasionada pela progressiva substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (JAPPE, 2013, p. 264). A tendência global na contemporaneidade é a atuação do Estado nos moldes neoliberais, que, mais precisamente, se referem à reação do capital frente à crise imanente, manifestada mais intensamente com a saturação do regime de acumulação fordista. O que se evidencia com essas mudanças na forma de ação e regulação do Estado é a adaptação necessária do capital à crise imanente ao seu processo de reprodução.

O capitalismo está em constante movimento como uma totalidade aberta. Ele se transforma e se adapta incluindo novas relações e destruindo outras. As crises são a expressão dos limites internos e externos do processo de reprodução do capital, em geral, materializada nos capitais individuais. A crise não é cíclica, é potencialmente terminal e indica que não há um ponto de retorno aos tempos áureos da acumulação. O futuro tornou-se um presente estendido e interminável marcado por “expectativas decrescentes” (ARANTES, 2014, p. 44).

Essa tese não se propõe a apontar as possíveis soluções à crise ou mesmo apontar um novo tipo de sociedade que nascerá dessa crise com um modelo pronto e acabado. Não se utilizará um pensamento teleológico como um *Deus ex machina*⁵ para os resultados da pesquisa, que seriam quase dados de antemão. O que virá após a crise terminal ainda está em aberto e é desconhecido, o que se pode verificar no presente e no passado é que o futuro será de forte movimento reacionário por parte de quem está no poder e de resistência e luta de quem está sendo oprimido e isso pode ser dito em vista do que se verifica no presente.

Há a necessidade de se religar os nexos dos fenômenos no e do espaço ao movimento da totalidade. Deve-se considerar uma totalidade aberta, fluida e em constante processo de totalização. Por conseguinte, o pensamento que quer

⁵ Termo surgido nas peças teatrais da Grécia antiga que significa, literalmente, “Deus surgido da máquina”. Esse termo faz sentido no contexto das peças teatrais daquele tempo, que, em meio a temas filosóficos e morais tão complexos para a época, boa parte dos enredos dessas histórias eram resolvidos com o aparecimento de divindades onipotentes e oniscientes içadas por um jogo de cordas e roldanas sustentadas por pilastras e cavaletes. Então, o termo “Deus da máquina” tornou-se àquele tempo uma expressão utilizada para descrever soluções abruptas, rápidas e fáceis para situações complexas.

compreender a totalidade não pode ser engessado. De acordo com Lefebvre (1995 [1947], p. 90) “todo pensamento é movimento”. A fala de Lefebvre se conecta com o que está na base da dialética marxiana, em que o mundo não é um conjunto de coisas prontas e acabadas, mas um conjunto de *processos* ancorados nos movimentos das forças produtivas da sociedade (NETTO, 2011, p. 31-35). Portanto, um pensamento estático não pode captar esse movimento e se furta da possibilidade de uma análise radical. A ideia de uma análise radical proposta para este estudo vem para se contrapor às interpretações que não alcançam a raiz de questões tão importantes para que se possa colocar com mais propriedade diante de um mundo que, de forma ampliada, se volta para o obscurecimento das suas leis. Fenômenos concretos, como as requalificações urbanas de Belo Horizonte, possuem sua face abstrata que se esconde atrás da concretude de suas formas, funções, estruturas e processos. Entende-se que, com a sua inscrição no processo de produção e de circulação como uma mercadoria, o espaço está sujeito às contradições e crises que são imanentes ao modo de produção capitalista.

Algo que confere uma perspectiva de conjunto para o que foi discutido até o momento caminha no sentido de enfatizar que o capitalismo não chegará a um fim por conta dos seus limites internos, desenvolvendo até o limite todas as forças produtivas que contém. Conforme Lefebvre (1976, p. 21) “o capitalismo encontrou formas de atenuar (ou mesmo resolver) suas contradições internas”, a preço elevado, porém, sabe-se que o fez “ocupando o espaço, produzindo o espaço”. No mesmo sentido, Harvey (2005, p. 62), em texto publicado em 1975, entende que “o capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão” de modo que “para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação”. Este somente viabiliza a sua sobrevivência produzindo espaço. Importante o apontamento de que os autores escreveram esses textos na década de 1970, momento em que as economias nacionais baseadas, principalmente, nos mercados internos viam os limites para a sua reprodução bem próximos e começavam a intensificar estratégias para uma reprodução em um espaço mais amplo, o espaço global. Havia, naquele tempo, uma nova rodada de acumulação em marcha, pois havia um mundo todo a ser explorado pela frente, no entanto, o capitalismo de hoje já começa a esbarrar no esgotamento dessas possibilidades de uma reprodução extensiva pela produção de um espaço global.

Nesse sentido, há o acirramento das lutas em todas as frentes; entre setores do capital, entre os diversos capitais individuais, entre as classes sociais, grupos e indivíduos. As crises de valorização se manifestam no espaço, no urbano e no rural, e torna-se pertinente investigar seu processo de concretização no espaço, que concretizam, dissimulam, ampliam, ou atenuam a falência do conjunto de relações fetichistas.

Em relação às etapas da investigação presente nesse estudo, o *capítulo 1* discute a natureza da crise e do fetichismo. O *capítulo 2* discute as crises recentes do capitalismo e mostra que em todas elas o capital atingiu seu limite estrutural. Embora esses períodos de crescimento e crise tenham recebido adjetivações diversas, a essência das crises é a mesma. O *capítulo 3* mostra como o espaço entrou no processo de reprodução do capital e os desdobramentos desse fenômeno na contemporaneidade. O capítulo 4 continua a discussão da perspectiva espacial das crises, tratando especificamente das requalificações urbanas, conferindo uma especial atenção ao caso de Belo Horizonte.

PARTE I – A DESMEDIDA DO CAPITAL

CAPÍTULO 1 – A CRISE NA REPRODUÇÃO DO CAPITAL: DO FETICHE DA AUTOVALORIZAÇÃO À DESSUBSTANCIALIZAÇÃO

1.1 Introdução

Por ensejar uma reflexão que investiga a crise em seus aspectos abstratos e concretos, faz-se a opção por iniciar essa jornada pelo entendimento da crise a partir de Marx e de estudos de autores que se debruçaram sobre o tema. Em busca de refutar o senso comum acerca da ocorrência da crise, ou mesmo a tendência em adjetivá-la como crise ambiental, crise das hipotecas, crise urbana, crise do petróleo, crise disso ou daquilo, discuto sua natureza imanente ao modo de produção capitalista caracterizada pela desvalorização das mercadorias e pela dessubstancialização do capital. Há, portanto, a necessidade de se compreender a crise sem fetichizá-la. Em vista disso, a discussão que será travada nos capítulos subsequentes acerca da urbanização mostrará que não se trata exatamente de uma crise urbana, mas que a cidade foi incluída no turbilhão que é a reprodução do capital.

Adentrando o mundo das mercadorias, busca-se revelar a sua natureza fetichista e desmedida, propensa à crise, situação própria da forma-valor, relação social que tem como princípio básico o movimento em busca de valorização. Essa necessidade imanente e desmedida é um princípio que obriga o capital a incluir em seu processo de reprodução um complexo conjunto de relações sociais, especialmente o trabalho vivo; entretanto, tem como tendência expulsá-lo para aumentar a produtividade em um acirrado processo concorrencial. A crise é, então, interna ao capital no que se refere à relação dialética entre suas categorias, mas, também, é externa pelo fato de o processo de valorização derivar de uma relação social que, tendencialmente, incorpora como momentos de sua reprodução o conjunto das demais relações sociais. Os níveis de acumulação dos ciclos anteriores tornam-se barreiras a serem superadas no próximo ciclo para a sua reprodução ampliada e a superação dessas barreiras envolve intervenções no conjunto das relações sociais. A característica dessas relações fetichistas colocam todos na

condição de vendedores e consumidores individuais de mercadorias imersos em um acirrado processo concorrencial.

1.2 A questão do método em Marx para revelar o fetiche

Iniciemos por uma reflexão acerca do método marxiano de investigação para, assim, avançar no entendimento da natureza do modo de produção capitalista para além da simples descrição do *aparente*. O método em Marx é algo não muito bem explicitado pelo autor ao longo de sua obra, no entanto, é uma de suas maiores contribuições ao pensamento social crítico. Sua forma de pesquisar o permitiu ver para além do fetiche das relações aparentes impostas pelo capital e revelar seu modo fetichista de operação. A dialética marxiana, em princípio, promoveu a passagem da visão idealista e religiosa de Hegel pela materialista e ateia de Feuerbach, a qual também supera subseqüentemente. Para esse Marx ainda influenciado por Feuerbach, o mundo real, material, aparece como o primordial, gerando efeitos sobre a mente, as ideias e o espírito. É o desenvolvimento das forças produtivas e o próprio processo de vida real que condicionam as representações que os homens constroem de si mesmos e não o oposto (MARX, 2007 [1845], p. 94), como na dialética hegeliana.

A dialética hegeliana mostrou a existência das contradições, porém, Hegel “acreditou poder definir abstratamente a contradição em geral”, cristalizando em abstrato o movimento do real como um método absoluto (LEFEBVRE, 2011 [1948] p. 33-34). Em seu método de análise, “Hegel chegou à ilusão de conceber o real como o resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move se por si” como se fosse o abstrato que produzisse o concreto (MARX, 2008 [1859], p. 259). Marx, por seu turno, evidencia o movimento permanente do real, sendo o método apenas um guia, uma orientação, indispensável para capturar a essência de cada objeto (LEFEBVRE, 2011 [1948] p. 33-34). Ademais,

de cada realidade é preciso capturar as suas *contradições particulares*, o seu movimento individual (interno), a sua qualidade e as suas transformações bruscas. A forma (lógica) do método deve, então, subordinar-se ao conteúdo, ao objeto, à *matéria* estudada; ela permite abordar de forma eficaz seu estudo, captando os aspectos mais gerais dessa realidade, mas não substitui jamais a pesquisa científica por uma

construção abstrata. [...] Assim, as ideias que se tem sobre as coisas – o mundo das ideias – não são mais do que o mundo real, *material*, expresso e *refletido* na cabeça das pessoas [...] (LEFEBVRE, 2011 [1948] p. 33, grifos do autor).

Nessa acepção há uma relação dialética permanente entre o mundo empírico e a dimensão abstrata, pois, “separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor” (MARX, 2007 [1845], p. 95). Marx foi capaz de transitar do empírico ao abstrato para compreender o constante movimento da realidade. Nessa linha, Marx também critica Feuerbach por não ver o caráter socialmente produzido de certas instâncias do real, como, por exemplo, “o sentimento religioso”, visto por ele apenas como algo em abstrato desconectado de uma forma de sociedade. Marx argumenta que “toda vida social é essencialmente prática”, assim, “todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática” (MARX, 2007 [1845], p. 534).

O aprofundamento na dialética de Marx requer a compreensão de que a dimensão aparente da realidade, empírica, esconde, ao mesmo tempo em que revela, sua essência, abstrata, muito embora sua essência também componha o que se convém chamar de realidade concreta. Mas, o que é a realidade concreta? Para Marx (2008 [1859], p. 258), o concreto é a “síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso”. Realidade concreta é “um *todo indivisível de entidades e significados*, sendo composta por múltiplas determinações, o que faz da compreensão de sua totalidade algo impossível (KOSÍK, 1976 [1961], p.24). A partir de sua definição de realidade concreta, Kosík (1976 [1961], p. 10) chama de “pseudoconcreticidade” a dimensão estritamente fenomênica da realidade em que reina o senso comum oriundo de uma práxis utilitária, fetichizada, que torna a realidade uma ficção e ficção a realidade. É preciso que se vá para além dessa pseudoconcreticidade, que se vá para além do fetiche e que permita o conhecimento do mundo real. Muito embora Karel Kosík entenda que o fenômeno seja a dimensão do senso comum, algo que esconde a essência, ele aponta acertadamente que

o mundo fenomênico, porém, não é algo independente e absoluto: os fenômenos se transformam em um mundo fenomênico na relação com a essência. O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. Se assim fosse efetivamente, o fenômeno não se ligaria à essência através de uma relação íntima, não poderia manifestá-la e ao mesmo tempo escondê-la; a sua relação seria reciprocamente externa e

indiferente. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível (KOSÍK, 1976 [1961], p. 12).

No mesmo sentido, Lefebvre (1995 [1947] p. 111-112) mostra que não se deve separar as dimensões concretas e abstratas da realidade, pois

concreto e abstrato não podem ser separados; são dois aspectos solidários, duas características inseparáveis do conhecimento. Convertem-se incessantemente um no outro: o concreto determinado torna-se abstrato; e o abstrato aparece como concreto já conhecido. Penetrar no real é superar o imediato – o sensível – a fim de atingir conhecimentos mediatos, através da inteligência e da razão. O empirismo tem razão ao pensar que se deve partir do sensível, mas erra quando nega que seja necessário superar o sensível; o racionalismo tem razão em crer nas “ideias”, mas erra ao substancializá-las metafisicamente situando-as fora do real que elas conhecem. [...] Assim a verdade do abstrato reside no concreto. Para a razão dialética, o verdadeiro é o concreto; um momento do movimento, uma etapa, um meio para captar, analisar e determinar o concreto (LEFEBVRE, 1995 [1947] p. 112-113).

Os aportes de natureza teórica são obtidos, portanto, pelo movimento do pensamento do pesquisador ao interpretar os fenômenos. O pensamento abstrato acerca de determinado fenômeno compõe um novo cabedal teórico que permitirá ao sujeito interpretar a mesma realidade, em constante movimento, porém, com um olhar mais apurado.

Em Marx não se encontra uma aprofundada explicação do seu método, o método dialético. O que há em suas obras são passagens diversas em que seu método se evidencia em suas formas de investigação, de análise e de exposição de suas descobertas. Até por isso, seu método costuma ser mal compreendido. Em resposta a um crítico de sua obra Marx, esclarece sua perspectiva acerca da dupla forma da mercadoria e, concomitantemente nos dá uma grande explanação de seu método.

De início, eu não começo nunca dos “conceitos”, nem, por isso mesmo, do “conceito de valor”, motivo pelo qual não tenho porque “dividir” de modo algum este “conceito”. Eu parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria”. Analiso esta e o faço fixando-me, antes de tudo, na forma sob a qual se apresenta. Descubro que a “mercadoria” é de uma parte, em sua forma material, um objeto útil ou, noutros termos, um valor de uso, e de outra parte, encarnação do valor de troca e, deste ponto de vista “valor de troca” ela mesma. Continuo analisando o “valor de troca” e encontro que este não

é mais do que uma “forma de manifestar-se”, um modo especial de aparecer o valor contido na mercadoria, em vista do que, procedo à análise deste último. Por isso digo literalmente: “No começo deste capítulo dizíamos seguindo a forma de expressão tradicional: a mercadoria é valor de uso e valor de troca. Em rigor, esta afirmação é falsa. A mercadoria é valor de uso, objeto útil, e ‘valor’. A partir do momento em que seu valor reveste uma forma própria de manifestar-se, distinta de sua forma natural, a mercadoria revela este duplo aspecto seu”, etc. Como se vê, eu não divido o valor de uso e valor de troca, como termos antitéticos em que se decompõe o abstrato, o “valor”, apenas afirmo que, a forma social concreta do produto do trabalho, da mercadoria, é por uma parte valor de uso e por outra parte “valor”, não valor de troca, posto que este é uma simples forma de manifestar-se e não seu próprio conteúdo (MARX⁶, 2011 [1881], p. 174).

Netto (2011, p. 20), em um estudo dedicado ao método de Marx, mostra que para se compreender o método de Marx é preciso começar pelo seu entendimento do que é teoria. Para Marx “o conhecimento teórico é *o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20). Nesse sentido, “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento)” (NETTO, 2011, p. 20). No mesmo sentido, Kosík (1976 [1961], p.26-27) nos diz que teoria é uma “projeção espiritual da realidade” e “a *substância é o próprio movimento da coisa ou a coisa em movimento*”.

Contudo, o fetichismo pelo qual o mundo concreto sob o comando do capital se oculta e se revela faz com que a dimensão abstrata e contraditória dessa realidade tente se passar despercebida, como se não estivéssemos inseridos na lógica da valorização, do trabalho abstrato, do dinheiro, da mercadoria, do capital. Por esse motivo, Marx entende que, no momento da pesquisa, a matéria deve ser apropriada e estudada em detalhes, descobrindo suas relações internas (LEFEBVRE, 2011 [1948], p. 30). No momento da exposição, por sua vez, “a vida do objeto” e o movimento da matéria estão expressos nas ideias expostas de tal modo que parecem construções “*a priori* da coisa descrita” (LEFEBVRE, 2011 [1948], p. 31). Em *O capital*, livro I, por exemplo, o método de exposição da pesquisa se inicia pela chamada teoria do valor, a essência, e chega ao final do livro III tratando de

⁶ Esse texto encontra-se disponível em português por conta da tradução feita por Evaristo Colmán, em junho de 2011, no periódico *Serviço Social em Revista* com o nome de *Glosas marginais ao “Tratado da Economia Política” de Adolfo Wagner – Karl Marx*.

dimensões mais concretas, como a formação dos preços, a concorrência e o lucro. Nessa perspectiva, o método de exposição de Marx reflete o encadeamento lógico das categorias, não meramente a ordem histórica do acontecimento dos fatos. No prefácio do livro I de *O capital*, Marx diz que

é mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição e o método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. [...] Para mim, ao contrário [do pensamento de Hegel], o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2011 [1867], p. 29, prefácio).

Ademais, em sua análise acerca do método de Marx, Rosdolsky (2001, p. 39) afirma que para Marx “‘ir do concreto ao abstrato’ é o único método científico adequado para ‘apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como concreto pensado’” e “o pensamento só pode compreender plenamente o concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples”.

1.3 Da positividade da economia política clássica à negatividade de Marx em relação ao capitalismo

Em estudos anteriores aos de Marx, como os da chamada economia política clássica, que têm como principal representante Adam Smith, preocupavam-se, primordialmente, com a riqueza produzida por uma determinada nação, mais do que faziam uma simples apologia à acumulação da burguesia. Em suma, havia um entusiasmo desses autores em relação a essa estrutura. Para tal tarefa, Smith propunha a divisão do trabalho como o fator fundamental do aumento da produtividade de qualquer nação desenvolvida, por conta da forte especialização dos trabalhadores no exercício das atividades produtivas. Tomando como exemplo uma pequena manufatura que fabricava alfinetes se utilizando da divisão do trabalho, Smith argumenta que houve aumentos significativos de produtividade devido à especialização dos trabalhadores em pequenas funções (SMITH, 1996 [1776], p. 65-66).

O capitalismo do século XIX foi marcado pela busca da liberdade dos mercados e da livre iniciativa por parte dos capitalistas perante o Estado. Com base

nos escritos de Adam Smith, no século XVIII, se defendia o pressuposto de que a “mão invisível” dos mercados pode regular a própria dinâmica do processo de acumulação. A concorrência, nessa perspectiva, é vista como o principal fator de regulação dos mercados por si mesmos e sua atuação passa pelo fato de a *lei da oferta e da demanda* se encarregar de regular os preços das mercadorias. Para Smith,

a quantidade de cada mercadoria colocada no mercado ajusta-se naturalmente à demanda efetiva. É interesse de todos os que empregam sua terra, seu trabalho ou seu capital para colocar uma mercadoria no mercado, que essa quantidade não supere jamais a demanda efetiva; e todas as outras pessoas têm interesse em que jamais a quantidade seja inferior a essa demanda. Se em algum momento a quantidade posta no mercado superar a demanda efetiva, algum dos componentes de seu preço deverá ser pago abaixo de sua taxa natural. (1996 [1776], p. 111).

Essa crença na capacidade de autorregulação dos mercados é permeada por um entendimento de que é preciso deixar a iniciativa privada livre para obter ganhos individuais, pois a caridade ou o trabalho voltado para interesses comuns a todos desmotiva os trabalhadores e os capitalistas a despenderem sua força de trabalho e seu dinheiro, respectivamente. Desse princípio deriva a célebre frase de Smith: “não é da benevolência do açougueiro, do vendeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas do respeito que eles têm pelo próprio interesse” (HEILBRONER, 1996, p. 55). Nesse sentido, a ganância privada seria como um combustível para os sujeitos produzirem mais e a sociedade como um todo se “beneficiaria” por obter produtos diversificados e a preços mais baixos. Nota-se a positividade de Smith em relação ao mercado e à individualização dos interesses no processo de desenvolvimento de uma nação.

Há em Bernard de Mandeville ideias que poderiam estar na base desse pensamento de Smith acerca da liberdade de acumulação privada. Na introdução de *A Riqueza das Nações*, Edwin Cannan (SMITH, 1996 [1776], p. 51) aponta a possível influência que Bernard de Mandeville teve na formação desse pensamento em Smith. Mandeville entendia que os “vícios privados” geram “benefícios coletivos”. De modo geral, esse autor acreditava que a prosperidade de uma sociedade somente acontece se houver vícios privados. Seriam os vícios privados, não as ações coletivas, que levam ao desenvolvimento da sociedade. Mandeville (2017

[1714], p. 7) entende que o que torna os homens animais sociáveis não é seu “desejo de companhia, bondade, piedade e afabilidade” e são suas características mais “vis e odiosas” as aptidões mais necessárias para ajustá-lo nas mais prósperas sociedades. Para expressar esse seu pensamento acerca da natureza humana, este autor desenvolveu uma história fictícia que servia como sátira para a sociedade e a denominou de “*A fábula das abelhas ou vícios privados, benefícios públicos*”. O texto, escrito em 1714, conta a história de uma próspera colmeia, cuja prosperidade era decorrente dos vícios privados de suas abelhas. Dizia na fábula: “cada parte está cheia de vícios // o todo, porém, era um paraíso” (MANDEVILLE, 2017 [1714], p. 27). Nessa fábula, a partir do momento em que houve o cerceamento dos vícios privados por uma divindade surgida como um *Deus ex machina*, Júpiter, foi-se embora a prosperidade da colmeia.

*Mas Júpiter, tomado de indignação,
Por fim jurou, encolerizado, que livraria
A zunidora colmeia da fraude; e assim o fez.
Nesse mesmo instante ela desapareceu,
E a honestidade encheu seus corações [...]*

*Em meia hora, ao longo de toda a nação
A carne baixou um centavo de libra.
As máscaras da hipocrisia de grandes
Estadistas a palhaços, caiu por terra.
Algumas, de conhecido semblante tomado de empréstimo,
Pareciam estranhas ao serem elas mesmas.
Os tribunais ficaram em silêncio dali em diante,
Pois agora as devedoras de bom grado pagam
Mesmo o que suas credoras esqueceram,
Que, por sua vez, quitaram a das que não podiam pagar.
As equivocadas se emudeceram,
Desistindo de vexatórios processos remendados;
Nada podia prosperar menos
Que advogadas numa colmeia honesta;
Todas, exceto às que ganhavam bastante,
Com seus tinteiros de chifre, bateram em retirada.*

*A justiça enforcou umas e pôs em outras em liberdade;
E após livrar-se do cárcere,
Não sendo mais necessária sua presença,
Com seu cortejo e pompa se retirou
(MANDEVILLE, 2017 [1714], p. 33-35)*

Mandeville queria mostrar que a falência dessa colmeia com o desaparecimento dos vícios privados de suas abelhas, corroborava sua tese de que a natureza humana é movida pelos vícios privados e esses vícios obrigavam a

sociedade a criar mecanismos para contê-los. Sem esses vícios todo um conjunto de atividades perde seu sentido social.

*Assim o vício torna-se benefício
Quando aparado e limitado pela justiça;
Ora, quando um povo quer engrandecer,
O vício é tão necessário ao Estado,
Quanto à fome que nos faz comer.
(MANDEVILLE, 2017 [1714], p. 47).*

Essa metáfora de Mandeville provavelmente serviu para Smith como inspiração e ambos defendiam uma noção de que o desenvolvimento de uma sociedade deveria ser focado na lógica privada do indivíduo. Como será mostrado nos próximos tópicos com mais detalhes, a perspectiva marxiana é crítica à esfera da concorrência, local em que os diversos interesses dos capitais privados competem pelos mesmos recursos, por não entendê-la como promotora de prosperidade, mas ser o que torna o capital um modo de produção que nega a si mesmo.

Conforme bem salienta Thompson (1998, p. 160-161), os estudos de Smith traziam uma espécie de “nova economia política”, mais racionalizada e voltada para os interesses do mercado, que se sobrepôs à “economia moral”, a economia prática que existia na época. A “economia moral” prevalecia em um mercado fortemente controlado por um Estado paternalista, mas que sofria forte influência também dos motins dos pobres, motins motivados pela fome (THOMPSON, 1998, p. 150-151). A percepção que se tinha na época era a de que aquele Estado absoluto, no qual o soberano possuía poderes ilimitados, atrapalhava a livre circulação das mercadorias e a própria acumulação. No entanto, Thompson (1998, p. 164) mostra, citando o caso de um mercador, como a “mão invisível” e o “*laissez-faire*”⁷, na prática, não eram completamente eficientes, pois muitos obtinham ganhos extras “operando o mercado”.

⁷ Smith trouxe a ideia de *laissez-faire*, termo em francês que significa algo como “deixe agir”, da escola francesa de economia conhecida como fisiocratas, especialmente de Quesnay, a quem Smith nutria grande admiração. Entretanto, o principal erro dos estudos de Quesnay foi atribuir a verdadeira riqueza de uma nação ao desenvolvimento da agricultura, pelo fato de a França naquele momento não possuir uma generalização da indústria como no Reino Unido, sendo que “os trabalhadores da indústria e do comércio apenas alteravam a sua forma, mas de maneira ‘estéril’” (HEILBRONER, 1996, p. 49). Nessa perspectiva, a terra que gera a riqueza e não o trabalho (HEILBRONER, 1996, p. 50). Smith, por seu turno, atribuía a riqueza de uma nação ao desenvolvimento da atividade industrial.

O *laissez-faire* e o Estado liberal tornaram-se insustentáveis com a crise de 1929. No entanto, as crises do começo e do final do século XIX, intercaladas com a grande expansão do capitalismo da época, já denunciavam os limites da acumulação (HOBSBAWM, 1979, p. 46). O período de 1848 a 1870, aliás, foi o momento histórico no qual as grandes potências da época tornaram-se grandes potências industriais e o mundo tornou-se capitalista (HOBSBAWM, 1979, p. 45). Nesse período, o aumento das forças produtivas e a consequente mundialização do capital demandaram a ampliação das redes de telégrafo, das máquinas a vapor e das estradas de ferro (HOBSBAWM, 1979, p. 45), infraestruturas básicas para a acumulação.

Em contrapartida à positividade que a economia política clássica conferia ao processo de acumulação, os estudos a partir de Marx demonstraram a propensão desse modo de produção às crises. Suas categorias conectadas com o todo são negativas no sentido de que estabelecem uma crítica radical ao capital. Já nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, Marx, pela primeira vez, dialogava como os escritos da economia política clássica e suas análises, ainda em estágio embrionário, mostravam avanços em relação ao entendimento de temas como a propriedade privada, o trabalho e o dinheiro. No *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels também já faziam apontamentos acerca de temas cruciais, como a tendência expansionista do capital, bem como a existência das crises. Os autores alertavam para a formação de um mercado mundial que acelerou prodigiosamente o comércio e aumentou a magnitude dos capitais (MARX e ENGELS, 2007 [1848], p. 49). A configuração de um mercado mundial aparece com uma tendência inevitável, pois o capital não pode existir sem revolucionar continuamente os meios de produção, por conseguinte, as relações de produção, isto é, o conjunto das relações sociais (MARX e ENGELS, 2007 [1848], p. 50). Os autores percebem toda a volatilidade que essa marcha para frente acarreta pela dissolução rápida de todo tipo de relações e a busca de mercados novos fez a burguesia invadir e redefinir todo o globo terrestre. Ela “necessita instalar-se em toda parte, explorar em toda parte, estabelecer relações em toda parte” e sua arma mais poderosa são os baixos preços de seus produtos, os quais “obriga todas as nações a adotar, sob pena de extinção, o modo de produção da burguesia”, assim engendrou para si um mundo à sua imagem e semelhança (MARX e ENGELS, 2007

[1848], p. 51-52). Vale lembrar que o *Manifesto* foi escrito em um momento no qual o capitalismo ainda não era generalizado por todo o planeta, apenas havia as tendências. Ainda sobre o *Manifesto*, um livrinho de bolso, que, embora pouco desenvolvido teoricamente, ainda é, curiosamente, muito atual, pode se dizer que está mais atual do que nunca. Na seguinte passagem se vê a atualidade desses escritos:

é suficiente mencionar as crises comerciais que, por sua periodicidade, ameaçam cada vez mais a existência de toda a sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não somente uma grande parte dos produtos fabricados, mas também uma grande parte das forças produtivas já existentes. Nessas crises irrompe uma epidemia social que, em qualquer outra época, teria parecido absurda: a epidemia da superprodução. A sociedade se vê subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; parece que uma carestia, uma guerra de extermínio lhe tivessem cortado todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas de que dispõe não favorecem mais a civilização burguesa e o regime da propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para esse regime que então passa a ser por elas tolhido; e sempre que as forças produtivas sociais vencem esse obstáculo, lançam na desordem toda a sociedade burguesa e ameaçam a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas se tornam demasiado estreitas para conter a riqueza por elas gerada. E de que modo a burguesia poderá suplantar essas crises? De um lado, destruindo pela violência uma massa de forças produtivas; de outro, conquistando novos mercados e explorando mais intensamente os antigos. Quais são os efeitos disso? A preparação de crises mais gerais e mais poderosas e a diminuição dos meios de preveni-las (MARX e ENGELS, 2007 [1848], p. 53-54).

Cerca de cento e setenta anos após sua publicação, qualquer análise séria acerca do mundo atual não consegue desconstruir totalmente essa passagem. Ao contrário, o aprofundamento das análises que partem desses *insights* contribuem para uma compreensão dos tempos e espaços em que a humanidade vive. Guerras e conflitos diversos no âmbito dos Estados e grandes empresas se remetem ao que está colocado no *Manifesto* como tendências. O capitalismo tem, portanto, a expansão e a crise como tendências imanentes à sua existência, que contrariam a positividade atribuída pelos economistas políticos clássicos. A intenção de Marx era, exatamente, desenvolver os temas não desenvolvidos por esses economistas, os quais permitem o entendimento da real natureza do capitalismo, para além dessa positividade fantasiosa. Nos *Grundrisse* Marx diz que

o fato de que há contradições contidas no *capital*, nós somos os últimos a negar. Nosso objetivo é, na verdade, desenvolvê-las completamente. Ricardo, entretanto, *não as desenvolve*, mas se livra delas ao considerar o valor de troca como indiferente para a formação da riqueza. Em outras palavras, ele sustenta que em uma sociedade baseada no valor de troca e na riqueza resultante de tal valor não existem as contradições às quais essa forma de riqueza é compelida com o desenvolvimento das forças produtivas etc., que em tal sociedade um crescimento do valor não é necessário para garantir o crescimento da riqueza e, conseqüentemente, que o valor como a forma de riqueza não afeta de modo algum essa própria riqueza e seu desenvolvimento, *i.e.*, ele considera o valor de troca como puramente *formal* (MARX, 2011 [1857-1858], p. 442).

Para Martins (1999, p.16), não se pode dizer que Marx tenha feito apenas uma leitura dos economistas políticos clássicos, o que fez foi “decifrar o hieroglífico mundo das mercadorias por eles parcialmente desvendado ao se debruçarem sobre os fundamentos econômicos da sociedade capitalista”. A economia política, por meio de uma lógica formal, apreendeu a acumulação apenas por sua “aparência manifesta”, não dando conta da “produção enquanto criação de mais-valia, a qual as demais formas são derivadas ou secundárias” nem tampouco das “relações de produção, que são seus conteúdos e por elas se manifestam” (MARTINS, 1999, p. 17).

1.3.1 O segredo oculto da mercadoria: o duplo caráter do trabalho

A primeira aproximação com a mercadoria, o trabalho e o valor será feita por uma leitura pessoal de Marx com o auxílio de alguns autores que são conhecidos como estudiosos e críticos do valor. A mercadoria contém em si um conjunto de relações sociais capazes de mudar os rumos da história, da geografia, da economia, da cultura, da política, em razão de, no capitalismo, tudo o que conhecemos tender a ser transformado em mercadoria, caso possa ser incluído em algum processo de valorização. Esse poder que a mercadoria possui provém de seu duplo caráter e do duplo caráter do trabalho que a produz. Antes de adentrar a essas questões, é preciso que sejam feitas algumas considerações iniciais. Quando se fala de mercadoria não deve confundi-la com os diversos produtos que se encontram nos mercados, pois Marx usa o termo para se referir “a mais básica relação social da sociedade capitalista” (POSTONE, 2017, p. 44). Na mesma linha de raciocínio, Jappe (2013, p. 26) diz que a forma mercadoria é um elemento teórico, “uma forma

particular que uma parte, maior ou menor, dos ‘bens’ assume em certas sociedades humanas”. O modo como o próprio Marx inicia o capital, tratando da mercadoria e seus “dois fatores”, deixa claro que esta é “a forma elementar da riqueza” no contexto da produção capitalista, pois ela é capaz de satisfazer as necessidades humanas, por ser útil, e essa utilidade demanda “a invenção de medidas, socialmente aceitas, para quantificar coisas úteis” (MARX, 2011 [1867], p. 57). A fala inicial de Marx já deixa evidente como o valor se escora no valor de uso para ganhar sentido social, quando os produtos do trabalho assumem a forma de mercadoria, o que será discutido mais adiante.

A teoria do valor de Marx, apresentada logo no início de *O Capital*, representa a faceta abstrata, teórica, do processo social organizado em torno da valorização do valor. Esta relação social ancorada na forma valor é a base e o sentido objetivo do processo de acumulação capitalista, baseado na exploração e na acumulação de trabalho alheio. Para que não se pense que as categorias e conceitos que aparecem em *O Capital* são puras, ou seja, frutos da mente criativa de seu criador, pode-se dizer que para Marx o valor é uma forma social de riqueza, uma relação social, portanto. Marx precisou iniciar sua pesquisa pela mercadoria para chegar ao valor e ao dinheiro como sua estrutura (JAPPE, 2013, p.24). Metodologicamente, a dialética marxiana não preconiza que se comece uma análise pelas ideias, com suposições, é preciso investigar a materialidade à exaustão para extrair delas suas determinações, pois “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 2007 [1845], p. 94).

Partindo da mercadoria e de seus mistérios, há a necessidade de se conhecer a sua natureza e as contradições que ela contém dentro de si. A principal contradição é seu duplo caráter, pelo fato de unir em si *valor* e *valor de uso*, é o centro dessa contradição e que precisa ser bem compreendida para que se entenda a sua natureza. No limite, a necessidade social de uma mercadoria expressa no valor de uso passa a ser o que esconde e dá sentido ao valor. Em um pequeno artigo publicado com o nome de *Adeus ao valor de uso*⁸, Kurz (2004) afirma que a categoria já possui caráter negativo e precisa ser abolida juntamente com o valor, e não exaltada como o lado bom da mercadoria, pois “o valor de uso já está

⁸ Texto publicado em 2004 com o nome de *Abschied vom Gebrauchswert*.

totalmente degradado em função do valor de troca”. Sobre o comando do capital, a utilidade e a necessidade expressas no valor de uso já contém em si uma faceta objetiva. A crítica ao valor de uso feita por Robert Kurz remete corretamente a crítica de Marx à economia política, pois mostra uma curiosa situação em que o trabalho útil produz mercadorias inúteis, produzem mais do que o necessário. Não são mais as necessidades humanas que definem o que será produzido. Vale a ressalva de que Marx considerava que algo pode ser valor de uso sem ser valor, porém, em modos de produção não capitalistas.

Começando seus estudos pela mercadoria, Marx descobriu o seu duplo fator e, conseqüentemente, o duplo caráter do trabalho empregado em sua produção. As mercadorias possuem uma contradição interior fundamental; o valor de uso, relação social de natureza qualitativa referente à satisfação das necessidades dos compradores, se funde com o valor, relação que se manifesta quantitativamente por meio do valor de troca (JAPPE, 2013, p. 26). Os valores de uso são incomensuráveis entre si, o que torna as trocas algo impreciso, ao contrário do valor (JAPPE, 2013, p. 26). Por isso, a motivação de quem investe seu dinheiro, representação monetária do valor, na produção de uma mercadoria qualquer é a produção de valor excedente, mais do que de valor de uso, pois este último interessa apenas a quem irá consumir o produto. Na mercadoria, todo o *trabalho concreto*, útil, produtor de valores de uso cristalizado nos produtos, ao fim e ao cabo, é reduzido “a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato” (MARX, 2011 [1867] p. 60). Na mercadoria, o valor de uso e o valor se fundem. Sendo o trabalho concreto e o trabalho abstrato o duplo caráter do trabalho, a subordinação do trabalho ao capital impregnou o valor juntamente ao valor de uso e o trabalho abstrato ao concreto, inscrevendo-os no processo de valorização.

Em 1842, Marx escreveu um de seus últimos artigos para a Gazeta Renana, denunciando o fato de o recolhimento de madeiras ter se tornado um crime por aquelas terras. A discussão estabelecida nesse referido texto contempla uma crítica ao direito, pois há a percepção de Marx de que o que estava em jogo era o nascimento da propriedade privada enquanto relação de natureza jurídica e a conseqüente transformação da madeira em mercadoria. Nas palavras de Marx (2017 [1842], p. 83), a “medida da propriedade é o valor [...] o valor é a existência burguesa da propriedade, a palavra lógica pela qual ela começa a adquirir

compreensibilidade e comunicabilidade social”. No bom texto de Daniel Bensaïd⁹ utilizado como apresentação do mesmo livro em que Marx trata do roubo das madeiras, o autor ressalta o fato de o valor de uso e o valor tornarem-se indissociáveis nas madeiras, a partir daquele momento, significando que esta passou, então, a circular como mercadoria. Para Bensaïd,

o dilema vem precisamente do fato de que a integração da madeira no circuito de criação de valor comercial torna seu valor de uso e seu valor de troca indissociáveis. O desafio da nova legislação é fazer valer o direito de propriedade distinguindo com rigor os títulos de propriedade dos títulos de necessidade, a economia de troca da economia de subsistência. Em consequência, a evolução do dispositivo de sanções penais institucionaliza novas formas de delinquência e criminalidade social (IN: MARX, 2017 [1842], p. 17).

Para o jovem Marx, o episódio da transformação do recolhimento da madeira em crime passa pelo desenvolvimento de uma legislação que tornou o direito consuetudinário dessas pessoas submetido aos imperativos da propriedade privada. A propriedade privada dos meios de produção se mostrou para aquele jovem advogado como condição para a existência do valor. A importância desse fato histórico se justifica por ter mostrado a Marx o que estava em jogo naquele momento de intensas transformações pelas quais a Prússia, atual Alemanha, passava e que constitui um marco para se compreender a sociedade moderna.

Isto posto, se pode compreender que para o capitalista interessa nas mercadorias que produz o trabalho nela contido enquanto valor, expresso pelo valor de troca. Não se justificam, portanto, discursos superficiais de que o bom empresário está colocando seu dinheiro em circulação produtivamente para contribuir com o bem da sociedade. Isso não se justifica na prática, pois o seu objetivo é exclusivamente obter de volta o seu dinheiro investido acrescido do mais-valor. Ora, não se investe uma soma de dinheiro na produção de mercadorias sujeitas à concorrência e à desvalorização sem se ter a certeza de sua venda somente por querer suprir as necessidades de outras pessoas. Ademais, a valorização do valor vem da exploração do trabalho alheio, não do próprio capital. Essa é uma condição

⁹ O Livro “*Os despossuídos*”, lançado em 2017, traz o artigo original de Marx publicado na Gazeta Renana, até então inédito no Brasil, e um texto de Daniel Bensaïd, “Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres”, que discute o referido artigo de Marx acerca do roubo das madeiras.

e não uma opção. Aos possuidores do capital somente interessa realizar o valor cristalizado nas mercadorias, que já são o resultado da valorização. Para os proprietários das mercadorias os valores de uso daquilo que fabricam interessam enquanto mediação necessária para a realização do valor. Uma analogia que se pode fazer é a estranheza que causa a vida em uma sociedade que produz bilhares de coisas todos os dias as quais os seus donos não importam com elas. O valor de uso é o que torna a mercadoria atrativa para o consumidor e não para o dono do capital. A propriedade privada cria a situação em que, de um lado, coloca-se o valor, abstrato, e, do outro, as necessidades humanas, valor de uso. Conforme Jappe (2013, p. 54), “o dinheiro é a única finalidade da produção” em uma sociedade mercantil, funcionando como uma “universalidade abstrata do valor”, não dos valores de uso. Para o consumidor final, por seu turno, o que interessa é o valor de uso das mercadorias, cuja compra atende apenas às suas necessidades. Esse lado abstrato é definido e controlado pela lei do valor e as necessidades são sanadas pela troca de produtos estranhados de seus produtores. Para Marx (2011 [1867], p. 82), “o valor de uma mercadoria assume expressão fora dela, ao manifestar-se como valor de troca”. A necessidade da troca é, então, um imperativo do capital.

Nesse sentido, “o nexos social entre os indivíduos à primeira vista ‘indiferentes’ é o valor, [...] uma relação social estritamente associada à generalização da troca e não como qualidade neural dos produtos” (GRESPLAN, 1999, p. 56). O nexos social entre as pessoas passa então a se processar por meio da troca de suas mercadorias, que adquirem equivalência abstrata pela redução dos diversos trabalhos alheios ao simples dispêndio de tempo de trabalho socialmente necessário, o valor.

A mercadoria possui, então, um duplo caráter, pois ela é valor de uso e valor, diante disso, evidencia-se o duplo caráter do trabalho que a produziu. O duplo caráter do trabalho que a produziu se pode identificar pelo fato de ser o trabalho concreto o produtor do valor de uso e o trabalho abstrato o produtor do valor. Os produtos do trabalho “só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor” (MARX, 2011 [1867], p. 69). O valor, enquanto uma relação social, se “esconde” atrás do valor de uso e essa situação leva a percepções confusas acerca da realidade que se vive. Como a célula germinal do capitalismo, meio pelo qual o valor se valoriza, a mercadoria contém em

si a articulação dialética entre concreto e abstrato, que é a contradição fundamental da formação social capitalista (JAPPE, 2013 p. 37). Ora, se, por um lado, o trabalho abstrato é o que possibilita a existência dessa dimensão abstrata da sociedade, o valor, este não pode se realizar sem se concretizar no corpo das mercadorias, misturado aos valores de uso. A existência do capital está, portanto, ancorada nessa divisão interna às mercadorias, entre valor e valor de uso, relativa ao duplo caráter do trabalho envolvido em sua produção, trabalho concreto e abstrato.

Torna-se importante uma distinção entre trabalho abstrato e trabalho assalariado. Trabalho abstrato é o trabalho que produz valor e o trabalho assalariado é a manifestação empírica do valor da força de trabalho viva. Em outras palavras, “trabalho assalariado e capital mais não são do que dois estados de agregação da mesma substância: o trabalho abstrato coisificado em valor” (JAPPE, 2013, p. 94). Marx começou sua investigação acerca do processo de trabalho no capitalismo pelo trabalho assalariado, que é sua forma fenomênica a partir da qual abstrai o trabalho abstrato. Assim como o trabalho abstrato, o valor não é empírico e só pode ser descoberto mediante uma paciente análise teórica (JAPPE, 2013, p. 97). Em linhas gerais, a finalidade do trabalho concreto, trabalho útil, é o atendimento das necessidades humanas. O trabalho abstrato, por seu turno, é mais danoso, pois é desmedido e isso leva à perda de referência do capital sobre si mesmo. Não há um fim outro no processo reprodutivo do capital, senão, a mais-valia. Essa última requer o ato de produzir para produzir e acumular para acumular. Desse modo, se pode retirar a aparente inocência de ações que ocorrem guiadas pelo valor, pois não objetivam outra coisa senão os ganhos.

Foram os economistas clássicos, em especial Adam Smith e David Ricardo, os principais estudiosos do valor antes de Marx. Smith, por exemplo, já falava da relação entre os valores de uso e de troca de um bem. Mas foi David Ricardo quem descobriu que o valor de troca se origina do trabalho e não apenas da utilidade ou da escassez desse bem. Nos termos de Ricardo (1996 [1817], p. 23-24), o fato de um produto ser útil não lhe garante valor de troca, pois este é derivado apenas de duas fontes: “de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las”. Nessa acepção, haverá casos em que os preços das mercadorias serão afetados pela sua escassez ou abundância nos mercados e Ricardo cita como exemplo os vinhos feitos com um tipo de uvas específicas que são mais caros.

Ricardo já identificava uma relação elementar entre o trabalho e o valor de troca da mercadoria. Para ele,

se a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca, todo acréscimo nessa quantidade de trabalho deve aumentar o valor da mercadoria sobre a qual ela foi aplicada, assim como toda diminuição deve reduzi-lo (RICARDO, 1996 [1817], p. 23-24).

No entanto, nas abordagens de Ricardo e Smith há imprecisões quanto à relação entre preço e valor, entre valor e valor de troca, entre trabalho concreto e abstrato e lhes faltaram a percepção do porquê de o trabalho médio necessário ser o conteúdo do valor (GRESPLAN, 2019, p. 100). Valendo-se de uma leitura atenta desses economistas políticos clássicos, pelos quais nutria muito respeito, Marx fez correções significativas em sua crítica categorial à economia política. Dizia Marx, nos *Grundrisse*, que “o erro fundamental é que ele [Ricardo] não investiga em parte alguma de onde vem realmente a diferença entre a determinação do valor pelo salário e a determinação pelo trabalho objetivado”, além de Ricardo compreender o valor como uma categoria puramente econômica (MARX, 2011 [1857-1858], p. 407). Em Marx, a distinção entre valor, valor de troca e valor de uso, permitiu descobrir a correta relação entre preço e valor, além de criticar a natureza desse trabalho médio alienado. O valor deve ser entendido como uma relação social fetichista, pois é o modo abstrato como o trabalho aparece cristalizado nas mercadorias que produz.

O valor é deveras sensível às mudanças tecnológicas que incidem sobre a produtividade do trabalho que elevam as forças produtivas. Assim, há a tendência de a concorrência induzir a redução do tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mesma mercadoria, se valendo do aumento do uso de máquinas. Tal cenário pode ter como desdobramento concreto a redução drástica dessa relação de produção, pois deixa de fazer sentido social a compra da força de trabalho vivo nos mercados. No limite, passa a existir, de um lado, uma massa de capital acumulado sem conseguir explorar trabalho e, do outro, uma massa de trabalhadores sobrantes. A crise imanente ao capital deriva, portanto, dessa relação social fetichista nas mercadorias, em sua estrutura.

Retomando a distinção entre tempo de trabalho e tempo de trabalho socialmente necessário, esta permite que seja possível uma compreensão mais

precisa da sociedade capitalista. Descobrimo a existência de um trabalho socialmente necessário, Marx avançou para a noção de tempo de trabalho excedente, não pago. Ora, alcançado o tempo de trabalho necessário não são paradas as máquinas, mas a produção continua e o que for produzido nesse período não é repartido com os trabalhadores, sendo apropriado pelo dono do capital. A produção capitalista é essencialmente a produção de mais-valia (MARX, 2011 [1867], p. 307) e a jornada de trabalho é o período que o capitalista tem para explorar a força de trabalho, cujo valor de uso lhe pertence durante esse período. É uma condição irrevogável do capital o fato de a maior produção de mais-valia depender da diminuição do tempo de trabalho necessário e do prolongamento do tempo de trabalho excedente (MARX, 2011 [1867], p. 368). Essa é a origem contraditória da riqueza no capitalismo, a valorização do capital é oriunda do trabalho, porém, quanto menos valor, mais competitivos os seus produtos no processo concorrencial. Segundo Marx (2011 [1867], p. 271), a alma do capitalista é a alma do capital,

mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna. O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista (MARX, 2011 [1867], p. 271).

1.3.2 O Fetiche da autovalorização e a dominação social

As mercadorias contêm relações sensíveis e suprassensíveis que desafiam a compreensão, pois, além de simples coisas com formas e usos específicos, elas também contêm em si o cerne das contradições da sociedade capitalista, a dupla face do trabalho que as produz. Assustadoramente, no desenrolar do processo social essas mesmas “relações entre homens se apresentam como coisas, e as coisas como seres dotados de uma vontade própria” (JAPPE, 2013, p. 82). Na prática, torna-se curioso o fato de as relações sociais serem ocultadas pelas relações entre as mercadorias, dando a falsa impressão por parte de seus produtores de que elas se movimentam por conta própria (GRESPLAN, 1999, p. 59).

Como se fabricassem e vendessem a si mesmas por conta própria. Marx chama de fetichismo essa “forma fantasmagórica” pela quais as relações sociais entre as pessoas assumem a forma de relações entre coisas (MARX, 2011 [1867], p 94). O fetichismo expressa o fenômeno da pretensa autonomização do capital, que somente se tornou possível pela privatização dos trabalhos alheios igualados na troca entre valores, fazendo com que o controle sobre os produtos produzidos escapasse das mãos de seus produtores (GRESPLAN, 1999, p. 58; Marx 2011 [1867], p. 94). Como desdobramento dessa inversão no seio das sociedades capitalistas, não é incomum se ouvir de um empresário que são os trabalhadores que dependem de sua empresa para sobreviver. Ora, se assim fosse, é como se as mercadorias se valorizassem e se produzissem a si mesmas e o trabalho vivo fosse apenas um detalhe descartável. Como se os salários pagos por ele aos seus funcionários, hoje chamados de colaboradores, fossem mostras de suas boas ações. Essa representação advém da falsa autonomização dos momentos da produção e da circulação, pois a exploração do trabalho pelo capital assume a forma de concorrência entre os próprios capitalistas. Para Jappe (2014, p. 9), o percurso de Marx n’*O Capital*, do livro I ao III, vai do abstrato ao concreto, do valor ao preço, assim, o fetichismo possui uma dimensão abstrata que se concretiza, que “faz parte da realidade básica do capitalismo”. O fetichismo, portanto, é uma consequência direta da existência da mercadoria, do dinheiro, do valor, do trabalho abstrato (JAPPE, 2014, p. 9).

Este e outros tipos de casos práticos são o fetichismo do próprio capital, o misterioso dessa relação é o fato de o conjunto de mediações sociais historicamente determinadas, que se esconde nas mercadorias, devolver aos homens os caracteres sociais do seu próprio trabalho como se fossem atributos naturais das coisas (JAPPE, 2013, p. 82). O fetiche alcançou tal magnitude que os próprios capitalistas são fetichizados quanto às determinações que regem o processo de valorização. Há quem realmente acredite que produz mercadorias por caridade e para o bem da sociedade, mas, no entanto, se encontram imersos completamente em uma estrutura social, cujos produtos do trabalho se “autonomizam” e a forte concorrência os obriga a agir de acordo com as leis do valor. Essa concepção é, além de alienada e alienante, fetichista, pois, se escoram em um mundo invertido no qual o capital se “autonomiza” a ponto de, supostamente, se autovalorizar. Como se o trabalho

abstrato não fosse a causa de sua valorização. Conforme Jappe (2014, p. 11) e os demais autores da linhagem da *crítica do valor*, quem está no comando é “sujeito automático” e não uma “classe dominante”, sendo esses grupos sociais dominantes apenas administradores desse processo e se beneficiam dele. Veremos, adiante, que essa fala de Jappe carece de refinamentos, pois a história humana não foi construída por coisas, foi construída por homens e mulheres. A questão do fetichismo é, justamente, o fato de o modo invertido como o capital se apresenta evoluir para uma representação invertida da realidade apreendida pelos homens e mulheres (GRESPLAN, 2019).

O mundo fetichista requer, assim, um estado de alienação em que os produtos do trabalho humano são separados de seus produtores e passam para as mãos dos capitalistas em troca do pagamento de salários aos trabalhadores. Essa separação coloca um véu sobre a natureza das relações sociais, que já não são simples de se compreender. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, Marx começava a compreender que essa relação invertida provém da propriedade privada, que gera um “estranhamento”, pois, quanto mais o trabalhador trabalha, menos desse produto possui e mais fica sob o domínio desses produtos, do próprio capital (MARX, 2010 [1844], p. 81).

Para a compreensão do fetichismo é necessária uma incursão nas determinações que regem o mundo das mercadorias e as suas relações de (re)produção. Há a necessidade de se levar em conta, portanto, o contexto capitalista e suas leis imanentes, em que se verifica a referida forma de dominação impessoal, abstrata, fetichista, sobre os homens e mulheres (KURZ, 2000; POSTONE, 2014). Práticas e relações de poder, que são anteriores ao capitalismo, foram realocadas dentro de uma forma de dominação impessoal e quase objetiva, o capital, “que se impõe por intermédio das ações dos sujeitos humanos corporificados, sejam eles capitalistas ou trabalhadores” (OLIVEIRA et. al. 2007. p. 1). Postone (2014, p. 147-148) entende que o valor, como uma relação social que estabelece uma dominação advinda de sua determinação temporal, é essencial para a crítica de Marx à dinâmica histórica do capitalismo. Esse trabalho produtor de valor no capitalismo não é o mesmo trabalho observado em outras formações sociais, pois possui especificidades, especialmente seu duplo caráter. Mais do que ser apenas a forma da riqueza material, “a dominação social no capitalismo, de acordo

com Marx, relaciona-se com a forma do trabalho social” (POSTONE, 2014, p. 149). A passagem para o modo de produção capitalista baseada na forma-mercadoria trouxe consigo uma sociedade em que há uma pretensa “independência pessoal” estruturada em meio a uma “dependência coisal (*sachlicher*)”, “relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos independentes” (POSTONE, 2014, p. 149). Nessa acepção a inclusão de um indivíduo no processo produtivo significa dizer que esse sujeito será dominado pelo conjunto do trabalho social. Desse modo, a dominação no capitalismo é abstrata, objetiva, em que os homens são dominados por seu próprio trabalho social (POSTONE, 2014, p. 150). As palavras de Moishe Postone mostram porque as mercadorias não possuem nada de simples, pois elas contêm a contradição fundamental, oriunda da propriedade privada dos meios de produção, que garante o poder não somente do capital sobre o trabalho, mas o poder que o valor em si exerce sobre todo o conjunto da sociedade capitalista. No mesmo sentido, Kurz (2000) entende que há uma “dominação sem sujeito”, sendo que a ausência do sujeito da dominação é a ausência da forma sujeito, uma classe dominando a outra, por exemplo, mas uma dominação objetiva e compulsória. Nesse processo a natureza e os demais sujeitos são tornados objetos, mas não por uma ação consciente vinda de outros sujeitos, mas pela “inconsciência de sua própria forma”, pelo fetiche (KURZ, 2000).

O valor, enquanto categoria social e totalizante, procura abarcar todas as relações sociais e não apenas as relações de natureza econômica. Conforme Jappe (2013, p. 24), Marx deixa claro, logo no início *d’O Capital*, que o *valor* é a “célula germinal” de toda a sociedade burguesa e o que se lê no restante dos livros que compõem essa obra é um desdobramento, uma demonstração, daquilo que essa afirmação, acima, contém, incluindo o fato de a própria existência do valor como forma social da riqueza ser a expressão do fetichismo da mercadoria. A forma valor não é algo visível ou uma coisa palpável, mas uma relação social com existência concreta, por existir enquanto relação que interfere na produção do aparente, do concreto, das práticas sociais.

O fetiche, para Jappe, aliás, é uma espécie de “totemismo moderno”, pois não se pode dizer que o trabalho humano adere de fato às mercadorias que produz, ele simplesmente deixa de existir (JAPPE, 2013, p. 216). É, portanto, uma “ficção social” dizer, por exemplo, que o trabalho de um marceneiro está na mesa que produz, pois

nem mesmo uma análise química pode encontrar nesse objeto o trabalho que a criou, isso é o que este autor chama de “projeção humana”. Como na religião, cujas criações humanas retornam como divindades criadoras de tudo e de todos, os produtos do trabalho também o fazem, nesse sentido, o fetichismo não é algo novo na história humana, o novo é o fato de o fetichismo da mercadoria ser o único com potencial de destruir a própria humanidade (JAPPE, 2014, 221-222).

Com o fetichismo do capital, o trabalho vivo, embora seja a substância do processo de valorização, aparece como apenas um momento do processo de reprodução do capital, uma parte dispensável, como se o capital fosse o sujeito autônomo de sua valorização. É o trabalho vivo que valoriza o valor durante o processo produtivo, porém, ao final do processo, a valorização do capital aparece como uma autovalorização e

do ponto de vista da produção capitalista, todo esse processo é movimento autônomo do valor originalmente constante, invertido em força de trabalho. Atribui-se a ele todo o seu resultado. Se a expressão 90 libras de capital variável, ou valor que se expande, se patenteia contraditória é apenas porque põe em evidência uma contradição imanente à produção capitalista (MARX, 2011 [1867] p. 251).

A generalização da troca de mercadorias, para Harvey (1982, p. 17), “coloca os produtores em relação de dependência recíproca”, no entanto, “eles se relacionam uns com os outros por meio dos produtos que trocam entre si, mais do que diretamente como seres sociais”. Ademais, as relações sociais aparecem como relações entre coisas e, desse modo, as coisas podem mudar de acordo com seu valor, medido pelo trabalho abstrato (HARVEY, 1982, p. 17). Nesse contexto, “a existência do dinheiro, a forma valor, oculta o significado social do próprio valor” (HARVEY, 1982, p. 17). Segundo Marx (2011[1867], p. 96), “o valor não traz escrito na frente o que ele é”, ao contrário, o valor torna um “hieróglifo social” cada produto do trabalho. A metáfora do hieróglifo Egípcio proposta por Marx se justifica, entretanto, tais escritos somente um grupo restrito de sacerdotes e poderosos, que desses textos se beneficiavam, eram capazes de compreendê-los. No caso do valor, os capitalistas, que dele se beneficiam, não dão conta de compreendê-lo teoricamente. Lançam mão de uma prática alienada e alienante, vivendo também uma representação fetichista da realidade que os beneficia.

A fórmula apresentada por Marx, D-M-D' não é banal, pois nela já está esboçada uma sociabilidade fetichista, na qual o dinheiro se “autonomiza” e torna-se um fim em si mesmo. Desse modo, a valorização do valor e a busca pelo dinheiro que o representa se tornou o objetivo principal para a reprodução da vida e para a acumulação de riquezas. O marxismo tradicional acredita, segundo essa interpretação, que os trabalhadores carregam o potencial de mudança, pois seriam esses os “bons” e os burgueses os “maus” dentro do processo histórico. Para o velho Marx, a dominação não é apenas subjetiva, uma classe sobre a outra, é, antes de tudo, uma dominação objetiva, pelas coisas. Os capitalistas exploram e reduzem o trabalho vivo em sua produção em busca de reduzir o valor de suas mercadorias, pois se não o fizerem os concorrentes o farão e o levarão à falência. Assim, há um processo cego guiado pelo sujeito automático. É uma dominação abstrata que se torna concreta pela ação dos sujeitos, sendo a dominação subjetiva derivada da dominação objetiva.

No entanto, não se pode desconsiderar a questão das classes. Embora, acertadamente, os autores marxistas que se debruçam sobre a “crítica do valor” identifiquem esse automatismo oriundo das leis imanentes à valorização do valor, suas análises dão a impressão de que a história humana é feita por coisas e está fadada a um colapso interno automático. Não é bem assim. Ora, se o valor é uma relação social historicamente engendrada, os homens e mulheres podem, sim, destruí-lo e ou interferir em sua derrocada. O capital é um conjunto complexo de relações sociais que não produz todas as condições de sua reprodução e que para se tornar um modo de produção precisa absorver a práxis social em sua marcha reprodutiva (BIHR, 2003). Suas leis internas e abstratas precisam se concretizar nas práticas sociais, em uma complexa realidade sociocultural, que, na prática, (re)produz de forma alienada todas essas relações invertidas. Esse processo deixa fissuras. O capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas efetivada através das coisas (MARX, 2011 [1867], p. 882).

O capital é um processo historicamente constituído, sendo os indivíduos, proletários ou burgueses, submetidos de modos distintos a ele. Marx coloca o valor como uma espécie de sujeito automático que independe da vontade para existir. No prefácio da 1ª edição de *O Capital*, Marx infere que seu objetivo final é “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna” e “as pessoas somente

interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe” (MARX, 2011 [1867], p. 18). Na condição de “processo histórico-natural”, o desenvolvimento da formação econômico-social não se pauta pela responsabilização do indivíduo pelas “relações das quais ele continua sendo socialmente criatura, por mais que se julgue acima delas” (MARX, 2011 [1867], p. 18). Nesse trecho destacado de sua maior obra, Marx mostra que compreende com profundidade as leis que regem a sociedade e que as pessoas reais são os reais agentes históricos, porém, guiados por uma racionalidade abstrata, objetiva, que se apresenta invertida, fetichizada, empurrando seus criadores, os homens, reificados, para a valorização do valor. Esse movimento aparece como se as coisas que estivessem no controle e não os próprios homens. O fetichismo como uma forma de inversão, revela, então, que o valor, essa relação social oriunda do trabalho abstrato, “inverte a atividade social”, sendo, portanto, uma “projeção dessa atividade”, uma atividade atribuída às próprias coisas (JAPPE, 2013, p. 2016). O fetiche faz parecer que não são as relações sociais que engendram a sociedade, assim, crise e colapso dessa sociedade capitalista acaba aparecendo como fruto da vontade do próprio capital. E não o é. São os homens e mulheres os agentes que movem a história humana, não suas criações, não o capital.

1.4 A crise como colapso inevitável?

A crise é imanente ao capital, algo que compõe a sua lógica reprodutiva contraditória. Desse modo, há quem diga que a sociabilidade capitalista está fadada a um colapso, uma quebra geral, que levará à ruína o modo de produção capitalista. A perspectiva de Robert Kurz e seus discípulos é catastrófica em relação à crise do capital, na medida em que concordam com o cenário devastador do *aumento da composição orgânica do capital* e da crescente incapacidade de o capital explorar trabalho vivo. Nessa perspectiva a saída para a tendência à queda da taxa de lucro foi o processo de mundialização dos capitais baseado em um capital financeiro sem substância e em um forte endividamento geral culminando com quebras generalizadas (KURZ, 2019). O fato de a produção industrial não poder mais ser financiada pelos lucros correntes obriga o capital produtivo a recorrer ao crédito

junto aos bancos, assim, nesse “consumo do futuro” o “mega-endividamento a todos os níveis mais não é do que a antecipação de futuros lucros, salários e impostos sobre processos de produção real” (KURZ, 2011). Esse fato se baseia na expansão ilimitada do dinheiro para além da base real, mostrando a natureza fetichista do capital por este se colocar como um fim em si mesmo (KURZ, 2011). Nessa perspectiva, a saída voltada para a mundialização dessa produção sem valor representada por um dinheiro sem substância está prestes a se esgotar e chegar a um colapso. Essa desvalorização já representa “o colapso de toda uma civilização”, uma crise total, não somente uma crise econômica, pois a produção de mercadorias e suas relações já alcançaram todo o mundo (JAPPE, 2013, p.152). Na perspectiva de Anselm Jappe a mundialização já é, portanto, expressão da crise em processo e, quanto ao passo seguinte à crise do capitalismo, não há evidências históricas ou lógicas de que seja o socialismo, mas há o risco de que seja um grande colapso seguido da barbárie (JAPPE, 2013, p. 264).

A crítica que Kurz (1992, p. 70) faz ao socialismo de estado soviético, o socialismo real, é muito contundente por mostrar que seu colapso se deveu ao fato de jamais ter rompido com o trabalho abstrato, a mercadoria, ou com o modo de funcionamento do dinheiro no sistema produtor de mercadorias. Para Jappe (2013, p. 194), as revoluções da Rússia e da China não passaram de uma “modernização tardia” fechada para a concorrência global, que não aboliu o trabalho abstrato, o dinheiro, a mercadoria e o valor, apenas promoveu o seu desenvolvimento até alcançar os patamares do capitalismo ocidental. Houve uma “acumulação primitiva” sem precedentes que adaptou uma massa gigantesca de camponeses ao trabalho abstrato (JAPPE, 2013, p. 194).

Em vista disso, centrando suas análises na teoria do valor de Marx, Kurz faz duras críticas ao chamado marxismo do movimento operário e seus derivados históricos e impõe uma ruptura teórica (KURZ, 2010, p. 5). Em sua análise, essas abordagens interpretam erroneamente a relação entre “crise e crítica” e entre sujeito e objeto (KURZ, 2010, p. 14). Para Kurz (KURZ, 2010, p. 5), o colapso do capitalismo ocorrerá por conta de seus limites internos relativos “ao fim do processo de valorização dos capitais na era neoliberal”, algo que independe da ação prática dos sujeitos que corporificam o capital. Em sua perspectiva, os dominantes também são dominados por um sujeito automático e sem rosto, “eles nunca dominam pela

própria necessidade ou bem-estar, mas para algo simplesmente transcendente” e as leis imanentes ao processo de valorização oprimem todos os lados desse jogo (KURZ, 2000, p. 3-4). A noção de colapso no marxismo tradicional, composto por nomes como Rosa Luxemburgo, criticado por Kurz, reduziu o termo “colapso” à ação revolucionária a cargo do proletariado (KURZ, 2010, p. 19). Sua argumentação caminha no sentido de mostrar que o marxismo tradicional foi deslocando progressivamente o estudo da crise para “as teorias do sujeito e da ação” deixando adormecido o “lado objetivado” do desenvolvimento capitalista (KURZ, 2010, p. 20). Meyer (2019), na mesma linha de raciocínio, afirma que o modo como se via a crise do capitalismo no marxismo tradicional tinha a ver com uma derrubada da classe capitalista pelo proletário, deixando de lado o fundamental, a crise da substância do capital, o trabalho abstrato. Como se a classe trabalhadora não lidasse bem com o fato de que não seria ela o sujeito histórico da derrocada do capitalismo (MEYER, 2019).

Nesse sentido, embora acertadamente a chamada crítica do valor aponte lacunas nas análises anteriores acerca da crise, Kurz e seus discípulos excessivamente ficam restritos à crítica do valor como uma crítica aos seus desdobramentos lógicos. Isso os faz perder de vista o todo do processo de reprodução do capital, que o faz se reinventar mesmo em uma sociedade em que o processo de desvalorização é crescente. Conforme veremos adiante, na análise do processo de reprodução, o capital não reproduz todos os seus pressupostos, e precisa incorporar o conjunto das relações sociais e o espaço. Desse modo, mesmo com a crescente dessubstancialização não haverá uma crise terminal súbita, pois ela já em curso e sendo arrolada e gerida com doses cavalares de violência. Há, também, a necessidade de se levar em consideração as *tendências contra atuantes*, que vão dando sobrevida ao capital e ou empurrando a crise para outros cantos do planeta.

1.4.1 O fetiche do dinheiro e desmedida do capital

A desmedida do capital está posta nesse momento da reflexão, pois ela mostra o impulso sem o referencial no trabalho que o processo de valorização,

contraditoriamente, assume em sua marcha história. No momento da metamorfose das mercadorias em dinheiro, se verifica o modo como o valor circula e se valoriza, reproduzindo todo o conjunto de relações subsidiárias à valorização do valor. A interrupção desse movimento, a metamorfose da mercadoria, é a paralisação do movimento do valor, o que se converte em uma possibilidade de crise. Para Grespan (1999, p. 80-84), essa é a forma mais elementar da crise em potencial, que consiste na separação espaço-temporal entre compra e venda no momento da circulação. Mais adiante trataremos do que pode levar à interrupção desse movimento do valor ao falarmos das crises.

A troca entre mercadorias de formas e usos distintos entre si, diz Marx (2011 [1867], p. 84-85), só é possível pelo fato de o valor ser a homogeneização de uma massa de trabalho de naturezas distintas igualadas na circulação pelo fato de ganharem uma equivalência abstrata. Troca-se uma quantidade de valor contida em um violão pela mesma quantidade de valor contida em um aspirador de pó, por exemplo. O dinheiro, como expressão monetária do valor, por realizar as permutas das mercadorias de forma impessoal e ágil, cristaliza-se como equivalente geral das mercadorias. O dinheiro faz reluzir o valor que há em cada mercadoria, expressando-o. Quem compra uma mercadoria está interessado em seu valor de uso e quem a vende apenas quer o dinheiro, ou melhor, o valor por ele expresso. O dinheiro é, portanto, a expressão máxima do fetiche. Quem produz uma mercadoria qualquer quer vendê-la para conseguir reaver todo o capital investido em sua produção acrescido do trabalho não pago, a mais-valia, e dos lucros adicionais obtidos no processo de circulação, distribuição, para, assim, poder reiniciar todo o ciclo reprodutivo novamente¹⁰.

O valor somente se realiza na contraposição entre mercadorias distintas, pois o valor não se expressa sozinho. Ele se expressa relativamente. Dito de outra forma, o valor se manifesta por meio de outra coisa. O dinheiro é a forma assumida pelo valor em sua metamorfose, sendo a mercadoria, portanto, o veículo pelo qual o valor

¹⁰ As fórmulas simples apresentadas por Marx refletem esses movimentos de modo a nos mostrar a natureza dessas relações: Em M-D-M, vende-se para comprar e assim obter a satisfação de uma necessidade específica por meio da mercadoria adquirida. Em D-M-D', compra-se para vender. Quando há essa passagem de uma relação social para a outra fica evidente que nessa sociedade o objetivo das trocas mercantis deixa de ser a satisfação das necessidades dos indivíduos e passa a ser a acumulação de riquezas, do valor (MARX, [1867] 2011, p. 133-145 e 177-186).

circula. O dinheiro faz parecer que as trocas mercantis estão ancoradas em uma situação de igualdade no que se refere às relações sociais que se estabelecem, pois pressupõe uma equivalência. Tal propriedade faz com que o dinheiro se torne a expressão máxima do fetiche das mercadorias, o reflexo do valor. A existência do dinheiro representa essa fantasmagórica “autonomização” do valor.

A fórmula D-M-D' é a expressão de toda a sociabilidade fetichista em que o dinheiro tornou-se um fim em si mesmo. Essa fórmula já contempla o capital pensado de forma global, produção e circulação, e nos permite pensar as intempéries da transformação do dinheiro em capital, com as separações de momentos cruciais que trazem no plano racional a potência intrínseca da crise. A valorização do valor, nessa acepção, já está identificada como objetivo primordial de uma sociabilidade voltada para a acumulação de trabalho abstrato socialmente determinado. Cada capitalista individual internaliza essa relação social e a toma como norte para guiar seus negócios.

A forma valor originária do trabalho abstrato é a expressão dessa separação no interior das mercadorias. O *dinheiro*, por seu turno, é a expressão da quantidade de valor contida em cada mercadoria e ele mesmo é, portanto, uma mercadoria. O dinheiro é o espelho do valor, é a forma relativa do valor. Rubin (1980, p. 25) expressa o fetichismo na sociedade capitalista dizendo que “a coisa adquire características sociais específicas, numa economia mercantil”, ocultando as relações de produção. Dentre essas “coisas” estão o valor e o dinheiro. O autor entende que “a circulação de coisas, na medida em que estas adquirem propriedades sociais específicas, de valor e dinheiro, não só expressa relações de produção entre homens, mas as cria” (RUBIN, 1980, p. 25). O que se coloca nessa referida passagem é o fato de em uma sociedade ancorada na exploração do trabalho e marcada pela propriedade privada das coisas, que são expressões das relações de produção entre as pessoas, o dinheiro participa ativamente da criação e da reprodução de relações de produção por obscurecê-las. Marx ([1844] 2010), nos “*Manuscritos econômico-filosóficos*”, de 1844, seus estudos iniciais sobre economia política, já aponta essa natureza invertida da sociedade, apesar de nesse momento ainda não ter descoberto efetivamente o valor como forma social da riqueza no capitalismo.

O que eu enquanto homem não consigo, o que, portanto, todas as minhas forças essenciais individuais não conseguem, consigo-o eu por intermédio do *dinheiro*. O dinheiro faz assim de cada uma dessas forças essenciais algo que em si ela não é, ou seja, o seu *contrário*. [...] Enquanto tal mediação, o dinheiro é força *verdadeiramente criadora*. O *dinheiro* – enquanto exterior, não oriundo do homem enquanto homem, nem da sociedade humana enquanto sociedade -, *meio* e *capacidade* universais, faz da *representação efetividade* e da *efetividade* uma pura *representação*, transforma igualmente as forças *essenciais humanas efetivas* e *naturais* em puras representações abstratas e, por isso, em imperfeições, angustiantes fantasias, assim como, por outro lado, transforma as *efetivas imperfeições* e *fantasias*, as suas forças essenciais realmente impotentes que só existem na imaginação do indivíduo, em forças *essenciais efetivas* e *efetiva capacidade*. Já segundo essa determinação o dinheiro é, portanto, a inversão universal das individualidades, que ele converte em seu contrário e que acrescenta aos seus atributos contraditórios (MARX, [1844] 2010, p. 160).

Em uma sociedade em que tudo tem valor, a busca pelo dinheiro se torna a regra e a razão das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. Assim sendo, cabe adentrar aos modos de obtê-lo. Ao tratar da forma social do processo de produção, Rubin aprofunda os sentidos dessa relação social fetichizada produzida pelas relações capitalistas. As bases objetivas do fetichismo da mercadoria estão ancoradas no fato de as relações estabelecidas entre os indivíduos serem apresentadas e representadas como “autônomas” e estes indivíduos se relacionarem, mormente, como portadores de mercadorias. Os proletários vendem sua força de trabalho, os proprietários de terras o direito de usufruto dessas terras, os capitalistas as mercadorias e os banqueiros o tempo pelo qual emprestaram dinheiro em troca de juros, respectivamente. Esses diferentes extratos da sociedade capitalista são pagos pelos salários, pela renda da terra, pela mais-valia / lucro e pelos juros, respectivamente (RUBIN, 1980, p. 21-22). Na sociedade capitalista, as relações de produção somente existem por meio da troca de coisas entre os indivíduos. Nessas relações as coisas são igualadas umas às outras no momento da troca, sem que se criem outros vínculos entre os participantes dessa relação. Esse processo precisa ser contínuo para que as relações de produção sejam mantidas (RUBIN, 1980, p. 29).

Há que se ressaltar que, pelo que foi posto e conforme Jappe (2013, p. 33-34), a teoria do fetichismo “não é apenas uma representação invertida da realidade, mas uma inversão da própria realidade. [...] É o centro de toda a crítica que Marx dirige aos fundamentos do capitalismo”. Essa relação se expressa no fato de os produtos

do trabalho dos homens assumirem a forma de mercadorias, mas ela não é uma “superestrutura” que se processa na esfera mental. Dessa forma, o dinheiro não está na origem da alienação das relações sociais, ele já é a expressão dessas relações (JAPPE, 2006, p. 52). O fetichismo é real de modo que o dinheiro, como expressão monetária do trabalho objetivado, tem o poder de escravizar aqueles que dependem dele para sobreviver¹¹. Parece que o trabalho depende do capital, mas esse é o fetiche do capital, pois a relação é oposta, o capital é que depende do trabalho. O capital só consegue obrigar o trabalho a se submeter à sua reprodução, uma vez que os capitalistas tenham se apossado dos meios de produção.

O dinheiro é a expressão da “autonomização” que leva à personificação do capital, pois, diante do dinheiro, no mercado de trabalho, a relação que se estabelece entre capital e trabalho aparece como uma relação formal entre compradores e vendedores em que um possui uma mercadoria e o outro o dinheiro para comprá-la (MARX, 1978 [1867], p. 46). O dinheiro se coloca neutro como se estivesse alheio a essa relação. Sendo assim, a relação de subsunção do trabalho ao capital aparece com uma simples e inofensiva escolha individual dentre tantas opções possíveis. Mas a realidade é que não há opções. O dinheiro encobre todo o conjunto de relações que o produz e que produz o valor que ele expressa.

A intermediação do dinheiro nas trocas mercantis desobriga as mercadorias de serem permutadas no mesmo tempo-espço por outras mercadorias e permite que o possuidor do dinheiro opte por retê-lo, o que gera a possibilidade de paralisação das trocas em determinado momento (GRESPLAN, 1999, p. 81). Assim, a existência do dinheiro, forma fetichista assumida pelo valor, é, potencialmente, o “germe da crise”, pois impõe uma quebra no processo de trocas mercantis. No livro I de *O Capital*, Marx fala da metamorfose quando trata do dinheiro e da circulação simples de mercadorias e aponta que essa relação, que de básica não possui nada, é a relação elementar do processo global da reprodução do capital. O dinheiro como meio de pagamento. Conforme Marx (2011 [1867], p. 140), nas relações de troca

¹¹ O título de uma matéria do jornal El País, escrita por Heloísa Mendonça, de cinco de fevereiro de 2018, é bem ilustrativo dessa suposta dependência do trabalho em relação ao capital, que na realidade já manifesta o fetiche: “Topa tudo por trabalho: brasileiros aceitam salários menores e postos sem carteira para driblar desemprego: trabalhos informais e por conta própria já superaram o emprego formal no Brasil” (EL PAÍS, 2018). Essa matéria evidencia que milhões de pessoas no país dependem da venda de seu trabalho para sobreviver e estão dispostas a precarizar seu trabalho e até receber menos para conseguir recolocação profissional.

regidas pelo fetiche, “ninguém pode vender sem ter alguém que compre. Mas ninguém é obrigado a comprar imediatamente, apenas por ter vendido”. Essa condição imanente ao capital implica “a possibilidade, mas apenas a possibilidade, das crises”, mas para se entender como essa possibilidade se torna realidade é preciso se avançar para um conjunto de situações para além da simples circulação das mercadorias (MARX, 2011 [1867], p.140-141).

A circulação do dinheiro, nada mais é do que a circulação das mercadorias, o que significa, em tese, que o montante de dinheiro lançado em circulação precisa ser “determinado pela soma dos preços das mercadorias que circulam” (MARX, 2011 [1867], p.147). No entanto, o capitalismo, pós-crisis da primeira metade do século XX, a transformação do dólar e moeda universal fez ampliar ainda mais a já existente desvinculação da “massa monetária” da “massa de produção” real (KURZ, 2019, p. 56). Com o papel decisivo dos bancos centrais nas economias lastreadas em dólar, foi rompido de vez o laço que já mal podia ancorar o trabalho ao dinheiro posto em circulação. No limite, a desvinculação da produção ao padrão ouro apenas ampliou a situação existente no capitalismo da época, o fato de o dinheiro como meio de pagamento ser mais numeroso do que as mercadorias que podem ser trocadas por eles. Como veremos ao longo do capítulo 2, essa situação gera a uma desvalorização do dinheiro, que é a expressão de sua dessubstancialização e das próprias mercadorias. Para Kurz (2019, p. 59), a “desenfreada criação de liquidez por parte dos bancos centrais” acelerou de vez a “desvinculação do dinheiro face à base produtiva do capital”, o trabalho, “prorrogando o limite estrutural do processo de valorização” até a sua derrocada com uma crise causada pelo travamento da produção real. Essa centralidade dos bancos coloca a reprodução do capital fictício como o provedor até mesmo da produção real em um grande processo de endividamento geral, pago com trabalhos futuros que, diante da conjuntura da própria lei do valor, são tendencialmente reduzidos (KURZ, 2019). Desse modo, o capitalismo atual é um “cadáver ambulante”, no qual o modo de aparição da crise, uma crise terminal da reprodução capitalista, se dará quando esta for colocada diante de sua base real por um processo de desvalorização desse dinheiro sem substância (KURZ, 2019, p. 94).

1.5 O modo de apresentação e de representação do capital

Dando um passo adiante em relação às importantes análises dos autores da chamada crítica do valor, se pode dizer que esse fenômeno, o fetichismo, é uma das principais características do modo invertido como o capital se apresenta aos indivíduos. Para Grespan (2019, p. 166), desde os modos mais elementares da troca de mercadorias, o valor, que pode estar na forma de dinheiro, precisa se “apresentar” na mercadoria diante do valor de uso e do valor dessa outra mercadoria. Sua apresentação ocorre pelo valor de troca e essa relação antagônica, cujos valores de uso e o valor se misturam, se perpetua e se naturaliza, se concretiza.

Assim, as formas sociais passam a outras, cada vez mais impregnadas pelas, múltiplas determinações, que as tornam ainda mais “concretas”. A apresentação real é a resolução dialética do negativo, que o “supera”, mas sempre o preserva (GRESPLAN, 2019, p. 166).

Quando Marx trata, no livro I de *O Capital*, acerca da metamorfose das mercadorias, a passagem da fórmula M-D-M para D-M-D' representa a mudança no sentido e na finalidade de todo conjunto das relações sociais, pois essa mudança de forma preside o metabolismo da produção social, o “vender para comprar” torna-se “comprar para vender” (GRESPLAN, 2019, p. 167). Essa mudança de finalidade significa que a satisfação das necessidades passa a estar submetida à valorização do valor como um fim em si mesmo. O fetiche oculta a origem do mais-valor dentro das fases desse processo real, desse modo, essa relação invertida coloca a reprodução dos homens submetida à reprodução das coisas e a faz não aparecer como tal (GRESPLAN, 2019, p. 182). Como fim em si mesmo, o impulso reprodutivo do capital se torna fora de controle. O modo fetichista de sua *apresentação* é o que retira do capital a obrigatoriedade de limitar sua reprodução à sua base de valorização, o trabalho vivo, criando um processo desmedido e supostamente ilimitado de crescimento. O capital, assim, se põe como um poder potencialmente infinito e imortal que transcende os homens, para o qual a produtividade do trabalho aparece como produtividade do capital (GRESPLAN, 1999, p. 135). No livro III, Marx mostra como os lucros dos capitais industriais passam a aparecer como frutos da

concorrência intercapitalista e não mais como o resultado do processo de produção. Nesse processo a oposição entre capital e trabalho assume a forma de oposição entre um capital individual e todos os outros capitais individuais, assim, “a representação pode se autonomizar completamente e, enfim, trocar de papel com a apresentação” (GRESPLAN, 2019, p. 182). Os donos dos diversos capitais, conforme já foi dito acima, costumam perceber a si mesmos como benfeitores por empregarem trabalhadores em suas empresas. Não se veem eles dependentes dos trabalhadores para valorizar o seu capital. A criatura, nesses termos, aparece aos seus criadores como o fruto de uma reprodução assexuada. Marx mostra que, no processo de reprodução do capital, o capital aparece como um fim em si mesmo, um sujeito automático que se autovaloriza, pois o fetiche o faz parecer independente de seu criador, o trabalho. A abordagem de Gresplan (2019) é, portanto, mais precisa em relação ao entendimento da concretização do fetiche e do automatismo do capital, pois nos permite compreender melhor o fetichismo como o modo pelo qual o capital se apresenta, ancorado na “inversão” dessa relação entre o sujeito e o objeto.

A famosa “inversão de sujeito e objeto” núcleo do conceito de fetichismo em geral e da crítica de Marx à sociedade burguesa, traduz-se em uma “apresentação” deslocada das “forças produtivas do trabalho” em “forças produtivas do capital”. Situação nova, criada pela concorrência e pela equalização, à qual “corresponde” um modo de representação específico. E por intermédio da apresentação das forças produtivas sob sua nova forma, cria-se uma “relação invertida” que se rebate numa “representação invertida”, no sentido de uma “consciência transposta”. [...] A forma sob a qual se apresenta agora a relação entre trabalho e capital, ou seja, entre capital variável e constante, condiciona as relações sociais a tal ponto que não há como agir sem passar pelos canais mais ou menos institucionalizados pela forma (GRESPLAN, 2019, p. 186-187).

O capital precisa se personificar e isso torna o modo de produção, simultaneamente, um modo de representação (GRESPLAN, 2019). Com um entendimento semelhante acerca do modo de apresentação do capital, Alfredo (2010, p. 39) mostra que há uma consciência invertida em relação ao “modo de ser” do capital, uma consciência fetichista, que faz a produção social “aparecer” como produção de mercadorias. Desse modo,

em última instância, trata-se de, nesta consciência concreta, não se permitir observar a crise de valorização do valor, porque o aumento de tal

monstruosa coleção aparece como mero crescimento da riqueza e da capacidade de o capital acumular. A contradição basilar entre acumulação e crise, nesta consciência coisificada, tão somente se apresenta como crescimento material do capital.

Essa inversão e o conseqüente deslocamento entre o “ser” e o “aparecer” do capital criam “representações” invertidas, que fazem com que homens e mulheres reais, no limite, assumam de bom grado o papel de guardiães do processo de valorização/exploração como capitalistas ou trabalhadores, atuando em favor da “saúde do mercado”. Por que a reprodução dos capitais precisa ser resguardada? Pois ela aparece como a provedora da riqueza e do produto social, não o trabalho. Essa passagem explica o fato de que em meio à terrível pandemia causada pelo *Corona Virus*, em 2020, muitos são aqueles que parecem estar mais preocupados com a saúde dos mercados do que dos infectados.

Há uma cisão nos planos privado e social do processo de reprodução do capital, pois a valorização pela exploração do trabalho apenas aparece para cada capitalista individual no plano da produção, assumindo na circulação, distribuição da mais-valia, a feição social de uma valorização que aconteceu na concorrência (GRESPLAN, 2019, p. 188). Em função dessa forma invertida como o capital se apresenta, a crise aparece aos olhos da sociedade, então, equivocadamente, como fruto da baixa produtividade dos trabalhadores, da má gestão das empresas pelos seus donos ou mesmo pela má gestão da economia por parte das políticas estatais. Os sujeitos se assumem como o bom ou o mal trabalhador, o bom ou o mau empreendedor, o bom ou o mau banqueiro, o bom ou o mau gestor público e passam a reproduzir essas representações fetichizadas. O fetichismo é, portanto, internalizado.

1.6 Considerações acerca da reprodução do capital e sua marcha totalizante

Considerando que para tratar da crise do capitalismo é preciso não se restringir a partes do processo, produção ou circulação, ressalta-se a necessidade de se pensar acerca do “processo de reprodução do capital”, que envolve um conjunto amplo de relações que passam pelo espaço, pelas mentes dos sujeitos, a natureza. Adentrando as descobertas de Marx, no *Capítulo VI inédito*, do livro I de *O*

Capital, são destacados três pontos que devem ser considerados acerca do processo de produção das mercadorias: “1) as mercadorias como produto do capital, da produção capitalista; 2) a produção capitalista é produção de mais-valia; 3) e, finalmente, produção e reprodução de toda a relação [...]” (MARX, 1978 [1867], p. 5). Essa passagem mostra que Marx já tinha uma noção de conjunto do processo de reprodução do capital.

Alain Bihr, que possui análises aprofundadas nessa temática, adverte que Marx não se deteve numa elaboração categorial ou conceitual mais profunda acerca da reprodução, aparecendo com mais destaque no livro III, que traz uma perspectiva de conjunto entre o processo de produção, livro I, e de circulação, livro II. Em seu livro *La reproduction du capital*, de 2001, Alain Bihr traz importantes considerações acerca do processo global do capital, mostrando que o fundamento da reprodução do capital, que é valor em movimento, está no conceito de *reprodução das relações de produção*. Para Bihr,

Por relações de produção, Marx compreende as relações sociais que os homens mantêm entre si no processo de produzir suas condições materiais de existência, portanto, no ato de apropriação de natureza, relações essencialmente mediadas por suas relações (de propriedade e posse) aos meios de produção e consumo (subsistência)¹² (BIHR, 2001, p. 64, tradução própria).

Sendo o capital também um valor que se movimenta de forma autônoma em busca de valorização, em um contexto marcado pelo fetichismo, Bihr afirma que a definição de capital como uma *relação social de produção* é primordial (BIHR, 2001, p. 159). Essa definição permite que não nos deixemos levar pelo fetiche de se considerar o capital como uma categoria econômica, pois este é, na realidade, uma relação social (BIHR, 2001, p. 159).

Em suma, o objetivo específico do processo capitalista de produção é a transformação do valor em valor em processo, em valor que conserva e aumenta como valor, ou seja, a transformação do valor em capital, daí a produção de capital. Continuando o desenvolvimento desta ideia, a análise

¹² Texto original de Bihr (2001): “Par rapports de production, Marx entend les rapports sociaux que les hommes entretiennent entre eux dans le procès de production de leurs conditions matérielles d'existence, donc dans l'acte d'appropriation de la nature, rapports essentiellement médiatisés par leurs relations (de propriété et de possession) aux moyens de production et de consommation (de subsistance).”

da reprodução simples permite a Marx dar mais um passo: ele estabelece que o objetivo adequado do processo de produção capitalista é, em última instância a *reprodução* do capital como relação de produção. Mas esse objetivo, só é possível de ser alcançado se puder ser repetido indefinidamente, assim, gerar por seu próprio movimento as condições mesmas de sua repetição. Marx mostra precisamente como o processo de produção produz e reproduz incessantemente não apenas seus próprios elementos materiais e pessoais, meios de produção e forças de trabalho, mas, acima de tudo, a relação social que os conecta, que, por si só, os transforma em capital, em uma palavra: a relação capitalista de produção¹³ (BIHR, 2001, p. 221, tradução própria, grifos do autor).

A passagem acima mostra que o objetivo da produção capitalista é a sua reprodução permanente, o que significa a passagem do valor ao capital. A perspectiva da reprodução mostra, exatamente, que algo é intrínseco ao capital tragar tudo para dentro de sua reprodução, por isso, “o processo de reprodução do capital é o processo *mais concreto*, mas também o *mais complexo*” (BIHR 2003, p. 3). Para Bihl (2003, p. 3), a perspectiva de Marx da reprodução passa a impressão de esse ser “um movimento autorreprodutivo, um movimento que (re)produz suas próprias condições, cujos resultados nada mais são que seus próprios pressupostos”.

Todas as análises que Marx consagra à reprodução do capital repetem à exaustão a seguinte fórmula: *os resultados do processo de conjunto da produção capitalista são, ao mesmo tempo, seus pressupostos*¹⁴, entre os quais figuram, em primeiro lugar, as próprias relações capitalistas de produção; se bem que o processo engendra permanentemente as condições de sua própria repetição. E todo o esforço teórico de Marx consistirá em demonstrar que o processo de produção capitalista é um processo de reprodução *sui generis*: produz por si mesmo suas próprias condições, não somente materiais (meios de produção e forças de trabalho), mas também sociais (as relações de produção que agenciam estas condições materiais que lhe servem de suportes). Em outros termos, todo seu esforço consiste em “*internalizar*” as condições da reprodução do

¹³ Texto original de Bihl (2001): En somme, la finalité propre du procès capitaliste de production est la transformation de la valeur en valeur en procès, en valeur se conservant et s'accroissant en tant que valeur, autrement dit la transformation de la valeur en capital, donc la production de capital. Poursuivant le développement de cette idée, l'analyse de la reproduction simple permet à Marx de franchir un pas supplémentaire : il établit que le but propre du procès capitaliste de production est en définitive la reproduction du capital comme rapport de production. Marx va précisément montrer comment, selon lui, le procès de production produit et reproduit sans cesse non seulement ses propres éléments matériels et personnels, moyens de production et forces de travail, mais encore et surtout le rapport social qui les lie, qui seul les transforme en capital, en un mot : le rapport capitaliste de production.

¹⁴ Esses grifos são do próprio Alain Bihl para designar as passagens extraídas do texto original de Marx.

capital, transformá-las em resultados do próprio processo capitalista de produção (BIHR, 2003, p. 3).

Na perspectiva de Bihl (2003, p.5), “enquanto valor em processo, o capital não chega a se dar, a produzir, o conjunto de suas próprias condições de existência e de permanência, o conjunto de seus próprios pressupostos”. Ele precisa incorporar elementos que são externos ao “processo de conjunto da produção capitalista” (BIHR, 2003, p.5). Em outros termos,

a *exterioridade* dessas condições não significa que este movimento não possa participar diretamente na produção delas. Significa que nenhuma dessas condições gerais é um dado imediato ou resultado global do movimento do capital como valor em processo. Em outros termos, a produção delas apela necessariamente a *outras mediações* além das implicadas no e pelo processo de produção imediato do capital. E são estas mediações que asseguram a apropriação e a integração dos elementos da realidade social a título de condições da reprodução do conjunto do capital social. É assim, por exemplo, que o capital não chega somente por seu movimento de valor em processo a assegurar a (re)produção de certas condições de seu processo de produção imediato, quer se trate dos meios socializados de produção (infraestruturas coletivas, produção e difusão de resultados da pesquisa científica, etc.) ou dos aspectos da reprodução da força de trabalho não diretamente assegurados pela circulação mercantil desta (as relações familiares, a produção e a gestão do espaço-tempo doméstico, o sistema de ensino, etc.). Assim também o movimento do capital como valor em processo não está à altura de produzir e de reproduzir por si mesmo o espaço requerido pela circulação do capital: as redes de transportes e comunicações, as concentrações urbanas, a organização do território, etc. Tampouco ele está à altura de criar o conjunto das condições que asseguram uma perfeita mobilidade do capital social e do trabalho social, permitindo-lhes se deslocarem o mais rapidamente possível de um ramo de produção a outro, para assegurar a peregrinação da mais-valia social geradora do lucro médio: basta pensar no que isto também supõe de unificação (político administrativo) do território e de homogeneização dos modos de vida (das normas sociais e culturais) no interior de uma determinada sociedade. Quanto à apropriação pelo capital dos processos de consumo, tanto do salário como da mais-valia, ela igualmente supõe mediações que superam de longe as que apenas o movimento do valor em processo pode produzir (BIHR, 2003, p. 6-7).

Em conformidade com a definição de Bihl acerca do processo de reprodução do capital, em que, entre outras mediações possíveis, o Estado, a título de exemplo, é crucial no capitalismo contemporâneo, muita atenção é conferida pela economia burguesa ao seu alinhamento a este ou aquele modo de operação mais rentável no momento. Dentre as externalidades fundamentais, o espaço é a principal e sua produção foi inscrita no processo de acumulação, deixando, assim, de ser uma externalidade. Sua incorporação ao processo de reprodução se dá por complexas interações que só podem ser levadas a cabo com o auxílio do Estado. Embora Bihl

tenham dito, em seu texto, que a questão da reprodução não tenha sido tratada conceitualmente com mais profundidade por Marx, a questão da reprodução do capital e de suas relações de produção é o eixo em torno do qual gira toda a sua obra. Marx tinha em conta que nos momentos de sua concretização o capital tem que lidar com barreiras que lhes são externas. Marx traz ao longo de suas análises elementos concretos e teóricos que evidenciam o valor como uma categoria social, a forma social da riqueza, e que para se valorizar requer uma complexa engenharia social que extrapola seu processo interno de conjunto da produção capitalista. Para se avançar nessa discussão, algo fundamental que se deve ter em conta em relação à argumentação de Bihl acerca do processo de reprodução do capital é o fato de que,

portanto, considerado globalmente, o processo de reprodução do capital é o processo em que esta relação social, que é o capital, se apropria contraditoriamente de toda a *práxis social*, tentando subordiná-la às exigências de sua permanência e de seu crescimento. E isto muito além de seu simples movimento de valor em processo, que apenas constitui o primeiro momento, o momento imediato, daquele processo de reprodução. Como afirmei em minha hipótese introdutória, é por este processo que o capital chega a se desenvolver em um modo de produção específico, o capitalismo: a totalizar a *práxis social*, subordinando-a às suas próprias exigências, as de sua reprodução e, em consequência, transformando-a tanto em seu conjunto como em cada um de seus elementos. É também neste sentido que se pode falar dele como processo *global* de reprodução, pois se trata definitivamente de um processo gerador e organizador da sociedade global contemporânea (BIHL, 2003, p.8).

Esse entendimento do processo global do capital e sobre a perspectiva de sua reprodução mostra que o entendimento acerca da crise precisa considerar o processo como um todo, não apenas uma crítica à produção do valor ou à desigualdade na distribuição do mais-valor produzido. É preciso compreender a crise em suas formas de aparecimento ao longo de todo o processo de reprodução. Nos próximos capítulos dessa pesquisa mostro que a crise de dessubstancialização do capital, pela expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, não necessariamente pressupõe o colapso imediato do modo de produção. O capital tende a inventar novas formas de se reproduzir, incluindo novos elementos em sua reprodução. O espaço e a cidade, por exemplo, são muito anteriores à existência do capital, mas foram apropriados pelo capital em seu processo reprodutivo e passaram a ser fundamentais nesse imbróglio. À vista disso, o que se pode esperar, a meu ver, é a

ampliação das barbáries decorrentes da crise imanente até as últimas consequências em vez de um colapso súbito. A ocorrência das crises dos últimos duzentos anos mostraram que o capital sempre postergou seus limites incorporando à sua reprodução novas relações, alterando o modo de operação do Estado, precarizando ainda mais o trabalho, inventando novas tecnologias para aumentar as forças produtivas, colocando o dólar como lastro da produção em escala global, fazendo guerras, tornando-o capital fictício o agente principal da economia mundial.

1.7 Da forma elementar de ocorrência da crise à sua forma desenvolvida

Acerca do que foi discutido até o momento incorporam-se novos elementos para o entendimento do conceito de crise a partir dos estudos de Marx e de autores dessa linhagem, especialmente, Jorge Grespan. A perspectiva de crise dentro do modo de produção capitalista não é algo consensual nem mesmo dentro de análises marxistas. Porém, em Marx encontram-se os subsídios básicos para todas as análises subsequentes inspiradas em seus escritos acerca das crises, mesmo que o mesmo autor não tenha podido finalizar sua perspectiva.

A análise de Grespan (1999) é muito interessante para a compreensão da crise a partir de Marx, pois trata dos estatutos modais da crise como potência e pelos quais ela se concretiza. Grespan identifica em Marx quatro principais modalidades de crise dialeticamente articuladas dentro da crítica à economia política, a ocorrência de uma tendência está dialeticamente ligada à outra, não são separadas portanto, sendo a perda de substância do capital o ponto central. Além do mais, esse autor não fala em colapso, pois há as “tendências contra-atuantes”.

1.7.1 A crise na esfera da circulação simples

Conforme a leitura que Grespan realizou de Marx, a compreensão da crise possui alguns estágios que aparecem expressos da forma simples do valor, livro I, ao processo global do capital, livro III. Começando pelos aspectos mais abstratos da esfera da produção, Grespan aponta a *separação entre os atos de compra e venda* como a forma mais elementar da crise. Conforme discutido anteriormente nessa

pesquisa, a dupla face da mercadoria e do trabalho que a produz cria condições para que o dinheiro seja posto e repostado como o mediador das trocas, divididas em dois atos, a compra e a venda. Essa “independência exterior” que essa mediação pelo dinheiro impõe evidencia a “contradição imanente à mercadoria”, ancorada na “oposição entre valor de uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, trabalho concreto particular” tornado trabalho abstrato (MARX, 2011 [1867], p. 140). O dinheiro permite o entesouramento, ou seja, quem vende não precisa comprar imediatamente, logo, pode haver uma paralisação das trocas por falta de demanda por determinadas mercadorias. A potencialidade germinal das crises aparece na dupla função assumida pelo dinheiro, como meio de circulação, medida de valores, e meio de pagamento, “realização do valor” (GRESPLAN, 1999, p. 81-82).

Essa primeira possibilidade de crise pode se concretizar, por exemplo, quando se investe um montante “x” de dinheiro para produzir mercadorias esperando o retorno do valor investido acrescido do mais-valor / lucro, mas não se consegue realizar os valores investidos, pois não houve compradores. Suas mercadorias encalham nas prateleiras; assim, suas dívidas e demais pagamentos previstos não poderão ser realizados dentro do tempo previsto. Grosso modo, a crise na circulação simples das mercadorias aparece na dificuldade de vendê-las (GRESPLAN, 1999, p. 83). Na crise, portanto, a oposição entre a mercadoria e a sua forma valor, o dinheiro, “extrema-se numa contradição absoluta” (MARX 2011 [1867], p. 165). Marx (2011 [1867], p. 165) adverte que o entesouramento além do nível médio “indica o estancamento da circulação de mercadorias, interrupção do fluxo de suas metamorfoses”. Nessa esfera, a da circulação simples, a crise mostra que a “autonomização” violenta entre os momentos de compra e de venda contraria a unidade obrigatória dessa relação, e, “já que a compra e a venda constituem o ‘nexo social’ básico entre tais indivíduos, elas não podem autonomizar-se completamente sem romper este ‘nexo’” (GRESPLAN, 1999, p. 90). As crises, nesse nível de análise, são, portanto, o “restabelecimento violento” dessa unidade fraturada na autonomização desses dois momentos ou a autonomização violenta em dois momentos que são essencialmente um só (Marx, 2011 [1967]; GRESPLAN, 1999, p. 92). A metamorfose das mercadorias, algo aparentemente basilar,

representa, portanto, uma contradição fundamental para se compreender a possibilidade das crises na esfera da circulação simples.

1.7.2 A crise pela desmedida na esfera da produção imediata do capital

A segunda forma da crise em potencial aparece na contradição que se dá pelo fetiche do próprio capital e seu ímpeto desmedido pelo aumento da taxa de mais-valia e o conseqüente aumento da composição orgânica do capital. Aqui se discute no nível do conceito simples de capital, o capital de modo geral e abstrato. Nos termos de Marx (2011 [1867], p. 271), ainda tratando do capital em geral, o capital é trabalho vivo sugado durante o processo produtivo, porém, surpreendentemente o fetiche da forma mercadoria faz o trabalho vivo, “*vitalidade formadora do valor*”, sua “*substância*”, aparecer apenas como um “momento” da reprodução do capital total, mesmo sendo o único que pode gerar o valor. O trabalho se sujeita a essa condição por conta de uma série de condições historicamente impostas a partir da despossessão dos meios de produção. O senhor de escravos, diz Marx, precisava comprar sua força de trabalho e caso ela morresse ele sofreria um prejuízo por ter imobilizado uma massa de capital que não retorna; porém, com a possibilidade de assalariar o trabalhador em troca de sua força de trabalho, o dono do capital não mais precisaria se preocupar com essa superexploração da força de trabalho (MARX, 2011 [1867], p. 308). Se uns morrem outros tantos vêm. Nesse sentido, libertar a força de trabalho da escravidão significa ter acesso a ela pela “livre e espontânea vontade” de seu possuidor, o próprio trabalhador. Diferentemente dos escravos, não é necessário ao capitalista “imobilizar grandes somas de capital” às incertezas da vida dos escravos, além do fato de o trabalho assalariado permitir que ele opere dentro da lei da oferta e da demanda em relação ao preço do próprio trabalho, devido à concorrência entre os próprios trabalhadores. Assim, abre-se a possibilidade do pagamento pelo “aluguel” da força de trabalho por determinado tempo, a jornada de trabalho, não mais pela compra e posse dos trabalhadores.

Em *Salário, preço e lucro*, livro que consiste em uma fala de Marx, em 1865, na reunião do *Conselho Geral da Primeira Internacional*, com o objetivo principal era

aclarar a nebulosa relação de exploração do trabalho pelo capital, Marx (2004 [1865], p. 9) mostra que os salários nada mais são do que “o preço da mercadoria força de trabalho, que corresponde aos meios necessários à sua subsistência”; assim, a massa de salários e a taxa de lucro são grandezas inversamente proporcionais. Ademais, “o preço da mercadoria força de trabalho corresponde ao seu valor”, que está ancorado na quantidade de meios de subsistência necessários para a sobrevivência dos trabalhadores (MARX, 2004 [1865], p. 11). Nos dias de hoje, o Estado é quem estabelece um “limite mínimo” para os salários de acordo com a inflação anual. Mesmo dependendo do trabalho para se reproduzir, o capital, governado pela concorrência entre os capitais individuais, deixaria as pessoas morrerem sem meios para garantir a sua subsistência. Se bem que continuam morrendo mesmo assim. Em tempos em que as políticas neoliberais avançam, nem mesmo esses ajustes para o estabelecimento de um “limite mínimo” para a sobrevivência dos trabalhadores os capitalistas querem abrir mão.

A propriedade privada dos meios de produção impõe ao trabalho uma desigualdade estrutural nas relações com o capital. Os trabalhadores, ao assinarem seus contratos de trabalho, sem se dar conta, “concordam” em receber dos patrões menos valor do que o que produzem em suas jornadas de trabalho. A forma dinheiro, por seu turno, acaba por mascarar essas relações. Essa ocultação ocorre, pois, nas relações entre trabalho e capital, em que os primeiros não detêm os meios de produção, tal desigualdade é, exatamente, o que faz com que ambos apareçam como iguais e os trabalhadores aceitem vender sua força de trabalho em troca de uma soma equivalente de dinheiro (GRESPLAN, 1999, p. 114). Essa “subsunção ou subordinação ‘formal’” do trabalho ao capital em vista da apropriação privada dos meios de produção abre caminho para que o trabalho seja inscrito apenas como parte do capital e não como uma totalidade (GRESPLAN, 1999, 132).

Sendo assim, Marx (2011 [1867], p. 306) afirma que, para o capital, os trabalhadores nada mais são do que força de trabalho, cujo tempo somente lhe interessa como tempo de trabalho; desse modo, o impulso desmedido e cego da produção tende a elevar o desgaste dessa massa de trabalhadores até o seu limite. Assim o faz, pois a produção capitalista é, essencialmente, a produção de mais-valia, “absorção de trabalho excedente” (MARX, 2011 [1867], p. 350-353). Ainda no livro I, ao analisar a *taxa de mais-valia*, que nada mais é do que a mais-valia

produzia dividida pelo dinheiro adiantado no pagamento do capital variável, Marx observa a contraditória tendência do capital em reduzir a magnitude de dinheiro investida na sua parte variável mesmo sendo a mais-valia diretamente proporcional. Ou seja, a tendência em reduzir o capital variável do processo produtivo entra em contradição com a sua tendência de produzir mais mais-valia, que, no limite, o faz reduzir a taxa de mais-valia (MARX, 2011 [1867], p. 352). Há, portanto, a tendência de o capital substituir gradualmente o trabalho vivo pelas máquinas, tornando-o mero acessório dessas. Tal contradição só é possível pelo fato de a substância do capital estar subordinada formalmente, não manifestando sua existência subjetiva como total (GRESPLAN, 1999, p. 140).

A “substância” do valor não se determina como “sujeito”, como totalidade autorreferente pelo lado do trabalho, mas pelo do capital que subordina formalmente o trabalho vivo. Daí que o capital assuma o caráter fetichista de “sujeito” a que se elevou a “substância” do valor do qual se apropria. Daí também que o capital deva excluir o trabalho enquanto possibilidade de compor um todo pelo lado substancial da criação de valor. Ele inclui em si o trabalho como momento – capital variável – e o exclui como totalidade potencial, como possibilidade da própria “substância” do valor tornar-se “sujeito” por si mesmo (GRESPLAN, 1999, p. 140).

Na condição de “sujeito autônomo”, em vista do fetiche, o capital, ou mesmo os capitalistas individuais, percebem o processo global de reprodução como um processo de autovalorização e chegam a negar que exista exploração do trabalho. Fazem parecer que se trata de caridade ao empregar trabalhadores. Em vista da concorrência intercapitalista há a busca constante pelo aumento da produtividade do trabalho, em especial, pelo uso de máquinas cada vez mais avançadas, ou seja, reduz-se o montante do capital destinado à parte variável e aumento do investimento na parte constante. Essa “negação do trabalho vivo pelo morto” (MARX, 2011[1867], p. 726; GRESPLAN, 1999, p. 141-142) pelo aumento da composição orgânica do capital, é a negação da substância do capital, o trabalho vivo, por um aumento da produtividade não acompanhado pelo aumento da mais-valia produzida, assim, obtém-se a “substituição do trabalhador pela máquina e, com isso, na redução da fonte de valor e de mais-valia em geral”. Há, portanto, no cerne da crise essa contradição fundamental do capital de produzir desmedidamente, tendo como condição fazer crescer sua taxa de mais-valia reduzindo a base sobre a qual ela opera, o trabalho vivo (GRESPLAN, 1999, 143).

Ao se “autonomizarem”, os instrumentos de trabalho, as máquinas, “liquidam o trabalhador, pois concorrem com o trabalho e o “trabalhador é posto fora do mercado como papel-moeda retirado de circulação”, são criadas massas de população trabalhadora supérflua em relação à suposta auto expansão do capital, formando um exército industrial de reserva (MARX 2011 [1867], p. 491). Por outro lado, a concorrência leva à “redução do preço das mercadorias” ocasionada pelo aumento da produtividade do trabalho, que, no limite, faz com que os grandes capitais esmaguem os pequenos (MARX 2011 [1867], p. 729). Em um extenso e detalhado relato, Marx mostra que, já naquela época, ser trabalhador formalmente empregado era algo cada vez mais difícil. As indústrias desempregavam massas de trabalhadores e seus efeitos foram permanentes. Ademais, havia uma oposição completa entre a maquinaria e os trabalhadores, pois às máquinas cabia reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário. No tempo de Marx as máquinas não alcançavam todos os ramos da produção e os trabalhadores mais qualificados sofriam mais por serem mais caros. Hoje em dia, todos os trabalhadores estão sujeitos às máquinas, porém, os menos qualificados sofrem primeiro os efeitos, justamente, por serem mais facilmente substituíveis.

Grosso modo, o desemprego provocado pela expulsão dos trabalhadores do processo produtivo, passando de compradores a não-compradores, faz reduzir a procura de um conjunto de mercadorias utilizadas como meios de subsistência, assim, esse e os demais setores se veem com dificuldades e o desemprego atinge também todos setores indiretamente (MARX 2011 [1867], p. 501-502). O que se evidencia como potência para as crises é a desmedida, pois nela o capital se mostra uma “contradição processual”, na qual “a referência a si que permite a ele sua automensuração se inverte em perda de referência do processo de valorização no próprio capital”. No limite, a desmedida leva à “sobreprodução, produção em excesso, contradição fundamental do capital desenvolvido” (GRESPLAN, 1999, p. 145; MARX, 2011 [1857-1858], p. 549). A referida sobreprodução não é de mercadorias, mas de capital, pois o processo produtivo produz, essencialmente, capital. Há, portanto, um limite claro à valorização do capital, o que contradiz a sua tendência de transpor suas barreiras indefinidamente. Ao se deparar com esse limite, o capital, potencialmente, entra em crise.

1.7.3 A crise na esfera da circulação do capital

A crise se manifesta no nível da circulação do capital pelo fato de a produção e a circulação estarem separadas violentamente no tempo e no espaço. Ainda se trata de uma possibilidade formal da crise tratada no livro II de *O Capital*, porém, de uma forma mais desenvolvida da crise. A contradição que pode levar ao aparecimento de uma crise se apresenta, então, pelo fato de os momentos da produção e da circulação estarem separados dentro do processo de reprodução do capital, cuja crise tende a se concretizar para reestabelecer violentamente a união perdida. Separação tal que não existia com essa magnitude em tempos pré-capitalistas, visto que o processo não era baseado na valorização, mas no suprimento das necessidades. Nesse nível de análise acerca da crise, há a complexificação e o aprofundamento em relação aos dois níveis de análise anteriormente apresentados, pois, embora ainda Marx estivesse discorrendo acerca de uma possibilidade formal da crise, não se trata apenas da separação entre a compra e a venda (GRESPLAN, 1999, p. 157). No entanto, os níveis de análise estão dialeticamente articulados e as crises manifestam todos em alguma medida.

O processo de circulação do capital industrial é constituído por três fases; *capital monetário*, *capital produtivo* e *capital mercadoria* (MARX, 2014 [1885]). Cada uma dessas fases possui seu ciclo que se entrelaça ao processo de circulação do capital global. A reprodução do capital implica a repetição do circuito (GRESPLAN, 1999, p. 157), porém, semelhante a um espiral, pois está condicionado a reiniciar a rotação de forma ampliada pela aplicação de parte da mais-valia recolhida no ciclo anterior no ciclo seguinte. Nos termos de Marx, os ciclos de cada *capital individual*, que é a existência concreta do capital, se entrelaçam, constituindo o movimento do capital social total (MARX, 2014 [1885], p. 451).

Nesse sentido, Marx apresenta no livro II de *O Capital* o modo como essas três fases se movimentam¹⁵. O *capital monetário* (dinheiro) se movimenta como $D-M...P...M'-D'$, o movimento do *capital produtivo* segue a fórmula geral $P...M'-D'-M...P$ e o *capital-mercadoria* atende pela fórmula $M'-D'-M...P...M'$ (MARX, 2014 [1885], p. 107, 143 e 165). Em cada uma dessas fórmulas há o recomeço do movimento, pois

¹⁵ D = dinheiro, M = mercadoria, P = processo produtivo, M' = mercadoria produzida acrescida do mais-valor e D' = Dinheiro acrescido da mais-valia realizada pela venda da mercadoria.

todo ponto de partida é um ponto de chegada. Conforme Grespan (1999, p. 158), o circuito do capital se apresenta como a sucessão dessas transições de uma forma a outra e as possibilidades de crise aparecem, exatamente, nas paralisações dessas fases apontadas por Marx. A divisão entre as três formas do capital é meramente formal, pois “o capital dinheiro se torna capital produtivo e este tem de se tornar capital-mercadoria que, por sua vez, tem de se tornar capital-dinheiro” (GRESPLAN, 1999, p. 161). A paralisação em determinada fase significa a imobilização de todo o capital individual e não se define como uma simples “paralisação do movimento das formas-capital, mas enquanto efeito desta paralisação, causada por possível desproporcionalidade na distribuição do valor pelo próprio capital” (GRESPLAN, 1999, p. 162).

O impulso desmedido de valorização do capital o condiciona a estar sempre em busca de reduzir o tempo de rotação do capital e de superar seu limite de valorização anterior, ou seja, a magnitude de valor adiantada acrescida da sua valorização obtida no seu ciclo reprodutivo deve ser superada pelo ciclo seguinte no menor tempo possível (MARX, 2014 [1885] p. 202-204). Caso se acomode dentro de determinado limite e não busque superá-lo para uma reprodução ampliada, a reprodução será simples, isto é, não crescerá em relação ao ciclo anterior. O impulso desmedido do capital, devido à sua pretensa autovalorização, que não mais tem o trabalho vivo como referência, crise em potencial já apresentada no processo de produção, é o cerne da crise que se manifesta na circulação e é o que leva a essa desproporção do capital consigo próprio. Em sua autovalorização o capital lida consigo mesmo, com seus limites internos, colocados como barreiras a serem superadas no próximo ciclo, impulso desmedido que o define como capital (GRESPLAN, 1999, p. 136). Esse impulso de valorização sem limites é o que caracteriza a reprodução ampliada do capital, a qual é reinvestida parte dos lucros do ciclo anterior no ciclo seguinte para o aumento da magnitude do capital investido e dos lucros. Valendo-se dos estudos de Marx, Grespan (1999, p. 138) diz que a desmedida do capital por meio de uma valorização que perdeu sua referência na magnitude de valor produzido tem a superprodução de capital como “*a contradição fundamental do capital desenvolvido*’ que aparece como ‘*base imanente para [...] as crises*’”. A potencialidade da crise se concretiza quando se produz mais valor do que o próximo ciclo reprodutivo será capaz de absorver, o que impossibilita que o

“espiral para cima” da produção prossegue. O valor excedente que seria reinvestido na produção é entesourado e não retorna produtivamente para explorar mais trabalho. Essa sobreacumulação de capital de um lado sem poder ser aplicada produtivamente e a falta de perspectivas de trabalho dos trabalhadores de outro constituem a aparência assumida pela crise imanente do capital. Harvey (1982, p. 192) mostra que a essência desse processo é a perda da substância da sociedade capitalista presente em cada mercadoria, o valor, que assume a forma concreta de uma sociedade com “um excesso de capital simultaneamente com uma crescente população excedente¹⁶”.

Os referidos momentos de paralisação dos circuitos do capital precisam ser compreendidos no âmbito dos capitais individuais, que somados e articulados os seus circuitos formam o capital social. Os capitais individuais são complementares e concorrentes simultaneamente e essas relações se dão na esfera da circulação, pois as mercadorias necessárias para a reprodução de determinado capital individual são produzidas por outro capital individual (GRESPLAN, 1999, p. 174).

Portanto, o modo como as diversas partes integrantes do capital social total – do qual os capitais individuais são apenas partes integrantes, que funcionam de modo independente – repõem-se mutuamente no processo de circulação, tanto com relação ao capital quanto com relação ao mais-valor, resulta não dos simples entrelaçamentos das metamorfoses da circulação de mercadorias, [...] Uma das peculiaridades mais tangíveis do processo cíclico do capital industrial e, portanto, também da produção capitalista é a circunstância de que, por um lado, os elementos constitutivos do capital produtivo provêm do mercado de mercadorias e precisam ser constantemente recomprados, como mercadorias, nesse mesmo mercado; por outro lado, o produto do processo de trabalho provém dele como mercadoria e tem de ser constantemente comprado, uma vez mais, como mercadoria (MARX, 2014 [1885], p. 194)

O capital social também envolve a circulação das mercadorias, não apenas a circulação dos capitais. Assim, divide-se em setor de *consumo produtivo*, o qual os capitalistas (re) investem sua mais-valia, e em *consumo individual*, que representa o gasto individual dos salários dos trabalhadores (GRESPLAN, 1999, p. 175-176). Nesse sentido, é preciso equilíbrio e reciprocidade entre esses capitais individuais, pois há uma dependência recíproca, apesar de cada um, separadamente, estimar

¹⁶ “[...] an excess of capital simultaneously with a growing surplus population” (HARVEY, 1982, p. 192).

seus ganhos e investimentos (GRESPLAN, 1999, p. 174). Assim, “é preciso pensar se o quê é necessário, é produzido nas quantidades necessárias” pelos demais, sendo a desproporção entre esses dois setores o que retira a “normalidade do movimento de reprodução do capital social” (GRESPLAN, 1999, p. 174). A crise não se reduz, entretanto, como a simples desproporcionalidade intersetorial, mas é a “anulação violenta, dessa autonomia, na manifestação [...] da unidade interna dos aparentemente indiferentes” (GRESPLAN, 1999, p. 185). Esse modo de manifestação da crise mostra as impossibilidades que o fetiche da autovalorização e da aparente independência entre seus agentes individuais e impõe ao próprio capital os seus limites.

1.7.4 A crise na reprodução global do capital

O nível do capital global contempla o relacionamento entre os capitais individuais como capitais, não apenas como compradores e vendedores, ou como dinheiro e mercadoria (GRESPLAN, 1999, p. 193). É nesse nível, a “esfera da concorrência”, que a crise adquire sua forma evoluída, pois o capital mostra sua essência, a qual um capital individual mostra sua pretensa autovalorização, sua pretensa autonomia, em relação ao conjunto dos demais capitalistas com o mesmo objetivo diante de recursos escassos (GRESPLAN, 1999, 193). O capital somente pode se constituir como capitais individuais seguindo seus “vícios privados”, nos termos de Mandeville, porém, ao contrário da pujante colmeia de sua *Fábula das Abelhas*, a realidade da sociedade capitalista é a “repulsão dos capitais uns dos outros”, o capital se repele de si mesmo. Na prática, cada capital individual repele se os demais e, normalmente, os maiores capitais engolem os menores. Lênin (2012 [1917], p. 148-149) mostrava com uma grande variedade de dados que a fase imperialista do capitalismo representava a concentração da riqueza nas mãos de poucos industriais e banqueiros, verdadeiros monopólios, que, constituindo Estados-nações mais poderosos passaram a “saquear todo o mundo”.

Essa repulsão em virtude da competição e dos vícios privados, ao contrário da referida colmeia, não leva à glória, mas à crise. Ademais,

a forma de existência básica do capital é a multiplicidade de capitais que se repelem uns dos outros, diferenciando-se e negando-se reciprocamente, porque para cada um a finalidade comum a todos se afirma como se só ele devesse realizá-la, impedindo tendencialmente os outros de fazê-lo. O capital, considerado em sua característica genérica e essencial de valor que se valoriza, “necessariamente se repele de si mesmo” enquanto capital determinado, individual, pois cada um desses capitais pretende cumpri-la por si e para si somente, repelindo-se dos demais e repelindo-os na medida em que eles têm idêntica pretensão (GRESPLAN, 1999, p. 193-194).

Nesse nível da análise acerca da crise, Marx chegou à negação do trabalho por conta da contradição que se concretiza na esfera da concorrência, em que se chocam a pretensa autovalorização do capital e sua autonegação, tendo como desdobramento a tendência de perda de sua substância. A concorrência leva a uma briga feroz por reduzir o valor das mercadorias, sendo o aumento da produtividade do trabalho algo central. A investigação marxiana, já nos *Grundrisse*, mostrou algo inédito até a metade do século XIX, o fato de o trabalho vivo, a substância do capital, tendencialmente, ser expulso do processo produtivo em prol do aumento da produtividade. É uma contradição fundamental do capital e, em seus termos,

é lei do capital criar trabalho excedente, tempo disponível; ele só pode fazer isso ao pôr em movimento trabalho *necessário* – *i.e.*, ao trocar com o trabalhador. Por essa razão, é sua tendência criar tanto trabalho quanto possível; assim como também é sua tendência reduzir o trabalho necessário ao mínimo. Consequentemente, é tendência do capital tanto aumentar a população que trabalha como pôr continuamente uma parte dela como população excedente – população que é inútil, até que o capital possa valorizá-la. (Daí a exatidão da teoria da população excedente e do capital excedente.) É tendência do capital tanto tornar o trabalho humano (relativamente) supérfluo como pressionar simultaneamente o trabalho humano de maneira desmedida. O valor é apenas trabalho objetivado, e valor excedente (valorização do capital) é somente o excedente para além da parte do trabalho objetivado que é necessária para a reprodução da capacidade de trabalho. Mas o trabalho é e continua sendo o pressuposto, e o trabalho excedente só existe em relação ao necessário, portanto, só à medida que este existe. Por isso, o capital tem de pôr continuamente trabalho necessário para pôr trabalho excedente; tem de aumentá-lo (a saber, as jornadas de trabalho *simultâneas*) para poder aumentar o excedente; mas tem igualmente de superá-lo como trabalho necessário para colocá-lo como trabalho excedente (MARX, 2011 [1857-1858], p. 508).

Marx percebeu que a forte concorrência intercapitalista pressiona o desenvolvimento das forças produtivas em cada capitalista individual, que age tentando reduzir ao máximo o tempo de trabalho necessário pelo aumento da produtividade dos trabalhadores e pelo desenvolvimento de máquinas, capital fixo,

cada vez mais modernas. Com as máquinas, o trabalho vivo passa a ser, progressivamente, posto como auxiliar, algo quase desnecessário, o que colocava na rua, de forma crescente, centenas de trabalhadores. A perspicácia do autor se evidencia no fato de em sua época os processos verificados estarem ainda incipientes e ele ter sido capaz de verificar neles as leis imanentes do capital e o embrião do que nossa sociedade estaria vivendo cento e setenta anos após. Em outra passagem dos *Grundrisse*, há um entendimento claro de como o manejo da população trabalhadora era fundamental para o capital, pois o aumento do número de trabalhadores poderia fazer reduzir seu preço, “daí a tendência do capital tanto a aumentar a *população trabalhadora* quanto a reduzir continuamente a parte *necessária* dela (a pôr continuamente uma parte como reserva)” (MARX, 2011 [1857-1858], p. 510). O imperativo da concorrência leva o capital a uma produção desmedida em relação à sua base de valorização, o trabalho, no entanto, essa sua tendência interna aparece para ele como uma imposição externa de capital alheio que obriga a sempre romper sua proporção (MARX, 2011 [1857-1858], p. 547). Marx argumentava nos *Grundrisse*, contrariamente às posições dos economistas clássicos, que a concorrência nada mais é do que a “natureza interna do capital” que “se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa”, resultado do fato de o capital somente poder existir concretamente como uma multiplicidade de capitais individuais agindo uns sobre os outros (MARX, 2011 [1857-1858], p. 548).

O *capital em geral* é uma dimensão abstrata da realidade, pois o que há na prática são diversos *capitais individuais* “livres” para definirem seus investimentos e a duração dos seus ciclos reprodutivos em um ambiente de concorrência severa entre eles (MARX, 2014 [1885], p. 449-452). Esse cenário concorrencial obriga os diversos capitais individuais a investirem em máquinas, capital fixo, em substituição ao trabalho vivo e para aumentar a produtividade do trabalho. Não é uma livre escolha dos capitalistas individuais; esses investimentos, que redefinem a participação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que desvaloriza uma grande massa de capitais de seus concorrentes. Trata-se de uma lei do próprio modo de produção capitalista negar a si mesmo, devorar a si mesmo.

Estes capitais singulares são todos capital, perseguindo idêntico objetivo de autovalorização; e, já por isso, entram em conflito pelas oportunidades

relativamente escassas de alcançarem seu objetivo comum. Este conflito, a concorrência, se estabelece pela oposição entre o que é comum a todo capital e a existência necessariamente determinada do capital enquanto capital singular, porque cada um dos capitais singulares deve realizar a finalidade geral como se ela fosse apenas sua, até em detrimento dos outros. Por isso, Marx diz que a “[...] *essência do capital [...], como deve ser desenvolvido mais aproximadamente na concorrência, [é algo que] se repele de si*”; e ainda, “*como o valor forma a base do capital, [como] este existe, portanto, necessariamente só através da troca por um contra-valor, ele [o capital] necessariamente se repele de si mesmo. Um **capital universal**, sem capitais estranhos diante de si com os quais ele troque [...]* é, por isso, um absurdo [Unding]. A repulsão dos capitais uns dos outros já está nele enquanto valor-de-troca realizado¹⁷” (GRESPLAN, 1999, p. 193, grifos do autor).

A passagem acima nos mostra que o pretense individualismo do capitalismo é uma ilusão, pois, como parte da massa do capital total, cada capitalista individual é um agente solitário, que, em uma luta pela sua reprodução individual, se põem contra todos em um jogo de todos contra todos. O resultado é uma tendência imante às crises e essa tendência reside nessa condição auto-devoradora. Marx mostra n’O *Capital* os efeitos devastadores do emprego das máquinas para os trabalhadores de sua época e, atualmente, pode-se dizer que esse fenômeno é mais intenso, estando a tecnologia muito mais avançada e generalizada por todos os ramos. Hoje em dia, computadores, smartphones, notebooks, internet chegam a quase todas as casas, o que já permite a eliminação de muitos postos de trabalho tornados inúteis. O resultado imediato é a produção, de um lado, de uma massa de população trabalhadora sobrando e, de outro, uma massa de capital produzido que não consegue iniciar de forma ampliada o novo ciclo reprodutivo. Essa forma assumida pela crise afeta o conjunto de relações baseadas nas trocas mercantis: trabalhadores, capitalistas e rentistas remunerados por salários, mais-valia/lucro e pelas rendas da terra, respectivamente.

O valor é uma relação social bastante sensível a variações no tempo de produção. Desse modo, um ambiente de forte concorrência exerce influência direta no processo de valorização. Por ser trabalho abstrato socialmente necessário, o valor é sensível a revoluções tecnológicas e da produtividade do trabalho. Elementos como a habilidade dos trabalhadores, os ganhos de produtividade pela

¹⁷ Essas partes em itálico foram retiradas dos *Grundrisse* por Gresplan. São as notas das páginas 323, 324 e 576.

cooperação entre os trabalhadores no interior das fábricas¹⁸, máquinas mais modernas e mais produtivas. As máquinas fazem reduzir montante de dinheiro investido na parte variável do capital durante o processo produtivo e o aumento do investimento na parte constante. Isso significa a redução de trabalho vivo na produção e o aumento da composição orgânica do capital. Com o trabalho vivo reduzido em função do uso das máquinas, o processo de valorização é reduzido, mesmo com o aumento gigantesco da produtividade. Há, assim, uma massa de mercadorias com cada vez menos trabalho cristalizado em cada uma delas. Essa situação é a essência da crise imanente do capital, pois, na prática, essas mercadorias sem substância, desvalorizadas, levam à sobreacumulação de capital, de um lado, e à criação de uma massa de trabalhadores que o capital não consegue empregar produtivamente, do outro. Desse modo,

no capital, o trabalho se revela como a essência que se afirma por meio da sua própria negação enquanto um Sujeito estranhado de si mesmo. Com relação ao trabalho, o capital representa o negativo autônomo da sua própria essência (o valor) que se volta contra o próprio trabalho (Araújo, 2019, p. 403).

Caso sejam analisadas as crises que assolam os diversos países de tempos em tempos com profundidade, pode-se dizer que quase todas estão ancoradas, em larga medida, nessa contradição fundamental. Na prática a crise se concretiza nessa sobreacumulação, pois tais máquinas superprodutivas não vão aos mercados comprar as mercadorias que produzem e os trabalhadores estão desempregados ou em um grande estado de precarização. Estudando os *Grundrisse*, Alfredo et. al. (2006) buscam mostrar que a crise do capital não se resume a uma crise do trabalho assalariado, mas à crise do próprio trabalho abstrato. Para este grupo de pesquisadores,

atualmente, o desenvolvimento do capitalismo potencializou tanto a exploração da capacidade de trabalho que contraditoriamente resulta na elevação do desemprego e, ao mesmo tempo, na dificuldade cada vez maior de aumentar a capacidade de exploração. Assim, vivemos não só

¹⁸ Para Marx (2011 [1867] p.379) o processo de cooperação não consiste na “elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva”. Os empregadores obtêm ganhos de produtividade com o trabalho coletivo para além das possibilidades individuais de cada trabalhador, mas somente remunera a produtividade individual do trabalho.

uma crise do emprego, mas da própria reprodução do capital (ALFREDO et. al., 2006, p. 9).

Há uma contradição imanente ao capitalismo, que é o processo de desvalorização do capital. Esse processo é o resultado do fato de o valor ser uma relação socialmente determinada. Definido o capital como valor em movimento, falar de desvalorização indica algo destrutivo para o capital. No fim das contas, a desvalorização do valor cristalizado em cada mercadoria provocada pelo processo concorrencial associada a uma mensuração desmedida de sua valorização aproxima o capital de sua crise imanente. O fetiche da autovalorização do capital é a expressão de uma valorização baseada na variação da taxa de lucro e não na taxa de mais-valia, a real fonte de valorização. Desse modo, fica oculto o fato de o capital expulsar de si sua fonte única de valor, ou seja, expulsa se de si mesmo, pois capital é trabalho. Em vista disso, “quanto mais se valoriza sob um ponto de vista, mais se desvaloriza sob o outro” (GRESPLAN, 1999, p. 214) No livro *I d’O Capital* Marx (2011 [1867], p. 491) já mostrava o uso das máquinas para o aumento da produtividade, o que teve como efeito a produção de um massivo exército industrial de reserva utilizado, ao fim e ao cabo, para pressionar os preços dos salários para baixo.

Esse cenário concorrencial obriga todos a se adequarem ao mesmo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mesma mercadoria, pois, caso contrário, tendem a ser engolidos pelos seus concorrentes. Conforme Gresplan (1999, p. 196), esse é o “negativo do capital”, um modo de produção que repele a si mesmo, pois esse amontoado de capitalistas individuais impõe aos outros a “determinação essencial” pela “exclusão mútua das oportunidades de autovalorização”. Não há, portanto, um suposto benefício mútuo pela existência da concorrência como os economistas burgueses afirmavam. A lei interna ao capital é apresentada para todos os capitalistas individuais como uma externalidade que funciona ao acaso na medida em que os demais capitalistas se defrontam com ela independentemente (GRESPLAN, 1999, p. 196). Nesse cenário, com o aumento da produtividade do trabalho, a quantidade de valor dentro de uma mesma mercadoria diminui. Caso se gaste menos tempo que o concorrente para a fabricação de uma mesma mercadoria, incorpora-se menos tempo de trabalho socialmente necessário incorporado em cada produto. Do ponto de vista dos capitais individuais, embora se diminua a taxa de mais-valia por rotação do capital, o aumento da produtividade

torna essa diminuição relativa do valor contido em cada mercadoria ocultado pelo aumento da taxa de lucro. Mediante o *gap* entre seu mais baixo valor e o de seus concorrentes, esses capitalistas individuais podem ampliar seus lucros e como consequência recolher uma fatia maior da mais-valia global. Assim sendo, a queda da taxa de mais-valia somente pode ser vista no âmbito do capital global, pela proporção da massa global dos diversos capitais investidos no capital variável.

Os ganhos de competitividade de uns provocam uma desvalorização do capital fixo de diversos outros capitalistas individuais menos produtivos e isso é destrutivo para o seu negócio. Por conta da concorrência, todo valor investido está mais sujeito à desvalorização. Deixar as mercadorias produzidas no ciclo produtivo passado estocadas deixa os valores que elas contêm sujeitos à desvalorização. Se no período em que o valor cristalizado nas mercadorias estiver paralisado surgir uma nova técnica de produção, ou a incorporação de uma máquina mais avançada (capital fixo) ou mesmo se aumenta a produtividade do trabalho, o valor que estava parado terá que ser reduzido para que se adeque à redução do tempo socialmente necessário. Caso contrário permanecerá encalhado nos estoques. Por isso, os capitais individualmente buscam reduzir ao máximo o tempo de rotação dos capitais. No geral, quem é mais produtivo adquire superlucros e recolhe a maior parte da mais-valia produzida pelo conjunto da produção de determinado período.

Segundo Marx ([1867] 2011, p. 113), a desvalorização do valor reflete uma relação em que “o trabalho humano perdeu seu significado social devido a processos que são também específicos do capitalismo”. Grosso modo, menos mais-valia se cristaliza por produto e isso reflete o processo de produção, pois na circulação surge o lucro como dimensão aparente em que os preços das mercadorias superam os seus valores devido à lei da oferta e da demanda¹⁹.

O modo fetichista como o capital se apresenta cria uma falsa percepção de que a crise é decorrente da queda tendencial da taxa de lucro, uma forma de automensuração de sua valorização. Na realidade “a taxa de lucro é obtida do produto da taxa de mais-valia pela composição orgânica” e varia de acordo com o

¹⁹ No tocante à relação entre o lucro e a mais-valia, Grespan, baseado em Marx, entende o primeiro como o fetiche do próprio capital, pois faz-se pensar que a valorização do valor se dá em função da formação da taxa de lucro médio, relativa ao capital total, e não da exploração do trabalho vivo, da mais-valia. A mais-valia, por seu turno, é relativa à exploração do capital variável investido no processo de produção de mais-valor (GRESPLAN, 1999, p. 204-205).

aumento da produtividade do trabalho (GRESPLAN, 1999, p. 207). A tendência de aumento da composição orgânica do capital pelo incremento técnico do capital fixo, no limite, faz reduzir a parte do capital empregada em trabalho vivo e o aumento na parte referente ao trabalho morto, assim, o aumento significativo da produtividade vem acompanhado por uma menor possibilidade de o capital sugar mais-trabalho (GRESPLAN, 1999, p. 210). A taxa de lucro é uma forma fetichizada de o capital se auto mensurar, pois mede a sua valorização pela taxa de lucro, e não pela valorização do trabalho, o único a gerar valor.

1.7.5 As causas contrariantes (ou causas contra-atuantes) às crises

Analisadas as tendências que podem levar às crises no modo de produção capitalista, e que aparecem em todas as fases do processo de reprodução do capital, é preciso analisar a suas “causas contrariantes”²⁰. Causas contrariantes não necessariamente anulam a “lei geral do capital”, mas é o que a torna tendência em vez de efetividade, a execução absoluta da lei é “detida, retardada e atenuada através de condições contra-atuantes” (MARX, 1985 [1986]; GRESPLAN, 1999, p. 216). Descoberta a imanência das crises e sua natureza, ao longo de sua análise, Marx indaga o que explicaria a retomada do aumento das taxas de lucro em determinadas situações. De acordo com esse autor,

deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial. (MARX, 1986 [1894], p. 177).

Essas causas contrariantes atuam contendo momentaneamente a queda real da taxa de lucro e são elas: “*elevação do grau de exploração do trabalho*”, “*compressão do salário abaixo do seu valor*”, “*barateamento dos elementos do capital constante*”, “*superpopulação relativa*”, “*comércio exterior*” e o “*aumento do capital por ações*” (MARX, 1986 [1894], p. 177-182). Explicando rapidamente a influência de cada uma delas na contenção da queda da taxa de lucro, “*a elevação*

²⁰ Modo como o termo foi traduzido por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe na versão de *O Capital* livro III da série “*Os Economistas*” da Editora Nova Cultural, de 1985.

do grau de exploração da força de trabalho” pode ser obtida pelo aumento da jornada de trabalho e pela intensificação do trabalho, mais-valia absoluta e relativa, respectivamente (MARX, 1986 [1894], p. 177). Ademais,

se a um trabalhador é imposto o trabalho que, racionalmente, só dois podem executar, e se isso ocorre sob circunstâncias em que este pode substituir três, então esse trabalhador há de fornecer tanto mais-trabalho quanto dois antes, e nessa medida a taxa de mais-valia subiu (MARX, 1986 [1894], p. 179).

Por esse motivo não é muito difícil de ver nos noticiários capitalistas e políticos defendendo o aumento das jornadas de trabalho ou dizendo que os trabalhadores precisam ser mais produtivos. Uma pesquisa publicada por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, em 2018, mostra que os níveis de produtividade do trabalho no Brasil são baixos em comparação com países mais desenvolvidos e até mesmo da América Latina (VELOSO et. al., 2018, p 11). Apesar de possuir uma metodologia questionável²¹, o estudo mostra que um trabalhador brasileiro leva em média uma hora para produzir o mesmo produto que um trabalhador dos Estados Unidos gasta quinze minutos (*tabela 1*). O estudo atribui o fato à pior qualidade da educação no Brasil em relação aos Estados Unidos e demais países e também ao fato de não possuímos por aqui capital fixo tão avançado quanto. Aos empresários, em meio ao processo concorrencial em escala global, obviamente, é interessantes melhorar esses índices de produtividade do trabalho para tornarem-se mais competitivos.

²¹ Os níveis de produtividade do trabalho foram obtidos dividindo o PIB per capita dos países pela média das jornadas de trabalho, o que na verdade produz distorções, visto que o tamanho das populações, a composição orgânica do capital e os níveis tecnológicos do capital fixo influem diretamente nas forças produtivas desses países. Essa metodologia mede, na verdade, os níveis de produtividade do capital e não do trabalho.

Tabela 1 - Produtividade Setorial – Brasil e Países Selecionados

	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Brasil	14.689	4.779	19.389	15.814
Estados Unidos	89.318	66.271	109.937	85.647
Irlanda	84.949	27.976	114.873	80.397
Austrália	67.555	65.469	88.358	61.589
França	66.488	50.027	64.056	69.225
Japão	64.967	18.102	70.607	65.400
Grã-Bretanha	56.729	25.184	70.852	54.643
Coreia do Sul	52.503	24.290	74.759	44.429
México	25.260	6.109	31.423	27.836
China	14.792	3.599	25.661	18.549
Índia	8.423	2.224	11.984	17.307
Média SEA	46.994	25.250	52.802	48.218
EUA/Brasil	6,1	13,9	5,7	5,4
Média SEA/Brasil	3,2	5,3	2,7	3,0

Fonte: A produtividade é calculada a partir de dados da Socio Economic Accounts convertidos em preços internacionais usando a PPP obtida da Penn World Table 8.1. São usados dados de 2009. Elaboração dos autores.

OBS: Os dados de produtividade são expressos em US\$ PPP, usando a PPP agregada. Com exceção do Brasil, os países estão ordenados de forma decrescente pela produtividade total. São assinaladas em negrito as produtividades mais elevadas de cada setor.

Fonte: Veloso et. al. (2018).

Uma pesquisa da CNI – Confederação Nacional da Indústria, de 2020, investigou a competitividade do Brasil em relação a países com forças produtivas similares e/ou que concorrem com o Brasil diretamente nos mercados globais e constatou algo similar, a produtividade do trabalho por aqui é baixa. Dentre os dezoito países pesquisados, o Brasil ocupa a 9ª posição no “fator trabalho”, que considera dois fatores *custo da mão de obra* e a *disponibilidade de mão de obra* e a 17ª posição no quesito específico, *produtividade do trabalho*, que, na referida pesquisa, entra no cálculo do *custo da mão de obra* (figuras 1 e 2).

Não é por acaso que a economia política moderna precisa produzir estudos como os da CNI e da FGV, pois, como se pode verificar, são pesquisas que investigam as causas contrariantes à queda das taxas de lucro em meio ao processo concorrencial global.

Figura 1 - Fator Trabalho.



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (2020, p. 15-16).

Figura 2 - Posicionamento do Brasil nas ordenações relativas ao fator trabalho e aos subfatores e variáveis associados.



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (2020, p. 15-16).

A segunda causa contrariante, “*compressão do salário abaixo do seu valor*”, é basicamente a queda nos salários dos trabalhadores para baixo de seu real valor. Ora, se o cálculo da taxa de lucro leva em conta o montante de capital variável empregado em relação ao capital total investido, caso se abaixe a parte do pagamento pelo capital variável a proporção entre essas duas grandezas aumenta, representando o aumento da taxa de lucro. Não são incomuns casos em que o patronato baixa os salários para níveis abaixo do mínimo para a sobrevivência dos trabalhadores para aumentar a sua margem de lucro. No Brasil, há casos recentes já noticiados de imigrantes bolivianos que trabalhavam em pequenas confecções para grandes marcas em condições de trabalho escravagistas, quanto aos salários e às condições insalubres às quais eram expostos. Essa situação pode ser estendida a outros setores da economia e para as grades e pequenas empresas.

Outra causa contrariante é o “*barateamento dos elementos do capital constante*” que

em suma, o mesmo desenvolvimento que eleva a massa do capital constante em relação ao variável diminui, em decorrência da força produtiva de trabalho aumentada, o valor de seus elementos, e impede portanto que o valor do capital constante, embora crescendo continuamente, cresça na mesma proporção que seu volume material, ou seja, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho (MARX, 1986 [1894], p. 179).

Como exemplo dessa busca pela redução dos custos de produção, possibilitada pelas duas últimas tendências contrariantes, em 2014, o, então, governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, disse, ao criticar os governos anteriores que promoveram relativa alta dos salários ao longo dos anos, que “o Brasil ficou caro antes de ficar rico” (ÉPOCA, 2014). Sua fala foi endereçada, principalmente, para a política de aumento dos salários do governo anterior.

A quarta causa é a “*superpopulação relativa*”, que representa a grande disponibilidade de trabalhadores disponíveis para além do número de postos de trabalho, formando o “exército industrial de reserva”. Essa concorrência entre os próprios trabalhadores é o que faz baixar os salários para níveis inferiores ao de seu valor. Por outro lado,

como a taxa geral de lucro é constituída mediante a equalização das taxas de lucro nos ramos da produção específicos, aqui, mais uma vez, a mesma causa que gera a tendência decrescente da taxa de lucro faz surgir um contrapeso a essa tendência, que paralisa mais ou menos seu efeito (MARX, 1986 [1894], p. 180).

Marx se refere ao fato de a crise de dessubstancialização estar ancorada na expulsão do trabalho vivo do processo de produção do valor, fazendo baixar a taxa de exploração do trabalho, a taxa de mais-valia, mas a criação desse exército industrial de reserva também pressiona os salários para baixo, o que faz aumentar a taxa de lucro. A sexta causa contrariante é o “*comércio exterior*”, pois a concorrência global permite o barateamento do capital constante e em parte “os meios de subsistência necessários em que o capital variável se converte”, fazendo crescer a taxa de lucro, sem resolver a queda da taxa de mais-valia (MARX, 1986 [1894], p. 180). Essa causa contrariante

atua em geral nesse sentido ao permitir a ampliação da escala da produção. Assim ele acelera, por um lado, a acumulação, por outro, também o descenso do capital variável em relação ao capital constante, e com isso a queda da taxa de lucro. Da mesma maneira, a ampliação do comércio exterior, embora tenha sido na infância do modo de produção capitalista sua base, tornou-se, em seu progresso, pela necessidade intrínseca desse modo de produção, por sua necessidade de mercado sempre mais amplo, seu próprio produto. [...] O mesmo comércio exterior, porém, desenvolve no interior o modo de produção capitalista, e com isso a diminuição do capital variável em relação ao constante, e produz, por outro lado, superprodução em relação ao exterior, tendo, por conseguinte, no decurso posterior, também o efeito contrário (MARX, 1986 [1894], p. 180; 181).

A perda de substância do capital no processo produtivo, em vista do aumento astronômico da produtividade, demanda o escoamento dessas mercadorias mais baratas e com pouco valor em escala ampliada para concorrer com os produtos de locais como menor produtividade e mais trabalho vivo empregado. Por último, “o *aumento do capital por ações*” se deve ao fato de uma considerável soma de capital só conseguir ser empregada como capital que proporciona juros. Essas somas de capital

não entram, portanto, na equalização da taxa geral de lucro, já que proporcionam uma taxa de lucro menor do que a média. Caso entrassem, esta então cairia muito mais. Do ponto de vista teórico, pode-se incluí-los no cálculo e então se obtém uma taxa de lucro menor do que a que existe aparentemente e que é na realidade determinante para os capitalistas, já

que exatamente nessas empresas o capital constante é máximo em relação ao variável (MARX, 1986 [1894], p. 182).

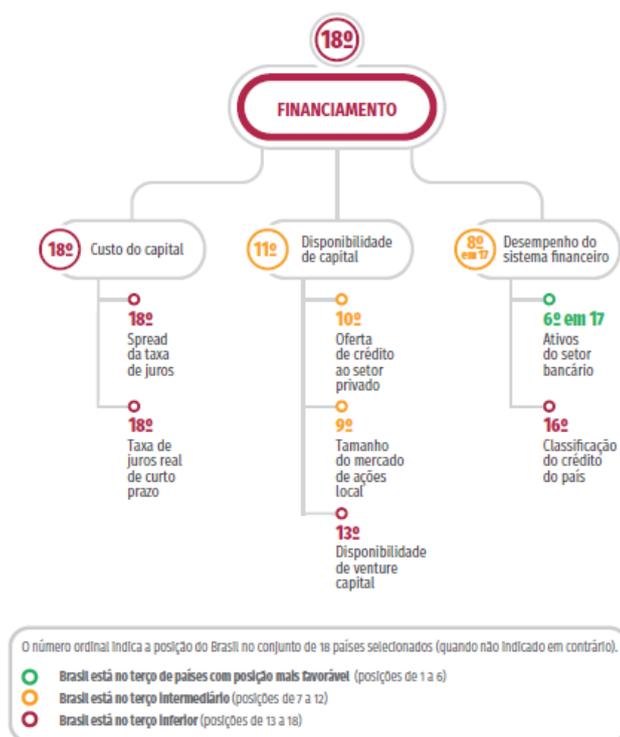
A centralidade do capital portador de juros na economia a partir da década de 1970 é tamanha que mesmo o capital produtivo necessita de empréstimos, adiantamentos de trabalhos futuros, para conseguir sobreviver. Sem o capital a juros já teriam colapsado. Em capitais de longa rotação, como o imobiliário, por exemplo, os bancos adiantam o dinheiro investido por eles, à medida que os consumidores assinam os contratos de compra dos imóveis, recuperando o dinheiro emprestado acrescido de juros ao final. Mesmo a produção industrial e o consumo por parte dos trabalhadores dependem do capital a juros e esse tema também precisa ser objeto constate de investigação da economia política moderna. O mesmo estudo da CNI (2020, p. 17-18) constatou que no Brasil é o país em que é mais caro adquirir financiamentos do que todos os outros dezessete países pesquisados (*figuras 3 e 4*).

Figura 3 - Fator Financiamento.



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (2020, p. 17-18).

Figura 4 - Posicionamento do Brasil nas ordenações relativas ao fator financiamento e aos subfatores e variáveis associados.



Fonte: Confederação Nacional do Comércio (2020, p. 17-18).

A partir da consideração de que há causas contrariantes à crise é que se pode falar de uma “*lei de tendência*”, que, por ser “lei”, não significa que ocorrerá como uma necessidade absoluta, que exclui a possibilidade de que seu oposto ocorra, “no caso, a constância ou elevação da taxa de lucro” (GRESPLAN, 1999, p. 222). Ademais, Gresplan adverte que,

diante das dificuldades da demonstração desse teorema, porém, é impossível afirmar que a taxa de lucro caia a um ponto no qual se inviabiliza a continuidade do processo de valorização; ou seja, que o capital alcance o limite intransponível para o movimento de acumulação. Assim, a definição de “crise” como a fixação de um tal limite pelo próprio capital, como o conseqüente colapso ou paralisia crônica do modo de produção por ele constituído, é sem dúvida errônea e insuficiente, exigindo maior desenvolvimento e complexificação (GRESPLAN, 1999, p. 224).

No entanto, o mesmo autor adverte que a crise, embora não seja um colapso e existam as causas contrariantes, não representa uma “retomada das condições para uma fase expansiva” (GRESPLAN, 1999, p. 242). São apenas momentos em que “a desvalorização do capital existente e a revolução tecnológica viriam como

resposta a isto, para recompor a reserva de trabalhadores, baixar salários e aumentar as taxas de mais-valia e lucro” (GRESPLAN, 1999, p. 242). Ademais, não se pode prever os ciclos de duração das crises nem dizer que se prepara um novo ciclo de crescimento, pois, na fase de valorização o capital, de crescimento, os pressupostos da sua desvalorização já estão postos e vice-versa (GRESPLAN, 1999, p. 247-248). Essa fala de Gresplan é clara e estabelece uma consistente crítica aos neocríticos do valor, já mencionados anteriormente, adeptos da ideia de um colapso do capitalismo. Tendo os estudos de Marx como referência, esses cuidados em não se cravar um fim abrupto ao capitalismo a partir de uma crise terminal, é uma posição mais adequada para a compreensão da crise imanente e seus desdobramentos. Os processos históricos com transformações mais profundas costumam ser longos e, geralmente, envolvem muitas lutas e resistências de ambos os lados. Para cada proposição de mudança haverá sempre aqueles que se posicionam de forma mais conservadora e aqueles mais progressistas, que pensam em mudar o que está posto.

1.8 Considerações

O presente capítulo se encerra tendo apresentado as crises como o reestabelecimento violento daquilo é uno, o trabalho humano e o seu produto, mas que está na prática separado pela pretensa autonomização da forma valor, que se verifica na forma como o capital se apresenta, como o senhor de sua autovalorização. As crises denunciam essa autonomização, pois gera uma desmedida em todas as esferas da reprodução do capital, desde seus elementos mais básicos e abstratos, compra e venda e produção e circulação, até a esfera da concorrência. Essa desmedida é decorrente do fato de o trabalho vivo ser posto apenas como uma parte componente do capital, o capital variável, e ser tendencialmente expulso do processo produtivo pelo aumento da composição orgânica, que faz aumentar a produtividade e, contraditoriamente, decair a produção de valor. No entanto, a ideia de um colapso repentino do capitalismo por uma crise terminal não se sustenta quando se leva em consideração a existência do que Marx chamou de “causas contrariantes”, no livro III de “*O Capital*”. As causas contrariantes

mostram que as mesmas contradições internas que levam à crise imanente podem ser utilizadas como formas de conter a queda tendencial da taxa de lucro no contexto da concorrência em escala global, dando um alívio momentâneo sem, no entanto, resolver tais contradições.

CAPÍTULO 2 – AS CRISES DO CAPITALISMO NO SÉCULO XX E A FINANCEIRIZAÇÃO DE TUDO: O FUTURO ADIANTADO A JUROS

2.1 Introdução

Discute-se nesse capítulo o processo de financeirização como a expressão máxima do fetiche do capital. O capital fictício apresenta a maximização da “autonomização” do dinheiro em relação à sua base, o trabalho vivo. Tal processo, que foi maximizado após a crise do capitalismo da década de 1970, como forma de “salvar” a economia capitalista, se mostra, na verdade, como uma ampliação desta crise. As crises passaram a ser empurradas de um país a outro de tempos em tempos e não podem ser solucionadas. As noções de “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 1982) e de “ajuste espacial” representam bem o momento do capitalismo atual. Nesse processo, a produção do espaço assumiu proporções planetárias. Conforme Harvey (2012 [1989]), houve uma compressão do tempo-espaço em escala global para encurtar o tempo de rotação dos capitais.

A crise de 2008 mostrou como a urbanização nos moldes do capital fictício manifesta a crise imanente, cuja dessubstancialização é a marca. Em vista de perspectivas não muito favoráveis para um futuro que já foi adiantado em troca de juros, os sujeitos que internalizam a economia política em seus corpos assumem posturas extremas em prol de uma moral norteada pela “saúde” do mercado e de uma escravização velada pelo dinheiro.

2.2 Fordismo, keynesianismo e a crise imanente

O advento da primeira linha de montagem, criada por Henri Ford, em 1914, associado ao trabalho de Frederick Taylor presente em “*Princípios da Administração Científica*”, de 1911, fizeram maximizar as forças produtivas e ajudaram os Estados Unidos a se consolidar como uma potência industrial. A linha de montagem fez maximizar a divisão do trabalho a um patamar ainda não visto e a administração científica de Taylor garantia uma mais-valia relativa também inédita, em vista dessa forte “racionalização” do processo produtivo (HARVEY, 2012 [1989], p. 121). A linha

de montagem associada ao trabalho pouco qualificado e diversificado, em que os trabalhadores realizavam funções repetitivas e bem simples, elevou os níveis de produtividade como nunca antes na história do capitalismo. Até a primeira revolução industrial, que aconteceu na Inglaterra, no século XVIII, os processos produtivos eram realizados por trabalhadores que dominavam todo o processo de produção; o trabalho precisava ser qualificado. Após a invenção da primeira máquina de fiar por John Wyatt, em 1735, a divisão do trabalho e a produtividade foram elevadas a níveis inéditos para a época, conforme Marx (2011 [1867], p. 428-430) descreve e analisa. Com Ford, os trabalhos realizados rotineiramente sobre uma forte divisão do trabalho passaram a não necessitar de qualificação alguma. Houve a ampliação da perda da visão de conjunto dos trabalhadores perante os produtos do seu trabalho. Uma ampliação da alienação, portanto, retroalimentando o fetichismo das mercadorias e do capital, que se impõe como o sujeito de sua “autovalorização”.

Os métodos de produção inovadores para a época permitiram que, no período após a primeira guerra mundial, a Ford experimentasse um crescimento vertiginoso de sua produção, que obrigou outras indústrias do capitalismo avançado a adotarem estas técnicas como modelo. Esse cenário, associado a uma classe trabalhadora explorada ao extremo, empobrecida e com baixo poder de compra, fez com que houvesse uma grande desmedida entre a produção de mercadorias e seu consumo. Havia um claro limite à reprodução do capital nesse momento. Muito capital começou a ficar amontoado na forma de mercadorias estocadas e o valor não conseguia circular com facilidade. A reprodução dos capitais encontrava muitos possíveis gargalos. A ameaça do socialismo era grande em toda a Europa, após a revolução russa, em 1917, e a situação precária do proletariado tornava a relação entre capital e trabalho um “barril de pólvoras”.

Em vista disso, Ford foi levado a pensar a sociedade em que estava inserido. Ele entendia que sua engrenagem produtiva, baseada em uma produção em massa de automóveis, iniciada pelo modelo Ford T, em 1908, demandava um consumo em massa. E, de fato, o que sustentaria, mais adiante, a engrenagem do período fordista seria o aumento exponencial da produtividade, o aumento dos salários dos trabalhadores, o aumento do consumo individual e das empresas (GIUCCI, 2004, p. 178), que geravam crescimento econômico e o conseqüente progresso tecnológico pela concorrência. Ford representava a realização do sonho dos Estados Unidos em

se tornar uma nação industrial desenvolvida, tanto que foi premiado pela revista *Fortune*, em 1999, como o empresário do século, não apenas por ter inventado o automóvel e a linha de montagem, mas por ter popularizado o carro (GIUCCI, 2004, p. 172; 174). A centralidade assumida por Ford em sua época, por ter “revolucionado” a produtividade industrial, fez com que o nome do *regime de acumulação*, o fordismo, derivasse de seu nome. Os *regimes de acumulação* são um “modo de alocação sistemática do produto”, que, em determinado recorte temporal, foi utilizado para a administração do processo reprodutivo do capital, da produção ao consumo (LIPIETZ, 1997 [1989], p. 304). Na interpretação de Ricardo Antunes, o fordismo deve ser entendido

como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século (ANTUNES, 1995, p. 17).

O fordismo pode ser caracterizado, então, como um conjunto de técnicas e estratégias reprodutivas, que fez aumentar produtividade do trabalho, de 1914 até final da década de 1960. Uma característica que define o fordismo é a sua *rigidez* (HARVEY, 2012 [1989]). Todos os ganhos de produtividade do trabalho, nesse período, aconteciam sob forte rigidez, dentro e fora das fábricas, devido ao fato de as indústrias controlarem “diretamente” todo o processo produtivo. As fábricas das indústrias no estilo fordista eram imensas e responsáveis pela produção e pelo beneficiamento de tudo dentro de seu processo produtivo, dos parafusos ao motor dos automóveis. Os impactos que elas causavam nas cidades eram imensos e a batida do ponto da empresa era a medida de tempo naquela época. Rigidez era a palavra que definia a atuação do próprio Estado e seu caráter interventor na economia. Rigidez no fato de a produção ser massificada, padronizada, que fazia produtos em grandes lotes exatamente iguais para sujeitos e grupo que não eram

homogêneos. Para se ter uma ideia em números dessa rigidez, por volta de 1929, as fábricas da Ford empregavam cerca de 226.000 trabalhadores em suas 56 fábricas e companhias, 35 nos Estados Unidos e 21 em diversos países do mundo²².

Somente nos Estados Unidos, a Ford mantinha 9.500 revendas e serviços autorizados. As escolas da FORD treinaram e graduaram 22.800 mecânicos, 17.734 vendedores, 5.877 revendedores e 1.334 mecânicos de donos de frota. A Companhia tinha a capacidade produtiva de 2.000.000 de carros e caminhões por ano. O Modelo A, foi introduzido em 2 de dezembro de 1927 e, em Janeiro de 1930, já tinham sido produzidas 3.000.000 de unidades, sendo que seu antecessor, o Modelo T, alcançou a incrível marca de 15.000.000 de unidades²³.

Ademais, para além do interior das fábricas, onde os tempos e movimentos dos trabalhadores eram controlados, o fordismo era uma forma particular de se pensar e agir, era um “modo de vida total”, pois a produção em massa pressupunha a padronização da produção e dos consumidores (HARVEY, 2012, p.121; 131). Como mostra Giucci (2004, p. 206), Ford, além de consolidar a motorização do país, fez a fábrica de automóveis passar a “representar uma sociedade modelo”. Essa padronização e rigidez da produção no período fordista alcançava a vida cultural de todos, mesmo fora das fábricas, no processo de reprodução da própria vida.

A *figura 4*, abaixo, mostra essas características do fordismo, principalmente sua abrangência no contexto urbano de Detroit, com seus grandes volumes de estoques de mercadorias produzidas sem a certeza de sua venda e o grande volume de trabalhadores, trabalho vivo empregado. A centralidade da indústria em relação ao cotidiano de Detroit era enorme. Houve pressões diversas para que os representantes dos sindicatos ajudassem a convencer os trabalhadores a aceitarem as condições degradantes de trabalho fordista em troca de ganhos reais de seus salários (HARVEY, 2012 [1989], p. 129).

²² Fonte: Clube Fordinho. Disponível em: <http://www.clubedofordinho.com.br/si/site/0060/p/As%20Fabricas%20%20Ford%20na%20era%20dos%20Fordinhos%201928%20%C3%A0%2031> Acesso em: 20/10/2019.

²³ (Idem.)

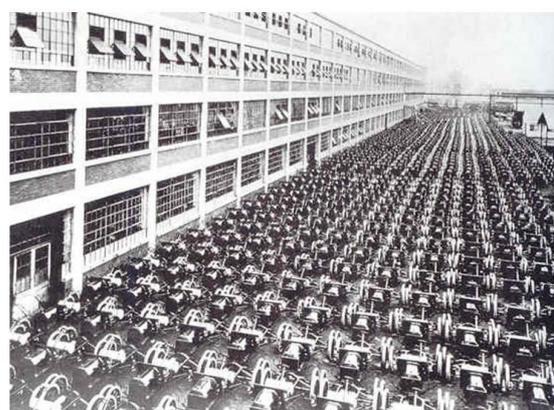
Figura 5 - Fábrica Highland Park Plant Ford, em Detroit.



a) Fábrica Highland Park Plant da Ford em Detroit (1930).



b) Linha de montagem em uma das fábricas da Ford.



c) 1000 carrocerias montadas do modelo Ford T, em Detroit, década de 1910.



c) Trabalhadores no pátio da Highland Park Plant, em Detroit.

Fontes: Site Clube Fordinho e Interact. Disponível em: a), b) e d) <http://www.clubedofordinho.com.br/si/site/0060/p/As%20Fabricas%20%20Ford%20na%20era%20dos%20Fordinhos%201928%20%C3%A0%2031> c) <http://interact.com.pt/20/obsolescencia-programada/> Acesso em: 10/10/2019.

Os automóveis demandavam o “ajuste” das cidades para sua produção e para a sua circulação. No caso brasileiro, a febre do automóvel chegou por volta de 1920 e “a vida cultural do automóvel”, nome do referido livro de Guillermo Giucci, tornava a figura do bom gestor da máquina estatal aquele que construía redes viárias e alimentava a ideia de progresso e modernidade fundidos com a presença desse meio de transporte moderno (GIUCCI, 2004, p. 309-310). As casas passaram a ser projetadas pelos arquitetos já pressupondo a futura posse de um automóvel em substituição às carruagens e cavalos (GIUCCI, 2004, p. 315). O *american way of life*, que pode ser traduzido como o *estilo de vida americano*, foi o invólucro, o *marketing* desenvolvido pelo Estado dos Estados Unidos para viabilizar o consumo das

massas, no período entre guerras, princípio do período fordista. O automóvel contribuiu muito para o ideal do *american way of life* (GIUCCI, 2004, p. 335-336).

As técnicas de produção inventadas por Ford, um capitalista individual, se generalizaram devido à concorrência, a ponto de configurarem um regime de acumulação. Esse fato em si retoma o que foi discutido no primeiro capítulo, o fato de o capital negar a si mesmo na esfera da concorrência. O próprio aumento da produtividade no fordismo deu o impulso à sua derrocada, pois a repulsão entre os capitais individuais tornou-se mais visível em vista da forte concorrência intercapitalista. Esse fato levou a grandes investimentos de capital em novas tecnologias e máquinas, que, por outro lado, passaram a se desvalorizar mais rapidamente. Nessa época, os mercados eram “autorregulados” no sistema de *laissez-faire*. Com isso, houve significativas perdas de postos de trabalho, mesmo antes da crise de 1929, comprovando o fato de que no ciclo de expansão do capital já estão expressos todos os pressupostos para a sua crise, bem como as próprias tendências indicam suas causas contrariantes, já dizia Grespan (1999, p. 268; 272).

2.2.1 – A crise de 1929 e saída pela ação do Estado

No princípio do fordismo esses estímulos levaram ao aumento do consumo e da produtividade, ao aumento do fornecimento de crédito pelos bancos e dos investimentos na bolsa de valores de Nova Iorque. Todo esse cenário acirrava a concorrência intercapitalista, que teve como efeito os investimentos em máquinas mais modernas para o aumento da produtividade. Porém, os custos de produção começaram a aumentar progressivamente e muitos capitais se desvalorizaram na mesma proporção. A *desvalorização* está inscrita na própria *valorização*, pois nas três fases que constituem o capital, D-M-D', ao se realizar, o *valor* desaparece e volta a ser dinheiro que precisa entrar novamente no circuito de valorização (MARX, 2011 [1857-1858], p. 532). As fases da rotação do capital estão separadas no tempo e no espaço, o que torna incerta a reprodução do capital no novo ciclo.

Como desdobramento dessa desvalorização generalizada, houve a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e a crise se espalhou pelo mundo capitalista. Os bons números da produtividade fordista e do consumo no período entre guerras

enchiam de confiança os bancos e investidores. A prática do *call loans* praticada nessa época consistia em comprar uma ação na bolsa pagando 10% do valor e os demais 90% eram emprestados aos bancos, sendo essa possível valorização dividida entre comprador e corretor e caso as ações se valorizassem (GAZIER, 2016, p. 28). A questão passa pelo fato de que toda especulação financeira conta com a variação para cima dos preços das ações relativas a trabalhos futuros que ainda não se realizaram. No caso do *crash* da bolsa de Nova Iorque, houve baixa nas cotações das ações, em 3 de outubro de 1929, o que quebrou os especuladores. A *figura 5* mostra que o desemprego estava entre as maiores consequências para os trabalhadores durante a crise de 1929.

Figura 6 - Filas de desempregados em Wall Street durante a crise de 1929.



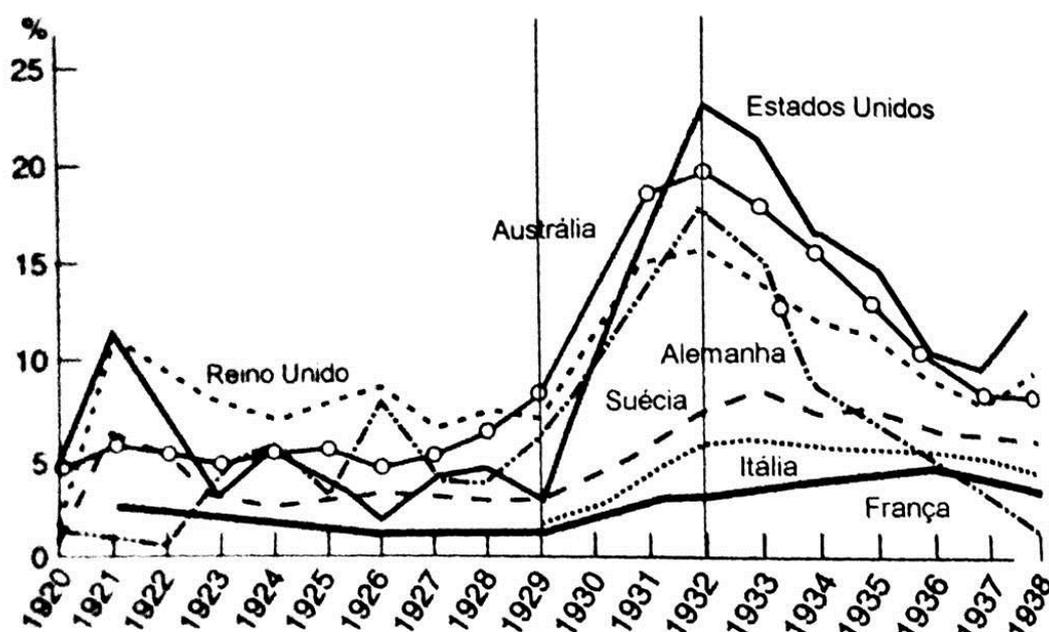
Fonte: Jornal do Comércio. **Disponível em:**

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2019/10/708723-os-90-anos-da-crise-de-1929.html **Acesso em:** 22/04/2020.

O gráfico da figura 6 mostra como que, de 1929 a 1932, os altos níveis de desemprego chegaram, fortemente, aos demais países mais industrializados. O Brasil sentiu os efeitos da crise na queda substancial da demanda por seus produtos

agrícolas, essencialmente a sua produção de café, que tinha os Estados Unidos como o seu principal mercado consumidor. Como resultado, a dificuldade de escoamento das grandes safras da época, fazendo seus preços baixarem substancialmente no mercado brasileiro. Furtado (2003 [1959], p. 179) mostra que, na década de 1920, o equilíbrio entre a oferta e a demanda do café brasileiro se dava na esfera da oferta, à medida que todos os fatores de produção, força de trabalho e terras disponíveis, atingiam a saturação; na esfera da demanda, o equilíbrio dependia da saturação do mercado interno. Em contrapartida, a manutenção dos preços do café brasileiro dependia, essencialmente, dos capitais vindos dos Estados Unidos. Esses capitais dos bancos estrangeiros, que financiavam a compra dos estoques da produção brasileira, sumiram com a crise de 1929 e a venda desses estoques no mercado nacional fez os preços baixarem de forma não vantajosa para os produtores (FURTADO, 2003 [1959], p. 179).

Figura 7 - Taxa de desemprego de alguns países de 1920 a 1938 em % da população ativa.



Fonte: MADDISON, 1981 apud GAZIER, 2016, p. 24.

A rigidez do capital durante o fordismo o levou à crise na depressão de 1929. A depressão cristalizou os limites do capitalismo da época. A saída veio por meio da

forte intervenção do Estado na economia, algo que não era bem visto até a crise. Em 1932, foi criado, nos Estados Unidos, o *New Deal*, “novo acordo”, com a chegada a presidência de Franklin Roosevelt. O *New Deal*, influenciado por ideias de John Keynes, que já era um renomado economista e chefe do banco central inglês, consistiu em uma política estatal amplamente reformista, na qual o Estado passou a atuar, grosso modo, fazendo

reformas bancárias aumentando o controle federal, impondo a separação entre bancos de depósito e de negócios, concedendo novas garantias aos depositantes e reforçando o papel de banqueiro do Estado; reformas na bolsa de valores fiscalizando as transações monetárias e financeiras, através da injeção de capitais frescos no circuito econômico, flexibilizando as condições de criação monetária e criação de grandes projetos amplamente financiados por empréstimos (GAZIER, 2016, p. 78).

O Estado passou, então, a assumir a produção do capital fixo urbano, de usinas, de estradas, de pontes, de portos, além de incumbir-se da função de agente financeiro. O fato é que o forte desemprego inviabilizava a retomada do crescimento e a saída veio pela ação do Estado interventor na dinâmica do mercado. O Estado assumiu o papel de provedor das condições gerais de produção para a reprodução dos capitais e de manutenção do *welfare state*, “Estado de bem estar-social”. O *welfare state* tornou-se uma verdadeira “máquina de guerra”, pois sua manutenção exigia crescimento constante da arrecadação. Os estudos de Keynes, durante a década de 1920, já traziam fortes críticas ao livre mercado dos liberais, ao comunismo e à política monetária em vigor²⁴. Em carta aberta à Roosevelt, escrita a pedido do jornal *The New York Times*, publicada no mesmo jornal, Keynes diz que

o objeto da recuperação é aumentar a produção nacional e colocar mais homens para trabalhar. No sistema econômico do mundo moderno, a produção é produzida principalmente para a venda; e o volume da produção depende da quantidade de poder de compra, comparado com o custo primário de produção, que deve chegar ao mercado. Em termos gerais, o aumento da produção depende do poder de compra, em comparação com o

²⁴ Suas obras anteriores à Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de 1936, são: *The Economic Consequences of the Peace* (1919); *A Treatise on Probability* (1921); *The Inflation of Currency as a Method of Taxation* (1922); *Revision of the Treaty* (1922); *A Tract on Monetary Reform* (1923); *Am I a Liberal?* (1925); *The End of Laissez-Faire* (1926); *Laissez-Faire and Communism* (1926); *A Treatise on Money* (1930); *Economic Possibilities for our Grandchildren* (1930); *The End of the Gold Standard* (1931); *Essays in Persuasion* (1931); *The Great Slump of 1930* (1931); *The Means to Prosperity* (1933); *An Open Letter to President Roosevelt* (1933) e *Essays in Biography* (1933).

custo primário da produção, que se espera chegar o mercado. De um modo geral, portanto, um aumento da produção não pode ocorrer sem ao menos a operação de um ou outro de três fatores. *Os indivíduos devem ser induzidos a gastar mais de suas rendas existentes; ou o mundo dos negócios deve ser induzido, seja pelo aumento da confiança nas perspectivas ou por uma menor taxa de juros, para criar receitas correntes nas mãos de seus funcionários, o que acontece quando o capital de giro ou o capital fixo de um país está crescendo; ou autoridade pública deve ser chamada em auxílio para criar receitas correntes adicionais através do gasto de dinheiro emprestado ou impresso.* Nos maus momentos, não se pode esperar que o primeiro fator funcione em uma escala suficiente. O segundo fator virá como uma segunda onda de ataque na depressão após a maré ter mudado as despesas da autoridade pública. É, portanto, apenas com o terceiro fator que podemos esperar o impulso principal inicial²⁵ (KEYNES, 1996 [1936], p. 2, grifo nosso).

Nessa citação evidencia-se que Keynes percebia, indiretamente, que o capital não se autovaloriza e que as crises são geradas por sua autonegação, por isso, um modo de “conter” a sua derrocada de forma mais ou menos duradoura era a geração de empregos, estímulo ao consumo, regulação da concorrência e aumento dos investimentos pelo Estado. Para Lipietz (1997 [1989], p. 305), todo modo de produção, com seu *regime de acumulação*, somente sobrevive de forma durável se estiver articulado a algum *modo de regulação*, um conjunto de formas institucionais que agem de forma indutora ou coerciva, fazendo como que os agentes privados respeitem esses esquemas.

A dispensa de trabalhadores, como mostrou a *figura 6*, acima, impôs limites claros à reprodução do regime de acumulação fordista, e do próprio capital, pois inviabilizou o consumo das massas sem emprego. A crise de 1929, em larga medida, foi um reflexo dessa desmedida do capital que vinha desde tempos anteriores ao fordismo, tendo sido somente ampliada por este. O economista inglês

²⁵ My second reflection relates to the technique of Recovery itself. The object of recovery is to increase the national output and put more men to work. In the economic system of the modern world, output is primarily produced for sale; and the volume of output depends on the amount of purchasing power, compared with the prime cost of production, which is expected to come in the market. Broadly speaking, therefore, an increase of output depends on the amount of purchasing power, compared with the prime cost of production, which is expected to come on the market. Broadly speaking, therefore, an increase of output cannot occur unless by the operation of one or other of three factors. Individuals must be induced to spend more out on their existing incomes; or the business world must be induced, either by increased confidence in the prospects or by a lower rate of interest, to create additional current incomes in the hands of their employees, which is what happens when either the working or the fixed capital of the country is being increased; or public authority must be called in aid to create additional current incomes through the expenditure of borrowed or printed money. In bad times the first factor cannot be expected to work on a sufficient scale. The second factor will come in as the second wave of attack on the slump after the tide has been turned by the expenditures of public authority. It is, therefore, only from the third factor that we can expect the initial major impulse (KEYNES, 1996 [1936], p. 2).

John Maynard Keynes publicou, em 1936, “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*”, uma clara resposta sua á crise de 1929, livro no qual identificava que o *laissez-faire*, oriundo das ideias dos economistas clássicos, já não dava conta de conter ou de evitar as crises de acumulação de capital. Propunha uma saída não marxista à crise. Para este autor, a “mão invisível” do mercado gerava fortes distorções que levariam a situações limites, assim como era impraticável a ideia de salários flexíveis para reduzir custos, por isso preferia um Estado forte e interventor na economia para que pudesse atuar como um regulador dos diversos desajustes econômicos (KEYNES, 1996 [1936], p. 256). Caberia ao Estado as funções de “árbitro” no jogo concorrencial, regulador dos salários, provedor de obras públicas e controlador dos bancos centrais. Após a segunda guerra mundial, os governos dos Estados Unidos e das maiores potências aderiram às ideias propostas por Keynes e suas teorias começaram a ser aplicadas nas economias desses países. As teorias econômicas de Keynes tornaram-se o braço político do processo de reprodução do capital ao serem incorporadas pelo Estado. Passaram a compor o regime de regulação.

Nesse momento, verificou-se um gargalo à reprodução dos capitais, a produção em massa exigia consumo em massa e a relação do dinheiro como meio de pagamento e meio de circulação precisava ganhar flexibilidade. Para Torres Filho (2019, p. 624), um país que possui um “poder estrutural”, um poderio militar e econômico, é capaz de determinar todos os mecanismos cambiais. A Inglaterra foi o grande centro financeiro do mundo entre 1870 e 1914, mas, embora possuísse um poder estrutural no século XIX, em vista de seu poderio militar e econômico, não impôs aos demais países a adesão ao padrão ouro (TORRES FILHO, 2019, p. 622; 628). O ouro era conversível em libra inglesa e em demais moedas, mas estas sempre tendo sua conversão em ouro como referência. Ademais, “os ingleses, ao longo da vigência do padrão ouro (1870-1914), detiveram o papel de administradores de um sistema globalmente integrado e os emissores da moeda básica de um ‘clube de ouro’” (TORRES FILHO, 2019, p. 629).

Essa situação começou a mudar após a primeira guerra mundial, pois, endividados, os ingleses perderam poder econômico e em 1923 dois terços das reservas de ouro dos bancos centrais já estavam com os Estados Unidos (TORRES FILHO, 2019, p. 629-630). Em vista disso, era interesse dos Estados Unidos que a

Inglaterra retomasse o padrão ouro. Após a segunda guerra mundial, os grandes empréstimos dos Estados Unidos à Inglaterra, pagos em ouro pelos ingleses, deram ainda mais poder aos estadunidenses. Em 1944, foi realizado o acordo de Bretton Woods, que, de forma inédita, reuniu representantes de mais de quarenta países para discutirem questões relativas ao dinheiro e sua conversibilidade ao ouro. Ficou acordado que o Dólar, não mais a libra, seria a moeda de referência a qual o ouro seria convertido e Wall Street seria o centro financeiro do mundo no lugar de Londres (TORRES FILHO, 2019, p. 632). Além do mais,

o apoio financeiro ao esforço de guerra inglês foi concedido em troca do compromisso com a desmontagem do império britânico e conseqüentemente com a eliminação, de uma vez por todas, da libra como moeda potencialmente concorrente no sistema monetário internacional. Com a Inglaterra fora do páreo, o resto do mundo se submeteu às regras monetárias impostas pelos americanos, à exceção da União Soviética e de seus países satélites (TORRES FILHO, 2019, p. 636).

Keynes (1996 [1936], p. 229) já se colocava contrariamente à conversibilidade da moeda em ouro, por entender que toda a dinâmica econômica dos países precisava de liquidez, dinheiro em circulação, para a realização de pagamentos diversos, o que o padrão ouro não fornecia. Em seus termos,

os homens não podem conseguir emprego quando o objeto de seus desejos (isto é, o dinheiro) é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente contida. O único remédio consiste em persuadir o público de que Lua e queijo verde são praticamente a mesma coisa, e a fazer funcionar uma fábrica de queijo verde (isto é, um banco central) sob o controle do poder público. É interessante notar que a característica tradicionalmente considerada a que torna o ouro especialmente adequado para servir de padrão de valor, a saber, a inelasticidade de sua oferta, vem a ser juntamente a característica que é o ponto focal do problema (KEYNES, 1996 [1936], p. 229).

As colocações de Keynes acerca da necessidade de criação de um câmbio flexível, flutuante, somente se concretizaram em 1971, quando os Estados Unidos romperam com o acordo de Bretton Woods e o dólar passou a ser a moeda de referência do mercado de capitais sem ser necessária a sua conversão em ouro.

Novamente, o poder monetário estrutural americano se manifestou em 1971 quando o Acordo de Bretton Woods precisou ser desmontado junto com os mecanismos que permitiam taxas de câmbio fixas e a conversibilidade do dólar em ouro a uma dada paridade. A decisão foi imposta unilateralmente

pelos Estados Unidos a seus parceiros e deu origem ao atual sistema monetário baseado em taxas flutuantes, o dólar flexível (FILHO, 2019, p. 636).

As demais moedas passaram a variar de acordo com a oferta e a demanda do dólar, o que permitiu que o banco central dos Estados Unidos controlasse a economia global. O fim do lastro da economia em ouro e a utilização do dólar flexível representam a expressão máxima da desmedida entre o trabalho e o dinheiro (KURZ, 2019). Nesse momento histórico, a reprodução do capital perdeu, de vez, a referência no trabalho.

De forma esquemática, se pode dizer que Keynes entendia que o que produz crescimento econômico é a atuação conjunta de alguns fatores; *aumento dos gastos do Estado + aumento do emprego/consumo + aumento dos investimentos das empresas = ciclo de crescimento econômico*. Sendo assim, para que as empresas pudessem continuar a querer transformar seu dinheiro acumulado em capital e vender seus estoques, Keynes sugeriu que o Estado promovesse o aumento dos seus gastos pela construção de diversas obras públicas com o intuito de gerar empregos e deixar as zonas urbanas apropriadas para o automóvel, que era o produto mais proeminente da época. Não só para o automóvel, mas para o capital rentista também. O Estado assumiu a função de construtor do “capital fixo de tipo independente”; estradas, portos, ferrovias, usinas, etc (HARVEY, 1982, p. 226). Além disso, os gastos públicos foram direcionados para o provimento da seguridade social e demais amenidades. Essa combinação entre aumentos dos gastos públicos e a geração de empregos produziu efeitos imediatos na economia, pois foi criado um ambiente que ficou marcado como o “período de ouro” do fordismo/keynesianismo, marcado, inclusive, pelas políticas de bem-estar social.

Esses aumentos da produtividade e do poder de consumo da classe trabalhadora não vieram fáceis. Foram frutos diretos das lutas dos trabalhadores que ocorreram ao longo dos anos, mas que somente se concretizaram pela ameaça do socialismo e pela crise do capital. De acordo com Alain Bihl (1998), esse momento acalmou os ânimos dos trabalhadores e houve uma espécie de “pacto” entre trabalho e capital, entre trabalhadores e patrões. A classe trabalhadora aceitou continuar a ser explorada, desde que pudesse ter acesso ao consumo e a uma melhor condição material de vida. Os sindicatos dos trabalhadores se fortaleceram,

apesar de sua forte burocratização e hierarquização, e exerciam forte pressão pelo aumento sucessivo da qualidade de vida e aumento do consumo. Em larga medida, o Estado passou a ser estrutural para o processo de acumulação de capital. O capital, “pela própria lógica do desenvolvimento anterior do capitalismo” (BIHR, 1998, p. 37), não tinha escolhas a não ser fornecer uma “*imensa barganha*, pela qual o proletariado renunciou ‘à aventura histórica’ em troca da garantia de sua ‘seguridade social’” (BIHR, 1998, p. 37).

2.3 Acumulação flexível, neoliberalismo e a produção do espaço global em crise

O ponto de partida é a ligação afirmativa entre reestruturação e a espacialização. Assim, o momento contemporâneo será examinado como sendo a mais recente tentativa de reestruturar as matrizes espaciais e temporais do capitalismo, mais uma busca de um “arranjo” espaço-temporal voltado para a sobrevivência (SOJA, 1993, p. 195).

O cenário de crescimento econômico sobre forte rigidez perdurou até o final da década de 1960, quando o fordismo / keynesianismo entrou em colapso. A crise do regime de acumulação fordista se justifica pela queda da produtividade, pelo aumento do capital fixo *per capita* e o aumento dos custos de produção, levando à queda generalizada das taxas de lucros, após décadas de crescimento da produtividade sem precedentes, (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988, p. 13). A rigidez da produção fordista o deixava vulnerável a quaisquer oscilações nos preços dos insumos de produção. Não por acaso, “a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da estagflação [...] e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista” (HARVEY, 2012 [1992], p. 140). Desse modo, a passagem do fordismo para a acumulação flexível mostrou o capitalismo, novamente, tentando lidar com sua crise imanente, no entanto, o que se fez foi ampliá-la. A esfera da concorrência, a expressão máxima da autonegação do capital, foi ampliada à escala global e a crise passou a se expressar em todo o espaço. Nesse sentido,

a *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2012 [1992], p. 140).

Havia, então, massas de capitais entesouradas e com dificuldades de novo emprego produtivo. O capital precisava reiniciar sua rotação e encontrava dificuldades. Tendo se tornado estrutural no processo de acumulação desde meados da década de 1930, do Estado esperava-se soluções para a crise, mas este não dava conta de conter os desajustes. No que se refere à atuação do Estado, havia um esgotamento das possibilidades pela via do aumento dos gastos públicos. Pois os níveis da acumulação estavam baixando em função da queda no consumo das massas causada pelo desemprego e da queda nas taxas de lucro das empresas pelo aumento dos custos de produção. Obrigado a tomar empréstimos milionários junto aos bancos o próprio Estado ficou endividado. Baseado em Chesnais, Ricardo Antunes elenca os seis principais fatores que levaram à derrocada do fordismo:

- 1) Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho [...];
- 2) Esgotamento do padrão de acumulação taylorista / fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração do consumo que se acentuava. [...] em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava;
- 3) Hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que já era expressão da própria crise estrutural do capital e de seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação na nova fase do processo de internacionalização;
- 4) A maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;

- 5) As crises do *welfare state* ou do “Estado de bem-estar social” e de seus mecanismos de funcionamento [...] retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado.
- 6) Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilizações do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho [...] (CHESNAIS, 1996, p. 69 e 84 apud ANTUNES, 1999, p. 29-30).

O fordismo / keynesianismo teve, então, seu ponto limite como regime de acumulação / regulação, mas, na verdade, foi um limite do próprio capital. Vejamos como se deu a passagem do fordismo ao modelo que o sucedeu. Em meio ao fordismo a “plenos pulmões”, na década de 1950, a empresa japonesa Toyota começou a tentar responder às dificuldades de sua reprodução e à crise que assolava o Japão. Em viagem pelos EUA para observar o regime de acumulação que vinha promovendo um crescimento econômico significativo nas últimas décadas, Taiichi Ohno, engenheiro que ocupava o cargo de diretor da Toyota, visitou diversas fábricas que funcionavam nos moldes fordistas e descobriu que esse sistema produzia um volume de estoques muito grande, o que seria inviável para ser aplicado no Japão. Então, Ohno, acrescentou uma ideia que representaria uma adaptação que se tornou uma das marcas do processo produtivo do capital dali em diante; a oferta de determinado produto deveria ser orientada pela demanda e não mais cabia uma produção feita independente da capacidade de consumo. Não quer dizer que houve um freio à desmedida imanente ao capital, apenas o entendimento de que era preciso criar demanda caso não houvesse. Naquele momento, havia um mundo vasto a ser explorado para ampliar os mercados consumidores.

No que se refere ao processo de acumulação flexível, Mattelart (2000) entende que a globalização se iniciou na década de 1980 como um desdobramento dessa flexibilização. Em seu livro, “*A globalização da Comunicação*”, este autor aponta seis pontos principais que nos ajudam a compreender esse momento em que o capital se globalizou. Pela análise desse autor, estamos presenciando: a “*Vanguarda geofinanceira*”, em que há a dominação da atividade financeira sobre a produção real; mudanças na “*Filosofia da empresa*”, que mostra o entendimento da globalização como o resultado das adequações empresariais aos imperativos da concorrência; a dialética entre “*Padronização/segmentação*”, que consiste na possibilidade de fabricação dos produtos padronizados e massificados, mas adequando-os às diferentes culturas nas quais serão inseridos, uma espécie de

“mestiçagem”; a *“Nova posição da função ‘comunicação’*”, cuja ideia principal é o fato de que as empresas passaram a se envolver mais nos aspectos políticos e sociais das cidades, Estados e países onde estão inseridas, buscando criar uma boa imagem junto à sociedade; maior *“Inteligência econômica”*, pois as empresas necessitam possuir informações mais precisas o possível e em tempo real acerca do mercado, da concorrência, dos consumidores, das ações dos governos, para desenvolverem seus planejamentos de modo mais assertivo; da *“Legitimidade da perícia”*, que revela uma perigosa cooptação das universidades, incluindo as ciências humanas e sociais, para realização de pesquisas que legitimem as ações das empresas que pagam pelos seus serviços, perdendo a sua capacidade crítica de outrora (MATTELART, 2000, p.123-133).

Com a chamada acumulação flexível, se a demanda diminui, a produção também é obrigada a diminuir. Se a demanda aumenta a produção também aumenta. Todo esse ajuste da oferta em relação à demanda é posto em prática por meio de uma série de recursos tecnológicos de comunicação, que permitem a gestão da produção remotamente. Castells (1999, p. 469) observa que houve uma revolução nas telecomunicações a ponto de viabilizar o desenvolvimento de uma *economia global informacional* “organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas” terceirizadas. As empresas puderam se dispersar pelo globo graças aos avanços das telecomunicações, localizando-se especialmente nas regiões metropolitanas pelo mundo, porém, certas cidades passaram a concentrar a “camada superior dessas atividades” e criaram uma hierarquia entre as cidades (CASTELLS, 1999, p. 469). As “cidades globais” (SASSEN, 1998; CASTELLS, 1999, p. 469-470), como Nova York, Tóquio e Londres, constituem essas cidades que passaram a concentrar a maior parte dos principais serviços financeiros e dos principais “serviços de consultoria e empresariais no âmbito internacional”. Para Castells (1999, p. 469), cidades como Chicago, Cingapura, Hong Kong, Osaka, Frankfurt, Paris, Los Angeles, São Francisco, Amsterdã e Milão também são importantes centros de negócios avançados e Madri, São Paulo, Buenos Aires, México, Taipei, Moscou, Budapeste, e outras, localizadas em países emergentes, estão se juntando a essa redes de cidades. Evidentemente, esse mesmo estudo, se fosse realizado em 2020, precisaria incluir cidades chinesas com Pequim e Xangai.

Obviamente, essas cidades globais são o destino dos lucros e da mais-valia extraídos em diversos outros países onde suas indústrias e seus capitais foram realocados. A sede da empresa de materiais esportivos da Nike, por exemplo, está localizada em Nova York, Estados Unidos, e a da Adidas, em Herzogenaurach, Alemanha. Porém, suas unidades produtivas são, em sua maioria, empresas terceirizadas, localizadas em todos os continentes.

O uso de fábricas locais é comum como forma de diminuir os custos para as grandes marcas internacionais. As grandes marcas esportivas fazem isso para produzir localmente parte de seus produtos. A Nike possui fábricas em 43 países do mundo, em um total de quase um milhão de trabalhadores em 744 fábricas. A Adidas fabrica em 65 países, com mais de 1.200 fábricas. A Puma fabrica seus produtos em 42 países diferentes, com mais de 500 fábricas. No Brasil, a Puma mantém seis fábricas²⁶.

Essas empresas não mais produzem suas mercadorias, apenas as compram baratas de fábricas em diversos países por conta das diferenças de valor da força de trabalho e das forças produtivas. O “logo”, ou a “marca”, ganha tanto ou mais valor do que a produção em si para esses grandes capitais como a Nike e seus consumidores, por exemplo (KLEIN, 2003). O marketing dessas empresas torna seus produtos verdadeiros sonhos de consumo associados a modos de vida. Michael Jordan afirma que os seus famosos comerciais da Nike de 1985, em que aparecia parando no ar com seus saltos em uma cesta de basquete, associavam sua figura a de um sonho (KLEIN, 2003, p.48).

Há, portanto, empresas menores em permanente interação com a indústria principal para que o fornecimento de insumos de produção ocorra *just in time*. A produção passou e se dispersar no espaço, mas, além disso, o processo de terceirização fez com que os riscos de determinados setores do capital fossem assumidos por outras empresas, outros capitalistas individuais. Entre os fatores causadores da crise do capital durante o fordismo estava o controle total do

²⁶ Site Trivela. As marcas cada vez mais fazem as camisas no Brasil, muitas vezes nas mesmas fábricas. 11 de abril de 2014. Disponível em: <https://trivela.com.br/marcas-cada-vez-mais-fazem-camisas-brasil-muitas-vezes-nas-mesmas-fabricas/#:~:text=A%20Nike%20possui%20f%C3%A1bricas%20em,a%20Puma%20mant%C3%A9m%20seis%20f%C3%A1bricas>. Acesso em: 21/12/2019.

processo produtivo das mercadorias, por isso, essa era uma alteração estratégica. Do ponto de vista do capital, essa forte centralização da produção no fordismo possuía alguns gargalos para o movimento constante do processo de valorização do valor. A Ford, por exemplo, controlava a produção de todos os insumos para a produção de sua mercadoria principal, o automóvel. Para exemplificar, se houvesse uma crise no abastecimento de parafusos em determinada fábrica fornecedora, de propriedade de outro capitalista qualquer, a produção da indústria principal não seria necessariamente paralisada, pois bastaria mudar o fornecedor daquele insumo de produção. O valor encontrou, então, um modo diferente de se manter em movimento, reduzindo as chances de paralisações. Assim, há uma exportação de mais-valia e de lucro extra desses países periféricos do capitalismo para as elites das economias centrais. O capitalismo, com essa nova forma de organização da produção e da circulação de mercadorias, iniciada com a crise do fordismo, alcançou partes do globo que ainda não haviam alcançado e as potências econômicas vêm conseguindo submeter ainda mais as economias menos desenvolvidas.

Para viabilizar o controle sobre uma cadeia reprodutiva mais flexível e terceirizada, a partir da década de 1980, os capitais individuais passaram a realizar a logística de seus negócios inseridos no sistema chamado *Supply chain management*, a *gestão da cadeia de abastecimento*. Para além da simples integração da logística por toda a cadeia de abastecimento, esse novo processo envolve “integração e gerenciamento dos processos-chave de negócios por toda a cadeia de abastecimento” industrial (LAMBERT e COOPER, 2000, p. 67). A gestão da cadeia de suprimentos consiste, basicamente, em tecnologias da informação adaptadas para a “estimativa da demanda” das mercadorias dentro das cadeias produtivas por meio de “trocas de informações estratégicas” precisas e rápidas entre as empresas e seus fornecedores (TEIXEIRA e LACERDA, 2010; LAMBERT e COOPER, 2000). São alguns fatores de integração da cadeia produtiva conforme Hilsdorf et. al. (2009) a

definição da frequência de entregas; customização de embalagens; compartilhamento dos planos de produção; uso comum de equipamentos logísticos/contêineres; conhecimento dos níveis e mix dos estoques; acesso ao sistema de planejamento; uso comum de operadores logísticos; e utilização conjunta de EDI/Networks (HILSDORF, 2009, p. 237-239)

Com os avanços tecnológicos e a maior flexibilidade no processo reprodutivo dos capitais, houve uma redefinição da divisão internacional do trabalho, que vai da escala local à global. Há componentes de determinados produtos que podem ser produzidos em outros países, assim como podem ser fabricados na mesma região metropolitana em que se encontra a indústria principal. A compra de um carro novo é um momento em que essa interação é notória. Pelo fato de não haver estoques, há modelos de automóveis que, após a efetivação da compra, podem demorar cerca de dois meses para chegarem às mãos dos compradores, pois esse é o tempo de sua fabricação. A revendedora, ao receber o sinal de compra, envia imediatamente para indústria as configurações do automóvel vendido e essa já se conecta com os seus fornecedores para receber no tempo determinado as peças necessárias. Como a produção é flexível e terceirizada, em caso de uma possível queda na demanda, as indústrias sabem quando precisam reduzir sua produção e sua força de trabalho. Não raro, há casos diversos de férias coletivas e ou demissões dadas aos trabalhadores em momentos de baixa demanda no setor automotivo²⁷.

Esse fato mostra o sentido do processo de mundialização do capital, pois, conforme já foi dito, a produção de mercadorias de grandes empresas dos países centrais do capitalismo passou a acontecer também fora de seus territórios em busca da redução do tempo de giro dos capitais. O modelo desenvolvido pela Toyota, mais flexível, associado às novas tecnologias, permitiu a “compressão do tempo-espaço”, em que as tomadas de decisão entre as sedes administrativas das empresas e as diversas unidades de produção espalhadas pelo espaço global passaram a ocorrer com mais agilidade (HARVEY, 2012 [1989], p. 140). Estas empresas se aproveitam do chamado “desenvolvimento geográfico desigual”, (HARVEY, 1982; 2012 [1989], p. 140), grosso modo, para aumentar a exploração de

²⁷ Esse foi o caso da montadora de origem italiana FIAT, instalada no município de Betim, em Minas Gerais, que deu férias coletivas aos seus funcionários em tempos de retração da demanda no Brasil. “A montadora Fiat vai conceder férias coletivas de 20 dias a partir desta quarta-feira (27) para grande parte dos funcionários de sua fábrica em Betim (MG), informou a companhia sem precisar o total de empregados afetados pela medida. A medida se deve à baixa demanda por veículos no país e à necessidade de ajustar estoques. Segundo a empresa, 3 das 4 linhas de produção vão parar durante as férias coletivas. A fábrica da companhia em Betim é a maior do grupo Fiat Chrysler no mundo”. Matéria publicada no site G1 Notícias, do dia 27/01/2016, com o nome: “Funcionários da Fiat entram em férias coletivas de 20 dias em Betim (MG)”. Disponível em: <http://g1.globo.com/carros/noticia/2016/01/funcionarios-da-fiat-entram-em-ferias-coletivas-de-20-dias-em-betim-mg.html> Acesso em: 28/01/2016.

força de trabalho a baixos salários e, com sindicatos menos articulados, obterem a disponibilidade de matérias primas mais baratas, poderem gerar degradação ambiental longe de seus territórios e poderem explorar novos mercados consumidores.

Boa parte do capital gerado pela forte acumulação dos tempos fordistas e que estava entesourada por conta da crise da década de 1970 deu origem a grandes conglomerados industriais e financeiros. Atualmente, cerca de dez empresas sediadas nas “cidades globais” são donas de uma infinidade de outras empresas menores de diversos setores. Elas dominam quase todo o setor alimentício do mundo, conforme mostra a figura 8. Estamos diante da constituição de um “novo” tipo de imperialismo (HARVEY, 2013). Essa diversificação dos investimentos foi uma resposta aos riscos de se investir todo o capital em um único setor produtivo.

Figura 8 - Alguns dos maiores conglomerados industriais do capitalismo atual.



Fonte: Disponível em: <https://thoth3126.com.br/apenas-dez-grandes-companhias-controlam-a-industria-de-alimentos-no-mundo/> Acesso em: 20/12/2019.

2.3.1 – O trabalho em tempos de acumulação flexível

A acumulação flexível não significou o fim da “classe que vive do trabalho”, representou a concretização da crise imanente na “carne” da classe trabalhadora. A tendência ao aumento da parte constante do capital levou à redução substancial do proletariado fabril; aumento da *subproletarização* ou da *precarização do trabalho* em escala mundial; aumento expressivo do trabalho feminino dentro da classe trabalhadora; expansão dos assalariados no setor improdutivo do capital, crescimento do setor de serviços, que também já sofre com o desemprego causado pelos avanços tecnológicos; há uma significativa exclusão de jovens e velhos do mercado de trabalho; superexploração do trabalho de imigrantes e expansão do trabalho infantil; expansão do *trabalho social combinado*, no qual trabalhadores de todo o mundo participam dos processos produtivos (ANTUNES, 2009 [1999], p. 188-189). Antunes se opõe à ideia de Robert Kurz e dos demais pesquisadores que acreditam que a crise do trabalho levará “ao fim do trabalho”. Para esse autor, o capital não vive sem o trabalho, desse modo, é obrigado a buscar outros meios para explorá-lo produtivamente e o faz pelo aumento de sua precarização no lugar de sua extinção. Nesse sentido, Antunes diz que

ao contrário, entretanto, daqueles que propugnaram pelo “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual (Habermas, 1989; Gorz, 1990; e Offe, 1989), o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta virada do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização. Condição imprescindível para se opor, hoje, ao brutal desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global e que se constitui no exemplo mais evidente do caráter destrutivo e nefasto do capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2009 [1999], p. 188-189).

A linha de produção se mantém nesse novo modelo, assim como controle dos tempos e movimentos, desenvolvido por Taylor, porém, as indústrias passaram a exigir mais qualificação dos trabalhadores para aumentar sua produtividade. No Toyotismo, há a apropriação de um “saber intelectual do trabalho” subestimado pelo fordismo (ANTUNES, 2009 [1999], p. 204)]. O emprego de máquinas com mais

tecnologia agregada obriga os trabalhadores a ter mais qualificação para operá-las. A figura 9 mostra o interior de uma fábrica nos moldes toyotistas em que se verifica o alto nível tecnológico e a pouca presença de trabalho vivo.

Figura 9 - Exemplo de indústria nos moldes toyotistas.



Fonte: Jornal El País. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/12/economia/1470992992_354684.html

Acesso em:

21/12/2019.

A tendência de expulsão do trabalho do processo produtivo foi ampliada substancialmente em tempos flexíveis. Nesse contexto, apareceu, então, a figura do “trabalhador flexível”, que possui menor vínculo com as empresas e são mais fáceis de serem demitidos quando necessário (HARVEY, 2012 [1992], p. 144). O desemprego desses tempos flexíveis gerou modos informais de sobrevivência e, mesmo trabalhos domésticos, artesanais e familiares, vêm sendo incorporados como peças centrais de certos sistemas produtivos (HARVEY, 2012 [1992], p. 145). Como exemplo, há diversas indústrias grandes do setor de confecção que empregam costureiras que trabalham de suas casas com regimes “flexíveis” de trabalho, sem regulamentação e limite de tempo, e que são ainda mais extenuantes do que seriam no chão de fábrica (LEITE, 2004, p. 267). Há também uma maior distância entre os trabalhadores e os donos do capital, que podem estar em qualquer país do planeta.

Desse modo, o contato direto com esses sujeitos, quando acontece, só costuma ser estabelecido pelos trabalhadores assalariados que ocupam cargos de gestão.

Após a década de 1970, os contratos de trabalho tornaram-se menos sólidos e com menos direitos, enfraquecendo o lado dos trabalhadores em relação aos seus patrões nas discussões salariais, por exemplo. Tal flexibilização levou a perda de muitos postos de trabalho pelo mundo, concomitantemente ao crescente processo de proletarização em países nos quais as relações capitalistas estavam menos desenvolvidas. Foram criados, portanto, novos mecanismos para a extração das mais-valias absoluta e mais-valia relativa pelos capitais, gerando significativo aumento da produtividade. O aumento da produtividade somado à expansão do processo reprodutivo dos grandes capitais à escala global gerou um novo ciclo de valorização pelo aumento das taxas de lucro. No entanto, a dessubstancialização do capital, sua crise imanente, se manteve intocada. Na verdade, foi ampliada.

Tais desdobramentos não chegam a ser novidade, pois, já n' *O capital*, Marx advertia que a concorrência leva os capitalistas individuais tentam, a todo custo, aumentar a sua produtividade com o uso de máquinas e de novas tecnologias. Como consequência, há a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo direto. Enfim, esses novos trabalhadores “inúteis” e onerosos aos olhos do capital se somam, nos ciclos recessivos, aos demais desempregados. Com a pandemia causada pelo Corona Vírus, em 2020, involuntariamente, parte dos trabalhos “desnecessários” ao capitalismo tecnológico foram descartados sem causar tanta comoção popular. São massas de trabalho que já não tinham serventia para a produção do valor, uma vez que já há máquinas ou *softwares* que podem executar tais funções.

Os capitalistas brasileiros, atingidos pela concorrência em escala global, já vêm buscando formas de tornar seus negócios mais competitivos, desde a abertura da economia do país nos tempos de Fernando Collor. Empresas do setor improdutivo do capital, o capital comercial, já possuíam tecnologias para não precisarem empregar tantos funcionários nos caixas e no atendimento direto ao público. As academias da rede *Smart fit*, por exemplo, são academias de ginástica sem instrutores e todo o processo de treinamento é digitalizado. As empresas de ônibus já vinham, há anos, tentando retirar seus cobradores para colocar

registradoras eletrônicas, mas sempre enfrentavam resistências da sociedade. De forma ainda mais trágica, o vírus acabou acelerando esse processo já em marcha.

Mas, ora, como sair dessa crise que provoca diversas demissões de trabalhadores? O governo do então presidente da república, Michel Temer, encontrou uma solução. Para sair da crise, que já batia às portas das famílias brasileiras, Temer afirmava que não tem jeito, “vamos ter que mexer na legislação trabalhista”, aprovar a lei que regulariza a terceirização e, além disso, realizar a reforma da previdência. A reforma trabalhista foi aprovada em 2017 pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que, em linhas gerais, modernizou a legislação trabalhista brasileira, dando mais flexibilidade à relação entre patrões e empregados. Houve o enfraquecimento dos sindicatos por conta da desobrigação dos pagamentos mensais vindos dos trabalhadores, a permissão da flexibilização das férias, a regularização da terceirização de trabalhadores, a normatização do teletrabalho e outras medidas (BRASIL, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017).

A crise é para o capital algo imanente, que independe de sua vontade, pois está prevista na lógica que o rege. No entanto, ela não é apenas deletéria para ele, é também momento de oportunidades diversas. Nas crises, o lado do trabalho se enfraquece em relação ao capital no que toca as negociações que envolvem os salários e demais direitos. As crises são aqueles momentos em que o lado do capital consegue mais apoio popular para aprovar mudanças na legislação trabalhista, nas regras da previdência social que outrora não conseguiria. Enfim, em tudo o que desfavorece os trabalhadores. Em meio ao falatório gerado pela divulgação de parte superficial de um projeto para alterar a legislação trabalhista do país, o então presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, do DEM, chegou a dizer que não entendia porque existe uma “justiça do trabalho” no Brasil. Em entrevista aos meios de comunicação, em março de 2017, Maia afirmou que

a Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”. [...] “Apesar de o governo tentar nos convencer que devemos votar o texto que veio, eu acho que não. Acho que há temas em que precisamos avançar, como o trabalho intermitente e outras questões”. [...] “Acho que há um consenso da sociedade que esse processo de proteção (do trabalhador) na verdade

gerou desemprego, insegurança e dificuldades para os empregos brasileiros. Então nós precisamos ter a coragem de dizer isso”²⁸.

Tal afirmação gerou respostas de grande parte do judiciário brasileiro, que não concordou com tal afirmação, por entender que a existência de uma justiça do trabalho significa que melhor se pode arbitrar as relações entre capital e trabalho. Sem ela, poderia haver um massacre dos interesses do capital sobre os do trabalho por haver grande disparidade de poder político e econômico.

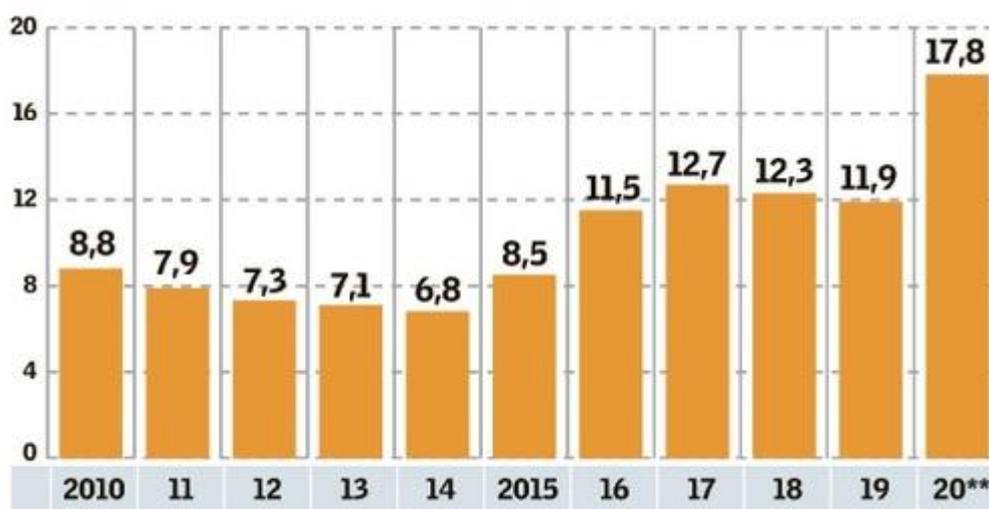
Com a referida reforma trabalhista, o governo visa tornar produtivos trabalhadores antes improdutivos e flexibilizar as jornadas e os salários, adequando-os às necessidades dos capitais, sem desperdícios. Além do mais, com a reforma da previdência, os trabalhadores terão que trabalhar mais para se aposentar. De acordo com o, então, ministro da economia do governo Temer, Henrique Meirelles, essa reforma levaria o governo a economizar cerca de um trilhão de reais, que, obviamente, sairia dos bolsos da parcela mais pobre da população, a classe trabalhadora, que recebe de um a cinco salários mínimos, faixa de renda que representa a maioria absoluta da população brasileira.

O discurso adotado pelo governo de Michel Temer e por seus apoiadores era o de que a população brasileira está envelhecendo, logo, a população contribuinte e economicamente ativa, produtora de valor, está deixando de contribuir. Assim, o Estado não teria condições de arcar com os gastos da previdência pública. O envelhecimento da população é evidente, porém, não em um nível que comprometa a previdência a ponto de quebrá-la. A situação que não é dito é que a diminuição da arrecadação no futuro se dará, principalmente, pela diminuição dos postos formais de trabalho. O elevado do desemprego da população e a criação de uma massa de trabalhadores sobrando faz com que a questão da previdência seja de primeira ordem para estes governos alinhados com os preceitos neoliberais no Brasil e no mundo. A reforma da previdência foi aprovada pelo governo de Jair Bolsonaro, em 2019, e aumentou o tempo de contribuição dos trabalhadores para se aposentar e alterou regras para as pensões. Ora, em tempos de precarização pela perda de

²⁸ Site Exame OAB. Para Rodrigo Maia, Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”. Dia 09 de março de 2017. Disponível em: <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/436992195/para-rodri-go-maia-justica-do-trabalho-nao-deveria-nem-existir> Acesso em: 09/03/2017.

posto de trabalho formal, se aposentar e receber aposentadoria do governo não será uma tarefa fácil para a maioria dos trabalhadores. Ora, se de um lado se está abrindo a economia para a competição com produtos em escala global e se está afrouxando a legislação trabalhista, já se sabe que o Estado terá sérios problemas de arrecadação futura para arcar com seus aposentados. A *figura 10* mostra a evolução da taxa de desemprego no Brasil de 2010 a 2020, em que se verifica a perda significativa de postos de trabalho a partir de 2014.

Figura 10 - Trajetória da taxa de desemprego média anual no Brasil - em %.



Fonte: IBGE e IBRE/FGV apud Valor Econômico. **Disponível em:** <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/24/virus-devasta-mercado-de-trabalho-diz-ibre.ghtml>
Acesso em: 25/04/2020.

Esses valores não levam em consideração o número de trabalhadores informais, que, em fevereiro de 2020, somavam 38,08 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE. É preciso que sejam compreendidos os fenômenos em seus domínios concretos, pela observação dos fatos, bem como em seus domínios abstratos e teóricos. Marx entende por *consumo produtivo* aquele em que um conjunto de outras mercadorias, incluída a força de trabalho, é consumido no processo produtivo e, dessa relação, são transformadas em mercadoria. Desse entendimento há a categoria *trabalho produtivo*, que é o trabalho produtor de mais-valia. Seu oposto é, então, o *trabalho improdutivo*, que seria aquele que não produz mais-valia. Aos olhos do capital, o trabalho improdutivo é um gasto que deve ser reduzido ao máximo. Vejamos os porquês. A mais-valia, conforme Marx (2011

[1867]), é o trabalho não pago correspondente ao valor produzido pelos trabalhadores dentro da jornada de trabalho que excede o valor correspondente aos salários. Ainda conforme Marx, a jornada de trabalho é composta pelo trabalho socialmente necessário, parte útil, e pelo trabalho excedente, o trabalho não pago aos trabalhadores, de onde se origina a mais-valia (MARX, 2011 [1867]; 2004 [1865]). Em vista disso, Marx diz que os trabalhadores repõem a si mesmos enquanto mercadorias, repõem todo o capital constante investido pelo capitalista e ainda gera a mais-valia que poderá contribuir para a ampliação dos investimentos do capital em sua próxima rotação, além de sustentar a família de seus patrões. Ora, então aquele discurso proferido pelo capitalista de que ele sustenta a economia, sua família e as famílias dos trabalhadores não é verdadeiro. Pelo que se vê, são os trabalhadores que sustentam todo o conjunto da sociedade, pois, na condição de trabalho vivo, somente eles podem avivar o trabalho morto contido no capital constante e daí produzir as mercadorias que são o veículo que fará nosso bom capitalista realizar a valorização de seu capital. (GRESPLAN, 1999, p. 116).

Aumenta-se a taxa de mais-valia se é aumentada a mais-valia produzida em relação ao dinheiro adiantado na compra do capital variável. O tempo de trabalho necessário tem que ser reduzido em relação ao tempo de trabalho excedente. Se o capital variável gerou R\$ 450mil reais de mais-valia e o dinheiro adiantado em sua compra foi de R\$ 80 mil, logo, a taxa de mais-valia será de 500%, pois, *taxa de mais-valia = mais-valia / capital variável*. Então, vejamos o caso fictício de um trabalhador que presta serviços com carteira de trabalho assinada no setor de limpeza de uma indústria de eletrodomésticos. Do ponto de vista do capital, seu trabalho suado não produz mais-valia. É apenas um dispêndio de capital sem retorno, apenas serve para encarecer seu produto, pois seu custo terá que ser repassado aos consumidores finais das geladeiras, fogões, micro-ondas etc.

Esse trabalho vivo não entra em contato com o trabalho morto por meio do instrumental de trabalho para dar vida às mercadorias, apenas limpa o chão, os móveis e as máquinas onde todo o processo de trabalho se desenvolve. É um trabalho improdutivo, portanto, embora a limpeza da fábrica seja uma função importante para o dia-a-dia da empresa. Como um trabalho como este pode não ser considerado produtivo, afinal de contas os trabalhadores saem exaustos todos os dias após o término de sua jornada de trabalho? Vejamos o que foi dito. O

trabalhador não emprega suas habilidades diretamente na atividade que é a razão de ser da empresa, que é produzir eletrodomésticos. Atividade essa que é o veículo pelo qual os valores investidos pelo dono do capital retornam às suas mãos acrescidos de mais-valia e lucros. Esses trabalhadores improdutivos são o que as empresas consideram um “mal necessário” dentro do seu negócio. Na fábrica, seu tempo de trabalho, suas horas trabalhadas não geram mais-valia. Entram nos cálculos da empresa como um gasto, que, ao ser repassado aos consumidores, faz aumentar o valor e o preço unitários dos produtos.

Do lado do capital, esse trabalhador representa gastos fixos com o seu salário de R\$ 1.045,00²⁹ reais ao mês, INSS, FGTS de 8% ao mês sobre o valor do salário, férias remuneradas, 13º salário, descanso semanal remunerado (DSR), vale transporte e vale alimentação. Ora, então, esse trabalhador recebe até mesmo quando não dedica suas horas de trabalho ao capital, é o que esbravejam os patrões em seus escritórios. Esbravejam fazendo críticas à nossa legislação que os fazem perder dinheiro, pois consideram um absurdo terem que pagar caro por esses trabalhos improdutivos e ainda pagarem pelos momentos em que simplesmente não há trabalho. Com os afazeres da fábrica encerrados, tudo limpo, faltando ainda três horas para o fim da jornada, o trabalhador e os demais faxineiros recolhem-se para a sala dos funcionários da limpeza e começam a conversar sobre coisas aleatórias para passar o tempo até que novas tarefas apareçam. Não estão produzindo. Evidentemente, os direitos trabalhistas, frutos de diversas lutas por parte dos trabalhadores ao longo da história do capitalismo, desagradam os patrões, “homens de bem”, que empregam seu dinheiro “suado” nesse negócio para torna-lo capital. Alienados, muitos capitalistas pensam que “sustentam” seus trabalhadores.

Não por acaso, os “empresários” brasileiros participaram ativamente das proposições de um novo governo, mesmo antes da queda do Partido dos Trabalhadores do poder³⁰, se reunindo com o ainda vice-presidente da república na época, Michel Temer. Esses grandes empresários propuseram apoio ao vice-presidente caso assumisse o poder em troca do atendimento de suas demandas. O resultado concreto dessas articulações foi o programa de governo do PMDB,

²⁹ Valor do salário mínimo no Brasil em 2017.

³⁰ Possivelmente, devem ter feito parte de todas as articulações.

mudado para MDB, “Uma Ponte Para o Futuro”, de 2015. Em linhas gerais, esse programa enfatiza a necessidade de redução das intervenções do Estado no mercado, redução dos gastos públicos, combate ao endividamento do Estado, desoneração dos capitais individuais e outras propostas. De acordo com esse plano,

a questão central é que o Estado deve ser funcional, qualquer que seja o seu tamanho. Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade. Ele faz ambas as coisas através dos tributos, dos gastos públicos e das regras que emite. [...] teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso. (FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES, 2015, p. 4; 6).

As propostas do PMDB mostram o receituário neoliberal sendo mantido e ampliado, após quase doze anos de governos também neoliberais, os governos do PT, mas com certa adesão a ideias próximas às keynesianas. Para Magalhães (2015, p. 28-29), o que se viu “pós-2003”, durante os governos petistas, foi uma “terceira variação no formato do neoliberalismo em sua versão brasileira”, pois deu continuidade ao desmonte da política de substituição das importações iniciado como o governo Collor e às privatizações dos governos de Fernando Henrique Cardoso. As propostas de governo do sucessor de Michel Temer, Jair Bolsonaro, do PSL, seguem o mesmo receituário neoliberal, porém, com doses elevadas e extremismo em relação aos governos petistas, associados, erroneamente, a comunistas. O programa do PSL apresentado na eleição defendia uma ideia de “liberdade” do Brasil, da livre iniciativa e do livre mercado. Em velada referência aos governos petistas de Lula e Dilma, o programa sugere que essa liberdade não ocorria até o momento, pois o país estaria no “caminho da servidão”, expressão retirada do livro de mesmo nome de Friedrich Hayek, de 1944. Há nesse programa a defesa de uma política de redução do tamanho do Estado e de privatizações para cortar gastos. Há uma defesa da propriedade privada e dos valores da família.

Nesse novo cenário almejado pelos governos Temer e Bolsonaro, capital e trabalho poderiam dialogar abertamente sem tanta influência do Estado e daquelas leis trabalhistas rígidas aos olhos dos patrões. No limite, se os trabalhadores não aceitassem reduções de salários ou em eventual ameaça de recessão seus patrões os demitiriam.

Os sindicatos perderam força, com a nova lei em vigor desde a reforma trabalhista de 2017, que desobrigou as contribuições anuais dos trabalhadores. Assim, as negociações entre os trabalhadores e seus patrões tendem a se individualizar e enfraquecer o lado mais fraco, o dos trabalhadores. De certo, a maior parte dos trabalhadores nem faz ideia do porquê de existirem os sindicatos de classe, assim, se perguntados, não doariam seu dinheiro suado para os mesmos a menos que fossem obrigados por lei. Há, em vista disso, o enfraquecimento da representatividade dos sindicatos junto aos trabalhadores, deixando-os mais vulneráveis diante das ofensivas dos patrões³¹.

Mas, vejamos, com a aprovação das mudanças almeçadas pelos empresários brasileiros, novas empresas especializadas na prestação de serviços para outras empresas começariam a contratar esse tipo de trabalho improdutivo. A ideia é que de improdutivos passariam a produtivos. Voltando ao nosso caso fictício, os trabalhadores dos serviços de limpeza, desempregados desde que foram demitidos das fábricas, seriam contratados por essas empresas. Negociam com seu patrão e vão receber um salário mínimo no valor de R\$1.045,00 reais, trabalharão 8h por dia, terão 30 minutos de almoço, férias parceladas ao longo do ano, vale transporte, plano de saúde. Estas empresas nas quais esses trabalhadores começaram a trabalhar prestam serviços a diversas outras empresas, inclusive à fábrica de eletrodomésticos em que trabalhavam. Agora, quem paga os salários e os demais encargos sobre o trabalho são as empresas terceirizadas. À fábrica de eletrodomésticos as forças de trabalho desses trabalhadores só são úteis por 2 horas por dia, que é o tempo de trabalho necessário para a limpeza de toda a fábrica sem desperdícios de capital. Para a fábrica de eletrodomésticos, esses tipos de trabalhadores terceirizados continuam a ser trabalhos improdutivos, custos de produção sem retorno, mas que passaram a custar quatro vezes menos pelas contas do empregador. O capital despendido para pagar o tempo de trabalho necessário para a limpeza caiu de 8h por dia para 2h, além de não mais precisar pagar todos aqueles encargos que incidem sobre o trabalho. Se for a empresa terceirizada quem está arcando com os salários e todos esses encargos sobre os

³¹ Não digo, contudo, que os sindicatos não possuam suas contradições e que sejam apenas benéficos às lutas dos trabalhadores, mas a história mostrou que sem eles a situação seria muito pior para o lado do trabalho.

trabalhadores, não estaria ela obtendo prejuízos? Entendo que não necessariamente.

Do ponto de vista da empresa terceirizada, esses trabalhadores, agora, são trabalhos produtivos de mais-valia. Por encomenda de outras empresas, a terceirizada fornece força de trabalho para ser remunerada somente pelo tempo que for utilizada, sem desperdícios, porém, um mesmo trabalhador pode realizar o dispêndio de sua força de trabalho em diversas empresas por jornada de trabalho, de acordo com o volume de serviços demandados e sua capacidade de executá-los. Esses trabalhadores, agora, não param por um segundo sequer. Aquele seu tempo ocioso desapareceu, pois todos eles passaram a ser utilizados. Tudo o que recebem das empresas em troca do seu trabalho é repassado diretamente para as empresas terceirizadas, recebendo ao final do mês os R\$ 1.045,00 reais acordados. Suponhamos que cada trabalhador produziu sozinho com o seu trabalho, um montante de R\$ 3.000,00 reais para a empresa terceirizada. Retirando o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador, o salário, esse trabalhador gerou R\$ 1.955,00 reais de mais-valia. A taxa de mais-valia nessa operação gira, portanto, em torno de 52%. Ou seja, o trabalhador aumentou a magnitude de seu valor, enquanto mercadoria força de trabalho, em 52%, R\$ 905,00, produziu ao seu patrão de valor excedente quase a metade do que recebeu de salário. Ao transformar o serviço prestado pelos trabalhadores da limpeza em mercadoria, na razão de ser de seu negócio, seu capital investido retornou acrescido da mais-valia e dos lucros por meio desses trabalhos antes improdutivos. Os empresários, como costumam dizer os economistas burgueses, certamente, estão radiantes por terem acertado ao investir seu dinheiro, antes entesourado, para torná-lo capital nesse ramo de negócios. Criou-se, aqui, um “novo” circuito de criação e de valorização do valor. O capital, sempre às voltas com suas crises imanentes, respirará com aparelhos por mais alguns anos.

As formas como a precarização do trabalho ocorrem em tempos flexíveis são diversas, assim, serão apresentados outros casos concretos. O caso dos motoristas e entregadores por aplicativos, como UBER, CABIFY, 99 POP, e dos trabalhadores dos aplicativos de entrega de comida por moto e bicicleta, como o IFOOD, 99 FOOD e UBER EATS, são os exemplos mais cristalinos. A UBER tem cerca de 1 milhão de

motoristas no Brasil e mais de 5 milhões no mundo³², porém a “uberização” não se iniciou com os motoristas de aplicativo dessa empresa pioneira, pois é um processo decorrente das próprias metamorfoses no mundo do trabalho (ABILIO, 2019, p. 2). Muitos desses trabalhadores superexplorados se percebem como empreendedores por poderem fazer seus próprios horários de trabalho e não terem a figura do patrão cobrando resultados. Porém, essa “liberdade” os faz dispendir 12, 13, 14 horas por dia para poderem obter ganhos satisfatórios. São os próprios motoristas que arcam com a compra, com a manutenção dos veículos e com o combustível, mas precisam pagar de 25% a 40% de taxa por viagem às empresas. Para Ludimila Abilio, ao invés de um empreendedorismo nessa relação de trabalho, há uma espécie de “autogerenciamento subordinado”, pois

a uberização traz um tipo de utilização da força de trabalho que conta com a disponibilidade do trabalhador, mas o utiliza apenas quando necessário, de forma automatizada e controlada. A empresa-aplicativo detém o controle e a possibilidade de mapear e gerenciar a oferta de trabalho e sua demanda, a qual também está mediada pelo aplicativo e subordinada a ele. Como dito, o trabalhador está disponível, mas não tem qualquer possibilidade de negociação ou influência na determinação da distribuição de seu próprio trabalho nem sobre o valor do mesmo. As próprias regras sobre a distribuição do trabalho, bonificações, determinação do valor do trabalho e suas variações não são claras ou predefinidas (ABILIO, 2019, p. 3).

No entanto, há na abordagem dessas empresas a ideia que “*você é o seu próprio patrão*”, uma amostra do poder do fetiche do capital, que inverte a realidade. A precarização é sentida pelos corpos e nos bolsos dos trabalhadores dessas empresas, tanto que no dia 08 de maio de 2019, motoristas dos aplicativos Uber e 99 Pop em todo o mundo fizeram uma paralisação de vinte e quatro horas para reivindicar

aumento nas tarifas para os passageiros; Redução da taxa cobrada pela Uber, que varia entre 25 e 40% das corridas; Informar o destino final do passageiro para o motorista antes do aceite das corridas; Locais regulamentados para estacionar; [...] a redução nos preços dos combustíveis, fator que não está diretamente ligado às empresas, mas que afeta nos lucros de quem dirige³³.

³² Dados fornecidos pela própria Uber para o ano de 2020.

³³ Fonte: G1 Notícias. Motoristas de aplicativos Uber e 99 fazem greve por lucros maiores. De 08 de maio de 2019. **Disponível em:**

Ora, reivindicar contra quem? Conta o aplicativo? Não há quaisquer vínculos empregatícios, pois “as empresas-aplicativo vêm se apresentando como mediadoras entre oferta e procura, negando a subordinação e vínculos empregatícios nessa intermediação” (ABILIO, 2019, p. 2). A “uberização” da força de trabalho tem sido a denominação dessa força de trabalho ultraprecarizada em tempos de acumulação flexível, alta tecnologia e de políticas neoliberais. Já começam a aparecer algumas tentativas de se “uberizar”, até mesmo, o trabalho dos professores. Segundo matéria da revista Carta Capital, do dia 26 de agosto de 2020, na prefeitura do município de Ribeirão Preto, em São Paulo, chegou a ser votado um projeto de criação de um aplicativo para contratar professores em um sistema parecido com o da UBER. Com o “Uber da Educação”, como foi apelidado, a escola solicitaria o professor em caso de falta do titular e o substituto, “uberizado”, tem 30 minutos para aceitar a aula e 1 hora para chegar à escola.

Não cabe nessa análise um julgamento moralista, pois existe uma forte competição entre os diversos capitais individuais. Não é uma questão apenas de escolha para eles, é a lógica do capital regida pelo valor que estabelece o que é certo e o que é errado ou o que é bom e o que é mau. O que está claro em nossas análises é que essa é uma sociedade fetichista e em crise permanente, assim, as relações entre as pessoas estão sendo mediadas por relações entre coisas, pelo dinheiro e pelo valor. Com as dificuldades de exploração produtiva do trabalho, os capitais, também, vão encontrando mais dificuldades de legitimar sua valorização, que ocorre nessa conflituosa e contraditória realidade.

Mas é preciso que se possa entender de que modo essas alterações significativas no regime de acumulação alcançaram a escala global e ainda continuam a tentar homogeneizar a tudo e a todos. Sem a participação do Estado isso não seria possível.

2.4 – O Estado neoliberal, financeirização e os ajustes espaciais como saídas para as crises?

A acumulação flexível demandou o estabelecimento de um novo “regime de regulação”, nos termos de Lipietz (1988; 1997 [1989]). No âmbito da constituição de um novo regime de regulação para esse novo regime de acumulação, a acumulação flexível, o neoliberalismo tornou-se a “bola da vez”. Mesmo durante o período em que o fordismo / keynesianismo fazia o capital se reproduzir fortemente, da década de 1930 ao início da década de 1960, o seu regime de acumulação e o seu modo de regulação sofriam algumas críticas. As mais conhecidas são às que foram feitas por um grupo de intelectuais reunidos no Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, em agosto de 1938. Tais críticos, além de apontarem as falhas do *laissez-faire* e do liberalismo clássico, criticavam a rigidez do Estado keynesiano, bem como o comunismo, o fascismo e as “reformas de esquerda que visem à redistribuição de renda e à proteção social, como aquelas adotadas pela Frente Popular na França” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 76). Para esses intelectuais, a função do Estado deveria ser apenas a manutenção da ordem jurídica para preservação da propriedade privada e dos contratos diversos (DARDOT e LAVAL, 2016, p.94-97; MAGALHÃES, 2016, p. 38), atuando em função de “arbitrar” a concorrência dos capitais nos mercados internos e externos.

Duas obras ficaram conhecidas por terem desdobrado e ampliado as proposições do referido colóquio, ajudando a constituir as bases do que viria a ser o neoliberalismo como o conhecemos; “*O Caminho da Servidão*” de Friedrich Hayek, de 1944, e “*Capitalismo e Liberdade*”, de Milton Friedman, de 1962. Ambas as obras trazem em seus conteúdos, direta e indiretamente, a ideia de “liberdade”, mas liberdade econômica regulada pelo Estado. Parece contraditório, mas os economistas sabem bem o que o mercado agindo sozinho é capaz de gerar, crises. Desse modo, esses estudos não retiram o papel do Estado como peça estrutural no modo de produção capitalista, como evidenciado a partir de Keynes. Em vista disso, a questão do papel do Estado na economia era o centro da argumentação de Hayek, um economista da escola austríaca. A questão para Hayek não era “intervir” ou “não intervir”, mas, “qual deve ser a natureza de suas intervenções” (DARDOT e LAVAL,

2016, p. 158). Friedman, representante da escola monetarista, por seu turno, defendia a liberdade individual de escolhas diante da economia em vez de um Estado paternalista que atuasse como agente econômico, realizando programas sociais diversos como os de habitação (MAGALHÃES, 2016, p. 44). As ideias de Friedman e do departamento de economia da Escola de Chicago, do qual fazia parte, se opunham aos keynesianos nos Estados Unidos, aos socialdemocratas europeus e aos desenvolvimentistas do terceiro mundo, mais do que aos marxistas (KLEIN, 2008, p. 69). Em sua interpretação, os Estados Unidos ainda não eram verdadeiramente capitalistas, pois havia “interferências” estatais em todas as esferas da sociedade e “a missão da Escola de Chicago, portanto, era a purificação – despir o mercado de todas essas interferências e deixar o livre mercado cantar” (KLEIN, 2008, p. 69). Para Escola de Chicago, são os indivíduos que devem ser os agentes econômicos em um contexto de liberdade econômica, não o Estado, que deve se restringir à garantia do cumprimento das leis e dos contratos.

O neoliberalismo foi “testado” no Chile, após o golpe dado pelo general Augusto Pinochet sobre o presidente eleito, Salvador Allende. Como mostra Naomi Klein, a experiência foi imposta a ferro e fogo e o Chile esteve “entregue” nas mãos de Milton Friedman e da Escola de Chicago como um laboratório no qual as suas ideias poderiam ser testadas livremente (KLEIN, 2008, p. 76). Na realidade, esses “testes” da Escola de Chicago no Chile, a mando dos Estados Unidos, resultaram em uma sangrenta ditadura que perdurou por dezessete anos, de 1973 a 1990.

Somente ao final da década de 1970, com a escolha de Margaret Thatcher para primeira ministra da Inglaterra e com a eleição de Ronald Reagan para presidente dos Estados Unidos, o neoliberalismo começou a ganhar concretude nos países do capitalismo avançado. A experiência chilena parece ter agradado aos países do capitalismo avançado. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, as principais medidas adotadas pelos governos neoliberais de Thatcher e Reagan foram, em resumo, a redução do papel do Estado como investidor em setores da economia, maior abertura ao comércio e aos investimentos internacionais, a redução dos gastos públicos, a redução de impostos, fim das políticas de bem-estar social, enfraquecimento dos sindicatos dos trabalhadores, privatizações, a viabilização das parcerias público-privadas, foi dada mais flexibilidade às moedas nacionais pelo rompimento com o lastro em ouro, como fizeram os Estados Unidos, fim das

políticas internas de desenvolvimento regional, dando autonomia às cidades e regiões e a busca de vantagens competitivas / comparativas. Áreas em que o Estado de bem-estar social Keynesiano destinava recursos, como a saúde, a educação e a geração de energia, por exemplo, sempre estiveram na mira dos investimentos dos capitais, que criticavam o fato de o Estado controlar esses setores.

O neoliberalismo trouxe consigo como resquício do liberalismo uma pretensa ideia de “liberdade”, mas que é uma liberdade apenas para os capitais, pois as pessoas estão ainda mais dependentes dos intemperes da economia globalizada e repleta de crises. Harvey (2008, p. 17) denomina esse “tipo de aparelho de Estado” de Estado Neoliberal. Para esse autor, com o Estado Neoliberal, “as *liberdades* que ele encarna refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro” (HARVEY, 2008, p. 17). Para embasar sua crítica, Harvey cita uma frase do ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, para o qual “na qualidade de maior potência da terra temos [os Estados Unidos] a obrigação de ajudar a propagar a liberdade” (HARVEY, 2008, p. 46). Bush tentava justificar as guerras que os Estados Unidos promoviam no Iraque e no Afeganistão e a sua rejeição a países com economias “fechadas”, os quais são mostrados ao mundo como reféns de ditadores.

Aos países da América Latina, o “convite” para aderir à agenda neoliberal foi formalizado em um evento realizado em 1989, em Washington, nos Estados Unidos, apelidado de “Consenso de Washington” pelo economista John Williamson. Nesse evento estavam representantes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, de economistas e membros dos governos dos países da América Latina e das grandes economias do Norte. Em linhas gerais, foi colocado aos países da América Latina que o caminho para o desenvolvimento econômico seria aderir a esse receituário de modernização neoliberal. Endividados durante a década de 1980, aos países latino-americanos foram propostos de grandes empréstimos com a contrapartida da promoção de cortes nos gastos públicos com programas sociais e com o funcionalismo, além de equilíbrio fiscal.

De acordo com a abordagem de Washington, as causas da crise latino-americana são basicamente duas: a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações),

excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público. A partir dessa avaliação, as reformas no curto prazo deveriam combater o populismo econômico e lograr o equilíbrio fiscal e a estabilização. A médio prazo ou estruturalmente a receita é adotar uma estratégia de crescimento *market oriented* ou seja, uma estratégia baseada na redução do tamanho do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6).

O mercado financeiro global está sempre atento à situação fiscal dos países. Se os governos anunciam aumentos dos gastos públicos, o mercado financeiro não reage bem. O temor é que o endividamento dos estados inviabilize investimentos em infraestruturas diversas e/ou os impeça de saldar suas dívidas como esse capital emprestado a juros. Em larga medida, o Consenso de Washington surgiu como forma de promover a abertura das economias dos países da América Latina para a implantação do neoliberalismo. O que de fato está por trás do neoliberalismo é a necessidade dos grandes capitais em mundializar a sua reprodução. Com a crise da década de 1970, grandes massas de dinheiro aglomerados em grandes bancos estão sempre em busca de modos de se valorizar. Para exemplificar, os grandes eventos esportivos como copa do mundo de futebol e jogos olímpicos são formas de atração desse dinheiro acumulado se valendo de parcerias público-privadas para obras públicas de modernização do espaço. O capital, enquanto uma contradição em processo, somente sobrevive produzindo espaços (LEFEBVRE, 1976; 1991 [1974]). Há o interesse em valorizar o capital produzido durante o fordismo e que está acumulado nos bancos aguardando oportunidades. A crise do fordismo tornou incerta a valorização do capital empregado no setor produtivo e fez aumentar a dependência do setor financeiro. Principalmente pelo fato de os Estados Unidos terem abandonado o padrão ouro e o dólar ter sido adotado como a moeda de referência para a economia mundial. Para Robert Kurz,

se o verão siberiano do *boom* fordista no pós-guerra já foi curto, a época seguinte do “capitalismo de cassino” será ainda mais breve. Após meados dos anos 80, a acumulação fictícia converteu-se num *boom* puramente especulativo, que nos anos 90 mantém um nível elevado, embora o “estouro da bolha” já se tenha feito anunciar diversas vezes (KURZ, 2019, p. 86).

O dinheiro que circula nos mercados de ações e no mercado de capitais em geral não passa de dinheiro cada vez mais sem substância, sem trabalho cristalizado. Os limites físicos do corpo humano põem um teto à produtividade do trabalho vivo dentro da produção comparado a uma máquina ou um software de última geração. O uso intensivo das máquinas e da tecnologia em geral faz com que a produção seja ampliada substancialmente, mesmo que em cada mercadoria haja menos valor cristalizado. Os desdobramentos da desmedida que esse fato gera para o capitalismo contemporâneo são diversos, conforme já foi apontado. No tocante a questão ambiental, por exemplo, a situação não é diferente. A perda de referência no trabalho vivo, humano, para o cálculo da produção no ciclo seguinte e o aumento da participação do capital constante nesse processo, aumenta a pressão sobre os recursos naturais. Aumenta a pressão à natureza, pois, por ser capital constante, matéria prima, se transformou em *commodities*. O aumento desmedido da produtividade baseada no aumento do capital constante pressiona a natureza usada como recurso, como a fonte mais elementar de tudo o que existe como mercadoria. O processo concorrencial em escala global é algo extremamente favorável aos grandes grupos do capital monopolista e financeiro.

Esses grandes capitais compram *commodities* em todo o mundo, desse modo, a divisão internacional do trabalho em tempos neoliberais é reafirmada e duramente estabelecida. A China, por exemplo, se consolidou como o país mais industrializado do mundo e precisa de recursos materiais para compor esse capital constante que necessita. Não é atoa que este país pratica diversos acordos com o Brasil e nossas empresas para a compra de nossas *commodities*, especialmente o minério. A China é uma compradora voraz de *commodities* como minério, combustíveis minerais, soja, carnes e diversos outros produtos de todo o mundo. A Rússia precisa importar petróleo, gás, borracha, madeira, metais e outros. Os Estados Unidos, por seu turno, precisam importar petróleo, minério, carnes, e outros. Decomponha um computador, um automóvel, ou uma casa em seus elementos constituintes básicos e se verá a natureza como o corpo dessas mercadorias.

Como desdobramentos desse aumento da produtividade global, dados mostram a constante expansão da fronteira agrícola no Brasil com o aumento da

área cultivada de 79.246.491 há, em 2019, para 80.893.436 há, segundo o IBGE³⁴. A exploração de minério provoca desastres ambientais como os de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, que mataram muitas pessoas e causaram a poluição ambiental de extensas áreas. Áreas essas que não poderão ser recuperadas. Há uma corrida global por água, minério, madeira, biodiversidade, produtos agropecuários e outras commodities. Os países mais ricos e as forças produtivas mais desenvolvidas do capitalismo central investem em nanotecnologia e treinam sua força de trabalho para isso e preferem deixar os produtos primários, com menor valor agregado, para os países da periferia do capitalismo. É uma forma de manter a balança comercial sempre favorável com esses países.

Por conseguinte, se pode questionar a riqueza de uma “nação” construída “a base de títulos e que financiou ficticiamente a produção e as rendas [...]” (KURZ, 2019, p. 87). No período pós-fordista a reprodução real passou a estar submetida à gigantesca bolha de capital fictício, tornou-se um apêndice, configurando o que Kurz chama de “capitalismo de cassino” (KURZ, 2019, p. 87). Ademais,

uma massa cada vez maior de capital monetário fordista não mais reinvestível em atividades reais desaguou na superestrutura financeira (a “super acumulação” das indústrias fordistas a partir dos anos 1970), e que ali, na sua acumulação fictícia (D-D’), reuniu uma massa sem precedentes de valores fictícios, que são registrados e tratados como rendas monetárias reais. Claro que uma determinada parte deste dinheiro comercial fictício retorna, diretamente ou por meio de empréstimos (fato que obviamente enche ainda mais a bolha), à reprodução como procura aparentemente real. Assim são alimentados os processos que já não possuem qualquer base substancial e que terão de ser interrompidos no caso de uma grande desvalorização. Também esse fator é muito mais relevante hoje que no tempo de Marx. A parte da massa total do “capital fictício” comercial que repercute sobre a produção real, sob a forma de procura sem substância real de valor, é até agora mínima, contrariamente ao que acontece com o consumo estatal. Se hoje toda a montanha dos valores comerciais fictícios se pusesse em movimento como procura real, isso significaria a hiperinflação imediata também no Ocidente (KURZ, 2019, p. 87).

A atuação dos governos neoliberais tem os grandes bancos como agentes capitalistas hegemônicos na forma de bancos de investimento e mercados de capitais (bolsas de valores e de mercados futuros). Os bancos tornam-se os grandes credores da economia global, e, por serem os credores de Estados, empresas e

³⁴ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1618#resultado>.

consumidores endividados, ganharam ainda mais poder para influenciar as ações governamentais. O capital financeiro passou a financiar tudo. Esse “capitalismo de cassino” vem sobrevivendo criando “circuitos deficitários internacionais entre diversas economias internacionais entre as diversas economias nacionais que a globalização vem dissolvendo” (KURZ, 2019, p. 90). Nesse imbróglio, as economias reais dos países vêm sendo alimentadas por capitais fictícios vindos de entidades financeiras do exterior, como o FMI e o Banco Mundial, e esse endividamento externo atua na economia real como gastos públicos ou privados (KURZ, 2019, p. 91). O Japão foi um dos poucos países que conseguiram converter os ganhos com o capital financeiro do pós-fordismo em procura real com a compra de máquinas avançadas por suas indústrias (KURZ, 2019, p. 92). Suas indústrias se especializaram na produção de produtos ultra tecnológicos, de modo que criou um circuito deficitário na Ásia por ter sido o grande financiador da consolidação dos chamados “tigres” asiáticos (KURZ, 2019, p. 92). A partir da abertura de fronteiras ao livre fluxo internacional de capitais, o capital fictício, na forma de um capital portador de juros, ganhou ainda maior poder de influência nas políticas dos diversos países. O capital financeiro, o tipo mais cristalino de capital fictício, é hoje uma arma poderosa das grandes potências para a quebra das barreiras espaciais.

O significado prático da flexibilidade do capital para o aprofundamento das crises se descobre compreendendo a noção de “ajuste espacial” (HARVEY, 2005), uma consequência da articulação entre a acumulação flexível e a ascensão do capital fictício como agente hegemônico. O capitalismo contemporâneo tem conseguido alívios momentâneos para as crises apenas com a incorporação de novos países ainda “não capitalistas” no processo de reprodução do capital, tornando os consumidores de mercadorias e fornecedores das condições gerais de produção com menores custos (HARVEY, 2005, p. 114). Assim, a “acumulação por espoliação” se tornou a tônica após a década de 1970, envolvendo a liberação de “ativos de baixo custo³⁵” para a absorção de capitais excedentes e a marcha dos “custos da desvalorização dos capitais” para esses novos territórios (HARVEY, 2013, p. 150). A mobilidade adquirida pelo capital em tempos de acumulação flexível e

³⁵ Se trata da desvalorização das moedas dos países menos produtivos, pois torna as terras, as mercadorias, a força de trabalho, as máquinas, mais baratas quando convertidos em moedas mais valorizadas como o dólar e o euro.

financerização da economia viabiliza essa marcha para novas regiões, algo que se tornou substancial para a sobrevivência do capitalismo (HARVEY, 2005, p. 115-116).

Evidencia-se, portanto, o Estado como elemento estrutural no processo de produção do Espaço para acumulação. Lefebvre (2012 [1976], p. 141) denomina de “modo de produção estatal” esse momento em que o Estado moderno se generalizou e se pôs de vez à frente do processo de produção desse espaço articulado aos interesses dos diversos setores do capital.

Esta operação inclui um tipo de produção muito específico: o Estado não é somente um patrão de empresa, mas também e ao mesmo tempo produz um espaço construído por ele, sendo a planificação do espaço o modo mais refinado e sutil da planificação através do equilíbrio de materiais ou mercadorias e o equilíbrio financeiro [...]. A planificação espacial em mãos do Estado, último grito da planificação, se desenvolve por vias que não se compreendem facilmente: controle das comunicações, das redes elétricas, das estradas, das rodovias, etc³⁶. (LEFEBVRE, [1976] 2012, p. 141).

Se se olha para uma perspectiva local, os ajustes espaciais parecem “resolver” momentaneamente a sobreacumulação, que é a própria perda da substância do capital, pois as novas áreas “absorvem” o capital acumulado. Porém, o choque entre forças produtivas desproporcionais costuma causar crises nos países que recebem esses capitais. Os ajustes espaciais são, portanto, formas de se reproduzirem as crises, tornando-se mais agudas. As crises, em tempos flexíveis, foram ampliadas a patamares jamais vistos, sendo suas formas de mitigação, suas causas contrariantes, meios para a sua ampliação.

2.4.1 A dependência do capital a juros e a crise de 2008

A compreensão do processo histórico que contempla os últimos cem anos é fundamental para que se compreenda o momento em que vivemos hoje, o qual o capitalismo apresenta uma dramática dependência do capital portador de juros.

³⁶ Esta operación incluye un tipo de producción muy específico: el Estado no es solamente un patrón de empresa sino que además y al mismo tiempo produce un espacio construido por él, siendo la planificación del espacio el modo más refinado y sutil de la planificación a través del saldo de materias o mercancías y el saldo financiero... La planificación espacial en manos del Estado, último grito de la planificación, se desarrolla por vías que no se comprenden fácilmente: control de las comunicaciones, de las redes eléctricas, de las carreteras, de las autopistas, etc (LEFEBVRE, [1976] 2012, p. 141).

Conforme foi salientado no *capítulo I* dessa pesquisa, o capital portador de juros funciona como “causa contrariante” à crise imanente do capital, mas também é um fator potencializador dessa mesma crise. Os limites e contradições do próprio processo de acumulação impõem ao capital violentas crises a serem transpostas. Em todas essas crises se obteve como respostas rearranjos que abarcavam todo o conjunto da sociedade. Essa capilaridade por meio da qual o capital atua se deve ao fato de haver a necessidade de se mover tudo e todos como um quebra-cabeça para viabilizar sua reprodução ampliada e fuga das crises. Há sempre a busca por um movimento para frente, mesmo com duras consequências para o conjunto da sociedade. Se se analisa as três maiores crises do capitalismo nos últimos cem anos, a depressão de 1929, a crise do regime fordista/keynesiano na década de 1970 e o *crash* das hipotecas de 2008, verifica-se um subsequente rearranjo das condições de produção e mesmo do modo de ação do Estado. Essas crises estão conectadas à crise da reprodução do próprio capital e não apenas à paralisação de partes do processo de circulação como os nomes sugerem.

O capital apresenta em seu conceito a tendência à formação de um “mercado mundial”, pois cada limite alcançado no ciclo de valorização anterior torna-se uma barreira a ser superada no ciclo posterior, já dizia Marx (2011 [1857-1858], p. 539-540). O capital tem como tendência, portanto, o rompimento de quaisquer barreiras, inclusive as fronteiras nacionais, destruindo tudo o que possa travar o desenvolvimento de suas forças produtivas. No entanto, seu ímpeto de expansão esbarra sempre em sua crise imanente, por este expulsar de si a sua substância, o trabalho. Assim, “a universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza” (MARX, 2011 [1857-1858], p.543).

Nesse rompimento de barreiras em escala global, o capital financeiro se tornou protagonista no processo de acumulação de capital. A participação do capital fictício na reprodução do capital em escala global se tornou estrutural, pois retarda os efeitos das crises, empurrando-as de um lugar para o outro. O empréstimo de dinheiro condicionado ao pagamento de juros sobre os valores adiantados se tornou a forma como as economias nacionais, as empresas e os consumidores têm sobrevivido. Nesse cenário, os bancos e as bolsas de valores tornaram-se o centro das preocupações dos governos e dos economistas. Atualmente, há uma grande quantidade de dinheiro e de capital parados nas mãos de grandes instituições

bancárias, que, mesmo sem diretamente explorarem mais trabalho, são postos em circulação de forma produtiva pelo empréstimo e pela cobrança de juros dos governos, das empresas e dos consumidores individuais. A crise estrutural do modo de produção capitalista encontrou uma forma de postergar sua derrocada por meio de empréstimos, dos adiantamentos de trabalhos futuros. Como resultado, cria-se um grande endividamento, tendo os capitais que buscar novas oportunidades em outras localidades. Por essa maior mobilidade, o capital não resolve as crises, mas as empurra para outros locais, se aproveitando do que Harvey (1982, p. 415) chamou de “desenvolvimento geográfico desigual”³⁷. Em última instância, se pode dizer o planeta terra é finito e as áreas para se empurrar as crises também são limitadas. Obviamente, a finitude a que me refiro é no sentido físico e material, pois, conforme já mostrado, o capital apela para uma reprodução fictícia.

Com as sucessivas crises e as reestruturações dentro do modo de produção capitalista, o capital financeiro passou a ser incorporado de forma indelével ao processo de acumulação e de obtenção de rendas fundiárias. O capital financeiro é uma “ficção” pelo fato de sua valorização “não passar diretamente pela produção de mercadorias. Na realidade, este tipo de capital se valoriza pelos juros cobrados sobre os capitais adiantados à espera da realização de trabalhos futuros. O ciclo do processo de acumulação, que não ocorre em um mundo perfeito, passa invariavelmente “por varias fases de estagnação, recuperação, expansão baseada no crédito, febre especulativa e colapso”³⁸ (HARVEY, 1982, p. 300, tradução própria). A expansão baseada no crédito fornecido pelo capital financeiro, aparece, portanto, em um momento em que há uma “fé” na “saúde” da economia e há boas expectativas para “as receitas futuras de todos os tipos (arrendamentos de terra, impostos, hipotecas etc., assim como o lucro da empresa)” (HARVEY, 1982, p. 302, tradução própria). Porém, a inconsistente passagem do período da “recuperação” para “a expansão baseada no crédito” cria um cenário que leva os capitalistas industriais a não darem conta de financiar “seus próprios investimentos e estender o crédito uns aos outros” por terem atingido os limites de suas reservas de dinheiro vivo (HARVEY, 1982, p. 303, tradução própria).

³⁷ Uneven Geographical Development (HARVEY, 1982, p. 415).

³⁸ The accumulation process passes through various phases of stagnation, recovery, credit-based expansion, speculative fever and crash (HARVEY, 1982, p. 300).

Como alternativa, recorrem aos bancos, financiando a sua produção e os banqueiros ganham tanto poder econômico quanto o próprio setor produtivo (HARVEY, 1982, p. 303, tradução própria). Conforme Harvey (1982, p. 303, tradução própria) “o sistema de crédito se põs de pé como o coordenador geral da produção e troca de mercadorias³⁹”. Como consequência, “a quantidade de capital fictício se move sempre à frente da acumulação real, e a lacuna entre a base monetária, como uma medida real dos valores, e as várias formas de papéis-moedas em circulação começa a se ampliar⁴⁰” (HARVEY, 1982, p. 303, tradução própria). Enfim, já tratando da fase especulativa, o autor infere que “a expansão baseada no crédito só gera aumento nos preços se a quantidade total de meios de circulação ultrapassar muito o produto do trabalho social⁴¹” (HARVEY, 1982, p. 303). Dessa forma, o início da crise na contemporaneidade em que o capital financeiro ganhou centralidade se dá quando há um “espetacular fracasso que abala a confiança na forma fictícia do capital” (HARVEY, 1982, p. 304).

A crise de 2008, a primeira em tempos da implantação das políticas neoliberais e de financiamento de tudo, ficou conhecida como a crise dos *subprimes*, que são empréstimos de menor confiabilidade fornecidos durante o período de crescimento econômico. Mas isso representa a aparência do fenômeno. Na realidade, em face da dependência do capital financeiro, a transformação da terra em solo urbano pela sua incorporação e a produção dos produtos imobiliários, fez se manifestar a crise de dessubstancialização do capital, pois se trata de uma massa de dinheiro desmedido em relação à sua substância, o trabalho. A urbanização, nesses moldes, atua como uma “causa contrariante” à crise, por movimentar uma massa de dinheiro que não está explorando trabalho, porém, somente a amplia ao se valer desse dinheiro sem substância. A crise de 2008 foi apresentada ao mundo como uma crise iniciada pela impossibilidade de os massivos empréstimos bancários com baixa confiabilidade, *subprimes*, serem quitados junto aos seus credores. No

³⁹ The credit system comes into its own as the general co-ordinator of commodity production and exchange (HARVEY, 1982, p. 303).

⁴⁰ The quantity of fictitious capital moves steadily ahead of the actual accumulation, and the gap between the monetary basis as a real measure of values and the various forms of paper moneys in circulation begins to widen (HARVEY, 1982, p. 303).

⁴¹ Credit-based expansion generate prices rises if only because the total quantity of circulation medium now far outstrips the product of social labour (HARVEY, 1982, p. 303).

fim das contas, o dinheiro sumiu das mãos dos trabalhadores, que endividados e sem previsões animadoras para trabalhar no futuro, não conseguiram saldar suas dívidas. O resultado foi uma quebra de bancos e a execução das hipotecas das casas financiadas por esses empréstimos nos Estados Unidos. No entanto, essa crise foi mais do que isso.

Essa crise causada pelo aumento desmedido da produção em relação aos postos de trabalho gerados criou um cenário em que o consumo em geral impedia a reprodução do conjunto dos capitais, especialmente dos capitais rentistas. Obviamente, pelo fato de as habitações serem os mais caros bens indispensáveis para a reprodução da força de trabalho. Somente os ricos podem comprar habitações à vista, pagando todo o preço imediatamente. Aos trabalhadores e pequenos burgueses somente resta obter financiamentos junto ao capital financeiro a juros elevados que quase dobram o preço das mercadorias. Aos investidores da indústria imobiliária também não restam alternativas a não ser recorrer ao capital financeiro, pois o tempo de rotação do capital rentista é longo, o que inviabiliza seus negócios. Ao fim e ao cabo, os capitais rentistas capitalizam a terra com a ajuda das instituições financeiras e estas obtêm ganhos exorbitantes pelos juros pagos ao empréstimo de dinheiro.

Atuando para combater a crise, o governo dos Estados Unidos injetou bilhões de dólares nos bancos para evitar falências (HARVEY, 2011), corroborando a dependência que o capitalismo tem desse dinheiro sem substância estocado nos bancos e emprestado a juros altíssimos até mesmo para o setor produtivo. Em sua essência, essa foi uma manifestação da crise da reprodução do capital em que bolhas financeiras apareceram em torno de massas de dinheiro sem substância lançadas em circulação em um contexto de ampliação da produtividade articulada à perda de postos de trabalho. Contou-se com trabalhos futuros que não se realizaram. Harvey (2011, p. 198) discute os antecedentes dessa crise de 2007-2008 e mostra que, nos Estados Unidos, a perda de postos de trabalho, a política de arrochos salariais e a “onda de financeirização da economia” foram iniciadas na década de 1970, com o fim das políticas de bem-estar social, sendo a crise de 2008 o ponto culminante dessa bolha financeira criada. No entanto, a ocorrência aparentemente localizada da crise no espaço parece indicar seu caráter pontual,

mas, em um mercado globalizado, em questão de tempo, ela foi empurrada para outros pontos e não foi resolvida. Na realidade, foi ampliada.

2.5 Estado, institucionalidade e a interiorização da economia política na produção do indivíduo

Essa parte da reflexão, motivada pelos processos de modernização a cargo do capitalismo em escala global, objetiva mostrar o modo como a economia política produz e reproduz uma sociedade ancorada no fetiche e, para isso, precisa reproduzir o indivíduo. Evidencia-se o papel assumido pelo Estado, ou por qualquer forma de institucionalidade, na reprodução da sociedade. A discussão proposta revela alguns mecanismos sutis de opressão que, no limite, induzem os indivíduos a pensar e a agir como meros agentes econômicos. A manutenção de um modo de produção que ruma para a barbárie não consegue se manter sem o controle das condutas e das subjetividades. A história da era moderna como um todo mostra que a modernização em si é a produção de um sujeito, o sujeito produtor e consumidor de mercadorias. Economistas apologéticos constroem teorias para dizer que o sucesso e o fracasso são frutos, exclusivamente, do mérito individual, mais do que decorrentes dos limites internos e externos do próprio capital.

Para essa finalidade, as diversas formas de institucionalidade, dentre elas o Estado, governam as condutas dos vivos de dentro dos seus corpos, auxiliando a formar tipos específicos de indivíduos, que, no capitalismo, internalizam a economia política. Na marcha do processo de modernização de um capitalismo líquido, a construção das identidades coletivas em suas diversas manifestações; por raça, gênero, classe, etnia, crença, tem sido fortemente atacada se não alinhada ao *modus operandi*. Apesar da imanência das crises, há uma alienante individualização da culpa pelo mal estar dos mercados. Precisa-se, portanto, entender o papel das institucionalidades e do próprio Estado na engrenagem social que sustenta o capitalismo e os desdobramentos de suas práticas na produção desse espaço interno aos indivíduos. O corpo tornou-se território disputado, objeto do governo dos homens, governo que governa de dentro de nossas entranhas. É por dentro dos corpos que o fetichismo do capital primeiro ganha concretude. Isso reflete uma

forma de controle das condutas destinado a um fim previamente pensado dentro de uma estrutura de poder.

2.5.1 A sociedade biopolítica e os dispositivos de governo no âmbito da população

A biopolítica pode ser entendida como a extensão dos dispositivos de poder para o controle da vida dos indivíduos e sua genealogia data do fim do século XVIII e início do século XIX. Com a biopolítica, os dispositivos de saber-poder migram de técnicas disciplinares para o controle da vida dos indivíduos no âmbito da população. Há a passagem de uma espécie de “anátomo-política do corpo humano” para uma “biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 1999 [1975-1976]). Foucault está mostrando, efetivamente, a passagem da sociedade disciplinar à sociedade biopolítica, embora as técnicas disciplinares não tenham desaparecido, se tornaram mais complexas e sutis. Essas mudanças estão fortemente articuladas às necessidades do capitalismo dessa época, que demandava um novo tipo de indivíduo e de um novo tipo de sociedade.

Em “*Segurança, Território, População*” (FOUCAULT, 2008a [1977-1978]), em o “*Nascimento da Biopolítica*” (FOUCAULT, 2008b [1978-1979]) e “*Em defesa da sociedade*” (FOUCAULT, 1999 [1975-1976]), Foucault chegou a importantes descobertas acerca da passagem do poder disciplinar à biopolítica e ao biopoder. A economia política se configurou como tal quando o objeto das práticas estatais deixou de ser apenas as finanças e a riqueza e alcançou o controle da população (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 100). Tomada como um dado passível de uma análise positiva, a população poderia ser manejada por meio de técnicas matemáticas, estatísticas, sanitárias etc. Sabe-se que os diversos setores do capital necessitam dessas informações estratégicas para estimar o potencial de seus negócios e de suas vendas, o número de trabalhadores disponíveis, o nível de escolaridade desses trabalhadores, o seu estado de saúde.

Os mecanismos de incorporação do econômico pela sociedade alcançaram a vida dos indivíduos no âmbito da biopolítica. O conceito de biopolítica nasceu como um desdobramento dos estudos prévios de Foucault acerca do poder e contempla as estratégias para esse controle visível-invisível exercido no âmbito da política e

que incide diretamente na vida das pessoas, tornando as ações individuais dados quantificáveis. A biopolítica para Foucault opera indissociável do que ele chama de “regimes de verdades”. O regime de verdades, regido pela razão de Estado, especialmente do Estado moderno, tem alojado dentro de si a economia política e essa “não tem de forma alguma a exterioridade que o pensamento jurídico tinha” no Estado absolutista (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 19-20). A economia aparece na arte de governar como uma “verdade” a ser preservada. Desse modo, a biopolítica é o governo da vida dos homens que estabelece os limites entre o verdadeiro e o falso, entre o proibido e o permitido, entre o bom e o ruim, entre o sagrado e o profano, supostamente, em função da manutenção da ordem e da prosperidade econômica. Articulada ao poder e ao biopoder, a biopolítica é uma descoberta que sintetiza todas as análises de Foucault sobre a sexualidade, o panóptico, a loucura, a linguagem. A passagem da sociedade disciplinar para a biopolítica evolve o direcionamento das técnicas de poder sobre os corpos e sobre a vida (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289). Há um novo objetivo, a passagem do governo do “homem-corpo” para o “homem-espécie” (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289).

A partir do momento em que a economia política passou a ser uma espécie de razão primeira do poder estatal, o conhecimento dos hábitos e características da população tornou-se algo necessário ao processo de acumulação. Passou a ser de interesse do poder biopolítico as taxas de natalidade, de fecundidades, de envelhecimento da população, seu estado de saúde, a partir das quais o governo poderia desenvolver estatísticas e previsões para subsidiar futuras intervenções no âmbito da população (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289-293). Se a queda da natalidade está afetando os índices de acumulação, o governo lança mão de uma política de estímulo à procriação, se há pessoas demais é recomenda a redução do número de crianças por casal. Aqueles que não conseguem se adaptar ao mundo produtivo são taxados de loucos, drogados, marginais, preguiçosos ou qualquer outro adjetivo pejorativo.

Para se reproduzirem os capitais dependem, efetivamente, da exploração das forças de trabalho alheias, embora ambas as classes estejam sujeitas ao automatismo da forma valor. A concorrência generalizada dos capitalistas entre si e dos trabalhadores entre si ajuda a obscurecer a dimensão coletiva da vida que se

vive. No entanto, as institucionalidades biopolíticas sabem dessa dimensão coletiva, pois realizam cálculos periódicos dos resultados desses processos de acumulação em termos coletivos e não individuais. Nesse sentido, a economia política interna à biopolítica se ocupa da ordenação da riqueza, da população e do território.

[...] A economia política pode se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza chamada 'economia política' que se constituirá uma ciência e, ao mesmo tempo um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governar a uma ciência política (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 140-141).

O governo dos territórios sob as vontades da economia política implica a configuração de um arcabouço jurídico, que expressa mecanismos punitivos para a resolução de conflitos no âmbito da população. É nesse contexto, final do século XVIII, que surgem as primeiras prisões (FOUCAULT, 1987 [1975]). As ruas, locais de escoamento de mercadorias, de passagem de pessoas e de diversos assaltos, impuseram aos governos das cidades o desenvolvimento de dispositivos de segurança baseados em séries de dados que mostram o número de ladrões, o número de carroças, o número de miasmas⁴², de passantes (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 26-27). Para Foucault (2008a [1977-1978], p. 27) “a gestão dessas séries abertas [de dados e informações], que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades” é o que caracteriza o “mecanismo de segurança”. A questão da segurança aparece, então, como um conjunto de dispositivos disciplinares da arte de governar biopolítica, em que se tenta antecipar os crimes pelo controle prévio e probabilístico das ações dos indivíduos. Não é por acaso que há uma forte preocupação, ainda hoje, com as taxas de desemprego, de natalidade, de mortalidade, de acumulação. Somente assim é possível ao Estado a gestão a barbárie decorrente das crises econômicas.

Sobre essas bases, de uma arte de governar, os Estados modernos se puseram de pé na história juntamente com o crescimento das práticas mercantis e, nesse processo, a transformação do espaço em territórios nacionais foi estrutural.

⁴² Odores fétidos que se acreditava ser a causa de diversas doenças, por volta do século XVII.

Evidenciam-se as bases práticas de operação da economia política. As práticas mercantis e a consolidação do mercado na sociedade medieval europeia trouxeram a necessidade da compreensão mais racional do mundo. As pressões por uma racionalização das (e nas) práticas sociais exercidas pelo mercado em expansão, em oposição ao discurso mistificador das instituições religiosas e da monarquia, foi fortemente impulsionada pela adesão popular ao discurso racional. Com a intensa proletarização, os valores morais da economia passaram a figurar acima dos valores religiosos para os trabalhadores, pois quem colocava comida em suas mesas era o mercado. Isso porque, como diz Foucault (2008b [1978-1979], p. 43), nessa fase, digamos pré-capitalista, “o mercado era um lugar de jurisdição”, de justiça, o que destoava das práticas autoritárias e luxuosas dos Estados monárquicos absolutos. Ainda segundo Foucault, nos mercados pré-capitalistas sediados nas cidades, os burgos, os mercados eram onde se praticava o peço justo. Não se saía desses espaços de mãos vazias, pois os valores de uso eram trocados por outros valores de uso, tendo como parâmetro a utilidade do bem. Atualmente, ir aos mercados sem dinheiro significa sair de lá sem absolutamente nada. Quem sai dos mercados sem nada e tenta roubar comida vai preso e vira estatística; sua cor, sua classe, sua renda, seu bairro, etc.

2.5.2 Governamentalidade neoliberal e a produção do indivíduo empresário de si mesmo

poder-se-ia chamar aleturgia esse conjunto de procedimentos e dizer que não existe exercício de poder sem qualquer coisa como uma aleturgia. Ou ainda, — e vocês sabem que eu adoro as palavras gregas — porque o exercício do poder chama-se em grego hegemonia, não no sentido que damos hoje a essa palavra, mas hegemonia é simplesmente o fato de se encontrar, face aos outros, na possibilidade de conduzi-los e de conduzir, de algum modo, suas condutas; então, eu diria que é bem provável que não exista nenhuma hegemonia que possa se exercer sem qualquer coisa como uma aleturgia. (FOUCAULT, 2009 [1979-1980], p. 12).

Com o neoliberalismo evidencia-se a governamentalidade como tecnologia de controle das condutas que visa produzir indivíduos que assumem para si as responsabilidades de sua vida econômica como se fossem empresas. De acordo com Foucault (2008b [1978-1979], p. 222-223), as bases do pensamento econômico ordoliberal alemão, surgido no pós-II guerra mundial, estão no final do século XIX e

início do século XX. Nesse contexto, a organização da sociedade deveria ser baseada no modelo de empresa e o Estado de direito seria a alternativa positiva oposta ao despotismo do soberano e ao Estado de polícia (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 222-223). Assim, “primeiramente, o Estado de direito é definido como um Estado em que os atos do poder público não poderão adquirir valor se não forem enquadrados em leis que os limitam antecipadamente” (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 233). Dessa forma, “governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem *para consigo mesmo* quanto aquela que se tem para com os outros” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18). Como técnica para a manutenção de um governo, dessa arte de governar, governa-se *pela* liberdade e não *contra* a liberdade (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18).

Conforme mencionado acima, a submissão do exercício do poder estatal ao direito visava favorecer as trocas comerciais em um capitalismo industrial em expansão, que não mais poderia se expandir submetido às vontades e excentricidades de um soberano. Tampouco, os contratos comerciais poderiam ser realizados sem qualquer salvaguarda jurídica. Os mecanismos de governo dos vivos foram se sofisticando a ponto de a arte de governar chegar ao nível da governamentalidade. No último século, a racionalidade econômica vem produzindo, ampliadamente, indivíduos prontos a se vender como mercadoria nos mercados em uma relação contratual com seus patrões naturalizada e salvaguardada pelo governo. Tornou-se comum os intelectuais orgânicos dos governos enfatizarem pelos meios de comunicação o culto ao indivíduo como o agente motor da sociedade e como o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É fortalecida a perspectiva dos sujeitos como consumidores individuais, trabalhadores individuais, com vontades próprias para a tomada de decisões e para viver as suas vidas sem a dependência de outras pessoas. Somos ensinados que gozamos de liberdade para escolhermos nossos próprios passos, mas apenas dentro das normas jurídicas de conduta pré-estabelecidas. O fetichismo do capital se manifesta e se oculta nessas relações que assumem a forma jurídica. A pretensa neutralidade da forma jurídica retira a exploração do trabalho dos olhos desatentos. A crise é imanente ao capital, parte de sua constituição interna, e decorrente da expulsão dos trabalhadores do processo produtivo pela concorrência entre os capitalistas individuais, mas se faz

parecer que a culpa é do trabalhador pouco produtivo ou do capitalista que não sabe administrar os seus negócios.

Esse é o modo de operação da governamentalidade gestada e propagada em estudos de economistas burgueses voltados para o desenvolvimento de novos mecanismos de governo. A concretização desse tipo de dispositivo de governo das condutas se verifica nas noções de *homem econômico* e de *capital humano*. Foucault (2008b [1978-1979], p. 310-320) chama a atenção para a figura do *homo oeconomicus*, ou homem econômico, como a expressão desse sujeito que é “empresário de si mesmo”, que internaliza a economia política e aceita ser governado de dentro do seu corpo. Esse sujeito procura desenvolver seu capital humano e, por isso, calcula suas ações baseado em uma racionalidade econômica, sempre visando aumentar esse capital. Caso não consiga um bom emprego, uma boa casa, ou realizar boas viagens com sua família, o *homo oeconomicus*, produto da governamentalidade, culpa a si mesmo pelo seu fracasso. Conforme Kurz (2004, p. 249) o *homo oeconomicus* representa o fato de a economia ter se apossado de toda a existência e tê-la submetido “ao cálculo orientado pelo lucro abstrato e a política empresarial de custos”.

Não passa pela cabeça desses indivíduos orientados pelo mercado que a vida individual não depende exclusivamente de suas potencialidades, mas de um conjunto de fatores socialmente estabelecidos. Na prática, a aceitação dessa dominação subjetiva por uma governamentalidade que contém uma racionalidade econômica que encobre a vida coletiva é uma evidência da alienação e do fetiche que a sociedade das massas aceitou em troca do acesso ao consumo de mercadorias. Esse é o cerne do que se conhece por sociedade do espetáculo, “como a inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo” (DEBORD, 2003 [1967], p. 14). Pelo modo como capital se apresenta aos indivíduos colocar o trabalho apenas como uma simples engrenagem da produção de riquezas se reproduz a imagem de um ser que se autovaloriza (GRESPLAN, 2019). O *homo oeconomicus* vive plenamente esse fetiche do capital guiado pela forma abstrata da riqueza, o valor, e empenha-se cada dia mais para ser um bom servo desse ser abstrato. O homem econômico aceita ser escravo do dinheiro, *tickets* para o consumo. Ele vive pelo dinheiro e para o dinheiro, e finge não saber que nem todos

poderão fazê-lo. Assim, ele se agarra os bens que possui e o medo de perdê-los para os despossuídos o torna um reacionário em potencial.

No pensamento neoliberal, iniciado pelos ordoliberalis alemães do início do século XX, e que vem sendo implementado violentamente no mundo a partir da década de 1970, a governamentalidade não se expressa apenas na definição e proteção dos limites territoriais, de leis e demais de normas de conduta. É mais do que isso. Nos termos de Dardot e Laval (2016, p. 26), é possível se falar de uma sociedade neoliberal “em gestação”, que não se resume a uma *política* neoliberal ou a uma *economia* neoliberal, configura uma figura singular de capitalismo. Na realidade, essa sociedade neoliberal já está em vigor há tempos. Nessa acepção, em oposição às ideias marxistas, o neoliberalismo não seria uma resposta à crise do processo de acumulação das décadas de 1960-1970, mas uma crise de governamentalidade (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 26). Ademais, Foucault

compreendeu, contra o economicismo, que não se podem isolar as lutas dos trabalhadores das lutas das mulheres, dos estudantes, dos artistas e dos doentes, e pressentiu que a reformulação dos modos de governo dos indivíduos nos diversos setores da sociedade e as respostas dadas às lutas sociais e culturais estavam encontrando, com o neoliberalismo, uma possível coerência teórica e prática. Interessando-se de perto pela história do governo liberal, ele mostra que aquilo que chamamos desde o século XVIII de “economia” está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a “biopolítica”) que vão encontrar o neoliberalismo uma sistematização inédita (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 26).

A partir dessa reflexão acerca da governamentalidade, evidencia-se que a economia política, acoplada às técnicas de governo, passou a se ocupar da vida das pessoas, se valendo dos conhecimentos produzidos no âmbito da população. Em outros termos, assim como para um Estado religioso interessava saber em que proporção o seus discursos metafísico-religiosos estavam sendo internalizados pelos indivíduos, à economia política interessa que as leis e valores do econômico sejam incorporados pelos indivíduos, que serão guiados, governados, por um governo que atuará de dentro e de fora de seus corpos. Não é preciso o governo dizer a todo o momento que é preciso trabalhar, consumir, seguir as leis, não matar, não roubar, não jogar lixo no chão. Para os fins, punitivos e educativos, as prisões e as escolas, respectivamente, estão de prontidão. Se se quer gerir os negócios da burguesia essa tarefa será facilitada se os próprios indivíduos internalizarem as

regras e valores do modo de produção. Cada indivíduo passa a ser responsável único por seus atos e passa a ter que controlar e a adaptar suas condutas ao máximo àquilo que as normas econômicas determinam. Não se questiona com veemência a existência do valor e si, mas se questiona a falta de dinheiro. Nesse sentido, o sujeito produzido pela governamentalidade, o *homo oeconomicus* se fortalece com o neoliberalismo, como “a interface do governo e do indivíduo”, como “aquele que aceita a realidade”, “o *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 346, 368 e 369). O *homo oeconomicus* é o produto da governamentalidade neoliberal. Esse indivíduo está disposto a se adaptar às exigências da economia, tida por ele como uma “*aleurgia*” (FOUCAULT, 2009 [1979-1980], p. 12), uma verdade universal, pois se põe diante do mercado de forma fetichizada com o pensamento internalizado de que em caso de qualquer insucesso a culpa é exclusivamente dele.

2.5.3 Onde está o futuro prometido? Já foi adiantado em troca de juros.

[...] boa parte da culpa por nossa miséria vem do que é chamado de nossa civilização; seríamos bem mais felizes se a abandonássemos e retrocedêssemos a condições primitivas. [...] como quer que se defina o conceito de civilização — que tudo aquilo com que nos protegemos da ameaça das fontes do sofrer é parte da civilização (FREUD, 2010 [1930], p. 31).

A citação de Sigmund Freud acerca da noção de “civilização” se faz apropriada para o início dessa discussão, em vista do momento particular que atravessamos, no qual a crise do capital frustra as expectativas de milhares de pessoas. O “mal-estar” no processo civilizatório está relacionado diretamente aos “sacrifícios” que os indivíduos com suas vontades intrínsecas precisam fazer em prol de algo que lhes é exterior, ou seja, a vontade da sociedade (FREUD, 2010 [1930]). A relação que se estabelece entre a perspectiva freudiana e a nossa discussão acerca das crises é o fato de a economia política representar uma imposição da sociedade capitalista aos indivíduos, mas que foi aceita como forma principal de sociabilidade por conta das promessas de um futuro próspero a partir da reprodução do capital. A perspectiva de Freud acerca do processo de civilização não a restringe à economia política, há diversos elementos que constituem o processo civilizatório, mas, de modo geral, o autor o associa às dificuldades de se alcançar a sensação de

felicidade (FREUD, 2010 [1930], p.33-41). Ora, no momento histórico em que vivemos, no qual a maioria absoluta das pessoas não detém os meios de produção de sua própria vida, as preocupações com o econômico têm sido uma das grandes fontes de sofrimentos dos indivíduos. Tudo passa pelo trabalho, ou pelos lucros, tudo passa pelo mercado e pela economia.

Em tempos nos quais as políticas de cunho neoliberal tornaram-se mais incisivas, o mundo assiste à recusa por parte das elites de quaisquer novas formas de pactos sociais entre as classes⁴³, em decorrência do processo de implantação, a ferro e fogo, em escala global, da modalidade contemporânea do capitalismo chamada neoliberalismo. Em tempos de incertezas e desilusões da escala planetária à local, as percepções acerca do “futuro” passaram a ser regadas pela incerteza. Abriu-se um horizonte de “expectativas decrescentes” em meados da década de 1970 (ARANTES, 2014, p.44). Esse momento marcou o fim das grandes expectativas iniciadas com a revolução francesa, quando o “tempo” europeu foi exportado para todo o mundo e submeteu as diversas temporalidades a uma espécie de “tempo do mundo”, calcado na noção de um modelo de progresso a ser seguido e alcançado (ARANTES, 2014, p.30). Nesse contexto de incertezas em que se vive, “o novo tempo do mundo”, é “um estado de perpétua emergência”,

quer dizer também que o seu prazo de validade se encerrou, mas, de modo algum, que aquele horizonte de expectativas tenha desaparecido do cenário, pelo contrário: anulando a distância histórica que o separava da experiência retida – não custa insistir, o futuro inexperimentável, irreconhecível como tal, infiltrou-se inteiramente no presente, prolongando-o indefinidamente como uma necessidade tão mais necessária por coincidir com um futuro que em princípio já chegou (ARANTES, 2014, p.77).

Na impossibilidade de o capitalismo, repleto de contradições, entregar o futuro prometido, acalma-se as massas famintas por dinheiro e por “desenvolvimento”, fazendo com que a culpa pelo “atraso” recaia sobre classes sociais, indivíduos, gêneros, raças, grupos religiosos, partidos políticos, empresas etc. O essencial é encoberto, a crise é algo imanente ao processo de reprodução do capital. Nesse imbróglio, as estratégias de mitigação da crise a partir da produção

⁴³ Um estudo interessante, que resgata, em seus primeiros capítulos, o que representou essa espécie de pacto entre as classes no princípio do século XX foi escrito por Alain Bihl, intitulado “Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise” (1999).

capitalista do espaço podem se passar por uma “inofensiva” renovação urbana, por uma nova lei promulgada, ou por uma sangrenta guerra entre nações, entretanto, não deixa de carregar consigo a necessidade de adequação aos anseios por um presente que seja carregado de futuro e que viabilize a reprodução dessa forma de sociabilidade. Nos termos de Paulo Arantes, podemos pensar que tal situação é a expressão do “tempo do mundo” tornado uma espécie de parâmetro de comparação entre o moderno e o atrasado. Desta feita, a economia política, velada, atua nessas situações, e tem como sustentação discursos e práticas desenvolvimentistas e modernizantes e se concretiza nas ações dos agentes econômicos, do Estado, das empresas e dos próprios indivíduos. As expectativas decrescentes apontadas por Arantes estão diretamente ligadas à crise do processo de acumulação. À vista da emergência desses novos tempos, tornou-se necessário a reflexão acerca da barbárie de nosso tempo-espaço decorrente desse cenário de desesperança.

Com a ascensão do capital fictício ao centro da reprodução capitalista, se vive o desespero de um presente que nunca acaba. O problema econômico e social do mundo de hoje não é mais a falta de mercadorias para suprir as necessidades dos mais sete bilhões de habitantes do planeta terra, muito antes pelo contrário. Há mercadorias de sobra, porém, tendencialmente como menos de sua substância que as dão um sentido social, o trabalho. No limite, a precarização do trabalho e o aparecimento de massas sobrantes de trabalhadores levam as pessoas ao desespero e elas se agarram ao pouco que possuem ou choram por terem perdido o pouco que tinham, dando uma guinada a um conservadorismo que chega ao extremismo.

Toda a desesperança e desconfiança diante de um futuro incerto se desdobram, até mesmo, em flertes perigosos com ideias fascistas proferidas com uma naturalidade assustadora, sempre com soluções fáceis para problemas complexos. Mostras de desumanidade tendem a aflorar em tempos incertos. Umberto Eco, que viu de perto os horrores do fascismo italiano, adverte que “o Ur-fascismo⁴⁴ está ao nosso redor, às vezes em trajes civis” (ECO, 2018, p.60). O fascismo, conforme Eco (2018, p.32), é uma colagem de posições políticas e filosóficas, em muitos casos, contraditórias entre si, que tendem a ser agrupadas

⁴⁴ Ou fascismo eterno.

oportunamente em prol de uma dominação totalitária das narrativas e ações apoiada por extratos da sociedade que se servem dela. Ademais, “sua força se baseia na debilidade das massas, tão fracas, que têm necessidade e merecem um ‘ditador’” (ECO, 2018, p. 53).

Traçando um paralelo com o “impulso à liberdade” proposto por Freud, as vontades individuais tendem a sucumbir às vontades da maioria, impostas com “força bruta” como um “direito”, assim, quando se sentem injustiçados, os indivíduos podem se revoltar contra a civilização, propondo transformações compatíveis com a civilização ou podem ir contra a ela (FREUD, 2010 [1930], p. 38-39). Mesmo a democracia, as leis, os direitos humanos, o capital, o valor, o dinheiro, estão sempre sujeitos a serem contestados, negados juntamente à negação da própria civilização. A opção voluntária por um ditador pode estar associada à crise imanente do processo civilizatório capitalista, que é a reprodução do capital, em que uma crise econômica é a maior expressão. Os ditadores construirão seu discurso para se por como uma solução rápida e fácil para a crise desse processo civilizatório, custe o que custar. No entanto soluções como o fascismo, o nazismo ou mesmo o socialismo real não negaram as bases desse processo civilizatório em marcha a cargo do capital, apenas criaram formas particulares e sangrentas para levá-lo a cabo a ferro e fogo. O discurso dos ditadores é construído para se associar a esse “impulso de liberdade” dos indivíduos, mas, na realidade, coloca as individualidades em uma prisão com muros ainda mais altos.

Com o nazismo chegando ao poder na Alemanha, Hitler promulgou o “*decreto a proteção do povo e do Estado*”, que, justamente, suspendia os artigos da constituição de Weimar relativos às liberdades individuais, tendo esse decreto sido válido por todo o seu tempo no governo (AGAMBEN, 2004, p. 12). Para Agamben (2004, p. 12), do ponto de vista jurídico, o Terceiro Reich, foi, por tanto, um estado de exceção que durou doze anos. Entretanto, o estado de exceção tornou-se permanente e estamos sempre às voltas com o seu reaparecimento, aqui ou ali, sempre que crises surgem no horizonte e ameaçam a ordem.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um

estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. [...] O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Étienne De La Boétie escreveu o livro “*O discurso sobre a servidão voluntária*”, em 1576, questionando-se acerca dos motivos que levam as massas aceitarem servir, voluntariamente, a tiranos e descobriu que a adesão a esses discursos e práticas totalitárias sempre começam por aqueles a quem a tirania é vantajosa (LA BOÉTIE, 2017 [1576], p.70), cuja função é serem porta-vozes e garotos-propaganda dessas ideias junto aos seus apoiadores, tornando-as naturalizadas no cotidiano. Vociferadas com naturalidade por grupos de pessoas, tais ideais podem ganhar adesão rápida das massas famintas, pois “o primeiro motivo por trás da servidão voluntária é o costume” (LA BOÉTIE, 2017 [1576], p.49).

Em tempos em que a crise imanente ao capital aflora, a impossibilidade de solução da crise torna mais fácil a colocação da culpa em grupos e indivíduos pela tragédia da economia de mercado. Em meio a um mar de ideologias encobre-se a crise imante pela perda da substância do capital, fruto da expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, e se tenta gerir a barbárie à medida que ela aflora e sai de certos patamares controláveis.

Nascidos em um mundo em que tudo pode ser trocado pelo dinheiro, expressão do valor, tende-se à naturalização das relações mediatizadas pela mercadoria, levando a algo como uma aceitação dessa forma latente de escravização e à condenação daqueles que supostamente impedem o funcionamento dos mercados. Os fascistas, então, se aproveitam desses momentos críticos na reprodução da forma valor evidenciados pela crise, pois trabalhadores e patrões perceberem sua relação a partir do fetiche do capital e possuem uma relação de dependência do sujeito automático, cujas leis independem das vontades individuais (KURZ, 2000).

Em face à impossibilidade de solução da crise, oportunistas de prontidão ganham tempo atribuindo responsabilidades a esse ou aquele grupo ou indivíduo, o que costuma levar ao ódio por parte de quem sente na pele os efeitos nefastos da recessão. Algo similar se viu no antissemitismo levado a cabo pelo Nazismo alemão, cujo discurso incitava o ódio e a eliminação dos judeus como se seus costumes e

suas características culturais estivessem travando a economia. Diante da crise, capital e trabalho, em ruínas, acirram os confrontos entre si, porque são obrigados a seguir o mesmo sistema de referência, a valorização do valor. Os trabalhadores têm que vender a sua força de trabalho em troca de salários e os capitalistas precisam aumentar a sua produtividade de acordo com os imperativos do processo concorrencial.

A crise é algo em abstrato que se concretiza e alcança a realidade concreta independentemente das vontades dos indivíduos, que se arrogam os promotores do desenvolvimento. Kurz (2000, p.4) trata da ideia de sujeito automático para designar o automatismo da forma valor e suas leis imanentes, que exerce uma dominação abstrata para além da dominação empírica, dos indivíduos sobre os outros. Temos em Kurz, portanto, uma leitura particular dos textos de Marx e da crise, que nos ajudam a compreender uma face importante desse processo; o caráter “autônomo” que o valor, uma relação social, assume em uma sociabilidade fetichista. O autor adverte que há dominação interna e externa aos sujeitos que coincidem no plano da consciência, formas de dominação fenomênicas como o “poder militar e policial”, “opressão racial e sexual”, “autoviolação”, “auto-opressão”, são determinadas por uma consciência fetichista que forma uma rede de poder sobre a sociedade (KURZ, 2000, p.67-68).

Conforme Kurz (2000, p.68-69), “o sistema produtor de mercadorias ingressa hoje em seu estágio maduro de crise” pelo agravamento da autocontradição presente na própria constituição do fetiche, porém, cristaliza-se como uma autorepressão dos indivíduos. No limite, os patrões não demitem seus trabalhadores por maldade pura e simplesmente, mas por não terem escolha diante da pressão exercida pela concorrência. Há em cada capitalista individual, ao internalizar a economia política como um legítimo *homo oeconomicus*, a busca solitária pela reprodução do seu capital e todos estão em confronto com uma crise de valorização que foge aos controles individuais. Em vista disso, os acontecimentos que são presenciados cotidianamente, ou que nos chegam relatados pelos meios de comunicação, evidenciam indícios da crise do capitalismo em marcha, assim como as tentativas violentas de mantê-lo de pé. Nesse contexto, o *homo oeconomicus* vive o fetiche e sente na pele a sua bancarrota.

A perda de direitos por parte dos trabalhadores reflete um momento em que o chamado neoliberalismo manifesta um regime de acumulação e um modo de operação do Estado mais severo para o trabalho. Mesmo que representem acordos entre capital e trabalho em favor da estabilidade social em tempos de agitação política, tais direitos são os resultados de lutas históricas e são, de fato, conquistas coletivas do trabalho diante do capital. Dardot e Laval (2016, p.30-32) entendem o neoliberalismo como “um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais”, que atua expandindo o mercado e suas leis não somente em escala global. O neoliberalismo faz os indivíduos internalizarem o mercado e este se torna o princípio do governo dos homens e do governo de si, “lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.34). Embora a perspectiva dos autores seja distinta da linha adotada nessa tese, essa fala evidencia o neoliberalismo como um instrumento para o “combate” violento à crise imanente do capital nessa fase do processo histórico do capitalismo. Os autores contribuem para o entendimento do modo como o espaço é forjado para a acumulação na contemporaneidade. A reflexão crítica que proponho vai além de uma crítica ao neoliberalismo, pois este não é o epicentro do modo de produção, propõe-se, em vez disso, uma análise crítica às leis do capital e ao seu espaço.

2.6 Considerações

O presente capítulo mostrou como o capital não resolve suas crises, apenas cria mecanismos para mitigá-las e/ou postergá-las. A passagem pelos distintos regimes de acumulação e de regulação permitiu que se mostrasse como o capital precisa lidar com os limites impostos pela sua própria lógica para se reproduzir. A crise imanente, a dessubstancialização do próprio capital, mostrou-se presente em todas as crises, mas, a partir da financeirização da economia na década de 1970, passamos a viver em uma maximização desse descolamento entre o dinheiro e a sua substância, o trabalho. Como desdobramento das crises e da financeirização de tudo, os ajustes espaciais tornaram-se estruturais para se empurrar as crises para outras partes do espaço sem tampouco resolvê-las. Os ajustes espaciais, na

realidade, ampliam as crises ao levá-las às partes mais remotas do planeta. Em face das crises, as subjetividades moldadas por uma racionalidade econômica podem revelar o extremo da barbárie e do fetichismo do capital, considerando passar por cima de tudo e de todos que se colocarem como entraves ao bom funcionamento do mercado.

PARTE II – A DESMEDIDA DO E NO ESPAÇO

CAPÍTULO 3 – A INSCRIÇÃO DO ESPAÇO NA CRISA DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL: URBANIZAÇÃO COMO CAUSA CONTRARIANTE?

3.1 Introdução

Esse presente capítulo analisa os mecanismos por meio dos quais o espaço é inscrito na reprodução do capital como “resposta” à crise. Discute-se os modos como a crise imanente do capital e o fetichismo, apresentados nos capítulos anteriores, alcançam o espaço socialmente produzido. Nesse imbróglio a urbanização passa a representar uma forma encontrada de se empregar produtivamente os capitais com dificuldades de emprego produtivo. Como a terra não é fruto do trabalho, não possui valor, apenas entra no complexo processo de distribuição do mais-valor. Por isso, o espaço socialmente produzido entra na reprodução do capital fragmentado como propriedade privada e desejado por viabilizar as rendas da terra aos proprietários. Aqui está o fetiche adentrando o espaço e sua produção, pois há a representação de que a terra gera renda, como se produzisse valor. Entrando, há um limite estrutural nesse processo que inicialmente “ameniza” as crises pela alocação da mais-valia em investimentos imobiliários que geram rendas fundiárias. A crise estrutural do processo de reprodução do capital emperra novamente esse processo e recorre-se ao capital fictício, gerando grandes bolhas de trabalhos futuros que não é certo que se realizem nos patamares de valorização projetados no presente.

A crise gera o seu espaço, que é apreendido nas contradições do e no espaço. Os ajustes espaciais representam o aumento da própria crise. A forma fenomênica assumida por esse fenômeno urbano atual é o que Soja (2008 [2000]) chamou de “*postmetropolis*”, caracterizada pelo transbordamento da urbanização para além da cidade, uma urbanização em escala regional. A mudança do estudo das coisas no espaço para o estudo da produção do espaço permite que se chegue às contradições da propriedade privada dos meios de produção e ao caráter social das forças produtivas, evitando, assim, o fetichismo da análise das coisas em isolamento no espaço (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 90). A partir dessa acepção, a produção do espaço no capitalismo, especialmente na e pela urbanização, é uma necessidade para a reprodução do capital e uma reação à crise imanente, que, de

tempos em tempos, apenas empurra a recessão para outros lugares. A urbanização, nesse contexto, acaba sendo usada como uma causa contrariante por cumprir um papel crítico na formação de crises e em sua mitigação momentânea (HARVEY, 2019, p. 21; HARVEY, 1982).

Desse modo, as formas como a urbanização se processa mostram de modo cristalino, não somente a desigualdade na distribuição do mais-valor e os seus desdobramentos possíveis na esfera da política, mas também a crise da substância do capital e a suas barreiras à reprodução ampliada. Não há fetiche maior do que uma cidade anticidadã e entregue ao rentismo. Em vista disso, a crise e o fetiche do capital se concretizam na urbanização pelo fato da expulsão dos trabalhadores do processo produtivo e/ou sua precarização pelos baixos salários se somarem ao fato de o morar na cidade ser algo caro e fortemente inserido no processo de reprodução dos capitais. Por outro lado, porções estratégicas do espaço urbano são reestruturadas e bem equipadas para reproduzir essas categorias do capital e abrandar sua crise. No entanto, a crise se amplia e não se resolve.

3.2 O espaço no capitalismo e a urbanização

A produção do espaço, em si, não é nova. [...] O novo é a produção global e total do espaço social. [...] O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço [...] A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 143).

As reorganizações no mundo do trabalho que desvalorizam as mercadorias e degradam a força de trabalho aparecem no espaço e reagem sobre ele de forma decisiva. Propõem-se, nesse momento da tese, discussões acerca de aspectos mais gerais do modo de produção capitalista, sua existência abstrata e o seu caráter fetichista, entendendo, porém, a concretização de suas categorias fundantes e fundamentais no contexto da produção capitalista do espaço. Em outras palavras, busca-se refletir acerca da inscrição do espaço no processo de produção e circulação das mercadorias, dado que, para além de um palco onde essas relações sociais acontecem, o espaço também passou a ser vendido em pedaços e passou a

auferir rendas fundiárias aos proprietários. Ademais, a própria economia política, sempre às voltas com a necessidade de promoção do crescimento econômico, entrou em crise juntamente com o processo de acumulação e teve que se transformar em economia política do espaço.

O espaço foi por muito tempo relegado à condição secundária nas análises dentro da teoria social crítica (SOJA, 1993)⁴⁵. Considerado neutro, vazio e dominado pelas interpretações de cunho positivista, havia a necessidade de trazê-lo para dentro das tramas reprodutivas das sociedades. Tal exclusão do espaço se dava muito em função de uma ortodoxia infundada na interpretação dos escritos de Marx. Perdia-se assim o *timing* do movimento da realidade, estancando o pensamento na defesa de conceitos enrijecidos, que Marx mesmo não os havia concebido tão duros. Não foi por acaso que Henri Lefebvre se pôs como um crítico do *estruturalismo* que reinava nas ciências sociais naquela época, década de 1960-70, entendendo-o como uma ideologia que enrijece o pensamento em nome de um pretenso rigor científico produto de sistemas fechados (LEFEBVRE, 2000 [1971], p. 23-24).

No que se refere ao espaço as coisas não eram diferentes. Havia a ideia errônea de que o espaço não seria político, nem mesmo social, assim, caberia ao domínio da lógica formal estudá-lo. Pela perspectiva kantiana o espaço era algo *a priori*, um vazio social, diversos espaços surgiam em diversos campos do saber, como na matemática, na semiologia e na linguística, mas ainda distantes das práticas espaciais (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 2-7). Pelo fato de a concepção predominante tratar o espaço apenas como uma dimensão empírica, o tempo foi alçado aos holofotes nas ciências sociais, enquanto o espaço estava restrito a análises que seguiam a lógica formal.

O espaço é, simultaneamente, concebido, percebido e vivido (LEFEBVRE, 1991 [1974]). Sendo assim, o estudo do espaço e de sua produção requer que se compreenda em que medida essa prática se conecta dialeticamente com outras dimensões, especialmente, com as representações do espaço (concebido), da técnica, dos urbanistas e planejadores do espaço e os espaços de representação (vivido), o espaço da imaginação, dos símbolos, dos habitantes e

⁴⁵ Nos três primeiros capítulos de seu livro, "Geografias pós-modernas" (1993), Soja faz um interessante percurso do processo de conhecimento da importância do espaço dentro da teoria social crítica.

usuários do espaço (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 38-39). De acordo com Carlos (2001, p. 11), “ao produzir sua existência, a sociedade produz, continuamente, o espaço”. O espaço enquanto um conceito possui sua faceta abstrata, mas adquire concretude por ser o lugar de realização da vida humana e sua configuração varia no tempo e no espaço (CARLOS, 2001, p. 11). Nesse sentido,

a prática espacial de uma sociedade expeli o espaço daquela sociedade; ela propõe e pressupõe, em uma interação dialética; ela o produz devagar e seguramente o domina e dele se apropria. Do ponto de vista analítico, a prática espacial de uma sociedade é revelada decifrando o seu espaço⁴⁶ (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 38, tradução própria).

A grande contradição da produção capitalista do espaço é o fato de as representações do espaço serem impostas como “autônomas” em relação às demais dimensões, dominando-as. Inserido nas tramas reprodutivas do processo de valorização dos capitais em crise, a produção do espaço passou a ser direcionada para as necessidades sempre ampliadas de acumulação. O modo como esse fetiche adentra o espaço advém das tentativas de reprodução dos espaços de representação e das práticas espaciais nos moldes definidos por uma representação previamente estabelecida a serviço do poder político-econômico.

O espaço que resulta dessa relação de dominação, presente no capitalismo contemporâneo, reflete a concretização de abstrações sob a forma de representações do espaço e a própria bancarrota da produção do valor. Desta feita, o *espaço abstrato* (LEFEBVRE, 1991 [1974]), por estar atrelado à reprodução dos capitais, é a concretização do próprio fetiche, pois sua produção atende à reprodução das coisas. Ademais, a tendência do capital em explorar o mercado mundial permite a exploração das diferenças inter-regionais para explorar os lucros das trocas desiguais e aos trabalhadores resta se deslocar para as áreas com padrão de vida mais elevado (HARVEY, 1982, p. 416-417). A “organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma valor”, sendo o “desenvolvimento geográfico desigual” um desdobramento da grande mobilidade

⁴⁶ The spatial practice of a society secretes that society's space; it propounds and presupposes it, in a dialectical interaction; it produces it slowly and surely as it masters and appropriates it. From the analytic standpoint, the spatial practice of a society is revealed through the deciphering of its space (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 38).

dos capitais em busca de áreas mais pujantes, gerando superacumulação em determinadas porções do espaço e desvalorização em outras (HARVEY, 1982, p. 417).

A contradição principal resultante da produção do espaço no capitalismo é a sua inscrição no processo de trocas mercantis na forma de mercadoria, que ocorre mediante a ação do Estado e dos diversos capitais. O espaço e sua produção foram, então, inseridos dentro da crise imanente ao modo de produção capitalista. A centralidade da *problemática do espaço* se deve ao fato de as forças de produtivas terem crescido a tal ponto que, na contemporaneidade, os grandes capitais podem intervir em todos os níveis do espaço: local, regional, global, enfim, em todo o espaço (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 90). Desse modo, o estudo da produção das coisas no espaço deve passar para a produção do próprio espaço (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 90), pois, assim como as relações de produção, as contradições e crises também saltaram para fora dos muros da fábrica. A necessidade de diálogo entre a concepção da “reprodutibilidade das coisas no espaço” para a “reprodutibilidade do próprio espaço” é justificável pelo fato de o espaço ter sido fragmentado segundo as exigências da divisão do trabalho, recortado e vendido em parcelas, privatizado (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 288). As representações do espaço atuam aí omitindo o caráter homogêneo-fraturado do espaço social. Em vista disso, não podem ser compreendidas as contradições do / no espaço sem que se compreenda o movimento dialético da totalidade. É necessária a conexão dos pedaços desse espaço quebrado, global e fraturado com a totalidade em movimento.

Há nesse espaço instrumental a prevalência de imagens e de signos que têm a função de propagar uma ilusão, uma falsa transparência. Acredita-se que se está decifrando corretamente as práticas espaciais, mas, a leitura que se está a fazer é prejudicada por ideologias e representações que escurecem a visão e o pensamento. Essas ideologias e representações se situam ao redor do existente, entre a sombra e a luz, entre o concebido (abstrato) e o percebido (o legível e visível), entre o real e o irreal, entre o vivido e o pensamento e entre a vida e a morte (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 25). Em uma análise dialética não se deve isolar diferentes espaços em uma linha do tempo. Tudo o que se descobre pelo estudo

das práticas sociais e espaciais de uma sociedade precisa se relacionar dialeticamente com a totalidade.

Apesar de sua tendência à homogeneização, o espaço tecido pelo Estado e pelo capital não é homogêneo (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 287). Ele é fraturado pelos resíduos deixados pela impossibilidade de o espaço abstrato, o espaço da reprodução do capital, abarcar tudo. As crises do capital mostram suas contradições internas e o espaço revela as fraturas exteriores ao capital, que não podem ser absorvidas. Nesse sentido, as análises têm que dar conta das contradições no espaço, se quiserem, minimamente, “revelar os conflitos internos daquilo que parecia homogêneo e coerente” resgatando elementos que fogem às representações do espaço preestabelecidas.

Um dos mais profundos conflitos imanentes ao espaço é que esse espaço como atualmente experienciado proíbe a expressão dos conflitos. Para os conflitos serem interpretados, eles primeiro devem ser percebidos, sem cair nas representações do espaço, tal como ele é geralmente concebido. Uma *teoria* é, então, necessária, uma que possa transcender os espaços de representação, por um lado, e as representações do espaço por outro, e que seja propriamente capaz de articular as contradições (em primeiro lugar, entre os dois aspectos da representação). Contradições sociopolíticas são realizadas espacialmente. As contradições do espaço tornam, assim, as contradições das relações sociais operativas. Dito de outra maneira, as contradições do espaço “exprimem” os conflitos entre interesses e forças sociopolíticas; é somente no espaço que tais conflitos efetivamente entram no jogo, e ao fazê-lo eles se tornam contradições do espaço⁴⁷ (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 365).

O espaço, assim como a sua produção e reprodução, é parte do processo de humanização dos homens e não se resume a um modo de produção específico. O espaço é resultado de uma prática espacial decorrente das interações humanas entre si e com a natureza. A contradição que se põe, então, é a produção do espaço como mercadoria a cargo de uma classe específica. Pode-se dizer, então, que

⁴⁷ One of the deepest conflicts immanent to space is that space as actually 'experienced' prohibits the expression of conflicts. For conflicts to be voiced, they must first be perceived, and this without subscribing to representations of space as generally conceived. A *theory* is therefore called for, one which would transcend representational space on the one hand and representations of space on the other, and which would be able properly to articulate contradictions (and in the first place the contradiction between these two aspects of representation). Socio-political contradictions are realized spatially. The contradictions of space thus make the contradictions of social relations operative. In other words, spatial contradictions 'express' conflicts between socio-political interests and forces; it is only *in* space that such conflicts come effectively into play, and in so doing they become contradictions of space (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 365).

não se trata mais de uma aplicação ao espaço geográfico, ou geométrico, meio vazio, de modelos econômicos abstratos fundados na produção de coisas, de mercadorias, de bens de consumo. A economia política torna-se economia política do espaço. O que isso quer dizer? De início, a mobilização do solo, do espaço, enquanto outrora se falava da riqueza “imobiliária”. O mercado de habitação se generaliza. O espaço, quer dizer, o volume, é tratado de forma a torná-lo homogêneo, suas partes comparáveis, portanto, cambiáveis. A construção deixa de ser um ramo industrial secundário, um setor subordinado da economia. Ela torna-se um setor primordial. Ela não desempenha apenas o papel de *feedback*, de equilíbrio, de retomada, mas um papel estimulante na economia capitalista atual; torna-se um ramo essencial da produção (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 138).

Ao ser inscrito no processo de reprodução do capital como uma condição, para viabilizar essa reprodução, e como uma mercadoria, o espaço passou a expressar em si as crises e as contradições próprias do mundo das mercadorias (MARTINS, 1999, p. 24). O espaço socialmente produzido revela as tramas reprodutivas do capital por ser também “uma força produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução produção” (MARTINS, 1999, p. 25). Sendo assim, inscrito no processo de produção e de circulação como uma mercadoria, o espaço entra no processo concorrencial, está sujeito a desvalorizações, adquire um preço, sua aquisição se dá pela compra, enfim, passa a reagir aos efeitos do cenário socioeconômico. Nesse sentido, entender a proliferação das ocupações urbanas no Brasil, por exemplo, demanda, mais do que a constatação de que essas pessoas não têm onde morar porque não souberam gerir corretamente as suas rendas, conforme a teoria do *homo oeconomicus*⁴⁸ poderia enfatizar. A culpa não é do indivíduo que não controla corretamente seus rendimentos. Deve-se compreender que o acesso ao espaço como mercadoria se dá pela compra, o que submete o morar às crises decorrentes do processo produtivo de habitações. Por outro lado, a crise que retira o trabalho vivo do processo produtivo também se reverbera na impossibilidade do acesso formal ao espaço, mesmo que seja mediante o pagamento de aluguéis a um rentista, por exemplo.

As próprias contradições do capital no espaço levaram Lefebvre pensar o *dever* com os conceitos de *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2001 [1968]), *urbano*

⁴⁸ Nos termos de Foucault (2008 [1978-1979], p. 365-424).

(LEFEBVRE, 1999 [1970]) e *espaço diferencial* (LEFEBVRE, 1991 [1974]), pois as questões que envolvem o espaço e a cidade como obra e como produto não estão superadas na contemporaneidade e manifestam-se nos conflitos oriundos das contradições imanentes à própria lógica da acumulação que rege as práticas sociais. Embora marcado pela força do poderio econômico e político de uma classe, o espaço não se restringe a ela e o pensamento acerca do espaço precisa estar aberto ao novo, no qual o urbano é um objeto teórico em ato e em potencial e, sobretudo, está em disputa (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 111-112). Um exemplo dessa perspectiva aberta ao novo e ao não instituído na obra de Lefebvre está na ideia do “direito à cidade”, que, apesar de já ter sido incorporado pelo discurso oficial do urbanismo estatal, não foi pensado originalmente como uma proposição reformista. É um “direito” para além do direito formal e positivo, é um direito conquistado com a realização no plano da práxis da utopia concreta, é o “direito à vida urbana”. É uma espécie de direito consuetudinário baseado na noção de que as cidades são obras de arte produzidas para satisfazer as suas necessidades humanas de criação de obras, de símbolos, do lúdico (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 105). No entanto, Tonucci Filho (2015, p. 228) ressalta que no fim de sua vida Lefebvre mostrava certa melancolia quanto ao *urbano* como alternativa, pois a própria extensão da urbanização trata de degradar e deteriorar as relações sociais.

Colocado como apenas mais um dos elementos componentes do capital, na condição de capital variável, do trabalho foi retirada a centralidade dentro do processo produtivo. Tal situação se manifesta no momento da circulação do valor pelo espaço. O processo de segregação urbana é a materialização dessa posição de exploração do trabalho, visível no momento da circulação, da distribuição do mais-valor. Nesse sentido, a concretização da “sociedade urbana” como uma utopia concreta precisa da atuação efetiva da classe trabalhadora, embora não seja restrita a ela (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 113). Esse projeto político aberto ao não instituído passa pelo desvanecimento do Estado com a “superação da tecnoburocracia pela autogestão generalizada” (TONUCCI FILHO, 2015, p. 228). Não seria, portanto, uma questão de se estabelecer uma ditadura do proletariado, mas uma sociedade sem a necessidade de um Estado. A perspectiva da necessidade do desvanecimento do Estado também foi mostrada por Pogrebinski em seu completo estudo acerca da obra de Marx. A autora mostra que para esse

autor a “verdadeira democracia” não passa pelo Estado sob o domínio de uma classe qualquer, mas pelo seu desvanecimento, assim como das categorias e relações de produção atreladas ao valor (POGREBINSCHI, 2009, p. 208). Para Abensour (1997, p. 79), a democracia em Marx é aquela centrada na emancipação do homem enquanto ser genérico, por intermédio da ação política que lhe é própria, e não na emancipação das coisas. A verdadeira democracia, portanto, não está inscrita no Estado, precisa nascer da ação política que se põe contra a existência do Estado (ABENSOUR, 1997, p. 79).

O espaço, portanto, deve ser compreendido para além de suas propriedades físicas, pois há que se perceber o seu caráter dialético. Ao discutir o espaço e a sua produção, se pode evidenciar a crise que, às vezes se esconde atrás de números positivos nos balanços econômicos dos países e empresas. Uma observação simples do espaço de uma grande metrópole pode dizer muito dos modos como a crise imanente se manifesta. A situação de grande parte classe trabalhadora contrasta com os condomínios fechados de alto luxo, mostrando a necessidade de determinado grupo de pessoas com renda mais elevada se esconder dentro de muros altíssimos, apartados do restante das pessoas. Ora, não é tão trivial essa lógica, há o espaço como mediação, seu preço, as rendas da terra, suas vantagens locacionais, os signos da natureza usados como atrativos para as vendas dos produtos imobiliários, a produção de um cotidiano, as ideologias, a atenção que se dá ao status social de se viver em um condomínio de alto luxo.

Nesse contexto no qual a urbanização assume uma abrangência planetária e o urbano, enquanto possibilidade, estaria em vias de desaparecimento, as cidades tornam-se não-cidades, museus a céu aberto (LEFEBVRE, 2014 [1989]). A figura do urbanista surge na linha de frente da atuação do Estado no espaço, mesmo que desconhecendo sua posição dentro das relações de produção, produzindo-o, instrumentalizando-o (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 142). Diante disso, Martins (2000, p. 43) rejeita abordagens que caracterizam a atuação do urbanismo como algo que preze pela neutralidade técnica e científica.

Penso, porém, que o mais interessante é o enfoque que toma o urbanismo como saber político, correspondendo a uma práxis que, ao longo da urbanização nascida da industrialização, se cristaliza no contexto da formação de necessidades cuja solução demandava transformações substanciais nas sociedades que vinham experimentando os imperativos da

reprodução capitalista da riqueza, mas que só é levado a cabo com efeito quando a realização desta última passa a requerer a atuação crescente e constante do Estado na sociedade civil. A partir daí, o urbanismo, que desafortada e cinicamente autoproclamar-se-á libertário, vai aparecer com pretensões a dominar a realidade e a prática urbana submetendo-as à sua ordem. Ou melhor, à ordem que lhe é permitido e designado estipular e guarnecer (MARTINS, 2000, p. 43-44).

No tocante ao tratamento do espaço de forma instrumental, pode-se dizer que a prática do urbanismo está inscrita no que Lefebvre (2012 [1976], p. 141) denomina “modo de produção estatal”, em que o Estado foi alçado à escala global e passou a tomar para si a responsabilidade de controle do crescimento econômico em escala nacional, que até então era um processo espontâneo e cego. De acordo com Lefebvre (2012 [1976], p. 141), o Estado moderno se generalizou, de fato, por volta da década de 1960. Muito embora a sua generalização tenha ocorrido por volta da década de 1960, casos práticos acerca da atuação do Estado podem ser ilustrados por meio das ações de figuras como George-Eugène, barão de Haussmann, prefeito de Paris de 1853 a 1870, e de Robert Moses, à frente do planejamento urbano de Nova York por mais de trinta anos. Ambos representaram momentos cruciais para o nosso entendimento do modo como o urbanismo em sua faceta mais exacerbada se mostrou um saber a serviço do Estado, ao realizar obras diversas na cidade visando o controle social e a capitalização das rendas fundiárias urbanas, assim como a adequação dos espaços urbanos à circulação das mercadorias produzidas.

Ao analisar o caso das intervenções no espaço de Paris sob o comando de Haussmann, HARVEY (2015, p. 135), identifica-se que a cidade era uma “barreira” para o capital, pois suas ruas congestionadas já não suportavam o fluxo de mercadorias e pessoas em seu mercado interno. Do mesmo modo, a produção em massa de automóveis no período fordista demandou a adequação do espaço urbano a essa mercadoria, logo, houve a atuação direta do Estado keynesiano, realizando obras no sistema viário por todo o país. Tal processo envolveu a funcionalização do espaço, tendo que fazer funcionar a articulação entre os espaços de produção, de consumo material e imaterial e também os espaços de vivência. Os planos e projetos urbanos oriundos do planejamento estatal são expressões de um momento em que o Estado passou a ser estrutural e o espaço entrou definitivamente para o rol das novas raridades, tendo o seu preço relação direta com a magnitude das rendas da terra que permite que seu proprietário absorva.

Não por acaso, esses homens estatistas tecnocráticos são comparados por Berman à figura do Mefistófeles, o demônio, e a sociedade, ao próprio Fausto, do livro “*Fausto*”, de Goethe. O pacto com o diabo deu a Fausto o poder e o tornou o promotor da modernidade e do desenvolvimento, mas à custa de sua própria vida. Para Berman (1986, p. 83-84), nos pactos “fáusticos” de nossos tempos quem deve decidir se aceita o “negócio”, o de vender seu futuro em nome do desenvolvimento, somos todos nós, a sociedade, nós somos o Fausto, e precisamos, portanto, participarmos ativamente desse processo no campo da política. Fausto nos deu a primeira tragédia do desenvolvimento (BERMAN, 1986, p. 84), situação que, hoje, bate às portas de todos os países do mundo no capitalismo globalizado.

3.3 Propriedade, renda da terra e urbanização

Não se pode naturalizar o papel da indústria como indutora da urbanização e da destruição das cidades. A urbanização nascida da tomada das cidades pelas indústrias foi peça fundamental para que o capitalismo se tornasse protagonista em diversas formações econômico-sociais. Mas, de certo modo, as tramas que configuram as diversas geografias urbanas na contemporaneidade se complexificaram a ponto de a compreensão do processo de urbanização passar também pela urbanização que ocorre “independente” da atuação da indústria como maior figura propulsora. A estruturação do espaço urbano adquiriu proporções metropolitanas e as indústrias migraram para as periferias das metrópoles em busca de localizações estratégicas e preços da terra mais baixos que nos centros. Por conseguinte, os ganhos com as rendas da terra e com a venda dos produtos imobiliários tomam a frente quando se discute no crescimento do tecido urbano. A ascensão da urbanização nesses moldes depende da circulação do solo urbano como “propriedade”, uma relação de natureza jurídica (BAITZ, 2011, p. 69). Andrade (2017, p. 41) ressalta a constituição de um aparato político e jurídico para “instituir e legislar sobre a redefinição da propriedade privada da terra e das formas de extração das rendas fundiárias, bem como a manipulação destas últimas”.

As origens da propriedade nos moldes capitalistas estão na chamada acumulação primitiva analisada por Marx, em “*O Capital*”. Há uma apropriação

originária das terras no campo e essa é condição histórica para que a propriedade pudesse ser colocada como protagonista na história. Esse processo, Marx adverte, está na base de qualquer formação econômico-social capitalista e consiste na separação entre produtores e os meios de produção. Os que se apropriaram dos “mananciais da riqueza”, obrigam os demais, capitalistas e trabalhadores, a se submeter ao pagamento de rendas. As rendas fundiárias no capitalismo não são mais do que a parte da mais-valia paga como um tributo para os proprietários, por estes monopolizarem esse importante meio de produção (MARX 1996 [1894], p. 460). No mesmo sentido, o preço da terra não é o preço de uma mercadoria comum, produzida pelo trabalho e que tem valor, mas a manifestação mercantil da mais-valia distribuída para os proprietários jurídicos dos terrenos (JARAMILLO, 2013, 11).

Com a remoção dos “mananciais das riquezas”, especialmente a terra, das mãos dos mestres de corporação e dos senhores feudais, seus antigos donos, os capitalistas industriais, se puseram à frente do processo histórico de produção e reprodução da sociedade. Esse foi um longo processo, que culminou no domínio do processo de produção pelos antigos mercadores europeus, os que primeiro possuíam o dinheiro (ENGELS, 2007 [1884], p. 180). A propósito, para Engels o dinheiro é “a mercadoria por excelência, que contém escondida em si todas as outras mercadorias” e seu possuidor pode dominar o mundo da produção (ENGELS, 2007 [1884], p. 180). Nas palavras de Marx, “os acontecimentos que transformaram os pequenos lavradores em assalariados e seus meios de subsistência e meios de trabalho em elementos materiais do capital criaram, ao mesmo tempo, para este, o mercado interno” (MARX, 2011 [1867], p. 861). No entanto, os próprios capitalistas tornam-se reféns dos proprietários, pois para produzir precisam pagar tributos aos proprietários das terras. No entanto, como será mostrado a seguir, o capital encontrou formas de tornar a propriedade fundiária uma fonte de ganhos e a urbanização tornou-se estrutural para esse fim.

No caso brasileiro, a Lei de Terras, Lei nº 601 de 18, de setembro de 1850, rerepresentou a inscrição da terra na circulação do capital e na rota das rendas das fundiárias. As terras brasileiras foram primeiramente tomadas dos índios pelos portugueses, a partir de 1500. Para conseguir colonizar o vasto território brasileiro, os portugueses passaram a arrendar suas terras a alguns donatários na forma das capitanias hereditárias e de suas subdivisões, as sesmarias. Entretanto, as terras

continuavam como propriedades da coroa portuguesa, mas podiam ser exploradas pelos donatários mediante o pagamento de um tributo. Grandes porções das terras brasileiras passaram, inicialmente, para as mãos de poucas pessoas, com a incumbência de cultivá-las e explorar suas riquezas, obrigados a garantir a sexta parte à coroa portuguesa. A Lei de Terras, de 1850, tornou as terras devolutas acessíveis apenas com o “pagamento em dinheiro, desvinculando, portanto, o direito à terra de seu uso efetivo”, o que abriu caminho para a metamorfose do capital “imobilizado” nos escravos para a capitalização das rendas fundiárias (MARTINS, 2001, p. 105). Com a Lei de Terras, houve a ratificação dessa estrutura excludente das terras brasileiras, pois a partir dessa lei, estabeleceu-se a formalização da posse dessas terras pelas famílias descendentes desses sesmeiros. Essa lei

dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (BRASIL, Lei Nº 601, 1850).

As terras não reclamadas por ninguém foram consideradas devolutas, ficaram como propriedade do Estado. Não havia mercado de terras nessa época, pois a sua compra era arriscada devido à falta de formalização da posse, além do fato de haver terras devolutas em abundância (MARTINS, 2013 [2010], p. 40). Obviamente, não havia, naquele tempo, meios para auferir com precisão os limites das terras, o que abriu a possibilidade para apropriações indevidas sobre as já imorais apropriações das terras brasileiras. O fato é que o Brasil era um país agrário e escravista, o que tornou a demanda por terras urbanas bem insignificante, até que o processo de urbanização brasileiro fosse iniciado. Em 1868, a propriedade imobiliária era pouco relevante quanto ao montante da riqueza produzida em São Paulo e as terras eram baratas, a ponto de um “mulato alfaiate” ou um “piano” valerem mais do que “10 mil metros quadrados nos arredores da cidade” de São Paulo (ROLNIK, 1997, p. 102). Em tempos em que a terra não possuía posse formalizada, o capital era investido no corpo dos escravos, a fonte da riqueza. Assim, “a terra era praticamente destituída de valor” (MARTINS, 2013 [2010], p. 40). Apenas no final do século XIX, como o

“fim” da escravidão e a conseqüente urbanização, os capitalistas passaram deslocar a imobilização de seus capitais dos escravos para as terras (ROLNIK, 1997, p. 103). Essa primeira crescente do mercado de terras durou até a primeira guerra mundial, em 1914.

Desse modo, se pode dizer que proprietários fundiários são aqueles que possuem títulos de propriedade assegurados juridicamente de determinada porção de terras. Decidem “imobilizar seu capital” para passar a viver das rendas fundiárias vindas de parte da mais-valia dos capitais, das rendas de outros rentistas, dos salários dos trabalhadores e/ou dos juros pagos aos banqueiros. Deve ser ressaltado que “a terra não é capital”, pois, mesmo tendo sido tornada uma mercadoria inserida nos circuitos de valorização dos capitais rentistas e tendo um preço, “não se trata de um valor criado pelo trabalho” (BOTELHO, 2007, p. 71), mas de uma “dívida” da natureza aos homens. Além do mais, “a terra, por não ser capital, não produz lucro, gera renda, que nada mais é do que parte da mais-valia global produzida pelo trabalho e que é paga ao proprietário em troca do direito ao uso da terra” (BOTELHO, 2007, p. 71). Aqui está o fetiche se fazendo presente novamente. O próprio Botelho diz que a terra “gera” rendas, mas pela consistência de seu texto fica claro que foi apenas um “vício de linguagem”, um descuido.

Baseado na teoria da renda da terra de Marx, Samuel Jaramillo produziu um estudo detalhado dos mecanismos de obtenção das rendas fundiárias no meio urbano. Em seu estudo, aponta que essa geração de rendas fundiárias só ocorre devido ao fato de ser determinante o papel da propriedade privada da terra e seu conseqüente monopólio nas mãos da classe dos proprietários de terra. Nessa acepção, acercadas das rendas fundiárias rurais, os proprietários de terra são verdadeiros parasitas⁴⁹ que recolhem uma parte do trabalho social na forma das rendas da terra apenas por exercerem um domínio jurídico sobre esse meio de produção fundamental para o capital (JARAMILLO, 2010, p. 3-5). Quanto às rendas urbanas, por seu turno, Jaramillo aponta que, apesar das semelhanças conceituais e práticas com as rendas no espaço rural, há diferenças pelo fato de que são diferentes os tipos de produção que se desenvolvem a partir das terras urbanas e rurais. A terra rural é utilizada para a agricultura e o urbano para construção a cargo

⁴⁹ Para Marx, toda forma de rentismo, rendas fundiárias e cobrança de juros, constitui uma ação parasita dentro do processo de distribuição da mais-valia.

do capital rentista. No rural, há a *renda absoluta*, rendas pagas ao proprietário pelo simples fato de haver um monopólio sobre a propriedade das terras; *renda diferencial tipo I*⁵⁰, rendas extras pagas aos proprietários de terras com melhores atributos (físicos e de localização, por exemplo), que interferem positivamente na produtividade; *renda diferencial tipo II*, que é dependente da existência da renda diferencial de tipo I, e são rendas obtidas das diferenças de intensidade dos investimentos de capital aplicados sobre a terra, o que interfere na produtividade (JARAMILLO, 2010, p. 13-18). Mesmo as terras menos férteis são passíveis de extração das rendas absolutas. As *rendas de monopólio*, por sua vez, estão associadas às terras que, por alguma característica rara ou específica, são capazes de gerar lucros extraordinários, como as terras da região francesas de *Champagne* onde suas características produzem um tipo de uva especial a partir da qual se produz um vinho muito apreciado (JARAMILLO, 2010, p. 13-18; HARVEY, 2005, p. 225-227; HARVEY, 1982, p. 349-350).

Embora sejam análogos, os mecanismos das rendas fundiárias urbanas e rurais possuem particularidades importantes. Por toda a complexidade que envolve o processo, as rendas no ambiente urbano se dividem em dois grandes grupos, *rendas urbanas primárias*; Renda Primária Diferencial Tipo I, Renda Primária Diferencial Tipo II e a Renda Absoluta Urbana, e as *rendas urbanas secundárias*, Renda Diferencial de Comércio, Renda de Monopólio de Segregação, Renda Diferencial de Habitação e a Renda Diferencial e de Monopólio Industrial (JARAMILLO, 2010, p. 130; 156). As rendas primárias recebem essa denominação por estarem associadas a articulações primárias dentro do processo de mercantilização do solo urbano, estando relacionadas ao processo de produção do ambiente construído e ao ramo da construção. A Renda Primária Diferencial Tipo I se assemelha à Renda Diferencial de Tipo I do ambiente rural e é obtida pelo fato de haver diferenças de localização entre as porções do solo que influenciam decisivamente no processo de precificação dos imóveis. A título de exemplo, um lote

⁵⁰ O termo “diferencial” que aparecerá nas formas assumidas pelas rendas da terra indica por si só a percepção de Marx e, conseqüentemente de Jaramillo, de que não há duas porções do espaço iguais, sejam pelas suas propriedades naturais ou sociais. Sempre haverá diferenciações entre porções do espaço, tanto que a renda absoluta aparece como uma renda em abstrato, que apenas serve para indicar que qualquer fração de terra, marginais ou extremamente férteis, propiciará renda. E Marx tem essa clareza pelo fato de a terra ter se tornado propriedade privada. Bem explicado no capítulo XXIV do livro I de “*O Capital*” com o processo de acumulação primitiva.

localizado próximo a um *shopping center* qualquer ou uma linha de metrô tende a custar mais do que outro localizado próximo a uma favela. A Renda Primária Diferencial Tipo II traz a possibilidade de aumento da magnitude do capital aplicado na terra em terrenos de mesmas características, que, assim como no ambiente rural, não é algo homogêneo. Porém, no ambiente urbano, essa intensidade está associada ao potencial de verticalização que determinadas porções do espaço oferecem⁵¹. Um lote localizado em uma área em que o plano diretor municipal permite uma maior verticalização tende a custar mais do que um lote no qual não se pode verticalizar. A Renda Absoluta Urbana, assim com a Renda Absoluta Rural, só é possível pelo fato de que não há terras gratuitas onde todas são propriedades de alguém, mesmo que sejam terras marginais ou lotes urbanos com condições mais desfavoráveis (JARAMILLO, 2010, p. 130-155).

As rendas secundárias são assim denominadas porque estabelecem “relações secundárias” dentro do processo de capitalização do solo urbano. Mais especificamente, são obtidas no processo de consumo do espaço construído como mercadoria. A *Renda Diferencial de Comércio*, obviamente, tem relação com a atividade comercial. As desigualdades na distribuição no espaço urbano entre os consumidores, dos custos de transporte e das localizações tornam diferentes os preços de mercadorias iguais, conferindo ao capital comercial diferentes tempos de rotação e de rentabilidade. A concorrência faz com que sempre exista algum capitalista individual disposto a pagar mais por uma fração do espaço urbano para poder utilizar uma construção mais lucrativa e rendas acima da média (JARAMILLO, 2010, p. 159). A *Renda de Monopólio de Segregação* aparece no momento da circulação das terras urbanas e consiste no pagamento diferencial, normalmente

⁵¹ Na urbanização contemporânea, a disputa ferrenha que se processa nas instâncias de planejamento urbano por conta da utilização dos instrumentos previstos na legislação urbanística e na definição dos zoneamentos territoriais dos planos diretores municipais se justificam pelo fato de que tais definições vão impactar diretamente nos patamares de capitalização das rendas das terras urbanas. Primeiramente, são os planos diretores municipais que determinam as zonas urbanas e rurais dos municípios. Áreas definidas como passíveis de verticalização pelo poder público, após estudos de impacto ambiental, de vizinhança etc, tendem a possibilitar maiores rendas diferenciais urbanas tipo II, nos termos de Jaramillo (2010). Assim, há sempre uma corrida do capital rentista pela compra dessas áreas. Na falta de áreas verticalizáveis, há instrumentos como as “operações urbanas” e a “outorga onerosa do direito de construir” que, no caso dessa última, possibilitam a elevação dos patamares edificáveis para além do limite que foi estabelecido pelo “coeficiente de aproveitamento básico” previsto na própria legislação urbanística, mediante o pagamento de uma contrapartida financeira do interessado ao poder público local.

mais elevado, por parte dos mais ricos nas sociedades capitalistas para poderem usufruir de um local de moradia que possua um *status* social que indique a sua condição econômica. Essa forma de renda fundiária urbana que também aparece no momento do consumo do espaço é o que está na base do processo de segregação socioespacial marcado pela ascensão dos condomínios fechados de alta renda. Pode-se inferir a situação econômica dos sujeitos pela avaliação da inserção do seu local de moradia dentro dessa estrutura de preços e, conseqüentemente, de rendas das terras urbanas (JARAMILLO, 2010, p. 164). A *Renda Diferencial de Habitação* aparece no momento da circulação do imobiliário como um pagamento acima do preço médio do imóvel pelos trabalhadores (JARAMILLO, 2010, p. 166). Traduzido em termos monetários como uma diferenciação entre os preços de diferentes locais de moradia da classe trabalhadora em relação aos valores de uso urbanos, serviços, equipamentos urbanos, transporte, distância para o local de trabalho. Os locais mais bem equipados serão mais caros e “obrigarão” os trabalhadores a pagarem essa renda mais elevada aos proprietários. Os proprietários somente têm esse poder de aumentar os preços das construções por causa da concorrência com outros trabalhadores interessados e dispostos a pagar o preço cobrado.

Por fim, a *Renda Diferencial e de Monopólio Industrial* se refere a um pagamento mais elevado que o valor real de porções do espaço urbano influenciado pela presença de determinada atividade industrial (JARAMILLO, 2010, p. 174). Algo curioso é o fato a atividade comercial ser a mais interessada em pagar essa renda, pois às indústrias é mais interessante a localização nas periferias das grandes cidades, onde o preço da terra é menor. Dispendendo uma menor fração de sua mais-valia para o pagamento de rendas, o capitalista pode reinvestir esse dinheiro poupado na ampliação do próximo ciclo produtivo, entesourar uma fatia maior ou usá-lo para fins de consumo. Quem acaba pagando uma renda diferencial comercial são estabelecimentos comerciais, pois estes podem se beneficiar da presença dessas indústrias.

Os trabalhadores também pagam a Renda Diferencial de Habitação, pois se torna interessante para alguns residir próximo às indústrias por facilidades de obtenção de empregos. Mais uma vez, a concorrência é o que os obriga a aceitar o pagamento dessas rendas diferenciais. O fator da concorrência atua no processo de distribuição do mais-valor elevando os patamares das rendas obtidas pela

propriedade do solo urbano. Quanto maior a concorrência, maiores tendem a ser os preços dos imóveis.

3.3.1 Estado, reestruturação territorial e as rendas fundiárias urbanas

Não se pode apontar como menos importante a função do espaço como capital fixo, um valor de uso para o processo de produção e de circulação das mercadorias. Esse capital fixo possui especificidades em relação ao apontado por Marx, aquele utilizado no “chão de fábrica”, pois sai de dentro das fábricas e toma o espaço. Jean Lojkine (1981, p. 153), estudando o processo de acumulação e a urbanização, mostra que as cidades entram na reprodução do capital na esfera da circulação, como “efeito direto” das necessidades de redução do tempo de rotação dos capitais. Para esse autor, é errôneo entender o “desenvolvimento urbano” como fruto do aumento da produtividade, pois isso é impedido pela concorrência anárquica entre os capitalistas, que somente leva à queda das taxas de lucros e também pela propriedade fundiária privada em busca das rendas fundiárias (LOJKINE, 1981, p. 153). Por ser muito oneroso e de lenta rotação, não é viável para os capitalistas investirem na construção desse tipo de capital fixo, sendo essa tarefa realizada, prioritariamente, pelo Estado. Em tempos neoliberais, a participação dos capitais tem se ampliado substancialmente com as *parcerias público-privadas*, como veremos mais adiante.

Primeiramente, vamos ver o que é o capital fixo nos termos de Marx. Capital fixo é a parte do capital constante que está fixa permanentemente ao processo produtivo, na condição de meios de trabalho, e, portanto, circula com tempo mais alongado no corpo das mercadorias (MARX, 2014 [1885], p. 240). O capital fixo é comprado no mercado como uma mercadoria qualquer e possui seu valor e seu preço, porém, ao ser comprado passa a ter seu valor de uso utilizado no processo produtivo. Se for revendido, o capital fixo valerá o que foi gasto em sua compra, deduzindo-se a sua desvalorização no período em que foi utilizado. A magnitude do seu valor não se altera durante o processo produtivo, algo que ocorre apenas com o capital variável. Seu valor é, paulatinamente, transferido para a circulação embutido no valor das mercadorias que produz, de acordo com o tempo médio de seu

desgaste, definido pela concorrência, pela sua própria durabilidade e pelo seu estado de degradação (MARX, 2014 [1885], p. 240-241). Mas seu valor de uso permanece atrelado ao uso do capitalista no interior do processo produtivo. Nessa acepção, um boi que tem sua carne comida ou utilizada para circular como mercadoria em algum produto alimentício não é capital fixo, mas “um boi, considerado boi de carga, é capital fixo” (MARX, 2014 [1885], p. 242). No livro I de *O Capital*, Marx detalha melhor a relação entre as máquinas, como capital fixo, sua relação com a transferência de valor para as mercadorias:

a produtividade da máquina, conforme vimos, está na razão inversa do valor que ela transfere ao produto. Quanto maior o período em que funciona, tanto maior a quantidade de produtos em que se reparte o valor transferido pela máquina, e tanto menor a porção de valor que acrescenta a cada mercadoria em particular. O período de vida ativa da máquina é, evidentemente, determinado pela duração do dia de trabalho ou do processo diário de trabalho, multiplicado pelo número de dias em que esse processo se repete (MARX, 2011 [1867], p. 461).

Harvey (1982) e Lojkine (1981) ampliam o conceito de capital fixo para o processo de urbanização. Para Lojkine (1981, p. 154), o capital fixo desempenha o mesmo papel das máquinas junto composição orgânica do capital social. O “capital fixo também inclui itens muito diversos como navios e portos, ferrovias e locomotivas, represas e pontes, suprimento de água e sistemas de esgoto, estações hidrelétricas, construções de fábricas, armazéns e coisas do tipo⁵² (HARVEY, 1982, p. 223, tradução própria)”. Esse tipo de capital fixo, que Harvey denomina de “tipo independente”, possui um longo tempo de rotação em seu ciclo, o que inviabiliza os investimentos sem o auxílio do Estado e do capital financeiro. Sujeito às desvalorizações promovidas pela concorrência ferrenha que há entre os capitalistas individuais de cada região e ao alto custo de sua produção, não é de interesse dos capitais realocar uma grande parte da mais-valia e do lucro para esse fim, empurrando tal função para o Estado (HARVEY, 1982, p. 224-226). No Brasil, por exemplo, não é difícil de se ver capitalistas reclamarem do alto nível de degradação do capital fixo do país; estradas de má qualidade, portos e aeroportos que precisam ser ampliados e modernizados, ruas das cidades que precisam ser duplicadas,

⁵² [...]Fixed capital also includes such diverse itens as ships and docks, railroads and locomotives, dams and bridges, water supply and sewage system, power stations, factory buildings warehouses and the likes (HARVEY, 1982, p. 223).

hidrelétricas que precisam ser construídas e tantas outras intervenções. O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento⁵³, promovido pelo Partido dos Trabalhadores – PT, mostra essa ação do Estado interventor no espaço para fornecer as “condições gerais de produção”, essencialmente, trata-se desse capital fixo de tipo independente.

Mesmo na China, que tem um Estado centralizador à frente do processo de urbanização, há dificuldades de se conter a tendência às crises, à medida que o setor rentista começou a ser vinculado ao mercado regular. A China, um país fechado, que possui uma espécie de Estado “Keynesiano” em meio a tempos neoliberais, realiza maciços investimentos em “capital fixo de tipo independente”, para dar suporte à industrialização e à urbanização do seu território. Segundo matéria do jornal chinês *Portuguese People*, de 17 de agosto de 2016,

as redes ferroviárias interurbanas e urbanas cresceram rapidamente na primeira metade de 2016. A malha ferroviária em 25 cidades atingiu uma extensão de mais de 3.300 quilômetros, e outros 3.800 estão em obras em 37 cidades. A malha interurbana atingiu 1.250 quilômetros (PORTUGUESE PEOPLE, 2016).

As taxas elevadas de crescimento econômico da China estão articuladas ao duplo processo, industrialização e urbanização, promovendo uma marcha de centenas de milhares de pessoas do campo para a cidade. Segundo matéria do referido jornal chinês, do dia 05 de fevereiro de 2018, a taxa de urbanização da China aumentou para 58,52% da população em 2017 e continua a crescer a passos largos. De 2012 a 2017, foram lançadas na urbanização chinesa cerca de 101,65 milhões de pessoas (PORTUGUESE PEOPLE, 2017). É como se metade da população de um país como o Brasil tivesse sido urbanizada em um período de seis anos apenas. É uma urbanização que alcançou uma magnitude jamais vista pela

⁵³ O PAC é um programa do governo federal brasileiro criado em 2007, durante o governo do presidente Lula, com a finalidade de realização de diversas obras estruturantes no país para tentar sanar os problemas estruturais da crise da reprodução do capital brasileiro. O programa mostra o Estado como agente interventor no território para tentar diminuir os gargalos da produção por conta das carências estruturais, gerar empregos e estimular os investimentos dos capitalistas. Com o PAC os gastos públicos foram elevados e em 2016, com nove anos de existência, o programa já havia investido 1,9 trilhão de reais (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2016). Disponível em: <http://pac.gov.br/noticia/68777baf> Acesso em: 25/10/2018.

humanidade e conta com atuação sistemática e planejada do governo chinês, criando uma demanda sem precedentes por habitações, serviços e mercadorias.

Segundo Rossbach (2012 p. 18), a partir do final da década de 1980, a China vem tentando promover uma passagem gradual das políticas sociais de habitação a cargo do Estado a uma oferta garantida pelo mercado. A transformação mais significativa ocorreu em 1997 quando houve uma mudança do sistema no qual o governo era o produtor das habitações para um modelo no qual ele passou a atuar mais como subsidiário, estimulando o desenvolvimento da propriedade privada da terra e do capital rentista (ROSSBACH, 2012 p. 18).

Quando o próprio Estado era o único agente rentista ele mesmo se beneficiava das rendas diferenciais de tipo I e II geradas por suas próprias intervenções estruturantes no espaço, pois controlava os patamares da capitalização das rendas. Atualmente, a estrutura institucional da política habitacional chinesa está estruturada na forma de parcerias público-privadas alocadas em quatro eixos, que mostram o resultado das reformas das últimas décadas;

(i) **Habitação de mercado com preços controlados:** tamanho máximo da unidade 90 m², preços controlados pelos governos locais para empreendimentos em terrenos públicos; (ii) **Habitação econômica:** máximo de 60 m², empreendedores privados em um sistema de incentivos fiscais e para a aquisição do terreno; (iii) **Locação social:** máximo 50 m², público alvo composto por famílias em situação de alta vulnerabilidade social, com financiamento e gestão governamental; (iv) **Reassentamento de “favelas”:** renovação urbana para áreas residenciais degradadas. (ROSSBACH, 2012 p. 18).

O resultado dessa abertura da produção de habitações para o mercado privado e concorrencial foi o encarecimento do preço médio do metro quadrado por unidade em certas partes das cidades chinesas em relação à renda média da população, com preços para além dos que são cobrados em Nova Iorque (ROSSBACH, 2012, p. 20). A média de urbanização das grandes potências globais é de 80% de sua população, o que indica que a China ainda irá continuar esse processo pelas próximas décadas. Atuando sobre as determinações do mercado, se pode esperar problemas diversos nesse país em relação ao acesso as terras urbanas por parte dos mais pobres. A *figura 11* mostra o volume e a magnitude das construções de habitações em massa na China.

Figura 11 - Prédios residenciais construídos em Xangai, na China.



Fonte: Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2019/01/24/urbanizacao-da-folego-para-a-china-crescer-por-30-anos/> Acesso em: 12/03/2020.

A urbanização chinesa vem sendo um dos grandes receptáculos dos investimentos de capitais na capitalização de rendas fundiárias no mundo, em tempos de crise global e do crescente processo de financeirização da economia. Alimentado por uma massa de dinheiro oriundo, principalmente, da atividade produtiva industrial e dos ganhos financeiros. Conforme Harvey,

a urbanização da China nos últimos vinte anos foi ainda mais importante. Seu ritmo cresceu enormemente após a breve recessão em 1997 ou próximo disso, de tal modo que a China absorveu quase metade do suprimento de cimento de todo o mundo desde 2000. [...] Mais de 100 cidades cresceram vertiginosamente acima da marca de um milhão de habitantes na China e várias estão rumando para o nível de 10 milhões e vastos projetos infraestruturais estão transformando a paisagem novamente, tudo financiado por dívidas. É a urbanização da China o principal estabilizador do capitalismo global? A resposta tem de ser um sim parcial. Mas a China é apenas o epicentro de um processo de urbanização que se tornou agora genuinamente global em parte através da impressionante integração global dos mercados financeiros que usam sua flexibilidade para os projetos urbanos financiados por dívidas, desde Dubai até São Paulo e de Mumbai até Hong Kong e Londres. O banco central chinês, por exemplo, tem sido ativo no mercado de hipoteca secundário derivado do *boom* de refinanciamento nos EUA enquanto Goldman Sachs foi fortemente envolvido no surgimento do mercado imobiliário em Mumbai e o capital de Hong Kong foi investido em Baltimore. Novamente, estamos olhando aqui para uma outra transformação em escala, uma que torna difícil de compreender que o que pode estar ocorrendo globalmente é em princípio similar aos processos que Haussmann conduziu com tanta

destreza na Paris do Segundo Império. A urbanização, conluo, é um veículo primordial para absorção do excedente em escalas geográficas sempre crescentes (HARVEY, 2009, p. 12).

Em termos gerais, as ações do Estado na estruturação do espaço surtem efeito nas rendas diferenciais de tipo I e II, à medida que cria vantagens locacionais e equipa partes do espaço urbano com a implantação de capital fixo de tipo independente. As obras viárias, por exemplo, são “mais imobiliárias que viárias”, sendo os “ganhos imobiliários” o motor e norteador dos investimentos públicos (MARICATO, 2000, p. 158-159). Os instrumentos da política urbanística são os meios pelos quais essas intervenções no espaço são executadas. Para Botelho (2008, p. 28), o poder que o Estado tem de influenciar o mercado imobiliário urbano e o preço da terra está em suas ações e regulações relativas à instalação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, leis de zoneamento, planos de revitalização urbana etc. Assim, se há uma indução pelo Estado de novas dinâmicas no processo de urbanização, de atração de investimentos para determinada área, isso virá acompanhado de uma debandada das pessoas e capitais de outra em função de as escolhas dos indivíduos sofrerem uma indução provocada pela ação do Estado (ABRAMO, 2007). O Estado, por meio de relações de vizinhança e do controle legal dos usos do solo urbano, atua como um tipo de “antecipador da dinâmica urbana” e sua função é justamente a de determinar mudanças dos usos do solo. O Estado seria, então, uma espécie de “o promotor das subjetividades urbanas” (ABRAMO, 2007). Ou seja, o Estado seria o promotor do processo de precificação do solo, em que os preços seriam definidos pelo “valor simbólico” do espaço determinado pela sua estruturação desigual no contexto urbano. Já foi discutido nesta pesquisa que não parto dessa perspectiva de análise para compreender a formação dos preços, mas são válidas as colocações do autor para uma primeira aproximação ao tema.

Evidentemente, não se pode falar do valor pelo trabalho, pois a terra não se valoriza, mas, sim, da redistribuição da mais-valia produzida no âmbito do processo de reprodução do capital. O Estado, nessa acepção, é quem controla os modos como ocorrerão as transformações dessa mais-valia em rendas fundiárias. Desta feita, o Estado, para Abramo (2007), seria o promotor das subjetividades sociais e econômicas no ambiente urbano. Os consumidores do espaço urbano e o seus

vendedores respondem a esses estímulos no momento do consumo e da produção desses imóveis, pois, há a tendência verificável empiricamente de que as pessoas tendam a buscar permanecer junto aos seus “iguais”, iguais em termos de ganhos, salários, lucros/mais-valia, rendas ou juros.

O Estado alimenta o fetiche do espaço ao promover a transformação do solo urbano pela estruturação territorial, incidindo sobre os patamares das rendas fundiárias. Vejam como essa relação entre o Estado e os capitais se apresenta no caso da metrópole belo-horizontina. A *tabela 2* e a *figura 12*, extraídas do *PDDI - Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*⁵⁴, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, mostram como a estruturação do espaço influencia diretamente o preço médio dos imóveis nos municípios. Verifica-se que os maiores preços dos imóveis na região estão associados diretamente com a localização em relação a Belo Horizonte e ou a áreas mais equipadas pelo Estado. A estruturação do espaço promovida pelo Estado pela construção de rodovias, equipamentos públicos, aeroportos, provocam uma alta imediata nos patamares de capitalização das rendas da terra.

⁵⁴ Este plano foi contratado pelo Estado de Minas Gerais, mais especificamente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU, para a realização de estudos técnicos para se pensar em um planejamento integrado em escala regional para a Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir do que foi estabelecido pela consultoria da *Jurong Consultants*. Este produto, feito por pesquisadores, professores e estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, do Observatório de Políticas Urbanas – OPUR, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas e da Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG.

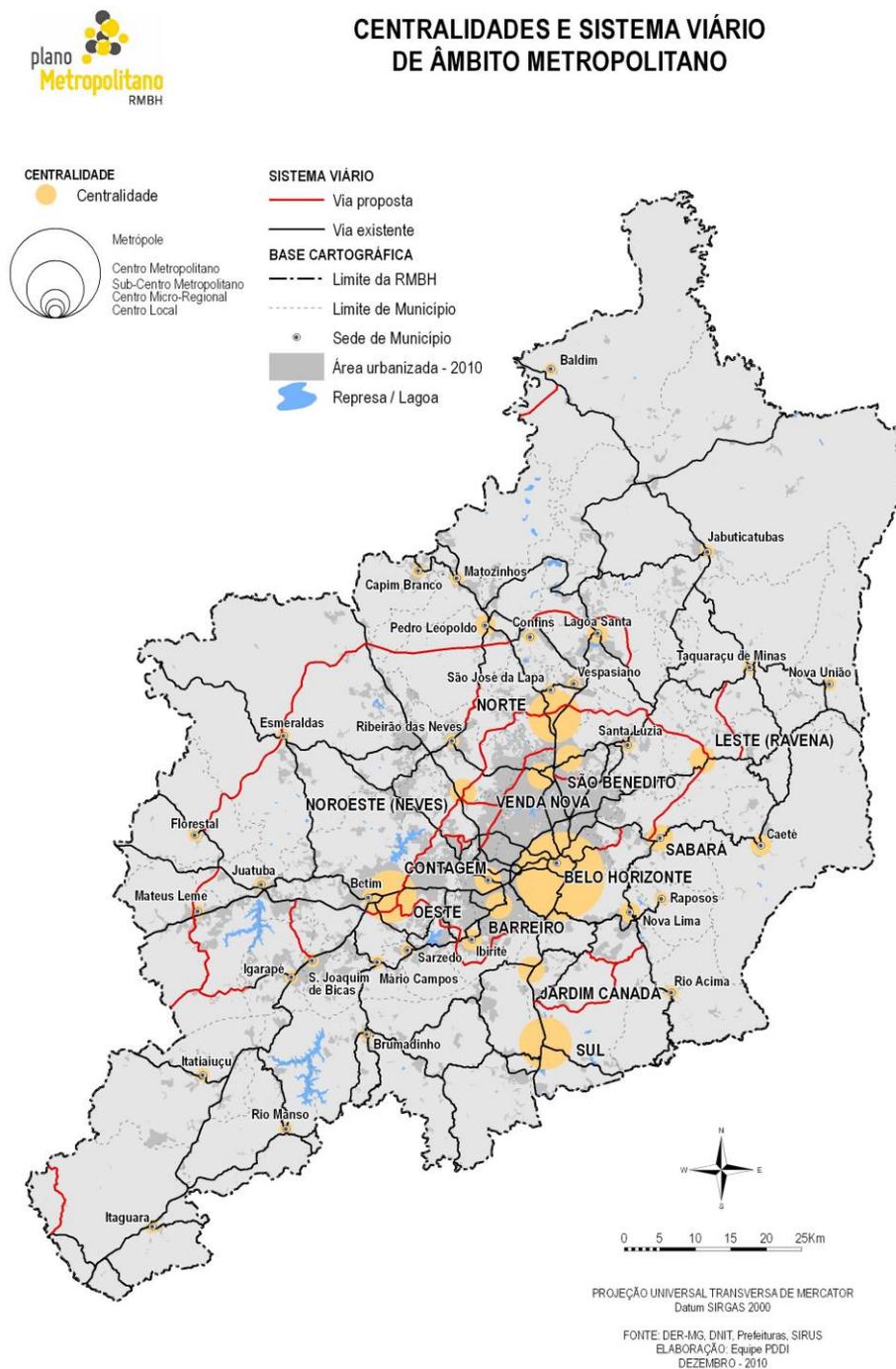
Tabela 2 - Preço médio do m² dos imóveis na RMBH.

Municípios da RMBH	Valor médio dos imóveis em R\$ por m ²
Baldim	186,83
Belo Horizonte	4.777,06
Betim	2.386,37
Brumadinho	1.087,51
Caeté	870,5
Capim Branco	1193
Confins	3.117
Contagem	2.857,30
Esmeraldas	962,01
Florestal	1.029,61
Ibirité	2.528,50
Igarapé	1.481,81
Itaguara	1.428,57
Itatiaiuçu	1.068,63
Jaboticatubas	785,28
Juatuba	1.583,65
Lagoa Santa	1.812,84
Mário Campos	1.033,68
Mateus Leme	1.525,82
Matozinhos	1.329,35
Nova Lima	2.140,25
Nova União	1.766,66
Pedro Leopoldo	2.266,20
Raposos	198,59
Ribeirão das Neves	2.188,83
Rio Acima	858,85
Rio Manso	140,01
Sabará	3377,68
Santa Luzia	1.746,63
São Joaquim de Bicas	1.481,81
São José da Lapa	2.046,63
Sarzedo	2.273,51
Taquaraçu de Minas	500,93
Vespasiano	2.287,89

Fonte: Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da RMBH, Equipe Macrozoneamento (2014). Elaboração própria. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/central-cartog.php> Acesso em: 29/05/2018.

Obs.: Os valores médios do m² dos imóveis foram obtidos por meio de uma consulta aos sites das imobiliárias atuantes na RMBH.

Figura 12 - Centralidades e sistema viário em âmbito metropolitano.



Fonte: Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da RMBH (2011). Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Sum%C3%A1rio-Executivo-Relat%C3%B3rio-Final-PDDI-RMBH-2.pdf> Acesso em: 12/01/2020.

A figura 12 apresenta as “centralidades metropolitanas” da RMBH identificadas pelo referido plano e a sua relação com os arranjos viários existentes

e/ou em fase de implantação, sendo esse tipo de informações institucionais os principais elementos norteadores para os incorporadores fundiários descobrirem onde haverá novas possibilidades de aumentos nos patamares das rendas urbanas diferenciais. Em municípios como Contagem, Betim, Santa Luzia, Ibirité, Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Nova Lima e Vespasiano, há uma forte relação entre o preço dos imóveis e a estruturação do espaço, assim como por suas localizações estratégicas em relação à Belo Horizonte. Certamente, os cálculos dos produtos imobiliários mais elevados desses municípios levam em conta esses fatores. Nos casos de Lagoa Santa e Confins, que não são limítrofes a Belo Horizonte, a proximidade com as obras do capital fixo feitas pelo Estado, como a “Linha Verde” e a reestruturação do Aeroporto de Confins são as principais justificativas (SIFFERT et. al., 2012)⁵⁵. Aliás, todos os municípios do “vetor” norte da RMBH tiveram os patamares de suas rendas fundiárias diferenciais elevadas pelas intervenções do Estado nessa região.

Em busca dessa articulação entre a estruturação do território a cargo do Estado e as rendas fundiárias e de solucionar alguns dos seus entraves estruturais à reprodução dos capitais, foi realizada em Belo Horizonte, na segunda metade da década de 2000, uma intensa reestruturação espacial, uma produção do espaço. O governo de Minas Gerais promoveu a reestruturação da porção norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte com diversas obras estruturantes e atração de investimentos, que tiveram como efeito a elevação dos patamares das rendas fundiárias dessas áreas antes estigmatizadas. As principais obras que sustentaram essas intervenções foram: a transferência do aparato administrativo do governo para a região norte da cidade⁵⁶, com construção da caríssima Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais; o alargamento e a estruturação da MG-010⁵⁷ e a transformação do aeroporto Tancredo Neves em aeroporto industrial, seguindo o modelo de implantação de uma “aerópole”⁵⁸ com o planejamento estratégico

⁵⁵ Esse estudo enfoca o caso de Lagoa Santa e mostra como a produção do espaço na porção norte da RMBH, calcada em forte reestruturação territorial, se desdobrou em uma forte atuação do capital rentista e industrial nesse município.

⁵⁶ No terreno em que funcionava o antigo hipódromo do bairro Serra Verde.

⁵⁷ Que passou a ser chamada pelo sugestivo nome de “Linha Verde”.

⁵⁸ Modelo contemporâneo em que determinada região tem sua dinâmica de produção e de circulação de mercadorias facilitada pela presença de um aeroporto industrial, o que permite o escoamento das mercadorias produzidas com maior velocidade para diversas regiões do planeta em tempo reduzido.

realizado pela consultoria chinesa *Jurong Consultants*. De acordo com o macrozoneamento previsto no próprio PDDI, realizado em 2014, os principais projetos imobiliários previstos para o “vetor” norte da RMBH são

os condomínios Alphaville Minas Gerais e Reserva Real, a Cidade da Cultura, a Cidade Médica, a Fashion City, o Precon Park, o Centro Tecnológico da Cadeia Aeronáutica, a Plataforma Logística (Santa Luzia) e o Aeroporto Industrial. [...]o Plano Macroestrutural do governo do estado prevê uma série de investimentos em infraestrutura viária que faça as interligações entre os municípios do próprio vetor e dos vetores oeste e leste. [...] um contorno viário Oeste que ligará a BR-040 em Ribeirão das Neves ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, passando pela MG-424. Ao leste, é proposto o Contorno Viário Leste que ligará MG-010 em Vespasiano à MG-010 em Lagoa Santa; a ligação viária da MG-020 (em Santa Luzia) com o Contorno Viário Leste (em Vespasiano) passando pela Plataforma Logística de Santa Luzia no entroncamento com a BR-381. Vários destes empreendimentos, (se e) quando totalmente implantados, podem transformar a dinâmica demográfica, territorial e econômica dos municípios em que se encontram, tanto pelo porte de alguns deles, como pelas novas relações e fluxos de pessoas, veículos, mercadorias e serviços que serão gerados na região (UFMG, 2014, p. 64-65).

A reestruturação do espaço nesses moldes contrasta com o que se verificava nessa porção da metrópole até a metade da década de 2000, conforme estudos de Santos (2010) e Santos (2014). Nesses estudos, procurei mostrar os mecanismos de exclusão dos mais pobres diante da produção do espaço em escala metropolitana levada a cabo pelo Estado e guiada pelos interesses dos diversos capitais. Santa Luzia e Vespasiano, por exemplo, a partir da década de 1980, foram municípios que receberam massas de trabalhadores mais pobres “expulsos” de Belo Horizonte por não conseguirem comprar suas casas no disputado solo da capital (SANTOS, 2010, 37-38). Tal expulsão se deu pelo fato de a construção dos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda pela COHAB-MG, Cristina e Palmital, em Santa Luzia, e Morro Alto, em Vespasiano, terem, indiretamente, mandado essas pessoas para as periferias da capital, seguindo a lógica do mercado de terras. Os conjuntos para baixa renda, nesse período, foram construídos nas distantes periferias metropolitanas, em função do preço mais baixo da terra nessas áreas.

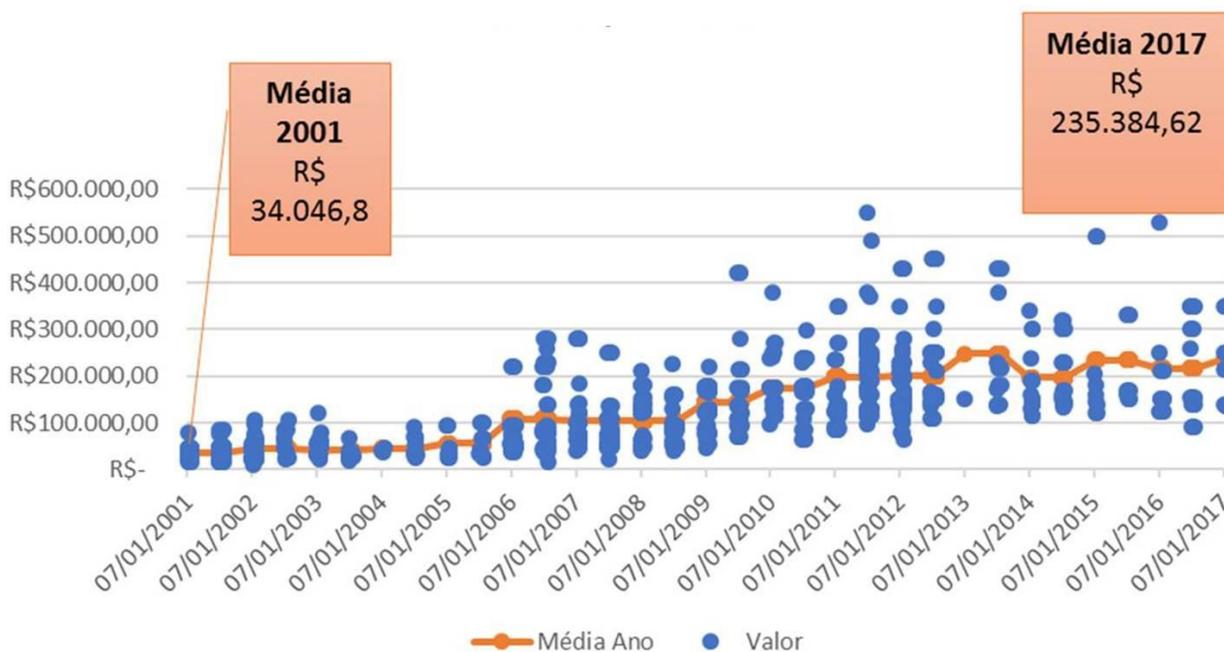
Em estudo realizado por Diniz e Silva (2019, p. 7-8), observou-se a relação direta que há entre os preços de compra e venda e dos alugueis dos imóveis residenciais e as diversas obras estruturantes realizadas pelo governo do Estado de

Minas Gerais na década de 2000. Entre 2005 e 2006, os preços subiram 91,8% em função do anúncio da implantação da “Linha Verde” e do Shopping Estação, de 2008 a 2009, subiram 38,7% em função do início das obras da Cidade Administrativa de Minas Gerais – CAMG e pela inauguração da “Linha Verde” e, de 2012 a 2013, subiram 24,4% por conta da inauguração do Shopping Estação (DINIZ e SILVA, 2019, p. 7). Essa evolução dos preços dos imóveis residenciais na região pode ser verificada nas *figuras 13 e 14* abaixo.

Por intermédio das intervenções reestruturantes no espaço, promovidas pelo Estado, houve o aumento dos preços dos imóveis da região e a consequente elevação dos patamares das rendas da terra. Quem pôde comprar barato, por sorte ou por meio de informações privilegiadas e escusas junto ao poder público, vendeu caro. A região passou a receber diversas empresas, condomínios de luxo, conjuntos de prédios do programa habitacional do governo federal⁵⁹ e casas. O fatiamento do espaço socialmente produzido dessa região foi ampliado, dando início a uma nova rodada de capitalização das rendas das terras urbanas. Para Andrade (2017, p. 144), pode-se dizer que a entrada do “vetor” norte como rota de investimentos dos capitais está, em parte, relacionada com os limites à rentabilidade dos capitais nas terras do “vetor” sul de Belo Horizonte, pois há uma saturação pela alta dos preços dos terrenos a serem incorporados. No entanto, o que há por trás dessa escolha é “a busca por uma maior diversificação de áreas e de tipos de investimentos através dos quais seus agentes possam se acercar de taxas de lucro acima da média”, explorando partes da metrópole que estão em “momentos anteriores da urbanização” (ANDRADE, 2017, p. 144). Para que, assim, possam sofrer grandes aumentos dos patamares da renda da terra com a estruturação desse espaço.

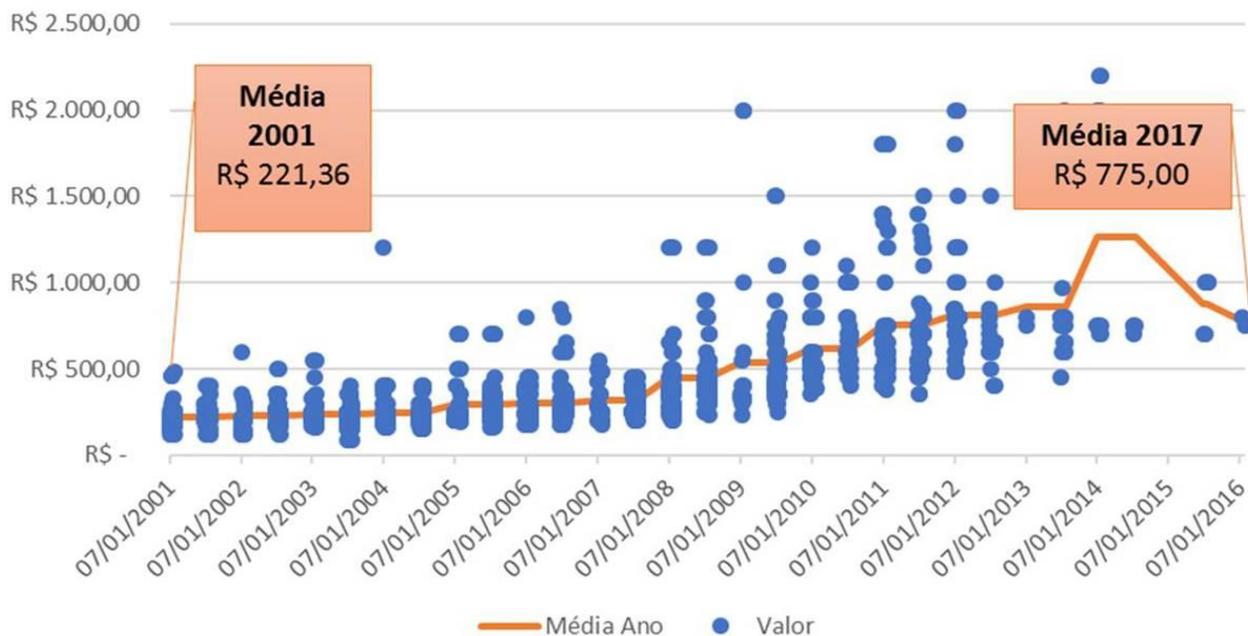
⁵⁹ Especialmente por meio do programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV.

Figura 13 - Elevação dos valores dos imóveis residenciais (compra e venda).



Fonte: Diniz e Silva (2019, p. 8).

Figura 14 - Elevação dos valores dos imóveis residenciais (Aluguel).



Fonte: Diniz e Silva (2019, p. 8).

Os modos como essas relações são reproduzidas passam pela esfera do planejamento estatal. Os instrumentos da política urbanística previstos no *Estatuto*

da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, e presentes nos planos diretores atuam como formas de concretização dessas categorias da economia política. Os zoneamentos municipais, que regulam o uso e ocupação do solo, são os guias dos incorporadores e construtoras, juntamente com as intervenções do Estado, para a definição dos locais para a realização de seus investimentos com ganhos mais elevados. Entre esses instrumentos, as *operações urbanas consorciadas* se destacam por seu modo peculiar de promover parcerias público-privadas em que se permite aos capitais rentistas se esquivarem das normas técnicas estabelecidas em troca de supostas contrapartidas à sociedade. No entanto, Cota (210, p. 250) questiona a ineficiência redistributiva das contrapartidas para o conjunto da sociedade como proposto pela legislação, pois, ao contrário, acaba servindo para aumentar os ganhos fundiários. Há em diversas localidades de Belo Horizonte e de sua região metropolitana muitas operações urbanas previstas ou já aplicadas, cuja principal característica é onerar uma área com a prerrogativa de se reinvestir uma quantia em outra área do município. A questão de fato é que as intervenções e suas contrapartidas costumam se conectar com interesses privados de determinados grupos e/ou indivíduos que têm nas rendas obtidas no espaço ou na própria venda do espaço em parcelas a sua fonte de ganhos. O tema das operações urbanas será melhor discutido no próximo capítulo.

Ainda no caso do eixo de expansão norte da RMBH, há o caso emblemático, e ainda em andamento, da região do Izidora. O Izidora é uma grande área de Belo Horizonte, localizada na divisa com o município de Santa Luzia, que estava sendo reservada para a construção de um grande condomínio habitacional. Sua construção se validaria com o uso do instrumento urbanístico das operações urbanas, pois se trata de uma área de proteção ambiental, mas, devido à pressão popular por habitação, foi ocupada e todo esse processo está, hoje em dia, sob forte disputa entre os agentes envolvidos; Estado, proprietários da terra, capital rentista e ocupações. Andrade (2017) estudou de perto o caso da ocupação do Izidora, na região norte de Belo Horizonte, pelo ponto de vista da crítica do valor e apontou que essa ocupação é constituída por pessoas “sobrantes” da crise do processo de reprodução do capital, que expulsa o trabalho vivo do processo de produção.

O setor rentista do capital é um capital improdutivo por definição e que somente pode sugar a mais-valia socialmente produzida. As rendas, antes um

empecilho aos capitais, passaram a ser capitalizadas, incorporadas, para a geração de ganhos. O rentismo se tornou o grande motivador da urbanização contemporânea, mas depende cada vez mais do Estado e do capital financeiro para sobreviver. Se as rendas fundiárias eram obstáculos à livre circulação do capital em um primeiro momento, os capitais encontraram meios de submetê-las ao processo de acumulação.

As principais formas que os capitais encontram para superar as barreiras provocadas pela propriedade da terra são a promoção da união entre as figura do proprietário de terras e do capitalista na mesma pessoa e a outra é tornar a terra um “título comercializável”, um direito sobre usos futuros e, conseqüentemente, sobre parte da mais-valia produzida (BOTELHO, 2008 p. 29). Desse modo,

a propriedade fundiária e a renda que seu proprietário tem o direito de extrair da mais-valia global tornam-se, assim, elementos constituintes da acumulação capitalista, seja através da especulação e incorporação imobiliária, seja através da circulação da renda capitalizada no mercado financeiro (hipotecas e títulos imobiliários) (BOTELHO, 2008, p. 29).

Tornou-se recorrente vermos capitalistas donos de terras e esse fato, então, faz com que essas pessoas tenham interesses em controlar as ações do Estado para que possam aumentar os patamares de suas rendas fundiárias. Por meio de exemplos práticos do caso brasileiro, é possível mostrar como essas articulações acontecem. Há um conjunto de relações sociais obscuras que envolvem a questão das rendas da terra urbana. Em relação ao espaço urbano, entende-se que a noção de escassez se associa a existência da propriedade da terra tornada terra urbanizada e, posteriormente, ambiente construído. Essa escassez se deve ao monopólio da terra tornada propriedade. Não se acessa a terra sem comprá-la ou alugá-la junto aos seus donos. Isso torna a terra algo similar ao ouro, algo raro. Se pensarmos que as terras urbanas possuem grande valor de uso, tanto para a reprodução do capital quanto da força de trabalho, pode-se entender que o impulso a essa condição de mercadoria advém dessa grande demanda social. O ambiente construído faz encarecer ainda mais o preço da terra, pois há trabalho incorporado em sua produção e, além disso, ele se tornou um bem escasso.

São emblemáticos na literatura acerca dessa associação entre a produção do capital fixo de tipo independente produzido pelo Estado e as rendas fundiárias os

casos das empresas *Light & Power* e *City*, em São Paulo. No caso da *Light & Power*, uma empresa prestadora de serviços de energia elétrica, sua estratégia, no início do século XX, era a compra de terrenos afastados, baratos e sem estrutura urbana alguma como reserva de mercado para, em seguida, aumentar os patamares das rendas fundiárias dessas terras. Como a extensão das linhas de bonde e energia elétrica eram o que direcionava a urbanização naquela época, a empresa conseguia induzir uma demanda por essas terras com a estruturação de uma pequena linha em um pequeno trecho, gerando demanda pelos seus imóveis (ROLNIK, 1997, 133). Com a pressão popular por serviços nessas áreas, por parte desses novos moradores, o Estado ia implantando a estrutura urbana que, automaticamente, aumentava os preços de todos os terrenos da *Light & Power* ao longo da linha, e ela, então, completava a linha e via aumentar os patamares das rendas fundiárias desses terrenos (ROLNIK, 1997, p. 133; MARTINS, 2001, p.108). Nessa época, a propriedade do solo já possuía peso na definição da legislação urbanística de São Paulo e a *Light & Power* monopolizou e induziu a seu favor a urbanização da cidade (MARTINS, 2011, p. 109). Tal fato implicava na instalação das indústrias nos arredores da cidade, seguindo os imperativos das rendas fundiárias (MARTINS, 2011, p. 109-110).

Quanto à empresa *City of São Paulo Improvements*, a sua arrecadação de rendas da terra urbana em São Paulo, também no início do século XX, se deu por meio de articulação de empresários do exterior com grandes proprietários de terras brasileiros. Tornada proprietária de 12.380.098 m² de terra da cidade, cerca de 37% de toda a área urbana de São Paulo, chegou a emitir debêntures no valor de 2 milhões de libras. A empresa obtinha junto ao Estado o fornecimento diferenciado das estruturas urbanas em detrimento aos bairros mais empobrecidos, obtendo uma possibilidade de extração de rendas da terra mais elevadas (ROLNIK, 1997, p. 133-135).

As lógicas opostas que, dialeticamente, se confrontam no espaço mostram que as contradições do capitalismo em crise se concretizam na produção do espaço e o Estado atua como gestor dessas relações contraditórias.

3.4 Industrialização, urbanismo e a implosão-explosão dos centros das cidades

Investiga-se no processo de urbanização a passagem das cidades como obra, local da festa e do lúdico (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 12), para não-cidades, um tecido urbano (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 17) o reino do cotidiano. As indústrias, mesmo iniciadas no campo, foram as primeiras a invadir as cidades, as primeiras a toma-las de assalto, e os centros os primeiros a serem objetos da economia política. Houve, substancialmente, a crise da cidade e a destruição de suas relações, lógica que produz e reproduz o tecido urbano. Para Lefebvre (1991 [1968], p. 90) “a urbanização contém o sentido da industrialização”, assim a crise da cidade se articula a todas as outras crises. A invasão das cidades pela indústria, destruindo, agrupa também interesses coletivos de grupos e classes sociais motivados ou motivadores de uma política, de uma economia, de modos de vida, de uma moral, de uma cultura e de práticas sociais. O fetichismo da forma mercadoria se faz presente também no espaço e em sua produção, uma vez que, apesar de socialmente produzido, este é apropriado para a valorização a cargo de uma pequena fração da sociedade e essa relação invertida se faz parecer natural.

Desse modo, a urbanização deve ser estudada, funcionando, indissociavelmente, dentro dessa totalidade aberta que é o capital. Além disso, atualmente há um destacado papel do rentismo associado ao capital financeiro e ao Estado na produção do espaço urbano, em que a terra urbana também se tornou fonte de ganhos. Essa discussão se justifica por revelar um momento de irrupção dentro do processo histórico de reprodução da sociedade em que a cidade, de obra, tornou-se produto, mercadoria. Conforme Lefebvre (2001 [1968], p. 52),

a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com um simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 52).

Nessa citação, Lefebvre mostra a essência da cidade, enquanto obra de arte que precede o modo de produção capitalista. A marca desse tipo de cidade é o uso lúdico e o gozo em vez dos movimentos programados, funcionais e reprodutivos a

serviço do dinheiro. Onde o *cotidiano* foi estabelecido, a festa e o lúdico, que têm origens camponesas, se degeneraram, embora não tenham desaparecido por completo (LEFEBVRE, 1991 [1968], p. 43). No cotidiano que se dão os embates entre o vivido e o concebido, é nessa esfera que “estão os enigmas pelos quais se discute a sociedade e o social”, que nos permitem compreender o uso (SEABRA, 1996, p. 72). Os conflitos entre uso e a troca ocorrem no cotidiano, uma esfera concreta e abstrata, portanto, instituída a partir do vivido (SEABRA, 1996, p. 76). Com a indústria, a cidade foi invadida pela não-cidade e a urbanização foi tecendo a “sociedade urbana”, ainda em construção, “a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 16). A cidade, antes determinada pela produção de obras e pelo uso, passou a ser o *locus* e também o objeto da reprodução do capital.

Os centros das cidades, por seu turno, são os centros de decisões e do consumo, por serem mais bem localizados e estruturados em relação aos serviços e lazeres. Por isso, são propícios às maiores rendas da terra e tendem a ser os primeiros a sentir os efeitos dos processos de produção e reprodução capitalista do espaço urbano. Nesse sentido, Lefebvre (2001 [1968], p. 20) aponta que o centro atrai, pelo seu potencial de consumo, turistas, estrangeiros, pessoas residentes nas periferias e subúrbios e sobrevive, justamente, por esse duplo papel, pois ele é “lugar de consumo e consumo do lugar”.

Assim, os antigos centros entram de modo mais complexo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo. [...] A noção e a imagem do centro comercial datam da Idade Média. Corresponde à pequena e média cidade medieval. Mas hoje o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o uso e ao valor de uso que quase suprime este último⁶⁰. [...] A criação que corresponde a nossa época, as suas tendências,

⁶⁰ Entende-se que não há uma supressão do valor de uso dentro do processo de apropriação das cidades pelo capital, pois, já em Marx (2011 [1867]), fica evidenciado que a mercadoria contém invariavelmente o valor de uso e o valor. Uma mercadoria sem o valor de uso não consegue se valorizar, logo, não seria interessante para aqueles que visam vendê-la para valorizar os seus capitais. Na realidade, se pode dizer que as intervenções nas cidades são, sim, guiadas pelas possibilidades de capitalização das rendas e na venda dos imóveis, em que o interesse é o lucro por meio da mercadoria espaço, mas toda essa produção requer o caráter objetivo do valor de uso para atrair aqueles que vão consumi-lo. Vejamos o *marketing* que se faz para a venda dos condomínios fechados, por exemplo, há um apelo para um modo de vida atrelado ao uso que se poderá fazer daquela porção do espaço. Os anúncios propõem um cotidiano e um modo de vida saudável e seguro dentro do tumultuado ambiente urbanizado e sugerem uma vida próxima à natureza, com um clima agradável, uma vista privilegiada e sem criminalidade.

no seu horizonte (ameaçador) não seria o *centro de decisões*? Este centro que reúne a formação e a informação, as capacidades de organização e de decisões institucionais surge como projeto, em vias de realização, de uma nova centralidade, do *poder*. (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 20).

Todo esse processo levou a uma crise da cidade, crise de sua condição de obra, uma vez que sua produção enquanto mercadoria reflete uma contradição. Os centros das cidades, por todas as características relatadas, também entram em crise, mas não desaparecem na contemporaneidade. Ele se deteriora, é saturado por se remeter a uma centralidade, ele é destruído (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 80), transborda e alcança uma porção maior do espaço. O processo de *implosão-explosão* apontado metaforicamente por Lefebvre (1999 [1970]. p. 26) reflete a influência da tomada da cidade pela indústria, inicialmente tomando os centros das cidades, detonando um abrupto e violento processo de crescimento precário do tecido urbano para além das fronteiras dessa centralidade. Esse duplo movimento, de concentração nos centros e transbordamento para as periferias e subúrbios marca a tomada dos centros pela burguesia nesse primeiro momento, transformando-os de modo funcional em um local sem a vida urbana de outrora, um local de produção e de consumo apenas.

Vejamos, então, alguns fatos históricos determinantes que são referência para se entender como as cidades, especialmente os seus centros, foram implodidos-explodidos e a sua conexão com a reprodução do capital. Os relatos de Engels em “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, de 1845, são pioneiros no que se refere a apresentar a alienação e as condições de vida do proletariado industrial inglês no século XIX. Engels (2010 [1845], p. 68) mostrou o fetiche e processo de alienação do proletariado em meio à metrópole uma londrina com cerca de 2,5 milhões de pessoas que passam umas pelas outras preocupadas apenas com seus trajetos sem perceber a condição humana que os une. Segundo Engels

é por isso que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui explicitamente declarada. Tal como o amigo Stirner, os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis: cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de *tudo*, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida. O que é verdadeiro para Londres também é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a

guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despudorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando (ENGELS, 2010, p. 68-69).

Engels identificou que os ganhos dessa “classe que nada possui” obtidos junto aos patrões não eram suficientes nem mesmo para a reprodução mais elementar de sua força de trabalho nem de suas famílias. Há passagens no texto em que as condições insalubres dos bairros operários, das moradias, de vestuário e de trabalho são descritas com uma riqueza absurda e chocante de detalhes. Naquele período, 1844-1845, três quartos das famílias viviam em precárias “habitações” de um cômodo apenas nos quais crianças, homens e mulheres se amontoavam sem preocupação com idade ou sexo (ENGELS, 2010, p. 72). As imagens geradas em nosso imaginário pelas descrições de Engels nos remetem, em larga medida, às favelas brasileiras e a muitos bairros das periferias brasileiras e sul americanas atuais. De modo geral, essa obra é de suma importância para por revelar a miséria humana causada pela urbanização provocada pela industrialização onde ela nasceu, nas zonas rurais da Inglaterra, e seu forte potencial concentrador. Acerca das descobertas de Engels, Lefebvre (1999 [1972], p. 12) salienta que na concorrência entre as cidades e as zonas rurais pela atração de trabalhadores “a tendência centralizadora leva a melhor, e cada indústria criada no campo traz em si o gérmen de uma cidade industrial”. Ou seja, a presença das indústrias trazia tamanho potencial em gerar concentração para se beneficiar dela e, por isso, todas as indústrias tinham consigo um potencial de criar uma cidade em torno de si. O Estudo de Engels é, portanto, o marco inicial dos estudos urbanos com uma visão crítica acerca da influência das indústrias no processo de urbanização. A desordem observada na urbanização inglesa não é uma simples desordem, mas o efeito e o custo da prodigiosa riqueza gerada com a contrapartida convertida em sacrifícios (LEFEBVRE, 1999 [1972], p. 14-15).

Michelle Perrot, uma importante historiadora francesa, estudou o processo de urbanização francês, no século XIX, e mostrou que quem primeiro “descobriu” a vida urbana na França foi a burguesia. A classe trabalhadora se preocupada apenas com seus salários e com os aluguéis dos seus alojamentos temporários, sendo pouco

comprometida com a cidade e com a vida urbana. Os trabalhadores costumavam reivindicar apenas coisas como melhores preços dos aluguéis dos alojamentos, “eram quase nômades”, não se estabilizavam na cidade (PERROT, 1988, p. 101-102). No entanto as péssimas condições de vida dos trabalhadores, segundo a autora, resultaram na revolução francesa de 1848. Na verdade, os motivadores da revolução de junho de 1848 vão além da questão específica dos aluguéis. Havia uma precarização generalizada do proletariado francês agravada pela “doença da batata inglesa”, pelas “quebras das safras de 1845-1846” e pela “crise geral do comércio da indústria” em outubro de 1845 (MARX, 2012 [1848], p. 41-42). Benevolo (1983 [1963], p. 103) mostra que as condições gerais do proletariado francês nas aglomerações industriais “eram em 1840 tão alarmantes como as verificadas em Inglaterra”.

A relação do proletariado francês com cidade só mudou a partir da década de 1880 com a forte urbanização de Paris, “intensificada com a haussmannização”, que levou à cidade pessoas vindas do campo, atraídas pela industrialização (PERROT, 1988, p. 111). Essa população não queria viver nas periferias de Paris, preferia os degradados cortiços do centro. Esse fato novo, a urbanização, acabou por promover a mudança da percepção da classe trabalhadora em relação à cidade. Por ser o local das festas, dos prazeres, do encontro, dos monumentos, da vida urbana e local da vida produtiva, os trabalhadores não queriam mais ir embora da cidade e suas reivindicações não mais estavam restritas aos aluguéis, queriam uma cidade aberta, morar no centro, circular e utilizar livremente o espaço público (PERROT, 1988, p. 116). A *figura 15* ilustra bem a agitação do centro e Paris nesse tempo, antes das obras de Haussmann. Essas pessoas tinham “sede de espetáculo” (PERROT, 1988, p. 116-117), fato que o capital saberia aproveitar muito bem, futuramente, com a indústria dos lazeres.

Figura 15 - Foto de Paris por volta de 1880.



Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/onlyforyou/41808162345/in/photostream/>
Acesso em: 18/04/2018.

Georges-Eugènes Haussmann foi prefeito de Paris entre os anos de 1853 e 1870 e promoveu diversas intervenções no centro da cidade, norteado por um pensamento tecnocrático e articulado aos interesses das elites. Conhecido com Barão de Haussmann, ele substituiu “as ruas tortuosas, mas vivas por longas avenidas (os *boulevards*), os bairros sórdidos, mas animados por bairros aburguesados” (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 26) com fins de controle e repressão de revoltas e manifestações que eram comuns em Paris. Principalmente a revolução proletária ocorrida no ano de 1848, em Paris, retratada por Marx (2012 [1850]) em seu livro “*As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*” e que culminou com o golpe de Luiz Bonaparte, em 2 de dezembro de 1851. A propósito, Haussmann foi um braço direito de Bonaparte em Paris durante o seu governo. As suas intervenções podem ser consideradas como a primeira grande requalificação urbana nos moldes capitalistas que se tem notícia. A *figura 16 a)*, abaixo, mostra parte das diversas obras de Haussmann em Paris no século XIX e a fotografia b) mostra o resultado dessas intervenções na atual configuração do seu espaço urbano.

Figura 16 - Obras de Haussmann em Paris.



a) Foto mostrando o Arco do Triunfo, ao centro, e as
bulevares que levam até ele.



b) Foto mostrando uma das obras em Paris nos tempos de
Haussmann em execução.

Fontes: Site Teoria do Urbanismo e Projeto Batente.

Disponível em: <<https://teoriadourbanismo.wordpress.com/2012/03/13/haussmann/>>;
<<https://projetobatente.com.br/renovacao-revitalizacao-ou-requalificacao-urbana/renovacao-revitalizacao-requalificacao-urbana-paris/>> **Acesso em:** 18/04/2018.

Harvey (2009, p. 10) salienta que a revolução de 1848 foi uma resposta a uma das primeiras grandes crises explícitas de capital excedente e a saída para tal crise mostrou a centralidade que a urbanização passou a ter. A ascensão de Bonaparte ao poder foi o resultado da impossibilidade de a burguesia solucionar a crise sozinha, assim a manutenção do capitalismo foi feita por um Estado interventor e autoritário, cujas grandes obras públicas de infraestrutura urbana impressionariam até mesmo o economista John Keynes (HARVEY, 2009, p. 10). Haussmann levou a cabo essa incumbência de promoção de grandes obras públicas como forma de movimentação do capital excedente e a geração e empregos, o que acalmou as aspirações dos trabalhadores revolucionários até esse sistema quebrar em 1868 (HARVEY, 2009, p. 10-11).

Para Lefebvre (2001 [1968], p. 23), a substituição das ruas estreitas e agitadas por largas avenidas e sem vida “os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar”. O urbanismo haussmanniano subverteu Paris, ao levar a cabo a estratégia de expulsão do proletário do centro para as periferias e a consequente

“invenção dos subúrbios e do *habitat* (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 104)⁶¹”, o que levou ao despovoamento e ao apodrecimento dos centros. Ademais, esse controle da dinâmica urbana por meio de um urbanismo tecnocrático evidencia que a atuação de Haussmann possuíam preocupações de ordem militar, mas também respondiam à especulação imobiliária (LEFEBVRE, 1999 [1972], p. 155). A própria urbanização de Paris gerou uma demanda por habitações e por solo urbano, o que despertou interesses de ganhos fundiários na cidade.

Outro caso que é emblemático desse modelo de urbanismo levado a cabo por administrações tecnocráticas é o de Nova Iorque, na primeira metade do século XX, a cargo de Robert Moses. Jane Jacobs (2000 [1961]) e Marshall Berman (1986) são autores que relatam muito bem os acontecimentos que marcaram a produção do espaço nova-iorquino do início do século passado sob a mão forte de Moses. Berman (1986, p. 271-295) escreveu como foi doloroso para um morador do Bronx, caso do próprio Berman, ver os símbolos da cidade que conhecia serem sumariamente destruídos para a construção de grandes rodovias ligando diferentes partes da cidade. O que poderia ser feito diante desse processo tão avassalador era apenas conter as lágrimas e “pisar fundo no acelerador”, dizia Berman (1986, p. 276). Moses realizou uma infinidade de obras em Nova Iorque, tanto que Berman relata ter se dado conta de que estava verdadeiramente cercado pelas suas obras. Moses, segundo Berman, esteve presente o tempo todo, de forma vaga e subliminar.

Tudo de grande que se construiu em ou ao redor de Nova Iorque parecia de algum modo ser obra sua [...]. Por anos, do final dos anos 50 ao início dos anos 60, o centro do Bronx foi martelado, dinamitado e derrubado. [...] Apenas não havia ali nenhum triunfo humanístico para compensar a destruição. Na verdade, no momento em que a construção ficou pronta, a ruína do Bronx simplesmente começava (BERMAN, 1986, p. 276-277).

⁶¹ Lefebvre aponta uma oposição entre os termos *habitar* e *habitat*. O primeiro termo designa a relação do sujeito com o espaço atrelada ao uso, a um morar como poeta, intervindo no espaço. O *habitat*, por seu turno, é uma forma de se morar e de se relacionar com o espaço ligada às relações inscritas à forma mercadoria, pois representa um conceito aburguesado de habitação, em “caixotes” sem vida, em que a poesia no sentido da possibilidade da criação e do uso é dificultada (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 81). Mas Lefebvre (1999 [1970], p. 82) entende, acertadamente, que “se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele [o ser humano] a fabricará à sua maneira”. Mesmo que por meio de pequenas intervenções em seu espaço de habitação percebe-se “a irrisória poesia que o ser humano oferece a si próprio para não deixar de ser poeta” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 82).

A ruína começava pelo fato de que esse modelo de urbanização preconizava o automóvel e levava a uma forte especulação imobiliária em bairros em que até aquele momento se podia brincar nas ruas, manter relações mais próximas com os vizinhos e com o próprio espaço das cidades, relata Berman. Algo que essas obras fizeram foi retirar a vida urbana que existia. A *figura 17* mostra esquematicamente o traçado proposto pela via expressa da baixa Manhattan. É evidente como a sua existência se pôs sobre a cidade e suas relações em estabelecidas.

Figura 17 - Plano da via expressa da baixa Manhattan (LOMEX) que conectaria o leste e o outro lado do Rio Hudson.



Disponível em: <https://untappedcities.com/2013/09/11/nyc-that-never-was-robert-moses-lower-manhattan-expressway-lomex/> Acesso em: 11/06/2018.

Duas décadas antes do livro de Berman, Jane Jacobs escreveu “*Morte e Vida de Grandes Cidades*”, uma forte crítica ao planejamento urbano nos moldes vigentes em sua época, também mostrando de dentro do processo e com detalhes a deterioração da vida urbana de Nova Iorque em decorrência de intervenções como as de Moses. As palavras de Jacobs foram um importante contraponto ao urbanismo levado às últimas consequências por Moses. Jacobs dizia,

mas veja só o que construímos com os primeiros vários bilhões: conjuntos habitacionais de baixa renda que se tornaram núcleos de delinquência,

vandalismo e desesperança social generalizada, piores do que os cortiços que pretendiam substituir; conjuntos habitacionais de renda média que são verdadeiros monumentos à monotonia e à padronização, fechados a qualquer tipo de exuberância ou vivacidade da vida urbana; conjuntos habitacionais de luxo que atenuam sua vacuidade, ou tentam atenuá-la, com uma vulgaridade insípida; centros culturais incapazes de comportar uma boa livraria; centros cívicos evitados por todos, exceto desocupados, que têm menos opções de lazer do que as outras pessoas; centros comerciais que são fracas imitações das lojas de rede suburbanas padronizadas; passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando; vias expressas que evisceram as grandes cidades. Isso não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las (JACOBS, 2000 [1961], p. 2).

Jacobs entendia a cidade como algo mais complexo do que os urbanistas tecnocratas a serviço do poder econômico e se via diante de uma produção maciça do espaço enquanto mercadoria, fonte de renda da terra e enquanto capital fixo para a circulação dos objetos. Indagava Jacobs (2000 [1961], p. 6),

as cidades apresentam preocupações econômicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis. Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? (JACOBS, 2000 [1961], p. 6).

Respondendo a Jacobs, definitivamente não há possibilidade. O urbanismo moderno tem seu marco inicial a partir do momento em que a industrialização fez proliferar a urbanização em torno das fábricas a tal ponto que essas áreas tornaram-se verdadeiros esgotos a céu aberto, locais verdadeiramente inóspitos, tornando-se inconvenientes para a reprodução do capital e gerando epidemias como a de cólera em 1830 (BENEVOLO, 1983 [1967], p. 94). Derivada, então, da legislação sanitária a legislação urbanística foi estendida para toda a cidade “e cedo se generalizou a noção de expropriação, estendendo-a das obras públicas a todo o corpo da cidade” (BENEVOLO, 1983 [1967], p. 94). O primeiro grande estatista a valer-se desse novo instrumento para a atuação no espaço urbano foi Haussmann, em Paris, conforme mostrado anteriormente.

3.4.1 As novas centralidades na produção do espaço e o aumento dos estoques de terras

Apresentam-se, nessa parte da tese, alguns elementos fenomênicos da produção do espaço como “causa contrariante” às crises ou mesmo como ampliação desta. A forma espacial assumida por essa urbanização baseada na exploração das rendas fundiárias e na reestruturação produtiva possui especificidades. A produção do espaço tem sido o modo como o capital resolve as crises de valorização, empurrando-a “para frente” por meio da reprodução do capital fictício; rendas fundiárias e capital financeiro. No que se refere à forma urbana, uma dimensão fenomênica dos processos que estamos discutindo, verifica-se que a produção do espaço em um contexto de competição global implica novos arranjos espaciais. É preciso se discutir a metropolização e, por analogia, as novas escalas do processo de periferização como desdobramento do processo de implosão-explosão da cidade e de suas relações. Mais do que isso, o processo de periferização adquiriu outro sentido ao representar a saída momentânea para as crises. Em tempos de acumulação flexível, os centros tradicionais tendem a perder sua centralidade na reprodução dos capitais industriais e rentistas em crise pelo “esgotamento” de novas áreas e pelo encarecimento das existentes. Soja (2008 [2000], p. 340) entende esse processo como um marco representativo do surgimento de uma nova forma espacial urbana, a “postmetropolis”, policêntrica e que mostra a perda da centralidade das metrópoles fordistas.

O que uma vez descrevi como suburbanização regional em massa, agora se tornou uma *urbanização regional em massa*, virtualmente com tudo o que tradicionalmente se associava “à cidade” em qualquer parte da *postmetropolis*. Na era da postmetropolis, é cada vez mais difícil “escapar da cidade”, já que o estado urbano e o urbanismo como forma de vida estão voltando virtualmente onipresentes⁶² (SOJA, 2008 [2000] p. 345, tradução própria).

Anos mais tarde, Soja (2013, p. 150) chamou esse processo de *urbanização regional*, pois há uma passagem da “urbanização metropolitana para a regional”, sendo os termos *cidade-região* e *idades-regional* representativos desses processos. O capital apenas sobrevive produzindo espaços (LEFEBVRE, 1976) e é

⁶² Lo que una vez pudo describirse como suburbanización regional en masa, ahora se ha tornado en una *urbanización regional en masa*, virtualmente con todo lo que tradicionalmente se asociaba a «la ciudad» en cualquier parte de la postmetrópolis. Em la Era de la Postmetrópolis, es cada vez más difícil «escapar de la ciudad», ya que el estado urbano y el urbanismo como forma de vida se están volviendo virtualmente ubicuos.

importante que se conheça as lógicas que regem esses fenômenos. No tocante aos conteúdos sociais, trata-se dos desdobramentos atuais do processo de urbanização da sociedade iniciado com a tomada das cidades pelas indústrias (LEFEBVRE, 1999 [1970]), porém, levando-se em consideração a magnitude e as características atuais, elementos basilares precisam ser pontuados.

No processo de metropolização, os grandes municípios funcionam como atrativos para investimentos vindos de diversos lugares, por conta do seu grande potencial de consumo e de fornecimento de mão-de-obra barata. Porém, características próprias das grandes cidades, como o alto preço da terra, a violência ou os congestionamentos tornam os municípios das regiões metropolitanas mais atraentes para a instalação dessas atividades. No contexto regional e metropolitano, a conexão entre os diferentes lugares e suas atividades ocorre nos moldes de uma rede urbana. A rede urbana, nos dizeres de Corrêa (1989, p. 47-49), é uma “dimensão da realidade social” que reflete a “divisão territorial do trabalho”, articulada e definida pela hierarquia urbana e por uma especialização funcional. Corrêa nos apresenta uma análise geográfica de um processo econômico que alcança patamares regionais. Em sua perspectiva, as grandes metrópoles são os centros de cumulação do capital dentro das redes urbanas, crescendo de acordo com a presença das grandes corporações (CORRÊA, 1989, p. 50). Na rede urbana, ocorre a criação, apropriação e circulação dos excedentes e esse processo depende de pontos no território, os centros urbanos, sabendo que cada um cumpre determinada função (CORRÊA, 1989, p. 52). As migrações de mão-de-obra rural para as cidades, por seu turno, são frutos do fator concentrador das metrópoles, que atraem a maior parte dos excedentes, das rendas fundiárias, dos investimentos do Estado, das indústrias e do comércio (CORRÊA, 1989, p. 64).

Do ponto de vista econômico, as metrópoles passam a ser planejadas como um todo, como uma espacialidade na qual se implanta o “meio técnico-científico-informacional” como entendido por Santos (2006), o que diretamente favorece a logística das empresas e do processo de acumulação. Os trabalhadores mais pobres são guiados pelos preços que podem pagar. Por outro lado, é possível que um sujeito com alta renda more em um condomínio de alto luxo no município de Lagoa Santa-MG e administre suas empresas no município de Contagem-MG, por exemplo. Nessa perspectiva, Magalhães (2008, p. 25) utiliza a noção de *cidade-*

região para designar um novo arranjo espacial, “expressão espacial do capitalismo industrial contemporâneo”. Nessa perspectiva a cidade-região seria não somente o resultado do crescimento horizontal das metrópoles, mas a expressão de um novo arranjo produtivo em um capitalismo mais fluido e do processo de implosão-explosão dos centros das relações sociais e das atividades econômicas das metrópoles. Os centros das cidades polo das regiões metropolitanas tendem a se saturar no que se refere aos espaços físicos para novas atividades, mas também em termos de novas áreas para incorporações mais baratas para adentrar aos mecanismos de extração das rendas fundiárias. Nesses centros se consegue apenas aumentar os patamares das rendas já existentes por meio dos instrumentos de política urbanística.

Há uma importante distinção a ser feita entre centralidade e polo. A perspectiva de metrópole como uma centralidade é a expressão de relações de poder e de hegemonia que emanam dos centros para as periferias (LIMONAD e COSTA, 2015, p. 284-285). Por seu turno, a relação dos polos com suas periferias são distintas, pois os polos são pontos de atração de pessoas e de atividades dentro de uma rede urbana e essa atração acaba reverberando em suas periferias sem que haja relações de poder necessariamente (LIMONAD e COSTA, 2015, p. 284-285). De modo geral, no processo de metropolização, as metrópoles exercem dialeticamente as duas funções, de centralidade e de polo. No *boom* da urbanização brasileira, década de 1960-70, o governo militar institucionalizou as regiões metropolitanas pela *Lei complementar n°14 de 08 de julho de 1973*, que formalizou os maiores municípios brasileiros como polos de desenvolvimento regional. No entanto pelo peso econômico e político essas municipalidades atuaram na prática como centralidades com forte poder e hegemonia sobre os municípios vizinhos. Com o fim do governo militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a influência que as cidades grandes que possuem regiões metropolitanas exercem sobre os municípios vizinhos se assemelha mais a noção dos polos.

Limonad e Costa (2015) preferem pensar esse momento do processo de periferização/metropolização para além do dualismo clássico entre o centro e a periferia. A terceira revolução industrial ampliou substancialmente o papel das redes e do meio técnico-científico-informacional, ampliando a escala de conexão dos lugares com o regional e com o global, de modo que as centralidades de hoje não necessariamente precisam estar dentro de aglomerações urbanas. Há, portanto, o

desenvolvimento de “excentricidades”, expressando as “mudanças nas relações de centralidade, que se transpõem das aglomerações urbanas para suas periferias, ou mesmo para outras periferias” (LIMONAD e COSTA, 2015, p. 286).

Em seu livro, “*A Urbanização Brasileira*”, Milton Santos discute o modo como se deu a nossa urbanização e suas particularidades, salientando que a urbanização é um fenômeno global. Santos (2008 [1993], p. 135) mostrou nessa obra uma tendência de crescimento populacional das cidades médias e o menor crescimento populacional das metrópoles por conta do crescimento das regiões metropolitanas estar ocorrendo paralelamente a um processo de “desmetropolização”. Essa desmetropolização apontada por Milton Santos já é expressão da tendência de implosão das grandes cidades e do avanço das atividades econômicas e das pessoas para as periferias imediatas ou para outras cidades. A afirmação de Santos segue no sentido da noção de “excentricidades” de Limonad e Costa e da complexificação da relação entre centros e as periferias no processo de metropolização. Para Santos (2008 [1993], p. 130-131), o desenvolvimento do *meio técnico-científico-informacional* – MTCI é o grande propulsor das mudanças na organização das cidades brasileiras, pois torna a vida e as relações mais intensas e o processo de urbanização mais vigoroso. O MTIC apareceu após a segunda guerra mundial nos países do capitalismo avançado e chegou ao terceiro mundo na década de 1970, sendo a junção entre ciência, técnica e informação a base da utilização do espaço para fins produtivos (SANTOS, 2012 [1996], p. 238). O “meio técnico científico-informacional” é “a aparência da globalização” e a requalificação dos espaços representa a união da técnica com a ciência a serviço dos agentes hegemônicos (SANTOS, 2012 [1996], p. 239). Na segunda metade do último século, a urbanização brasileira ganhou grandes proporções e a taxa de urbanização do país chegou a 84,4%, de acordo com censo de 2010 do IBGE⁶³. A *tabela 3* mostra a evolução da taxa de urbanização brasileira de 1940 a 2010.

Essa discussão somente mostra como a produção capitalista e fetichista do espaço atende exclusivamente aos interesses do capital, que tem sua referência em si mesmo. Os capitais individuais tendem a usar sua mobilidade no espaço para definir onde é mais lucrativo para os seus negócios. O que a análise das formas

⁶³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

assumidas pela urbanização mostra são, apenas, os indicativos das tendências dentro do processo de acumulação e suas contradições. Para ilustrar essas proposições teóricas, o caso da produção recente do espaço metropolitano de Belo Horizonte é muito ilustrativo. A *figura 18* mostra uma hierarquia de centralidades identificadas pela equipe do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI, de 2010-11, para a RMBH. Nesse plano foram identificados outros centros menores se articulando em rede ao centro de Belo Horizonte. Essa nova configuração espacial da urbanização na escala da metrópole belo-horizontina já representa o processo de desconcentração de atividades econômicas do município polo e de seu centro comercial para todo o espaço metropolitano. Mais do que isso, o capital, em crise, precisa continuar a produzir espaços, incorporando terras ainda baratas, novas áreas para receber unidades produtivas e outros investimentos diversos. Evidencia-se a produção do espaço para a ampliação e diversificação de novas áreas para adentrar os circuitos de acumulação e de extração das rendas fundiárias diferenciais. Embora em sua identificação pelos pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais as centralidades metropolitanas não se resumissem à sua natureza econômica, sua apropriação pelo Estado se deu nesses moldes. A forma como o governo de Minas Gerais transformou essas proposições em políticas e planos de ações representa o modo como o planejamento estatal concebe o espaço socialmente produzido sob o ponto de vista estritamente econômico. Segundo o documento produzido pelo Estado, em 2011, condensando as ideias do PDDI,

os eixos de estruturação metropolitana configuram áreas em torno das principais vias estruturantes de ligação da RMBH com outras regiões do estado e do país, onde se localizam grandes equipamentos de infraestrutura, áreas industriais, usos de grande porte ligados ao setor terciário e outros equipamentos, e formas de ocupação ao longo dos eixos, que se localizam de forma mais espraiada no território. A presença de atividades econômicas de alto valor agregado e alto potencial de geração de emprego e renda na escala dos eixos potencializa o crescimento das centralidades ali localizadas. Os eixos também têm a função de direcionar o crescimento da metrópole, promovendo a interligação com as áreas de vacância fundiária crítica que se desejam adensar ou dar alguma destinação adequada (UFMG, 2011, p. 13-14).

As *figuras 19 e 20* fazem parte de um documento chamado *Master Plan Econômico* encomendado pelo Governo do Estado de Minas Gerais junto à empresa *CH2M HILL* para, a partir dos estudos da Jurong Consultants, de 2010, e do PDDI,

de 2011, realizar um plano estratégico de desenvolvimento do “vetor” norte da RMBH com o horizonte temporal de 20 anos. A área compreendida pelo *Master Plan* é de 2.529 km² e a “área total das unidades de terreno disponíveis para desenvolvimento: 940 km²” (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2012, p. 24).

Esse planejamento evidencia a produção do espaço em escala metropolitana com o planejamento estatal guiando os capitais a partir de estudos das legislações municipais e promoção de um planejamento integrado de toda a RMBH. As reestruturações do capital fixo definem a atratividade dessas áreas para o capital produtivo em escala global, bem como dos capitais rentistas, que se aproveitam para aumentar os patamares das rendas fundiárias de seus terrenos próximos a essas obras e empreendimentos. O planejamento estatal, nesses moldes, leva consigo em seu âmago as categorias da economia política em sua busca pela fuga das crises. Busca-se viabilizar novas rodadas de crescimento econômico até que um novo esgotamento demande uma nova produção do espaço. Ademais, todos os gastos do governo de Minas Gerais empregados para estruturar o “vetor” norte deixaram os cofres públicos quase vazios, antes mesmo de Fernando Pimentel ser eleito governador, em 2014. Atualmente, a situação encontrada por Romeu Zema continua crítica. O papel do Estado como o agente de produção do capital fixo de tipo independente se mostra evidente nesse exemplo prático da RMBH, pois gastos como esses representariam um grande custo de produção para os capitais interessados. Trata-se de um *capital de despesa*, “despesas não produtivas de valor e de mais-valia” (LOJKINE, 1981, p. 156).

O Estado pode determinar como se dará a produção do espaço em âmbito metropolitano e o faz a partir de seu planejamento, o qual precisa mobilizar as categorias fundamentais da reprodução dos capitais no espaço. O equipar o espaço com as condições gerais de produção para atrair indústrias e empresas o Estado altera a acessibilidade e a estrutura às terras próximas, o que atua diretamente no aumento dos patamares das rendas diferenciais de tipo I. Seus proprietários, que compraram terras baratas se beneficiaram com ganhos produzidos por investimentos públicos. Esse processo representa uma maior complexidade das relações sociais de produção e da divisão espacial e social do trabalho. Nessa dialética espaço-temporal, presente na cotidianidade em escala metropolitana, evidenciam-se as diferentes temporalidades e espacialidades dos capitais, dos rentistas, dos mais ricos, do Estado e dos trabalhadores mais pobres no acesso ao solo urbano.

O fato é que a constituição dessas centralidades propostas para a RMBH nesses moldes tem mais a contribuir para a continuidade e ampliação do processo de gentrificação do espaço, pois há a tendência de essas regiões serem os novos alvos do capital rentista. As centralidades funcionariam como indicativos aos capitais produtivos e improdutivos, o que traria aumento dos patamares das rendas fundiárias. Tonucci Filho (2019, p. 18), envolvido diretamente na constituição do PDDI, mostra-se descontente com o descolamento do “espírito” do que foi produzido pela Universidade e o do que foi, de fato, apropriado pelo Governo de Minas Geras para se tornarem políticas públicas, sendo priorizados, exatamente, os pontos favoráveis aos grandes projetos urbanos e projetos privados. Em vista do que esta tese vem discutindo, essa “subversão” da proposta original do referido plano não chega a ser uma surpresa.

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, cada município passou a definir as diretrizes de seu planejamento “independentemente” dos interesses federais. Desse modo, as municipalidades passaram a calcular seus investimentos como se fossem empresas capitalistas individuais disputando uma maior inserção nos mercados globalizados (HARVEY, 2005). Inseridos diretamente na economia global, as localidades, no caso dos municípios, equipam seus territórios para disputar as empresas e investimentos atuantes em escala planetária (HARVEY, 2005). Nesse amplo processo concorrencial entre os municípios, Vainer (2000, p.

76-78) identifica uma crescente “competitividade urbana” e como desdobramento os prefeitos municipais fazem um verdadeiro “*marketing* urbano” para conseguir “vender” suas localidades diante da forte concorrência. Nos termos de Vainer (2000), estamos vivenciando um processo de mercantilização do espaço pelo planejamento estratégico levado a cabo pelas administrações municipais, em que os municípios buscam se inserir competitivamente na divisão do trabalho. Para tal tarefa, os prefeitos, literalmente, vendem suas cidades como se fossem mercadorias, por conseguinte, há um *marketing* da cidade para facilitar a sua venda (VAINER, 2000). As administrações municipais dialogam diretamente com os capitais em diversas escalas e se digladiam em busca de atrair os melhores investimentos e as maiores empresas para os seus territórios. Os governos municipais gozam de mais autonomia para organizarem seus territórios. Eles definem em seus planos diretores as áreas para verticalização, os distritos industriais, as áreas residenciais etc.

Nesse cenário, “a localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela [...] o mundo se expressa nos lugares” (SANTOS, 2006, p. 218). Em tempos de reestruturação produtiva e de financeirização de tudo e em um capitalismo em crise permanente, a ação das “redes” (CASTELLS, 1999) torna as relações entre o centro e a periferia mera formalidade. Nos termos de Limonad,

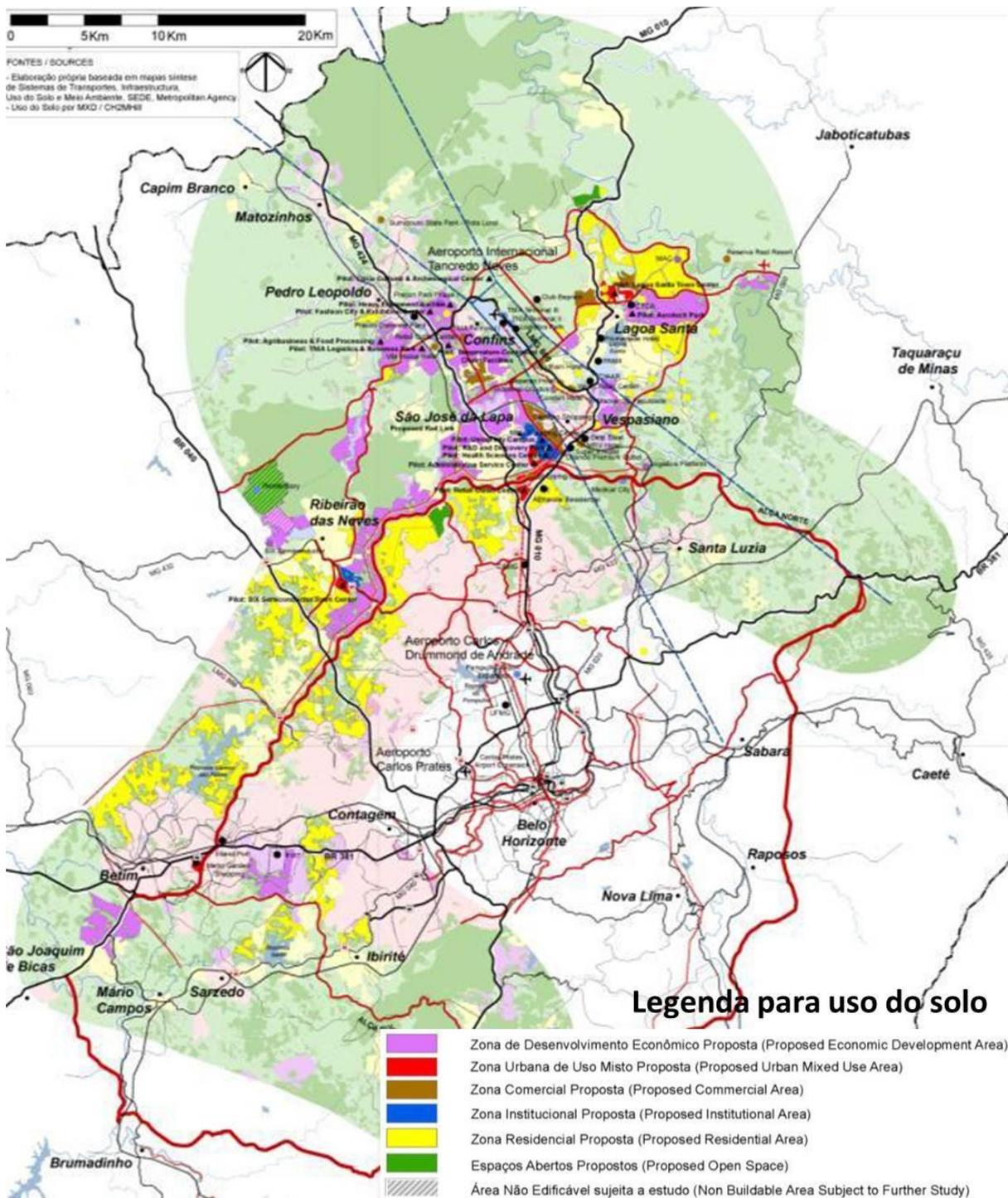
a resultante fragmentação espacial de empresas e de grupos sociais articulados mediante a formação de novas redes dá margem ao surgimento de novas solidariedades e territorialidades, as quais incidem diretamente sobre a distribuição das atividades produtivas e da população no território. No âmbito da distribuição das atividades produtivas, conduzem a uma reestruturação horizontal e vertical da produção que resulta em uma reestruturação territorial, com uma abrangência da escala global à local. No âmbito da distribuição da população, contribuem para alterar substancialmente as condições de vida de diferentes assentamentos em diversos pontos do território, em função seja de sua localização estratégica frente às novas redes de comunicação e transportes, seja pela integração e/ou não integração aos fluxos empresariais e da produção. Pode-se dizer que as transformações em curso representam novas estratégias para a acumulação e criam novas condições para a mobilidade do capital e novos obstáculos à mobilidade espacial da força de trabalho (LIMONAD, 1999, p. 83).

Esse “municipalismo”, ainda em vigência, vem gerando problemas de diversas naturezas que passam a aparecer em âmbito metropolitano. Há, portanto, uma grande complexificação dos processos de urbanização em escala metropolitana no contexto da acumulação flexível e das políticas neoliberais. A configuração de

espaço metropolitano resulta da necessidade dos capitais imobiliários e produtivos em incluírem novas terras baratas para aumentar seus patamares e localizações estratégicas em relação ao capital fixo existente.

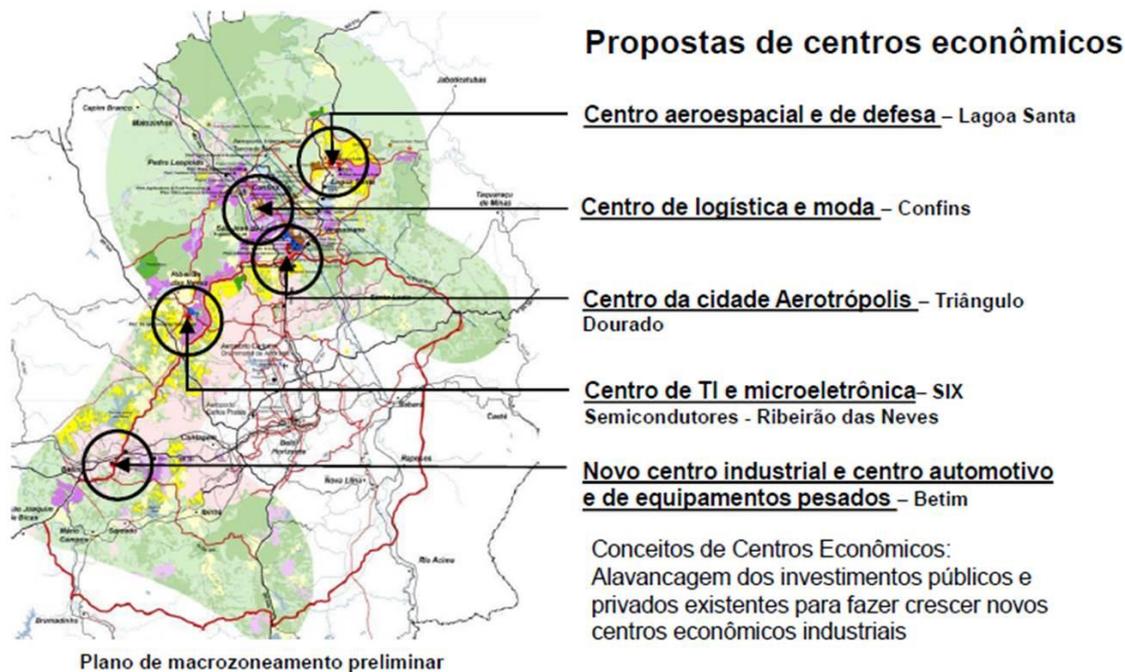
Em Belo Horizonte, há um quase esgotamento do espaço para incorporação horizontal, restando a verticalização pela ampliação dos potenciais construtivos previstos no zoneamento. A concentração de todos os investimentos em Belo Horizonte encontrou um limite para a capitalização para as rendas. O capital precisa, sempre, incluir novos espaços para manter sua reprodução. Assim, a configuração de novas centralidades é um desdobramento desse processo. Em outras palavras, a reestruturação do meio técnico-científico-informacional e dos “novos meios de comunicação e de transporte” criou as bases para a “desaglutinação espacial das atividades” para a reorganização das esferas de produção, de trabalho, de residência e de consumo para uma escala mais ampla do que a da cidade (LIMONAD, 1999, p. 88).

Figura 19 - Plano de Macrozoneamento preliminar da RMBH com enfoque no projeto do Rodoanel.



Fonte: GOVERNO DE MINAS GERAIS (2012). Disponível em: http://www.rmbh.org.br/arquivos_biblioteca/MasterPlanEcono_V-Norte-RMBH_Apres_2014%20-01-19.pdf Acesso em: 12/01/2020.

Figura 20 - Proposta de centros econômicos.



Fonte: GOVERNO DE MINAS GERAIS (2012). Disponível em: http://www.rmbh.org.br/arquivos_biblioteca/MasterPlanEcono_V-Norte-RMBH_Apres_2014%20-01-19.pdf Acesso em: 12/01/2020.

Tabela 3 - Taxa de urbanização brasileira de 1940 a 2010.

Período	Taxa de Urbanização
1940	31,24
1950	36,16
1960	44,67
1970	55,92
1980	67,59
1991	75,59
2000	81,23
2007	83,48
2010	84,36

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

3.4.2 – A resignificação das periferias metropolitanas que alimenta o mercado de terras

Diante do que foi discutido, constata-se que o processo de metropolização/periferização guiado pelo mercado de terras e imóveis reflete a estruturação socioeconômica, sendo características principais, por um lado, a quebra das barreiras espaciais para os diversos capitais e para as elites em busca de usufruir de todo tipo de vantagens locacionais que o espaço metropolitano oferece e, por outro lado, há novas barreiras erguidas para os trabalhadores de baixa renda que refletem contradições basilares da distribuição da riqueza.

O processo de urbanização brasileiro iniciado na década de 1930 e concretizado por volta da década de 1970 fez a demanda por imóveis e pela terra urbana crescer a ponto de os municípios do entorno das grandes cidades entrarem no circuito de forma mais intensa. Camargo et. al. (1976, p 25-26) mostra que, no caso de São Paulo, até os anos 30, as indústrias forneciam as habitações aos trabalhadores urbanos por meio da construção das chamadas “vilas operárias” próximas às fábricas, cujas residências eram alugadas ou vendidas aos trabalhadores. Mas, com a industrialização sendo intensificada em São Paulo, a acelerada urbanização/proletarização do homem do campo tornou tal medida inviável por interferir substancialmente nas taxas de acumulação, sendo a aquisição desses bens passada para a responsabilidade dos próprios trabalhadores e a função do fornecimento dos equipamentos urbanos para o Estado (CAMARGO et. al., 1976, p 25-26). Martins (2001, p. 109) mostra que nesse processo as rendas fundiárias á desempenhavam papel central.

Essa precarização foi ocorrendo por diversos meios, sendo a queda dos salários e os baixos investimentos estatais na reprodução de grande parte da força de trabalho os maiores responsáveis. Ao capital interessa obter a força de trabalho o mais barato possível, logo, a precarização das condições de vida dos trabalhadores propiciada pelo grande exército de mão-de-obra reserva atraído para as cidades representava a possibilidade de queda dos custos do chamado capital variável. Para além do processo de precarização e do exército industrial de reserva, houve a formação de uma massa de trabalhadores sobrantes por conta da crise do trabalho pelo aumento da composição orgânica do capital. Evidentemente, essas mudanças

na relação entre capital e trabalho não se dão sem enfrentamentos ou contestações por parte dos trabalhadores, pois as greves e protestos que ocorrem com frequência nas grandes cidades são evidências de resistências a essas mudanças. Diante das lutas entre capital e trabalho no processo de urbanização brasileiro, Oliveira (1977, p. 75) é categórico ao dizer o Estado está amplamente comprometido com a reprodução do capital para poder solucionar os problemas que afligem a classe trabalhadora.

Se fossemos destrinchar a inserção de todas as espacialidades circundantes na cotidianidade da metrópole, constataríamos relações que, apesar de suas especificidades, têm a mesma essência. No caso de Belo Horizonte e sua região metropolitana, Costa (1994, p. 74) diz que

os resultados do censo de 1991 mostram com clareza que vários municípios da periferia da região metropolitana vêm apresentando taxas de crescimento extremamente elevadas ao longo dos anos 80. Alguns deles, como Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano cristalizam evidências de crescimento, em torno de 7% ao ano, já presentes na década de 70. Já Belo Horizonte cresceu apenas 1,28% ao ano, sugerindo a intensificação de usos não/residenciais. Tomando-se Ribeirão das Neves como exemplo típico do adensamento periférico, verifica-se que o extraordinário crescimento na década de 70, fruto do desbravamento da área via loteamentos, mantém índices bastante elevados (7,16%) ao longo da década de 80 consolidando o município como a quarta maior população da Região Metropolitana (COSTA, 1994, p.74).

De modo geral, as periferias das metrópoles brasileiras são locais que concentram grandes quantidades do excedente de mão-de-obra barata, o que é algo imprescindível para elevação das taxas de lucro dos capitais. Dentro do contexto de uma metrópole, essas espacialidades periféricas são como depósitos de capital variável, trabalho vivo. São trabalhadores que sobrevivem em precárias condições, pois, tanto para o Estado quanto para o capital, os investimentos na reprodução social não geram lucros. Além do mais, o Estado, em tempos neoliberais, tende a se concentrar na construção do “capital fixo de tipo independente” (HARVEY, 1990, p. 226), modernizando e ampliando a infraestrutura urbana e investindo cada vez menos nas políticas sociais e no bem estar da população. Como tendência, os mecanismos relacionados às rendas da terra no processo de metropolização levam à expulsão dos mais pobres para municípios cada vez mais distantes das metrópoles, situados em distantes periferias. Esse mecanismo é mostrado por

Jaramillo (2010, p. 167-174), ao tratar da *renda diferencial de habitação*, em que às diferenças nas magnitudes dos preços das habitações refletem a incorporação do tempo de deslocamento ao trabalho, os equipamentos urbanos disponíveis, enfim, refletem “a inserção particular do lote na estrutura espacial de valores de uso da cidade”.

Por outro lado, os mais ricos, que podem pagar mais para ter o acesso a terra e aos imóveis, vêm buscando se afastar dos chamados problemas das grandes aglomerações. Este grupo, formado por trabalhadores mais bem remunerados, médios e grandes empresários, artistas, políticos, decidem ir voluntariamente para as periferias metropolitanas em busca de melhor qualidade de vida. Nesse fenômeno, Tereza Caldeira (2000, p. 258) identifica a negação do espaço público e da cidade pelos “enclaves fortificados”, pois representam a deterioração da rua em troca do confinamento dentro de muros altos e o reforço da exclusão do outro por parte dos mais ricos. O isolamento sob forte vigilância em periferias relativamente distantes dos centros das grandes cidades, garantidos por esses *enclaves fortificados*, possui um *status* buscado pelas elites (CALDEIRA, 2000, p. 259). Ademais,

áreas isoladas, não urbanizadas e distantes foram transformadas em espaços mais valorizados do que os tradicionais bairros centrais e com boa infraestrutura. Essa mudança requereu a inversão dos valores que haviam prevalecido dos anos 40 até os 80, quando o centro era inequivocamente associado aos ricos e a periferia, aos pobres. Pela primeira vez, algo como o subúrbio americano tornou-se popular entre a elite, e a distância do centro foi resignificada para conferir status em vez de estigma (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Casos como esses denunciam as desigualdades no processo de distribuição das riquezas manifestadas na ocupação do solo urbano e o modo como elas não são solucionadas no processo de urbanização. São ampliadas ao extremo. As possibilidades de deslocamento pelo uso de automóveis permitem que essas pessoas residam nas periferias das metrópoles e utilizem os centros comerciais das grandes cidades, apenas, para o trabalho, estudos, diversão. Muito embora a proposta dos condomínios fechados seja a de emular a cidade, possuindo escolas, shoppings praças, cinemas bancos, comércio. Esses locais acabam representando o retorno dos “feudos” e o tiro de misericórdia na cidade.

Conforme mostram Mendonça e Perpétuo (2006), o caso de Nova Lima-MG, município ao sul de Belo Horizonte, representa esse momento de “periferização da riqueza” iniciado por volta do início da década de 1980 e concretizado na década de 1990. Com o declínio da atividade mineradora em Nova Lima, na década de 1980, as empresas de mineração, donas de quase 80% das terras do município, descobriram a potencialidade dos ganhos imobiliários (MENDONÇA e PERPÉTUO, 2006, p. 23). A articulação entre a expansão da zona sul de Belo Horizonte e as características naturais do município serviram como fator propulsor dos ganhos imobiliários, calcados na construção de condomínios fechados como o *Alphaville*, o *Vila da Serra* e tantos outros. Costa (2006, p. 112-113) mostra que houve nesse processo uma incorporação dos discursos ambientais pelo capital rentista, transformando os valores de uso da natureza em rendas fundiárias. Os construtores dos condomínios fechados se valem da *renda de monopólio de segregação*, a qual um grupo aceita pagar preços mais altos pelas terras e imóveis urbanos para gozar de um status social mais elevado e para usufruir de um espaço que lhes garanta um conforto e um luxo que os diferencie socialmente do restante da população, evidenciando a sua maior renda (JARAMILLO, 2010, p. 162-167).

Há também diversos condomínios fechados sendo instalados em municípios do “vetor” norte da RMBH, tendo os agentes do capital rentista se aproveitado da reestruturação do local para aumentar os patamares de suas rendas. Os municípios de Lagoa Santa, Vespasiano, Jaboticatubas e Matozinhos, pertencentes ao “vetor” norte, têm apresentado forte atuação dos rentistas e nesses locais, até então rejeitados e estigmatizados, há uma grande quantidade de condomínios fechados de alta e média rendas já construídos ou ainda em construção. Isso mostra que, juntamente com a construção dos condomínios, os agentes dos capitais organizados em torno da capitalização das rendas fundiárias precisam construir um cotidiano para atrair as pessoas a viver nas periferias sempre tão estigmatizadas. A verdade é que a construção desse cotidiano passa por abolir esse estigma dessas áreas. Em documento produzido pelo PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte⁶⁴, na década de 1970, as periferias são definidas, pejorativamente,

⁶⁴ Órgão do governo de Minas Gerais, formado em 1973, juntamente com a institucionalização das regiões metropolitanas para realizar o planejamento do processo de metropolização de Belo Horizonte em tempos de regime militar no Brasil.

como “negação do centro” e locais sem autonomia decisional, habitadas pelas populações subalternas, com ausência de atividades importantes e diversificadas e são determinadas por outros espaços (PLAMBEL, S/D, p. 8).

Em suma, por meio dessas reflexões, identificam-se três pontos essenciais para um entendimento do processo de metropolização/periferização atuais: a produção do espaço regida pela lógica do capital e do mercado ultrapassa as barreiras institucionais ou municipais e se valem de todo o espaço metropolitano; o papel do Estado é principalmente a organização e produção do espaço e a elevação dos patamares das rendas da terra; a moradia e o trabalho na metrópole são guiados pelo mercado e pelas rendas das pessoas e empresas. Acerca da mobilidade do capital e da força de trabalho no espaço, Ester Limonad afirma que

em síntese, frente às novas condições espaciais da produção os diversos capitais buscam maximizar suas respectivas mobilidades e tornar-se quase que independentes do espaço, enquanto os trabalhadores procuram maximizar sua mobilidade espacial através de diferentes estratégias no âmbito das relações de trabalho e de sobrevivência no cotidiano. Temos, assim, movimentos antagônicos, entre capital e trabalho e entre diferentes capitais, para maximizar suas respectivas mobilidades, mediados pela ação do Estado em dotar o espaço de infraestrutura (meios de abastecimento e comunicação) (LIMONAD, 1999, p. 85-86).

Diante disso, Monte-Mór (2003, p. 261) diz que tem diminuído o crescimento populacional nas metrópoles e nos polos de aglomerações metropolitanas e urbanas, porém, suas periferias têm se ampliado de forma a manter alta a participação das áreas metropolitanas no conjunto da população urbana e total do país. Verifica-se, por tanto, a intensa articulação que se processa entre a metrópole e suas áreas contíguas. A busca por novos espaços para a reprodução dos capitais em escala metropolitana faz desconcentrar as atividades antes concentradas em grandes municípios como Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre etc. Nesse ponto, acrescenta-se que tais questões devem ser pensadas também por um viés mais abstrato, pois extrapolam a questão metropolitana em si, que representa apenas um momento empírico do processo de reprodução do capital. O processo de metropolização é a incorporação de novos espaços socialmente produzidos como um meio para a valorização dos capitais em crise. À vista disso, concorda-se com a perspectiva de Lefebvre (1976), em que o capital somente sobrevive produzindo espaços e reproduzindo as relações de produção.

Entende-se que o aumento do preço da terra das áreas periféricas causado pela presença de grandes obras públicas ou projetos imobiliários como os condomínios fechados de luxo representam uma ameaça real à permanência das famílias mais pobres nesses locais, pois a ação do capital rentista tende a elitizar o acesso ao solo urbano. É possível que ocorra um processo de *gentrificação* (SMITH, 2007) nesses locais, mesmo nas periferias, pois, ao equipar os espaços com infraestrutura urbana, o Estado influencia diretamente a elevação do preço do solo urbano, interferindo no preço da terra e dos imóveis urbanos. Assim, as possibilidades de ganhos fundiários são os grandes atrativos para o capital rentista sem se importar com trabalhadores de mais baixa renda que terão mais dificuldades de acessar os imóveis, mesmo nas tradicionais periferias metropolitanas, atualmente, alvos desses diversos projetos. Não se pode compactuar com essa estrutura fetichista calcada no lucro e que gera como produto a exclusão socioespacial de milhares de pessoas entregues à própria sorte. Os empresários desse setor costumam cobrar uma menor intervenção do Estado em políticas sociais para que esses recursos sejam revestidos em estrutura urbana. No entanto, não se interessam pelo bem estar das pessoas, querem apenas o aumento dos patamares das rendas da terra e do preço dos seus imóveis.

3.4.3 Financeirização, rendas fundiárias e os mecanismos de periferização dos mais pobres

A classe operária sofre as consequências da explosão das antigas morfologias. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado. A antiga miséria proletária se atenua e tende a desaparecer nos grandes países industriais. Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido). Para aqueles que ainda duvidam de sua existência como classe, a segregação e a miséria de seu “habitar” designam na prática a classe operária (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 138).

Nessa parte da tese coloca-se em evidência a crise imanente do capital pelas contradições da reprodução no espaço. A precariedade da força de trabalho nada mais é do que indicativos dos limites estruturais do próprio capital, que precisa solucionar, ampliar, a crise produzindo espaços a partir da reprodução do capital

fictício. Desde o princípio da urbanização brasileira, o acesso à terra dos mais pobres sempre foi problemática. Essas pessoas sempre se viram empurradas para as periferias ou para os morros. Os processos de periferização dos mais pobres no Brasil são a tônica de nosso processo de urbanização.

A urbanização brasileira se iniciou na passagem do século XIX para o XX. No princípio da industrialização/urbanização brasileira, a força de trabalho libertada do trabalho escravo e a massa de trabalho composta por imigrantes, principalmente europeus, progressivamente, passam a ser absorvidas pelas cidades (NASCIMENTO et. al., 2013, p. 106-107). Essa incipiente urbanização guarda exemplos do urbanismo tecnocrático, amplamente difundido no Brasil. No Brasil, o urbanismo tecnocrático apareceu travestido de “agente da modernização”. As políticas “higienistas” do Rio de Janeiro no final do século XIX traziam consigo um discurso modernizante também verificado nos caso de cidades previamente planejadas como Belo Horizonte (1897), Teresina (1852), Aracajú (1855), Goiânia (1935), Brasília (1955), Palmas (1989).

No Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX, o urbanismo tecnocrático com inspiração haussmaniana calcado no alargamento e retificação de ruas, no saneamento de bairros insalubres e no embelezamento da cidade, apareceu na reforma Pereira Passos, entre 1903 e 1906, para justificar a remoção dos cortiços das áreas centrais da cidade (NASCIMENTO et. al., 2013, p. 108-109). O acesso ao solo urbano no Rio de Janeiro foi marcado pela expulsão dos trabalhadores mais pobres dos cortiços do Rio de Janeiro, no final do século XIX e começo do século XX, dando origem à ocupação dos morros e favelas. Conforme Rago (1985, p. 164), as ações dos médicos higienistas no Rio de Janeiro associavam as moradias dos trabalhadores, os cortiços e favelas, a locais imundos e nascedouros de diversas doenças e surtos epidêmicos. O odor fétido dos trabalhadores mais pobres era a justificava do governo para as ações dessa natureza, que os colocavam como incapazes de gerir adequadamente suas próprias vidas, cabendo ao Estado levar a “civilização” até eles (RAGO, 1985, p. 165). Em 1869,

existiam cerca de 642 cortiços na cidade do Rio de Janeiro, contendo 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas, das quais 13.555 homens e 8.374 mulheres. Em 1888 os cortiços aumentavam para 1.331, com 18.966

quartos habitados por 46.680 pessoas, de acordo com dados Fornecidos pela Inspetoria Geral de Higiene (RAGO, 1985, p. 166).

A destruição dos grandes cortiços, como o “Cabeça de Porco”, em 1893, em nome da ideologia higienista, não veio acompanhada de soluções ao acesso a terra. Ao contrario, esse evento marcou o principio de “uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade”; passou-se a associar “classes pobres” à “classes perigosas” e criou a ideia de que a gestão de uma cidade deve ser feita a partir de “critérios unicamente técnicos ou científicos” (CHALHOLB, 1996, 19-20).

No caso de Belo Horizonte, que nasceu sob os marcos do planejamento e do higienismo, em 1897, os próprios trabalhadores que construíram a capital não puderam morar dentro dos limites da avenida do Contorno e foram ocupar os morros do entorno e as periferias imediatas (COSTA, 1994, p. 51-52). Casos como esses são generalizados no Brasil e marcam a perpetuação de uma crise social, que uma análise do espaço dos grandes e médios municípios denuncia. Nessas intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, não havia perspectivas para o desenvolvimento futuro das áreas adjacentes para onde foi mandada a classe trabalhadora mais pobre, definidas como zonas de chácaras (NASCIMENTO et. al., 2013, p.109) e periurbanas.

A política higienista mascarava os interesses imobiliários sobre as áreas centrais com um discurso sanitário. São Paulo, por exemplo, possui um bairro chamado Higienópolis em referência a um local projetado para ser livre da imundice das cidades. Os prefeitos mais recentes de São Paulo, José Serra, Gilberto Kassab e João Dória, mantiveram, de forma velada, uma política de limpeza do centro comercial do município nos moldes higienistas. Houve diversas tentativas de remoção de moradores de rua e viciados em drogas que circulam nessa região⁶⁵. Belo Horizonte, que já nasceu desenhada e planejada por Aarão Reis, em seus primeiros anos de existência foi divulgada como “higiênica, saudável e prazerosa” por não apresentar esses problemas que assolavam as zonas urbanas que não nasceram planejadas desde o princípio (COSTA, 1994, p. 51). Salgueiro (1997, p. 154), no mesmo sentido, afirma que os preceitos urbanísticos da comissão

⁶⁵ Hum Historiador. Políticas higienistas ocorrendo à todo vapor em São Paulo. **Disponível em:** <https://umhistoriador.wordpress.com/2012/08/12/politicas-higienistas-ocorrendo-a-todo-vapor-em-sao-paulo/> **Acesso em:** 20/01/2020.

construtora da nova capital eram rígidos e inspirados nos métodos modernos para a época, assim, no planejamento de Belo Horizonte, procurou-se evitar os problemas das cidades europeias, “filhas do acaso ou de circunstâncias comerciais”. Os preceitos higienistas estavam fortemente presentes nos projetos da nova capital, apresentada a todo Brasil como moderna, pois a empresa que ficou a cargo da implantação das infraestruturas de saneamento em 1898 se pautava por seguir, à risca, as instruções de higiene, de conforto e de salubridade (SALGUEIRO, 1997, p. 156).

Com a demanda por terras urbanas aumentando, à medida que o país começava a se urbanizar, os interesses privados por esse bem tornaram a situação da habitação nos grandes centros urbanos ainda mais precária. Com a urbanização brasileira, iniciada com o começo da industrialização da década de 1930, carências habitacionais se multiplicaram decorrentes do rápido adensamento das grandes cidades e da concentração de terras. Nesse período, os cortiços, bairros populares e favelas eram marcantes nas paisagens urbanas brasileiras. A revolução da década de 1930 marcou a diminuição do poder político dos governos oligárquicos e a “aparição das massas urbanas na arena política” (AZEVEDO, 1988, p. 107). De acordo com Azevedo (1988, p. 107), até 1930 a preocupação com a questão da habitação para as pessoas de baixa renda era praticamente inexistente na legislação e o que havia eram medidas para não deixar que as favelas, cortiços e bairros populares “contaminassem” a parte “sã” da cidade. Entretanto, a partir de 1930, houve relativo aumento dos investimentos em habitação popular, porém, as políticas desenvolvidas no período sempre tentavam afirmar a legitimidade do Estado (AZEVEDO 1988, p.107). O fato é que, nesse período, tais investimentos não eram suficientemente rentáveis aos capitais rentistas. Desse modo, a intervenção do Estado era inevitável, sendo ainda a atuação dos poucos capitais rentistas interessados prejudicada pela ação do Estado (BOTELHO, 2007, p. 102). Os programas estatais para a habitação eram as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação Casa Popular (FCP), em 1946. A Lei do Inquilinato de 1942 estabeleceu o congelamento dos preços dos aluguéis, o que desestimulou a ação do capital rentista no país e garantiu a centralidade do Estado (BOTELHO, 2007, p. 102).

A função ideológica do enfrentamento da questão habitacional brasileira perpassou a criação da FCP e dos IAPs, em 1946, e do Banco Nacional de Habitação – BNH, criado em 1964, pelos militares. A falta de infraestrutura somada à dificuldade de se comprar uma habitação nas cidades brasileiras em meio à forte urbanização, por conta da concentração das terras nas mãos de poucos, gerou um grave déficit habitacional agravado pela moradia em áreas insalubres. O governo militar, que comandou o país de 1964 a 1984, promoveu uma política de reestruturação do território nacional para tentar alavancar o desenvolvimento econômico. Visava se contemplar os diversos setores produtivos do país com as condições gerais de produção. Essa produção do espaço ancorada no processo de urbanização decorrente da expulsão do homem do campo “explodiu e implodiu” as cidades brasileiras. Com a pressão popular por moradia e por condições mínimas de urbanidade, diversos movimentos sociais surgiam nas cidades brasileiras a partir das décadas de 1960 e 1970, o que pressionou o governo a se mover para tentar amenizar as pressões dos movimentos sociais em meio a uma ditadura militar. A greve que ocorreu entre os metalúrgicos da Belgo-Mineira no município de Contagem-MG, em 1968, foi um marco, pois encorajou outros tantos movimentos pelo país em prol de melhores salários em meio à forte repressão. Em meio ao crescimento da industrialização de Contagem, as condições de vida dos trabalhadores não eram satisfatórias e as favelas e bairros empobrecidos cresciam no município como um desdobramento disso.

Com a criação do Plano Nacional de Habitação, Lei N° 4.380 de 21 de agosto de 1964, foram criados o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), pertencentes ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O dinheiro que financiava esse programa vinha com criação do FGTS retido compulsoriamente dos salários dos trabalhadores. O sistema consistia nos repasses dos bancos públicos e empresas públicas, Caixa Econômica Federal, sociedades de crédito imobiliário, cooperativas habitacionais, associações de poupança e empréstimo e os institutos de previdência, ao financiamento das habitações junto aos consumidores (BOTELHO, 2007, p. 109). Na realidade, a intenção desse plano habitacional era dar contornos capitalistas ao setor imobiliário privado do país e toda a sua cadeia produtiva, os construtores das habitações do referido programa, pois ainda eram incipientes (BOTELHO, 2007, p. 111). Ademais,

ao aderir à lógica do mercado, a intenção do SFH não era a de fornecer habitação aos mais pobres, mas para as pessoas de rendas média e alta.

A criação do BNH, além de colaborar na legitimação da nova ordem política, previa inúmeros efeitos positivos na esfera econômica: estímulo à poupança; absorção, pelo mercado de trabalho, de um maior contingente de mão-de-obra não qualificada; desenvolvimento da indústria de material de construção; fortalecimento, expansão e diversificação das empresas de construção civil e das atividades associadas (empresas de incorporações, escritórios de arquitetura, agências imobiliárias, etc.) (AZEVEDO, 1988, p. 109-110).

A maior parte dos conjuntos habitacionais para os mais pobres foi construída nas periferias das recém-criadas regiões metropolitanas pelos baixos preços da terra e, de certo modo, para liberar espaços nos municípios polo, como Belo Horizonte. Os capitais queriam aproveitar os preços mais elevados da terra e dos imóveis das cidades polo para construção de produtos destinados às classes médias e altas (SANTOS, 2010). Conforme Mariana Fix (2011, p. 101),

o BNH afastou-se dos financiamentos ao mercado popular entre 1969 e 1974. Construir para a população de renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos era muito difícil dentro dos limites colocados. A Cohab-SP ficou paralisada por três anos pela impossibilidade de atender às regras do jogo do BNH. O aumento do crédito e da escala de produção, no caso da habitação, pode gerar a elevação do custo unitário, diferentemente de outros setores. O encarecimento dos terrenos dificultou a aquisição de terras com condições mínimas de aproveitamento. A —estrutura de custosll inviabilizava a produção, segundo o então presidente da Cohab. Os financiamentos do SFH passaram a privilegiar as obras urbanas e a produção de edifícios de apartamentos para população de renda média alta (FIX, 2011, p. 101).

Deve ser ressaltado que a autoconstrução foi e ainda é uma das grandes saídas encontradas pelos mais pobres para ter acesso à habitação no Brasil, cujas vilas, favelas e demais ocupações urbanas que brotam constantemente são a expressão máxima. Nesse contexto, as gigantescas ilegalidades das morfologias urbanas brasileiras não são afrontas à lei, são resultados de um “processo de urbanização que segrega e exclui” (MARICATO, 2000, p. 155). Esse modo de construção baseado na força de trabalho das próprias famílias configura um processo de maciça exploração da força de trabalho, pois, após trabalhar oito horas por dia, ou mais, e passar horas no transporte público insalubre, o sujeito ainda emprega seu tempo livre e seus recursos próprios na construção de suas

habitações. Do total de moradias construídas no período entre 1962 e 1972, no Brasil, cerca de 70% foram construídas pelos próprios moradores, enquanto apenas 13% foram construídas pelo BNH/SFH (COSTA, 1994, p. 59). Há aqueles que não podem ter a sua casa paga com financiamento a juros elevados, nem por meio da autoconstrução, dessa forma, pagar aluguel a um rentista é uma saída custosa. Não é raro muitos moradores de ocupações urbanas relatarem que pagavam aluguel antes de se juntar ao movimento social e não estavam dando conta de manter suas famílias somente com seus salários.

Dessa forma, se pode afirmar que o pico da urbanização brasileira, na década de 1970, foi marcado por uma forte gentrificação do espaço das metrópoles, que pode ser vista na configuração das paisagens urbanas nas décadas seguintes. A marcha do capital pelo espaço, especialmente pelo espaço urbanizado, requer a incorporação constante de novas terras à dinâmica imobiliária e novos espaços estrategicamente localizados para a instalação de fábricas e empresas. No Brasil o governo militar adotou essa função sob forte autoritarismo diante dos estados e municípios. É importante que se entenda os desdobramentos espaciais das articulações entre as políticas públicas de habitação e o setor privado nos tempos do regime militar e seus desdobramentos na urbanização brasileira e na produção do espaço metropolitano. A institucionalização das regiões metropolitanas por todo o país, na década de 1970, forneceu as condições institucionais que culminaram, dentre outras medidas, na construção das habitações feitas pela política habitacional do governo em terras baratas.

Na última década, as periferias metropolitanas vêm recebendo diversos empreendimentos imobiliários, majoritariamente, financiados pelo do programa “Minha Casa, Minha Vida”, do governo federal. Houve, portanto, um novo ciclo de investimentos em marcha com o suporte dos financiamentos fornecidos pela Caixa Econômica Federal, para “a continuidade da expansão do circuito imobiliário” (FIX, 2011, p. 188). O programa consiste basicamente do financiamento dos imóveis com dinheiro público, mas quem definia os terrenos para as construções era o próprio capital rentista, ao contrário do que ocorria com as COHABs, no período do BNH. O aquecimento do mercado imobiliário no período “petista” associado ao crescimento da demanda por terras e imóveis elevou os preços às alturas, mantendo, em parte, a dificuldade de acesso das famílias de baixa renda. Dentro das práticas do setor

imobiliário nesse período estava a manutenção de boas relações com os governos federal, estadual e municipal. Desse modo as construtoras e incorporadoras conseguiam desde doações de terras das prefeituras, modalidade estimulada pelo governo federal, até a promoção de alterações nas legislações urbanísticas municipais de modo a aumentar seus ganhos (FIX, 2011, p. 190). No tocante aos produtos para as camadas até 3 salários mínimos, as terras precisavam ser compradas baratas, normalmente em áreas mais distantes, de modo que, contando com a sua “valorização” pelo complemento da estrutura urbana pelo Estado, os diferenciais das rendas pudessem ser apropriados (FIX, 2011, p. 191).

O “boom imobiliário” brasileiro da última década, durante os governos do PT, fruto do aumento do consumo das famílias e de suas políticas habitacionais como o “*Minha Casa, Minha Vida*”, acabaram por elevar o preço das habitações no país tornando-as quase inacessíveis às pessoas que mais necessitam, as classes D e E. Uma reportagem do site G1 notícias do dia 01 de abril de 2016⁶⁶ mostrou que a valorização imobiliária durante o boom imobiliário brasileiro, de 2008 a 2011, foi de 121%, cerca de 20% ao ano. Ferro et. al. (2016, p. 6) mostram tanto no caso da crise de 2008, nos Estados Unidos, quanto no caso brasileiro, a maior oferta de crédito ao consumo fez aumentar os preços finais dos produtos imobiliários. Para Arantes e Fix (2009, p. 12), que discutiam o recém-lançado programa governamental, já advertiam que

o pacote, tal como proposto, irá estimular o crescimento do preço da terra como um todo (a menos que a cidade entre em colapso e os preços despenquem), favorecendo ainda mais a especulação imobiliária articulada à segregação espacial e à captura privada de investimentos públicos. Assim, a política habitacional de interesse social se tornará cada vez mais inviável, dado o crescimento do preço dos terrenos, o que poderá ser, ironicamente, mais uma justificativa, por parte do mercado e da tecnocracia, para que se atenda apenas as faixas de rendimento acima de 3 salários mínimos (ARANTES e FIX, 2009, p.12).

⁶⁶ G1 Notícias. O auge e a queda do mercado imobiliário em uma década. 01 de abril de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoiveis/noticia/2016/04/o-auge-e-queda-do-mercado-imobiliario-em-uma-decada.html> Acesso em: 05/05/2016.

No Brasil, o governo criou um fundo para cobrir um possível rombo causado pelos *subprimes*, ao contrário dos Estados Unidos (ARANTES e FIX, 2009, p. 2). Essa situação caracteriza a essência das bolhas imobiliárias e financeiras. Os longos financiamentos a juros elevados tomados junto aos bancos fizeram os preços finais pagos pelos consumidores dispararem por conta da lei da oferta e da demanda. Ademais, o programa deu continuidade ao processo de periferização das pessoas dessa faixa de renda. A formação de bolhas imobiliárias e financeiras são as consequências dessa produção desmedida do espaço e no caso do Brasil o estouro da bolha chegou por volta de 2014. Muitas pessoas estavam endividadas em um momento de recessão econômica e de crise política e tiveram dificuldades para realizar esses pagamentos.

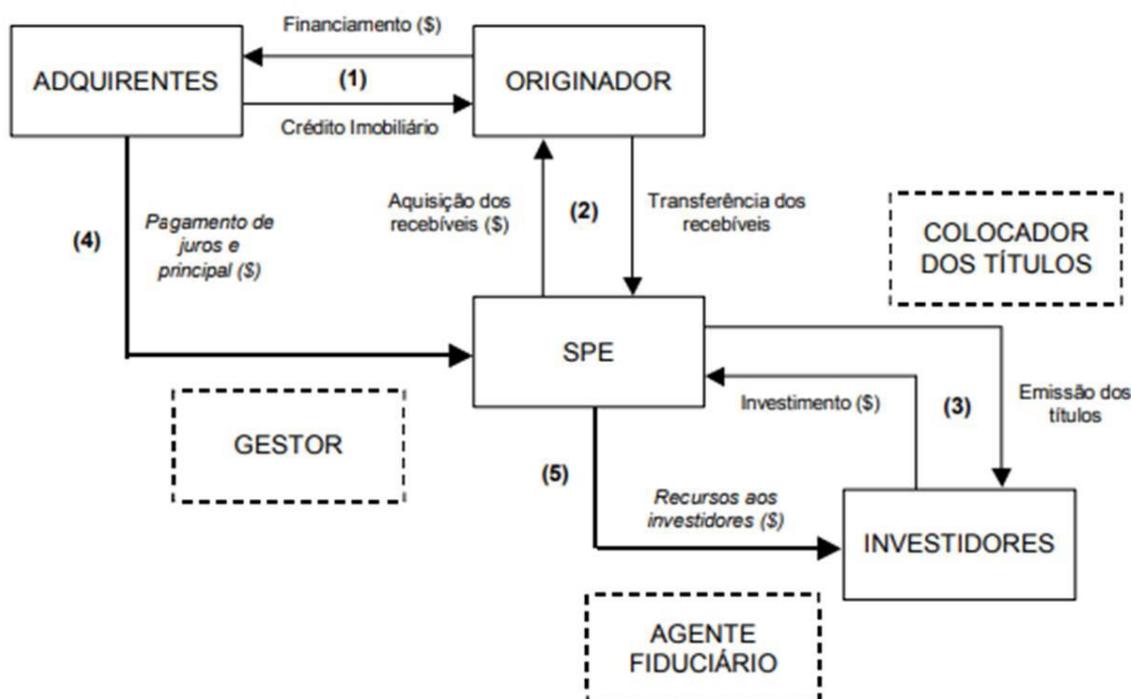
Os fatos históricos analisados permitem que se apreenda na prática os desdobramentos práticos da associação do capital financeiro e as rendas fundiárias no processo de urbanização. No processo histórico, se apreende a concretização da crise. É preciso que sejam entendidos os efeitos dessa associação para a discussão da reprodução do capital global e das crises desse processo.

As rendas fundiárias se põem em um primeiro momento como obstáculos à livre circulação dos capitais, pois com o pagamento de rendas parte do capital é imobilizado improdutivamente (BOTELHO, 2008, p. 29). As formas de rentismo, capital que rende juros e o capital que vive de rendas fundiárias, se associam no processo de urbanização por conta de o longo tempo de rotação do capital investido na construção e comercialização de imóveis inviabilizar ganhos nesse setor. Uma das “soluções” para essa barreira é a fusão da figura do proprietário e do capitalista, mas essa saída não resolve a contradição entre terra e capital (BOTELHO, 2008, p. 29). Outra “solução” é a transformação das rendas fundiárias em títulos de propriedade capitalizadores das dívidas futuras dos consumidores, um capital fictício, “um direito sobre utilidades futuras sobre o uso da terra” e sobre a mais-valia global (BOTELHO, 2008, p. 29-30). O capital financeiro torna-se o garantidor dos altos aportes de capital necessários para a realização dos altos investimentos mesmo para a compra de materiais e a remuneração da força de trabalho (BOTELHO 2008, p. 30). Ao mesmo tempo essa “solução” também é a ampliação da crise imanente do capital, pois representa o aumento da participação do capital

improdutivo na reprodução global do capital, o que no fim das contas incide sobre a reprodução do capital produtivo.

O esquema abaixo, *figura 21*, proposto por Vedrossi e Monetti (2002, p. 7), mostra como funciona o processo de articulação entre os ganhos com as rendas fundiárias e o setor financeiro pela “securitização de recebíveis imobiliários”. A securitização de recebíveis imobiliários tem como objetivo “a criação de títulos representativos de um determinado ativo que possam ser absorvidos pelo mercado de capitais pela sua atratividade junto a esse mercado” (VEDROSSI e MONETTI, 2002, p. 7). Enfim, objetiva tornar os produtos imobiliários consumíveis pela massa de capitais improdutivos empregados por investidores nos mercados de capitais para se valorizarem sem que se invista diretamente na esfera da produção. As incertezas do retorno dos investimentos na produção real fazem com que esse dinheiro não volte a explorar trabalho e seja reinvestido em negócios como esses em troca de juros.

Figura 21 - Estrutura básica de uma securitização de recebíveis imobiliários.



Fonte: Barbour; Norton; Slover (1997) apud Vedrossi e Monetti (2002, p. 7).

Esse esquema mostra que as incorporadoras imobiliárias e as construtoras, “organizadores”, investem um montante de dinheiro para adquirir terras e para construir imóveis e os vendem para os consumidores, “adquirentes”. O tempo longo de rotação desses capitais a prazo é longo e o poder de compra da maior parte das pessoas é baixo, o que obriga esse setor recorrer ao capital financeiro, “SPE”. Com a compra a prazo, os organizadores passam a ter “créditos/recebíveis” junto aos adquirentes, mas preferem repassar esses créditos da dívida dos compradores para os bancos, os “SPE”, em troca do valor integral à vista dos imóveis. Com esses pagamentos os incorporadores e construtoras já podem reinvestir esse capital em novos empreendimentos. Grandes investidores compram esses títulos a receber dos adquirentes dos produtos imobiliários junto aos bancos em troca de juros sobre o dinheiro adiantado, confiando que os trabalhos futuros irão se realizar dentro do contexto econômico de cada país.

A conversão das rendas fundiárias em capital fictício, em títulos de propriedade, não retira a centralidade das rendas fundiárias no setor imobiliário, na realidade, evidencia seu caráter rentista e sua influência no processo de urbanização (MARTINS e GOMES, 2009, p. 97). A crise se manifesta nesse processo pelo fato de a origem do dinheiro que alimenta esse setor da economia não poder surgir da terra ou do solo urbano, mas somente do valor excedente do capital produtivo. Se não passam pela produção de valor não são mais do que um capital fictício. Ora, se esses investidores não investem na produção real pelas incertezas na esfera produção, que aparecem na esfera da circulação como baixa demanda ou queda nas taxas de lucro, como podem esperar que os trabalhos futuros se realizem para saldar esses títulos?

Sendo assim, a ideia de valorização da terra por si mesmo implica uma internalização das formas fetichistas de pensamento, visto que as terras urbanas ou rurais não se valorizam, são dívidas da natureza. O que se tem é um processo de precificação do espaço, uma contradição central desse processo de produção do espaço baseada no chamado setor imobiliário. Os capitais com dificuldades de serem repostos pela criação de novas oportunidades de valorização encontram nos ganhos fundiários uma forma de recolher parte da mais-valia produzida no âmbito da circulação. Pelo fato de a urbanização estar generalizada por todo o mundo e funcionar nesses moldes o processo de precificação do espaço tem “inchado” o

recolhimento de mais-valia na circulação e no âmbito do capital global esse “rombo” aparece. O dinheiro que fica na circulação que não passou pelo processo de produção não retorna para a produção no próximo ciclo, deixando esse o capital produtivo obrigado e recorre a empréstimos junto aos bancos, expressão máxima do que se pode chamar de capital fictício.

Contradições postas pelo processo de valorização frutos da crise imanente do próprio capital são descontadas na produção do espaço urbano como mercadoria, forma que o capital tem se reposto. O enfrentamento da crise e superação de suas barreiras e limites depende do espaço. Conforme Lefebvre “o “imobiliário” – como se diz ainda entre nós – se mobiliza, ou seja, torna-se riqueza mobiliária, arrastada no fluxo das trocas, no fluxo e no refluxo do dinheiro e do capital” (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 139). O “espaço edificável”, que era abundante, se tornou algo raro nas proximidades dos centros e o espaço passou a integrar as novas raridades (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 139).

Isto posto, entende-se que a periferização da força de trabalho mais pobre é um processo cruel que decorre da atuação direta e indireta do Estado, das diferenciações dos rendimentos dos diversos indivíduos, grupos e classes, dos preços da terra, dos imóveis e dos aluguéis e da possibilidade de financiamento dos imóveis. A periferização não significa apenas uma questão de localização no espaço, mas a negação do próprio trabalho como sujeito da valorização do capital. As precárias periferias são os resíduos da modernização, “a periferia indica uma forma social material muito específica da existência de grupos de pessoas cada vez maiores em todo o mundo” (CANETTI, 2019, p. 89).

3.5 Considerações

Esse capítulo mostrou os mecanismos pelos quais o espaço e sua produção são introduzidos nos circuitos de valorização dos capitais em crise. A impossibilidade de se reinvestir parte da mais-valia produzida no próximo ciclo reprodutivo faz com que o recurso ao capital fictício para obter ganhos seja inescapável. Esse capital sem substância e especulativo aplicado no espaço e no processo de urbanização faz aparecer no espaço as contradições e limites do próprio modo de acumulação, em que a articulação entre capital e Estado é marcante.

CAPÍTULO 4 – PLANEJAMENTO E REESTRUTURAÇÃO URBANA DE ÁREAS CENTRAIS E ADJACÊNCIAS

4.1 Introdução

A proposta desse capítulo é mostrar como as categorias do capital em crise são repostas em meio ao processo de urbanização a partir do caso prático de Belo Horizonte. Conforme discutido no capítulo anterior, o processo de metropolização de Belo Horizonte fez expandir os processos de acumulação e crise por um espaço mais amplo que inclui estoques de terras em outros municípios. Assim, Belo Horizonte, encontra limites físicos e sociais historicamente determinados à inclusão de novas e baratas terras para capitalização, recorrendo aos instrumentos da política urbanística para continuar a aumentar os patamares das rendas da terra. Nesse sentido, as reestruturações do e no espaço belo-horizontino envolvem a busca pelas *rendas diferenciadas de tipo II*, alcançadas, principalmente, com o aumento do potencial construtivo de determinadas áreas. Na falta de estoques de terras baratas as rendas fundiárias são aumentadas de patamar pelo incremento do potencial construtivo dos imóveis a partir de instrumentos previstos na legislação urbanística.

Mostra-se como o Estado e o capital se articulam na produção do espaço urbano por meio de mecanismos sutis que movimentam as categorias do capital em sua conflituosa reprodução. O Estado é quem mobiliza a sociedade e condiciona o espaço para o suporte ao capital e viabiliza a elevação dos patamares da capitalização das rendas da terra por meio de seus instrumentos de política urbanística. Grosso modo, as reestruturações urbanas são projetadas para viabilizar a capitalização a partir dos fragmentos da cidade, algo um tanto quanto distinto do planejamento modernista, que se valia da cidade “por completo”. Reunindo esses fragmentos, verifica-se que o chão da fábrica se tornou o chão da metrópole.

4.2 Reestruturação urbana, capital improdutivo e a espetacularização dos centros

Pelo próprio êxito da produção separada enquanto produção do separado, a experiência fundamental ligada nas sociedades primitivas a um trabalho

principal está a deslocar-se, no polo do desenvolvimento do sistema, para o não-trabalho, a inatividade. Mas esta inatividade não está em nada liberta da atividade produtiva: depende desta, é a submissão inquieta e admirativa às necessidades e aos resultados da produção; ela própria é um produto da sua racionalidade. [...] Assim, a atual "libertação do trabalho", o aumento dos tempos livres, não é de modo algum libertação do trabalho, nem libertação de um mundo moldado por este trabalho. Nada da atividade roubada no trabalho pode reencontrar-se na submissão ao seu resultado (DEBORD, 1997 [1967], p. 24).

A discussão proposta para o início desse capítulo envolve a gênese de um modo particular de produção fetichizada das cidades, em especial dos seus centros. O resultado costuma ser uma contemplação passiva e espetacularizada de suas formas, de seus produtos, de suas ruas, de seus monumentos, de sua gente. Tendo a cidade como objeto de intervenção, o Estado e os capitais buscam torná-la lucrativa inscrevendo-a em diversos circuitos de valorização do valor. O planejamento estatal, sempre a reboque dos capitais, precisa lidar com a desvalorização das áreas centrais no processo de produção capitalista do espaço em escala metropolitana, regional, nacional e global. A saída em busca de melhores localizações e terras mais baratas fez com que as indústrias saíssem dos conturbados centros e fossem para as periferias, causando uma primeira onda de desvalorização dessas áreas. É preciso retomar a gênese e o desenvolvimento desses processos para que se possa compreender a essência do que se convencionou chamar de reestruturação urbana.

A saída das indústrias obrigou a transformação dos centros urbanos tradicionais como local do capital improdutivo e da espetacularização voltada para o consumo. Acerca desse tema, o caso do necrotério de Paris, construído em 1864 e fechado para o público em 1907, é uma das gêneses modernas desse apreço das massas pelo espetáculo da vida real, por uma realidade espetacularizada (SCHWARTZ, 2001, p. 420). No auge do processo de urbanização francês, no final do século XIX, ainda não havia o cinema para entreter as massas urbanas, assim, o entretenimento predileto dessas pessoas passava por frequentar uma exposição de corpos de pessoas reais mortas. Assustadoramente, "o necrotério [de Paris] serviu como um auxiliar visual do jornal, colocando no palco mortos que haviam sido descritos em detalhe, com sensacionalismo, pela palavra impressa" (SCHWARTZ, 2001, p. 415). A curiosidade das massas camponesas migradas para a cidade era imensa, pois os estímulos sensoriais fornecidos pelas aglomerações urbanas é

muito maior do que os das zonas rurais. A figura 22 ilustra o caso do necrotério de Paris e evidencia que se trata da produção de um cotidiano, em que a cotidianidade se manifesta como o principal produto da sociedade de consumo dirigido, “assim como sua moldura, a modernidade” (LEFEBVRE, 1991 [1968], p. 82).

Figura 22 - Pessoas se aglomeram para ver os cadáveres em Paris no final do século XIX.



Fonte: Un Jour de plus a Paris. Disponível em: <https://www.unjourdeplusaparis.com/paris-insolite/morgue-visite-favorite-paris-au-19e-siecle> Acesso em: 18/04/2018.

Inevitavelmente, a passagem acima remete à crítica que Adorno e Horkheimer, décadas mais tarde, fizeram ao aparecimento do que denominaram “indústria cultural”. Diziam que “a diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio” e sua função é o reestabelecimento do sujeito durante o tempo do ócio para a retomada da atividade produtiva (ADORNO e HORKHEIMER, 1985 [1944], p. 128). Nesse processo o prazer desvincula-se do aborrecimento e tudo que demanda pensamento e esforço por parte dos espectadores é evitado, deixa de ser diversão (ADORNO e HORKHEIMER, 1985 [1944], p. 128). Casos como o do necrotério de Paris antecederam a indústria cultural propriamente dita, mas seus pressupostos já estavam todos presentes. Com a marca do urbanismo e do planejamento estatais, décadas após os escritos de Adorno e Horkheimer, a

espetacularização passou a ser a tônica da produção do espaço urbano das grandes cidades do planeta.

Nas últimas décadas, as áreas centrais dos espaços urbanos das principais cidades do capitalismo vêm passando por processos de desconcentração de atividades, principalmente industriais, o que fez desvalorizar os centros e deixou muitas construções abandonadas. Sharon Zukin escreveu, em 2010, um interessante livro chamado “*Naked City: Life and Death of Authentic Urban Places*”⁶⁷ em que mostra, a partir de casos práticos, o processo de transformação dos espaços urbanos em lugares espetacularizados, apropriados pelo capital e pelo rentismo. São espaços que têm a sua autenticidade retirada ao adquirirem novas práticas e usos, que já não são mais aqueles originais dessas localidades. A autora trata, portanto, desses processos conhecidos como “renovação” ou “requalificação” urbana. As áreas que sofrem uma reestruturação são espaços que se tornam atrativos ao mercado imobiliário por meio de intervenções específicas para os lugares, viabilizando a elevação dos patamares das rendas da terra, o consumo das mercadorias e do próprio espaço nos moldes da indústria dos lazeres. O caso do SoHo, bairro de Nova Iorque, é um exemplo interessante de como a requalificação urbana pode ser utilizada para a elevação das rendas fundiárias urbanas pela alteração dos usos do espaço. A experiência da reestruturação do SoHo acabou servindo de referência para outros tantos casos similares de reestruturação das áreas centrais pelo mundo.

O SoHo, nome derivado de sua localização ao sul da rua Hudson⁶⁸, na baixa Manhattan, era, na década de 1960, uma área “abandonada” pelas indústrias desde a crise de 1929. O bairro era composto por cerca de 500 construções com antigas fachadas de ferro fundido que possuíam grande valor histórico e cultural para Nova Iorque, pois preservavam características marcantes de uma época da cidade⁶⁹. Na década de 1960, a classe artística adotou esses grandes galpões deixados pelas indústrias para seus ateliês e estúdios e para moradia, embora fosse ilegal residir nesses locais. A adoção do lugar por artistas tornou o bairro um destino cultural. No entanto, conviviam-se com as ameaças de a construção da “*The Lower Manhattan*

⁶⁷ Em português: “Cidades Nuas: Vida e Morte dos Espaços Urbanos Autênticos”.

⁶⁸ South of Hudson.

⁶⁹ De acordo com o site “The New York Preservation Archive Project - NYPAP”.

expressway – LOMEX”, obra dos tempos de Moses, precisar demolir o bairro inteiro. Essa situação fez com que esse grupo de artistas do local se organizasse em torno da preservação do SoHo como patrimônio cultural da cidade por conta das características de suas construções, que contavam com as ditas fachadas de ferro fundido, técnica de construção já abandonada pelos Estados Unidos na época. Para ganhar legitimidade junto à sociedade e ao governo com suas reivindicações, o grupo de artistas se pronunciava em nome da *Artists Tenant Association*, criada em 1959, uma associação pela qual os artistas podiam discutir pautas comuns. As principais pautas relativas ao SoHo foram o fim da proibição da residência na região para artistas selecionados e, principalmente, a transformação do bairro em um “distrito histórico” junto à “*The New York City Landmarks Preservation Commission*”⁷⁰. Somente em 1973 foi criado o *SoHo Cast-iron Historic District*.

A *Artists Tenant Association*, que trabalhou para garantir a disponibilidade do espaço dos estúdios acessíveis para artistas em toda a cidade, ajudou a recém-formada *SoHo Artists Association* em seus esforços a obter legitimidade no SoHo. Eles fizeram uma bem sucedida campanha para criar uma lei que permitia que artistas selecionados continuassem vivendo nos edifícios industriais da região. O “efeito SoHo” tornou-se um modelo para o redirecionamento de um distrito industrial para uso misto, comercial e residencial, preservando grande parte da integridade estrutural existente. Hoje, o SoHo é conhecido por sua arquitetura exclusiva em ferro fundido, vida confortável em *lofts*, e boutiques de luxo. Em 2010, foi concedida uma extensão que adicionou cerca de 135 edifícios que não foram incluídos nos limites originais do distrito⁷¹.

Entretanto, Zukin (2010, p. 237) adverte que esse movimento constituído em torno da criação do distrito cultural do SoHo elevou o interesse dos promotores imobiliários. Os ganhos dos proprietários dos imóveis cresceram devido aos aumentos constantes nos aluguéis a tal ponto que foi deixando o lugar menos atraente para os próprios artistas e para as empresas atreladas à produção artística (ZUKIN, 2010, p. 237). Por volta dos anos 2000, o número de lojas e boutiques de roupas ultrapassou o número de ateliês e de galerias de arte no SoHo, como mostra a imagem da figura 23 a).

⁷⁰ Em português: “Comissão para preservação de Marcos da Cidade de Nova York”.

⁷¹ Retirado do site The New York Preservation Archive Project”.

Em 2005, o SoHo não era mais um distrito de artistas; virou um Shopping urbano. Havia as lojas de roupas com preços baixos, como a H&M, as lojas de moda de grife de alta qualidade, como a Chanel, de tudo em pouco. [...] Embora as leis de preservação histórica do governo da cidade tenham impedido os desenvolvedores de destruir as fábricas dos antigos prédios de ferro fundido, a característica do local que os nova-iorquinos consideravam "autênticas" - o significado cultural distinto do bairro derivado do uso do espaço para fabricação ou arte - foi dominado pela força homogeneizadora da nova cadeia lojas e lofts multimilionários⁷² (ZUKIN, 2010, p. 239, tradução própria).

A crítica feita por Zukin passa, então, pela perda de “autenticidade” dos espaços urbanos induzida pelo movimento dos capitais e pela dinâmica imobiliária. O resgate desse momento específico de um caso particular como esse é importante, pois mostra como se articulam o Estado e os rentistas em busca de aumentar os patamares das rendas fundiárias em áreas em que não possuem novos estoques de terras. De uma forma não planejada em vista do intuito original de conservação do bairro, criou-se um modelo de elevação dos patamares das rendas fundiárias urbanas aplicável aos centros comerciais. Ademais, a autora mostra como o rentismo se coloca como barreira ao próprio capital, angariando parte da mais-valia produzida e induzindo crises em determinados setores. Os proprietários de terra se aproveitam dessas “qualidades” do espaço para aumentar os patamares das rendas do solo urbano.

A transformação do SoHo em um “destino cultural” foi replicada mais de uma década depois em Hoxton, no East End de Londres.

No final dos anos 80, diz o *The Times of London*, Hoxton, era um lugar abandonado, não afetado pelo *boom* da propriedade. Os artistas se apropriaram dele e depois de poucos anos uma comunidade se desenvolveu e a área foi lentamente rejuvenescida. Houve uma próspera cena criativa incorporando uma vida noturna moderna, que atraiu um influxo de pessoas, elevando dramaticamente os preços dos imóveis e finalmente,

⁷² By 2005 SoHo was no longer an artists' district; it was an urban shopping mall. There were the low-price quasi-discount clothing stores such as H&M, the high-end designer fashion stores such as Chanel, and almost everything in between. [...] Though the city government's historic preservation laws prevented developers from destroying the physical fabric of the old cast-iron loft buildings, the local character that New Yorkers took to be “authentic”—the distinctive cultural meaning the neighborhood derived from use of the space for either manufacturing or art—was overwhelmed by the homogenizing force of new chain stores and multimillion-dollar lofts. It isn't possible to sustain this model through a long economic recession: manufacturers and artists produce things, chain stores do not (ZUKIN, 2010, p. 239).

expulsando a empobrecida comunidade artística⁷³ (ZUKIN, 2010, p. 239, tradução própria).

Essas experiências de Nova Iorque e de Londres tornaram-se modelos exportados para todo o mundo como forma de obtenção das rendas nos centros urbanos. Na China, por exemplo, Xangai adotou um modelo mais próximo da experiência de Londres como o *50 Moganshan Lu*, que de acordo com Zukin

mantendo um olhar atento sobre o interesse na reutilização comercial de edifícios antigos, bem como nas ambições culturais de seus rivais asiáticos, os funcionários de Xangai incentivaram a conversão de um antigo complexo de fabricação têxtil, em 50 Moganshan Lu, em estúdios e galerias de artistas. Seguindo a prática britânica, os shanghaineses chamaram a antiga fábrica de centro cultural (ZUKIN, 2010, p. 240, tradução própria).

De forma similar a esses casos citados acima, em Belo Horizonte foi criado o *Circuito Cultural da Praça da Liberdade*, inaugurado em 2010. Trata-se de um conjunto de construções tombadas pelo IEPHA-MG⁷⁴, em 1977, e tombado novamente em 1991. A figura 23 d) mostra o Circuito Cultural da Praça da Liberdade em funcionamento. São construções que remetem à história arquitetônica de Belo Horizonte, localizadas na Praça da Liberdade, na área central da capital mineira. Dentre esses prédios há, por exemplo, construções do renomado Arquiteto Oscar Niemeyer. Houve uma reestruturação que alterou os usos da área, pois saíram as instalações da burocracia estatal do Governo do Estado de Minas Gerais, mudadas para o novo Centro Administrativo, na porção norte de Belo Horizonte. Os departamentos da burocracia estatal deram lugar a galerias de arte, museus, teatros e cinemas. Evidenciam-se dois movimentos: a utilização da cultura para a realização do consumo do próprio espaço e a continuidade do processo de desconcentração de atividades do centro, direcionando claramente as novas áreas onde o Estado pretende promover os ganhos imobiliários e do capital produtivo. Em seu estudo, Rezende (2013, p. 172) mostra que o circuito cultural da Praça da Liberdade é o

⁷³ Hoxton, in the East End of London, offers another example, which is quickly summarized: “In the late 1980s,” says *The Times* of London, Hoxton “was a derelict place, unaffected by the property boom. Artists marked it as their own and after a few years a community had developed and the area was slowly rejuvenated. There was a thriving creative scene incorporating a trendy nightlife, which attracted an influx of people, dramatically pushing up property prices and finally driving the impoverished art community out” (ZUKIN, 2010, p. 239).

⁷⁴ Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

fetichismo do espaço, mas que aparece nas campanhas publicitárias e nos discursos oficiais do governo “como se fosse uma ‘tradição’ belo-horizontina que estivesse em questão”. Estava em marcha a continuidade do processo de modernização de Belo Horizonte tratado como se essa fosse a sua vocação, algo sempre realimentado na esfera cultural dessa cidade que nunca foi cidade, nasceu do planejamento tecnocrático.

Figura 23 – Exemplos de locais que passaram por reestruturações urbanas: a) SoHo, b) Hoxton, c) Xangai e d) Belo Horizonte.



a) Construções características do SoHo, em Nova Iorque.



b) Mercado da rua Hoxton, em Londres.



c) Centro Cultural 50 Moganshan Lu, em Xangai.



d) Circuito Cultural Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

Disponível em: a) <https://www.turistaimperfeito.com/roteiro-em-soho-nova-york/>;
b) <http://jenikya.com/blog/2015/02/hoxton-london.html>;
c) <http://www.digitalkaleidoscope.in/2017/06/explore-shanghai-m50-moganshan-lu-art.html>;
d) <https://www.pracadaliberdade.com/circuito-cultural-da-praca-da-liberdade-em-bh-recebe-semana-nacional-dos-museus/> **Acesso em:** 07/08/2019

Pensando em nossa realidade atual, pode-se dizer que Adorno e Horkheimer se impressionariam com a magnitude e a capilaridade assumida por essa indústria

cultural que alcança até mesmo o espaço urbano. A indústria cultural articula-se com os agentes imobiliários e as “estratégias políticas do Estado” têm por objetivo a “gestão total do cotidiano”, e objetivam criar *cidadinos*, simples moradores das cidades, mais do que *cidadãos*, sujeitos politicamente ativos (SEABRA, 1996, p. 78). A festa e o lúdico dão lugar às suas representações vinculadas ao consumo de mercadorias.

Após a reestruturação produtiva ocasionada em função da manifestação da crise estrutural do capitalismo, na década de 1970, há uma forte tendência para que os espaços dos centros urbanos sejam tomados pelo capital comercial, capital não produtivo de valor. A marcha das indústrias para as periferias e para outros países deixou os centros das cidades como local preferido dos atravessadores no processo de circulação das mercadorias, o capital comercial. Os centros foram espetacularizados para servir de atrativos para a indústria dos lazeres, para o capital comercial e para a capitalização do setor imobiliário. Os lazeres, por seu turno, se tornaram uma grande indústria, mas tentam aparecer na cotidianidade como algo independente da produção e do trabalho, mas que estão inteiramente “ligados aos setores no consumo organizado, no consumo dominado. [...] São lugares nos quais se reproduzem as relações de produção” (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 48-49). Por esse modelo de cidade espetacularizada evidencia-se a imposição de um “cotidiano” voltado para a reprodução das relações de produção característico da sociedade em que vivemos (LEFEBVRE, 1991 [1968], p. 35). Hoje em dia, a indústria dos lazeres e o próprio consumo são os grandes reprodutores desse cotidiano. As pessoas aceitam essa vida votada para o consumo pelo desejo de consumir, mas, devido à crise imanente, tem se tornado um luxo para boa parte. Os centros das principais cidades do mundo, Paris, Tóquio, Nova Iorque, Londres, Miami, Pequim, Moscou, Hong Kong, e tantas outras, são a expressão máxima desse espetáculo que se tornou tendência após um processo de forte desindustrialização dos centros. A figura 24 mostra exemplos de imagens que visualmente já expressam essa forte espetacularização dos centros de cidades pelo mundo. Essas cidades estão estruturadas em torno da indústria do turismo, que é o consumo do próprio espaço, e do consumo improdutivo em geral.

Figura 24 - A espetacularização dos centros de Londres, Nova Iorque, Pequim e Tóquio.



a) Times Square, centro comercial de Nova Iorque.



b) London Eye, em Londres.



c) Centro comercial de Tóquio, no Japão.



d) Centro comercial de Pequim, Na China.

Disponível em: a) <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiram-os-teloes-da-times-square-em-nova-york/>;
b) <https://ondeficaremsuaviagem.com/japao/onde-ficar-em-toquio-no-japao/>;
c) <https://elo.seusingressos.com.br/p/london-eye/>;
d) <https://www.chinalinktrading.com/blog/rua-wangfujing/> Acesso em: 07/08/2019

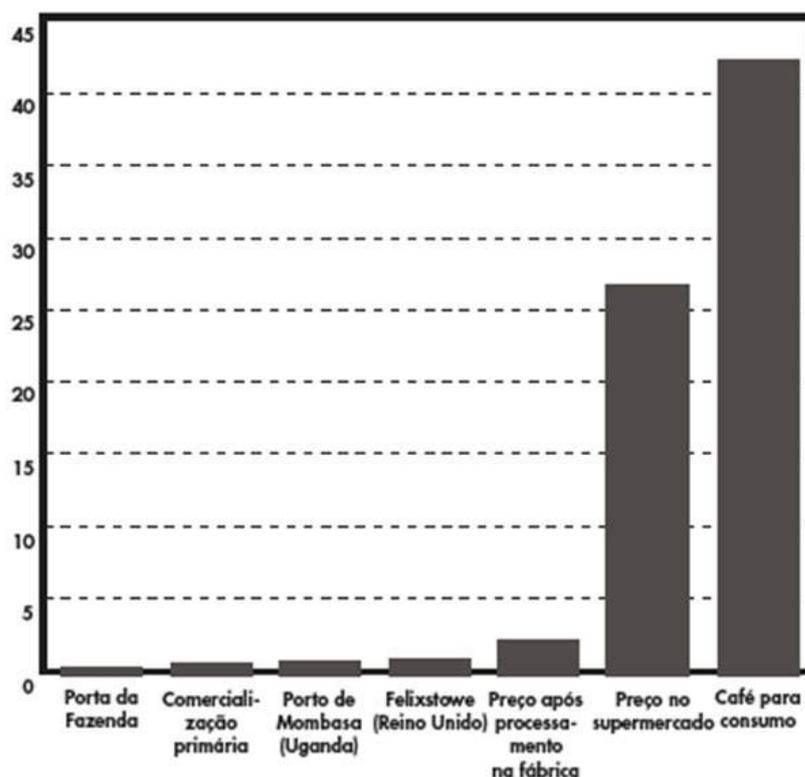
A análise e crítica ao processo de implosão dos centros e sua transformação no reino do capital improdutivo e da espetacularização das mercadorias passam invariavelmente pela tendência de uma contemplação passiva em relação à própria produção do (e no) espaço. É o fetichismo do espaço. O “trabalho produtivo” é aquele que, além de ser repostado por completo após o ciclo do capital, se valoriza e é reinvestido no novo ciclo (KURZ, 2019 p. 63), já o “trabalho improdutivo”,

em sentido absoluto é o trabalho no sistema produtor de mercadorias quando, embora realizado em troca de remuneração monetária e no contexto da reprodução centrada no dinheiro, não produz por si próprio as mercadorias (ou seja, não entra, como tal, na produção de mercadorias), ou quando os

quase-produtos criados por ele assumem um caráter de mercadoria apenas formal e não substancial (KURZ, 2019 p. 63).

A figura do capital improdutivo se põe como uma barreira à reprodução global do capital, na medida em que representam a repartição da mais-valia produzida sem se produzir nada, apenas compra-se barato e revende-se mais caro. Essa situação estabelece uma barreira maior entre as indústrias e os consumidores finais, tornando mais difícil a valorização do valor e o reinício de forma ampliada dos ciclos de crescimento mais demorados. Ladislau Dowbor produziu um livro chamado “*A Era do Capital Improdutivo*”, em que mostra que a figura do atravessador é uma realidade insossa para o capital, por impor esses gargalos à reprodução global do capital, se apropriando de parte significativa da mais-valia produzida. Em um interessante gráfico (figura 25) tal relação fica evidente:

Figura 25 - Custo do café desde o portão da fazenda, em Uganda, até a cafeteria, no Reino Unido (preço varia de US\$ 0,14 a US\$ 42).



Fonte: UNDP, UNEP, WHO, UNESCO, IAASTD – Agriculture at a Crossroad – International Assessment of Agricultural Science and Technology for Development, New York, 2009 Apud Dowbor (2017).

Dowbor mostra com esse gráfico que o café que ele tomou em um bar no Reino Unido à US\$ 42 dólares foi produzido em Uganda por US\$ 0,14 centavos. Há uma baixa remuneração dos produtores iniciais e os preços chegam muito elevados aos consumidores finais (DOWBOR, 2017, p. 96). Quem obtém os maiores ganhos comerciais são as grandes empresas do capital comercial, como o Walmart, “colocando gargalos ou pedágios sobre o ciclo produtivo” (DOWBOR, 2017, p. 95). Torna-se ainda mais incerto o reinício da rotação dos capitais produtivos de mais-valor de forma ampliada. O capital improdutivo entra como atravessador entre os produtores e os consumidores finais no processo de distribuição da mais-valia produzida, sendo que as

“despesas gerais” improdutivas reaparecem no plano do capital global, ou seja, as externalizações operadas pelas empresas individuais e os reagrupamentos no interior da reprodução global reaparecem nos cálculos. [...] elas são sempre uma subtração da mais-valia global. A representação dos “custos” (da empresa que cria mais-valia) como “lucro” (da empresa que fornece serviços) desaparece no plano do capital global (KURZ, 2019, p. 64).

Para Robert Kurz o peso do capital improdutivo só pode ser verificado no plano da reprodução do capital global e não dos capitais individuais. São componentes desse capital improdutivo as “transações puramente comerciais” como as do comércio varejista e por atacado, as transações financeiras realizadas pelos bancos, a superestrutura jurídica, os serviços de educação privada e pública, a estrutura do Estado (KURZ, 2019, p. 64-65). A própria dinâmica do capital o fez depender de um grande número de setores improdutivos, um ônus crescente e insuportável para a reprodução do capital, pois não retorna “à produção de mais-valia como consumo produtivo” (KURZ, 2019, p. 67). Essa mais-valia reaparece como ganhos comerciais nas mãos do capital improdutivo e lá fica retido nas mãos desses atravessadores.

Enfim, com a migração de grande parte do capital produtivo, as indústrias, para as periferias das grandes e médias cidades em busca de preços da terra mais acessíveis e localização estratégica, os centros das grandes e médias cidades tendem para o espetáculo das mercadorias, controlado por esse capital improdutivo de mais-valor, mas reproduzidor das relações de produção. Ora, quem não gostaria de estar em Londres, Paris ou Zurique tomando um delicioso café com um doce típico

da gastronomia desses países? Acredito que a maioria dos leitores gostaria. Esse, então, é o público consumidor dessa espetacularização das cidades guiadas pelo capital improdutivo, pessoas que querem consumir o *status* dos espaços, as suas mercadorias e serviços, ou aquilo do que ainda resta das cidades. No consumo dos espaços urbanos, são atrativos a cultura, os monumentos, a gastronomia, a arquitetura, os produtos de suas lojas e bairros mais famosos, e tudo isso gera acréscimos nos preços finais das mercadorias que alimentam essa indústria improdutiva. Consome-se o próprio espaço.

A indústria do turismo, por exemplo, explora o espetáculo das cidades, ou do que restou delas, ao máximo, para elaborar seus pacotes de viagens, um “consumo improdutivo de luxo” de poucos e trata-se da “redistribuição da mais-valia mundial” (KURZ, 2019, p. 67). O turismo é uma atividade que depende exclusivamente dos gastos vindos dos ganhos obtidos por meio das rendas, juros, lucros e salários. Para Debord (1997 [1967], p. 16), a sociedade do espetáculo é a expressão do fetichismo das mercadorias e do próprio capital e “o espetáculo que inverte o real é produzido de forma que a realidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo”. De modo alienado e alienante, “a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real”, o espetáculo submete os vivos, “na medida em que a economia já os submeteu totalmente”, sendo, então, o próprio desenvolvimento autônomo da economia (DEBORD, 1997 [1967], p. 18), o fetiche do próprio capital.

Esse modo tecnocrático e avassalador de produção do espaço urbano levado a cabo por figuras como Haussmann e Moses e formas mais sofisticadas e sutis como no caso distrito cultural do SoHo e Xangai se tornaram uma espécie de modelo para a forma como os capitais, por intermédio do Estado, atua nas cidades. Todos esses casos passam por um planejamento estratégico para a definição das ações, nada é feito por acaso. Esses e outros tantos casos particulares evidenciam que o urbanismo precisa ser entendido não apenas como um conjunto inofensivo de técnicas para se tratar os problemas das cidades. Ele é um “(des)conhecido saber político” (MARTINS, 2000) a cargo daqueles que estão na linha de frente da produção capitalista do espaço. Nas palavras de Martins,

[...] o mais interessante é o enfoque que toma o urbanismo como saber político, correspondendo a uma práxis que, ao longo da urbanização nascida da industrialização, se cristaliza no contexto da formação de

necessidades cuja solução demandava transformações substanciais nas sociedades que vinham experimentando os imperativos da reprodução capitalista da riqueza, mas que só é levado a cabo com efeito quando a realização desta última passa a requerer a atuação crescente e constante do Estado na sociedade civil. A partir daí, o urbanismo, que desafiada e cinicamente autoproclamar-se-á libertário, vai aparecer com pretensões a dominar a realidade e a prática urbana submetendo-as à sua ordem. Ou melhor, à ordem que lhe é permitido e designado estipular e guarnecer (MARTINS, 2000, p. 43-44).

De modo geral, o urbanismo é um braço do Estado na medida em que atua como um saber político replicado em cidades como Nova Iorque, Rio de Janeiro, Barcelona, Baltimore, Belo Horizonte, Buenos Aires, Tóquio, Barcelona, Londres, Pequim e tantas outras. O urbanismo retira a condição de obra da cidade e a torna o produto de uma racionalidade técnica. É o fetichismo do próprio espaço. Enfim, esse modo de operação se consolidou como a linha de frente do processo de produção do *espaço abstrato*.

4.3 As reestruturações espaciais nas áreas centrais como estratégia para aumentar os patamares das rendas fundiárias

Nessa parte da tese, continua-se a explorar as investidas da economia política pelo espaço com forte atuação do Estado, tentando lidar com as crises do e no espaço por meio de reorganizações e reestruturações em partes estratégicas dos municípios. No caso dos municípios, são os poderes públicos municipais, as prefeituras, que controlam diretamente o processo de urbanização pelo controle dos preços da terra, usando os diversos instrumentos de política urbanística previstos no *Estatuto da Cidade* e presentes em seus *planos diretores* e *leis de uso e ocupação do solo*. Castells e Borja (1996, p. 158) já salientavam na década de 1990 que o “novo” momento da economia global, em rede, “obriga” os governos locais a dar respostas rápidas às crises do capital por meio de projetos urbanos que incluam a reprodução do capital privado. Essa perspectiva mostra que, com as redes, a reestruturação produtiva e a urbanização na escala das regiões metropolitanas a concorrência entre as localidades se intensifica a ponto de as desvalorizações dos espaços urbanos tornarem-se mais rápidas. Ademais, com as políticas neoliberais foi dada aos capitalistas individuais a oportunidade de realizar investimentos em

setores antes exclusivos do Estado. A partir dessa tendência, Harvey (2005) e Sanchez (1999) apontam a tendência ao “empresariamento urbano” e ao “*city marketing*”, respectivamente, levados a cabo pelos poderes públicos municipais, por meio de um tipo de planejamento estratégico voltado para a competição entre os municípios por investimentos diversos, negócios, empresas e turistas em escala global. Essa concorrência pelos ganhos a partir da reprodução do espaço acontece também entre os capitais locais, dentro das próprias regiões metropolitanas. Nos termos de Lefebvre (1999 [1970], p. 26), a implosão do centro se dá pela hiperconcentração “de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas, de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento” e a explosão, como um reflexo desse processo, é a “projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc)”. Para Soja (2013, p. 155-156),

a urbanização policêntrica tornou os núcleos urbanos centrais muito mais instáveis e imprevisíveis, levando a um marketing urbano agressivo e a esforços para dar uma marca às cidades, deslocando o investimento, a política e o planejamento públicos de uma ênfase nas necessidades sociais básicas para um empreendedorismo altamente competitivo, utilizando recursos públicos de forma quase desesperada para atrair novos investimentos privados e a atenção de turistas (SOJA, 2013, p. 156-157).

Esse novo modelo de planejamento urbano está baseado nas chamadas *parcerias público-privadas*, derivadas do termo *private finance initiative*, originado na Inglaterra em 1992 e mudado para *public-private partnership* em 1997, para viabilizar investimentos no ambiente construído sem o aumento dos gastos públicos, conforme determina a “cartilha” neoliberal (COTA, 2016, 22-23) e para viabilizar a capitalização das rendas fundiárias.

De acordo com Jaramillo (2010, p. 221), há uma profunda associação entre as mudanças na estrutura dos usos dos espaços das cidades e as mudanças nos preços da terra, atuando o preço do solo como o operador das dinâmicas urbanas. Sendo assim,

à medida em que as atividades urbanas que acessam uma renda mais elevada deslocam as que têm rendas menores, as mutações nessa lógica são percebidas por seus protagonistas como “produzidas” pelas mudanças no preço do solo. Um ocupante de uma habitação em uma zona invadida pelo comércio tem que lidar com a elevação dos preços do solo, os quais se tornam impagáveis para ele, o que o expulsa de um determinado lugar; o mesmo poderia ser dito de um habitante de camadas populares que é

deslocado por setores de renda maior que retornam às áreas centrais, a chamada 'gentrificação'; um pequeno comerciante substituído por estabelecimentos comerciais de 'grande porte' (JARAMILLO, 2010, p. 221, tradução própria).

Os processos de gentrificação são, então, derivados desse mecanismo de conversão das rendas da terra em preços do solo em que se torna evidente o modo fragmentado como a urbanização acontece. Smith (2007, p. 18), no mesmo sentido, entende o processo de gentrificação dos espaços urbanos como essa diferenciação espacial que se dá pela lógica do mercado imobiliário e leva ao enobrecimento de determinadas áreas. Tal fenômeno passa invariavelmente pelo planejamento estatal, que, por meio de sua visão funcional das cidades, define os modos como se dará esse processo.

Para alterar os preços do solo urbano o Estado atua equipando os espaços com infraestruturas urbanas e equipamentos de usos coletivos como praças, ruas, monumentos. Em estudos como os de Puchala (2003), Alves (2016), Zukin (2010), Ferri (2009), Berman (1986), Soja (1993), Jacobs (2000 [1961]), Sanches (1999), Silva e Diniz (2019), e tantos outros os processos de reestruturações urbanas estudados levaram ao mesmo fim, o aumento dos patamares das rendas fundiárias e dos preços da terra pela mudança dos usos e da ocupação desses espaços. Em larga medida, essas estratégias são postas em prática por meio de projetos urbanísticos que realizam intervenções pontuais em determinadas partes dos municípios em que se precisa causar alteração dos preços do solo. Nessas áreas que sofrem esse tipo de intervenção, objetiva-se a geração de um considerável aumento dos preços dos imóveis e dos aluguéis. Nesse contexto, de uma produção do espaço centrada na figura do Estado e que tem a realocação do capital produtivo e das elites para as periferias como tendência, a busca pela *capitalização das rendas* fundiárias leva à reestruturação dos espaços centrais. A capitalização das rendas fundiárias representa a conversão das rendas fundiárias, captadas da mais-valia produzida como um pagamento pela propriedade da terra, em preço do solo (JARAMILLO, 2010, p. 226).

4.3.1 O plano de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte e as rendas fundiárias

Os processos de reestruturação de áreas centrais, ou a reprodução capitalista desses espaços, implica uma espetacularização, como mostrado no tópico anterior dessa pesquisa, para tornar essas áreas atrativas de investimentos novamente e, conseqüentemente, aumentar os patamares das rendas fundiárias. A produção do espaço belo-horizontino em escala metropolitana, marcada pela desconcentração de atividades da região do hipercentro de Belo Horizonte para as periferias, tornou esse local “desvalorizado” do ponto de vista do capital rentista. O mercado de novas habitações está mais aquecido nas periferias e nos municípios vizinhos, nos quais ainda há terras baratas para incorporação. Os poucos investimentos e a baixa renovação levam à degradação dos imóveis dos centros dessas áreas das grandes cidades e provoca ações emergenciais que vislumbrem mudanças de seus usos. A concentração de atividades econômicas e o fluxo de pessoas nessas áreas sempre são maiores do que no restante da cidade. Nesse sentido, o esgotamento do estoque de terras baratas disponíveis na área central para a incorporação pelo capital rentista faz com que o processo de urbanização se dê para além de seus limites, pelo processo de implosão-explosão (LEFEBVRE, 1999 [1970]). Tendo que lidar com as crises do capital e com os conflitos no uso do solo, no modo de atuação do urbanismo estatal podem ser apreendidas importantes contradições.

Belo Horizonte, construída sobre o antigo Curral Del Rey, foi planejada e desenhada por Aarão Reis, um engenheiro tecnocrático, para ser a capital do estado de Minas Gerais e o local de moradia dos trabalhadores do setor administrativo. As estimativas populacionais para a cidade davam conta de uma população de cerca de 32.000 mil pessoas apenas. No princípio da industrialização da capital mineira as indústrias concentravam-se nas imediações do hipercentro.

Na década de 1930, destaca-se em Belo Horizonte a atuação do Prefeito Octacílio Negrão de Lima, incansável incentivador do desenvolvimento industrial da cidade. É criada a Zona Industrial de Belo Horizonte (Lei Estadual n.º 98/36, e Decreto n.º 104/36), no Barro Preto, numa faixa de 150 metros compreendida entre o Ribeirão Arrudas e as linhas da E.F. Central do Brasil e Oeste de Minas. A principal concentração de indústrias da Capital desloca-se das imediações da Estação Ferroviária para a região do Barro Preto. Ali se instalam inúmeras indústrias, destacando-se a Cia. de Cigarros Souza Cruz. O ano de 1938 é marcado pelo início das atividades da Cia. Renascença Industrial, no bairro de mesmo nome, empregando cerca de 1.000 trabalhadores (mulheres em sua maioria), que provocou um grande impacto na economia municipal.

Entretanto, a Zona Industrial no Barro Preto, dentro da área urbana da cidade, não comportava a instalação de indústrias pesadas, devido às limitações de espaço. A instalação da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), representou uma enorme frustração para os mineiros, cada vez mais conscientes da necessidade de garantir para Minas os benefícios da indústria extrativa, para a qual o Estado foi historicamente vocacionado. Novamente o Governo do Estado atuou, objetivando impulsionar o desenvolvimento e consolidar Belo Horizonte como principal polo econômico do Estado, assinando o Decreto n.º 770, de 20 de março de 1941, que criou a Cidade Industrial, na localidade de Ferrugem, município de Betim⁷⁵.

Com o aumento do preço dos aluguéis no hipercentro devido à própria concentração de atividades, à grande poluição gerada e ao esgotamento das terras disponíveis, as indústrias migraram para os municípios vizinhos, principalmente Contagem, cujo distrito industrial foi construído em 1940. Criado durante o governo de Benedito Valadares, o Distrito Industrial de Contagem foi “o primeiro projeto sistemático de industrialização do estado” (PEREIRA e COSENTINO, 2014, p.19) e foi a maior realização desse governo⁷⁶.

Há que se ressaltar que hoje em dia as elites dirigentes e os mais ricos buscam tranquilidade e qualidade de vida nas “periferias” metropolitanas, em condomínios fechados caríssimos que simulam a vida urbana, mas com luxo aliado a um artificial retorno à natureza. Em outras palavras, o aburguesamento dos centros urbanos nas principais cidades do mundo se deu, em um primeiro momento, pela expulsão dos trabalhadores mais pobres para as periferias precarizadas, em oposição aos centros estruturados, porém, atualmente, esse modelo foi fortemente alterado com a migração dos mais ricos para partes específicas das “periferias” metropolitanas “hiperequipadas”, conforme analisado por Caldeira (2000), Chalhoub (1996), Costa (1994), Santos (2010). É um retorno a uma natureza fetichizada e incorporada ao processo de ganhos imobiliários e à extração de rendas fundiárias a partir de mercadorias caras e pouco acessíveis. Para os mais ricos, as áreas centrais dos municípios, repletas de desigualdades e violências, se tornaram locais perigosos a serem evitados. Esses locais somente interessam por sua condição de

⁷⁵ Site Bairros de Belo Horizonte.

Disponível em: <https://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/news/o-desenvolvimento-industrial/>
Acesso em: 20/07/2020.

⁷⁶ SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Cia. Editora Nacional (1968) e DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG (1981) são autores que retratam e analisam esse período com riqueza de detalhes.

locus principal das atividades comerciais e de serviços dos quais eles retiram seus lucros e/ou são usuários.

Em função dessa tendência de periferização, Belo Horizonte já trazia em seu plano diretor estratégias de intervenção em sua área central para conter a sua desvalorização. Mais especificamente numa parte de sua área central, o chamado Hipercentro Legal (Lei N° 7.166/96), formado pelo “Parque Municipal, os quarteirões ao longo do Ribeirão Arrudas, dois quarteirões da área hospitalar e quarteirões adjacentes à Avenida Bias Fortes”, conforme mostra a figura 26 (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2007, p. 1).

Essa é uma parte da área central, mormente, frequentada pela população mais pobre e que se encontrava, no início da década de 2000, com os imóveis degradados pela falta de investimentos públicos e privados e pela mudança de usos com a saída das indústrias que outrora se localizavam nas proximidades. O Hipercentro de Belo Horizonte é uma parte da região central da cidade que foi assim denominada e delimitada em 1996 com a promulgação do plano diretor do município. Em relação ao planejamento estratégico para essa área, no artigo 7º da mesma lei lê-se o seguinte:

Art. 7º - São objetivos estratégicos para promoção do desenvolvimento urbano:

XIII - a valorização urbanística do hipercentro, visando a resgatar a sua habitabilidade e a sociabilidade do local;

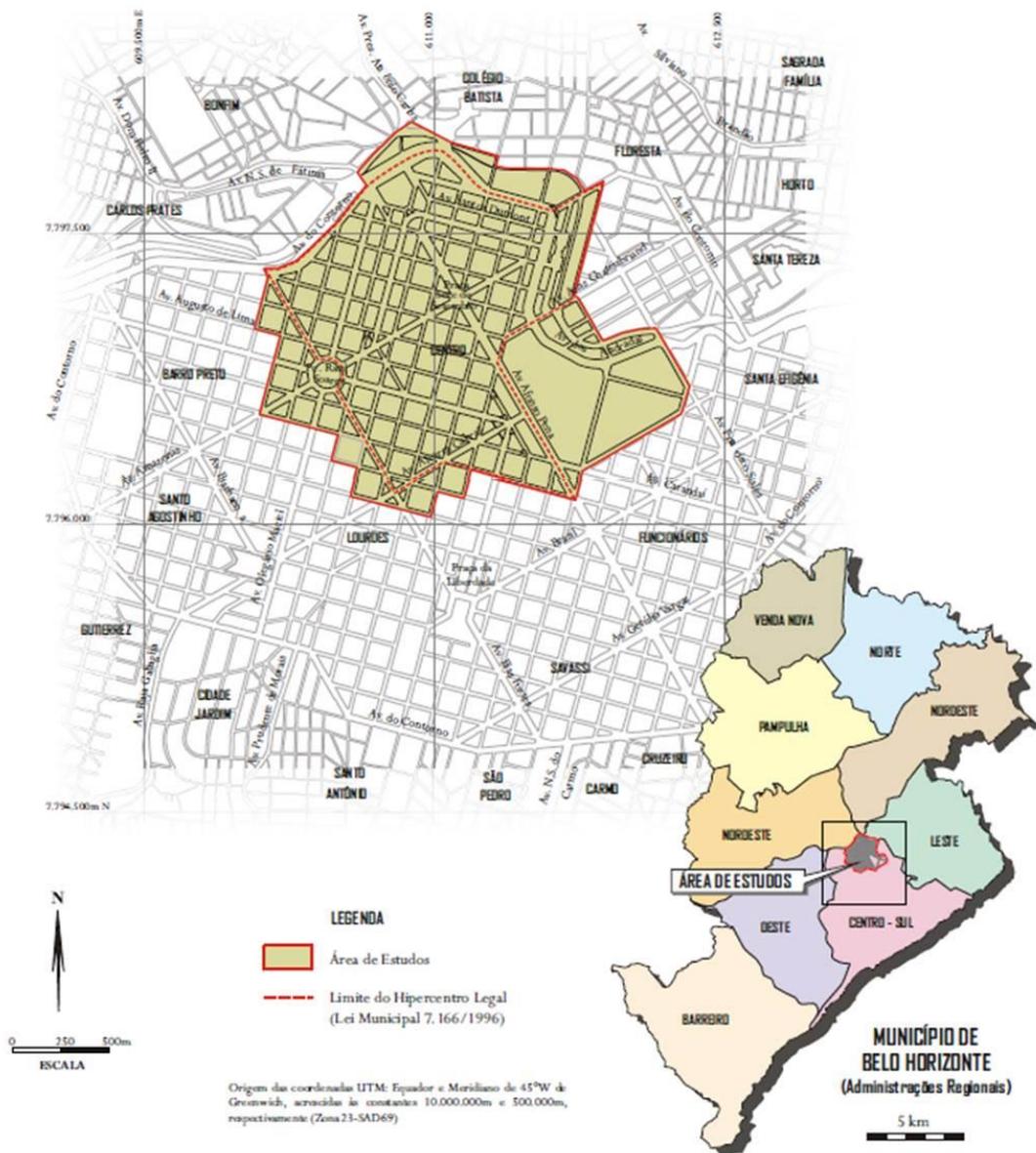
XIV - a criação de condições para a preservação do caráter histórico-cultural da área central;

XV - a criação de condições para a formação e a consolidação de centralidades;

XVI - a preservação e a manutenção dos marcos urbanos de valor histórico, artístico e cultural;

§ 1º - Hipercentro é a área compreendida pelo perímetro iniciado na confluência das avenidas do Contorno e Bias Fortes, seguindo por esta, incluída a Praça Raul Soares, até a Avenida Álvares Cabral, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Afonso Pena, por esta até a Rua da Bahia, por esta até a Avenida Assis Chateaubriand, por esta até a Rua Sapucaí, por esta até a Avenida do Contorno, pela qual se vira à esquerda, seguindo até o Viaduto da Floresta, por este até a Avenida do Contorno, por esta, em sentido anti-horário, até a Avenida Bias Fortes e por esta até o ponto de origem (BELO HORIZONTE, LEI N° 7165, 1996).

Figura 26 - Mapa de localização do Hipercentro legal de Belo Horizonte.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2007).

No ano 2000, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Hipercentro de Belo Horizonte. Criada pelo Decreto nº 10.294, de 12 de julho de 2000, em dezembro do mesmo ano, essa comissão entregou um documento que versava por executar o que estava no plano diretor municipal de 1996. A ideia era recuperar o hipercentro do ponto de vista econômico a partir de intervenções diversas. Ainda não se tinha a previsão de mudança dos prédios da administração municipal para a porção norte do município, visto que o plano ainda propunha a ampliação da

concentração de órgãos públicos nessa área. Com a confecção do "Plano de Ação Estratégico do Hipercentro", de julho de 2000, a comissão encerrou suas atividades, sendo retomada com o decreto Nº 10.644 de maio de 2001, revogado pelo decreto Nº 11.357, de junho de 2003, para que pudesse auxiliar a administração pública nas ações estratégicas que envolveriam o hipercentro. A comissão era composta por representantes de quase todas as secretarias da prefeitura de Belo Horizonte⁷⁷, com a função de estabelecer as diretrizes para futuras intervenções do poder público municipal nessa porção da área central a partir do que já estava posto no plano diretor, promulgado quatro anos antes. Esse plano produzido por tal comissão, orientada por uma racionalidade que produz o espaço urbano como se produz uma mercadoria, dizia, de modo preliminar, que intervenções no hipercentro eram necessárias. Foram apontados os problemas e o que poderia ser feito para fomentar, acima de tudo, ganhos econômicos. Partindo dessas premissas definidas pela comissão, a Prefeitura de Belo Horizonte contratou uma empresa de consultoria para desenvolver um documento diagnóstico do hipercentro e que trouxesse possíveis soluções urbanísticas para se alcançar os objetivos estratégicos previamente definidos e também outros que aparecessem durante o processo de confecção do documento.

Em 2007 foi apresentado à prefeitura o "Plano de Reabilitação do Hipercentro", um documento que traz um detalhado diagnóstico dos usos correntes, dos imóveis, dos gargalos, dos fluxos do hipercentro, dos problemas sociais e das potencialidades turísticas, culturais e arquitetônicas que poderiam causar impactos econômicos, os "efeitos multiplicadores". Enfim, é um plano encomendado para, supostamente, fornecer uma visão técnica "externa" à do Estado para orientar o

⁷⁷ Compunham a referida comissão polícias, Empresas de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte - BELOTUR, Câmara Municipal de Belo Horizonte, Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/DEMETRÔ, Conselho Consultivo Regional de Participação Popular Centro-Sul, Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, Polícia Federal - Regional em Minas Gerais e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, além dos representantes da chamada sociedade civil, Associação Comercial de Minas Gerais, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis – ASMARE, Associação dos Comerciantes do Hipercentro, Associação dos Condomínios de Belo Horizonte, Câmara dos Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - CDL/BH, Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, Polícia Militar de Minas Gerais, Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais – SINDUSCON e outros (BELO HORIZONTE, Decreto nº 10.294, de 12 de julho de 2000).

planejamento municipal para as próximas décadas. Porém, como se viu, já havia diretrizes previamente definidas pela comissão. Evidencia-se o modo de atuação do Estado articulado ao processo de reprodução dos capitais, cuja função principal é a produção do espaço abstrato (LEFEBVRE, 1991 [1974]). É o Estado quem assume a produção do ambiente construído especialmente como capital fixo de tipo independente (HARVEY, 1982, p. 226), bem como ajuda a alterar o preço do solo e dos imóveis.

De acordo com entrevistas e reuniões realizadas junto a membros da sociedade civil, a equipe técnica responsável pelo plano apontou como temas estratégicos para a área: “habitação, requalificação de espaços públicos, atividades econômicas, sistema viário e transportes públicos, legislação urbana e gestão” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2007, p. 2-3). Definidos os pontos estratégicos de ação, foi feito um diagnóstico da área apresentado a membros da sociedade civil já integrados ao processo, sendo apontada a necessidade de tornar essa área viável economicamente através de recursos públicos ou privados (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2007, p. 3). Evidencia-se a racionalização do espaço por meio de um projeto para torná-lo competitivo dentro da dinâmica urbana, em que era marcante a sua desvalorização. Era objetivo desse plano tornar o centro atraente para os capitais e para a capitalização das rendas e para isso um minucioso diagnóstico foi feito, no qual foram mapeados os principais usos dos imóveis, das ruas e praças e dos elementos culturais. Projetos dessa natureza diagnosticam o que há para ser aproveitado no local, que pode ser usado para gerar capitalização das rendas fundiárias e o que precisa ser “eliminado”, pois se põe como uma barreira a essa finalidade.

No Plano de Reabilitação do Hipercentro foram mapeados os usos comerciais, os usos residenciais, os usos culturais, as áreas onde ocorrem os crimes, onde residem moradores de rua, os usos recreativos, os usos boêmios. A figura 27 mostra que houve um cuidado para se identificar os tipos de usos dos imóveis da região para a identificação dos potenciais dessas áreas para o aumento dos potenciais das rendas fundiárias, especialmente, a partir de instrumentos como as operações urbanas, que serão apresentadas mais adiante. O mapa da figura 27 mostra que os usos voltados para o comércio e para os serviços são predominantes nos imóveis do hipercentro, são 1.154 usos verificados. Havia como estoque de

edificações 92 imóveis que se encontravam vazios no momento da coleta dos dados, essencialmente na porção sul do hipercentro, uma área mais residencial. Em 322 imóveis mapeados havia usos residenciais. Esses imóveis geram, então, aluguéis aos seus proprietários, pagos pelos comerciantes, moradores e prestadores de serviços que os utilizam. O que mostra a predominância do capital improdutivo. Conforme já apontado, o capital comercial atua comprando barato para vender caro, são atravessadores, assim, juntamente com os rentistas, atuam como barreiras nos cálculos da reprodução global do capital. Esse tipo de capital “suga” a mais-valia produzida, bem como as rendas dos trabalhadores.

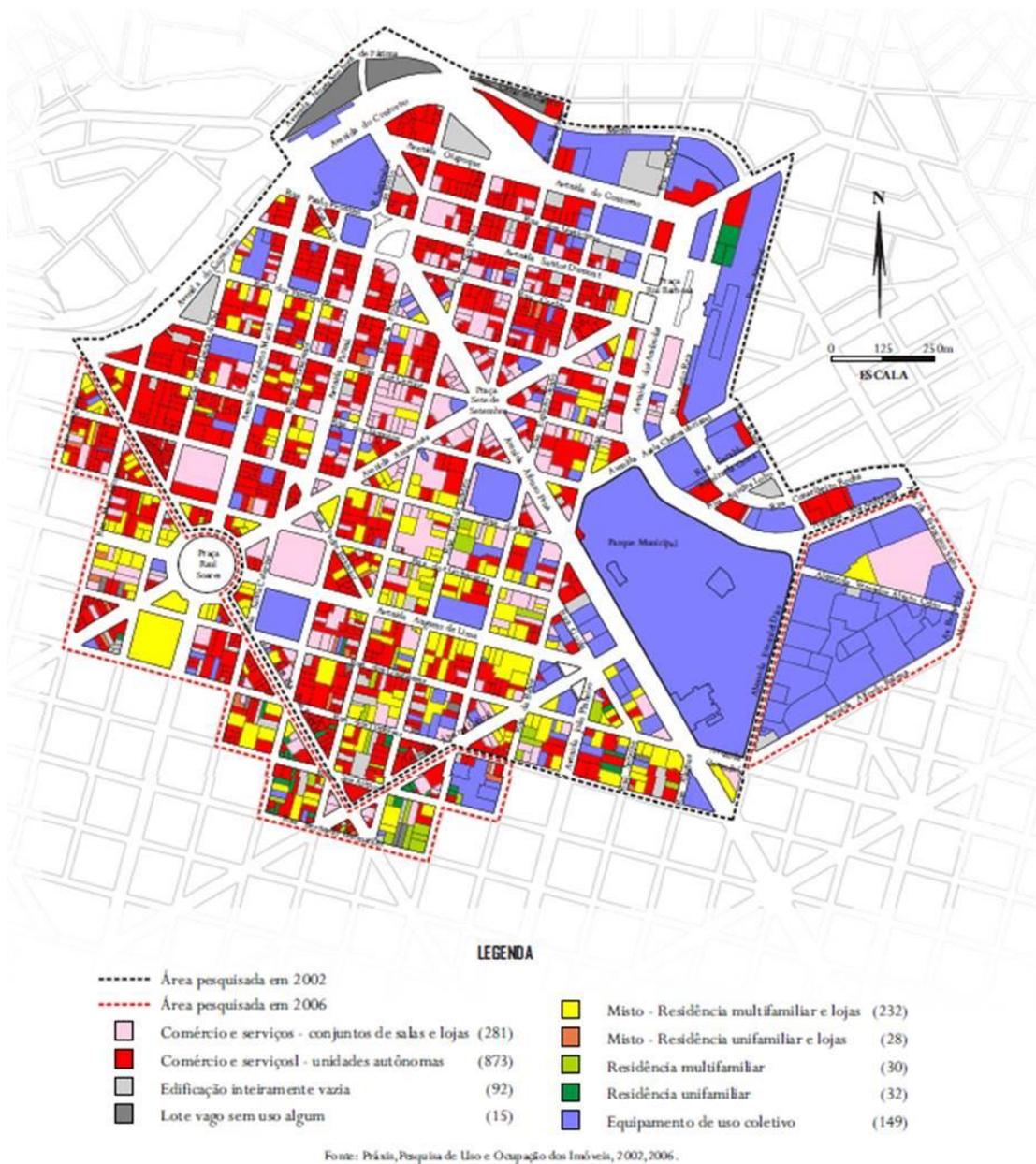
Desde que este plano para reabilitar o hipercentro foi lançado, em 2007, as administrações municipais da cidade vêm promovendo, paulatinamente, o que o plano propõe; a restauração de imóveis degradados com forte simbologia para o município, reestruturação da circulação de veículos na região do hipercentro, diminuição da quantidade de ônibus que circulam pela região para liberar espaço para os automóveis, requalificação das praças em estado de degradação e com usos “indesejados” pela administração pública, criação de espaços culturais, retirada dos camelôs das calçadas, incentivos ao uso residencial no hipercentro e tantas outras intervenções. O referido plano identificou, na época de sua confecção, que, na porção sul do hipercentro, havia imóveis tombados subutilizados em relação ao seu potencial de “valorização”, a maioria casas, passíveis de verticalização. Não é por acaso que os moradores dessas casas costumam sofrer pressões das construtoras para vender seus imóveis, os quais seriam demolidos para a construção de prédios residenciais.

Por ser a parte mais dinâmica do hipercentro em termos imobiliários, certamente havia forte interesse nessas áreas. Principalmente pelo fato de essas áreas serem passíveis de geração das rendas fundiárias urbanas de tipo II, pois encontram-se na Zona Hipercentral – ZHIP. Essa área foi definida na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de 1996⁷⁸ como uma área com “coeficiente de aproveitamento mínimo” de “2,7” e máximo de “3,4”, que significa se tratar de uma zona em que a verticalização é permitida em níveis mais elevados do que no

⁷⁸ Modificada pela Lei nº 9.959, de 20/07/2010 (Art. 171, V).

restante do município. Havia, portanto, um pequeno e valioso estoque de solo urbano a ser explorado, capitalizado. A área central como um todo, que no plano diretor aparece como ZCBH, reúne o hipercentro e as demais áreas internas à avenida do contorno e possui os mesmos coeficientes de aproveitamento do hipercentro.

Figura 27 - Mapa com os usos dos imóveis do Hipercentro de Belo Horizonte.



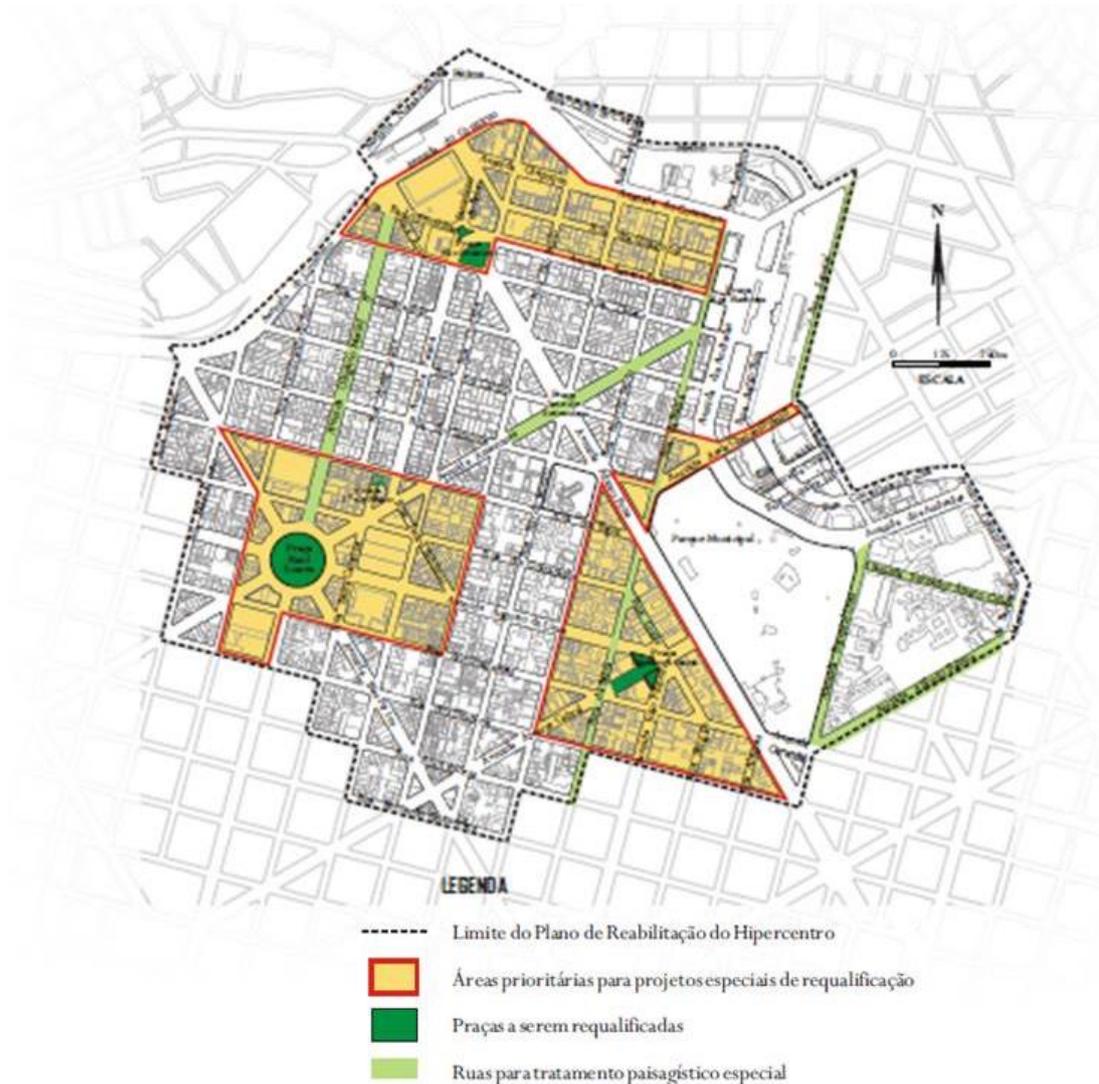
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2007, p. 4).

Como forma de se criar um estímulo a novos empreendimentos imobiliários na área central como um todo, o “Plano de Reabilitação do Hipercentro” trouxe como possibilidade a ser discutida a “transferência do potencial construtivo” da Zona Hipercentral – ZHIP para toda a área central, que são áreas do entorno do hipercentro internas à avenida do contorno (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2007, p.19). A “transferência do direito de construir” surge como o resultado da diferença entre o “coeficiente de aproveitamento básico” e o “coeficiente de aproveitamento máximo”, ou seja, faz-se uso da “outorga onerosa do direito de construir” para se cobrar dos proprietários o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico. Esse potencial de construção acima do coeficiente básico precisa estar previsto na legislação urbanística e torna-se algo comercializável pelos proprietários dos imóveis, pois pode ser utilizado em outras localidades. Essa proposta beneficiou, diretamente, os proprietários com restrições em relação ao coeficiente de aproveitamento dos imóveis causadas por tombamentos e outros impeditivos de suas construções situadas na área hipercentral. Mesmo que não usassem para si essa possibilidade, os proprietários poderiam comercializar esse potencial com outros proprietários que queiram verticalizar áreas do entorno do hipercentro, a área central, na qual o preço do solo costuma ser elevado. A capitalização das rendas fundiárias é reproduzida, então, por meio do uso da própria legislação urbanística.

Outro ponto complementar, do ponto de vista dos ganhos fundiários nas intervenções no hipercentro previstas nesse documento, são as chamadas “Áreas Especiais para Requalificação”, que são espaços públicos como praças, construções e equipamentos de uso coletivo que se encontravam em estado de degradação e desvalorização. De acordo com o próprio “Plano de Reabilitação do Hipercentro”, são áreas com potencial para trazer a “dinamização das atividades econômicas” e a “melhoria da segurança pública”, somando-se a isso “a capacidade que projetos dessa natureza têm de gerar efeitos multiplicadores, especialmente entre o setor privado, que, a partir de ações corretas do setor público, adquire confiança para investir” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2007, p.33). Trata-se basicamente do papel do Estado na produção espaço em função do processo de ganhos fundiários e dos diversos capitais que lucram a partir das dinâmicas urbanas. Entre os efeitos multiplicadores não especificados no plano, certamente, estão o aumento

dos patamares das rendas fundiárias e o consequente aumento dos preços dos imóveis e aluguéis nessas áreas. Abaixo, a figura 28 mostra as áreas previstas para estas intervenções.

Figura 28 - Áreas com propostas de requalificação de logradouros públicos.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2007, p.35).

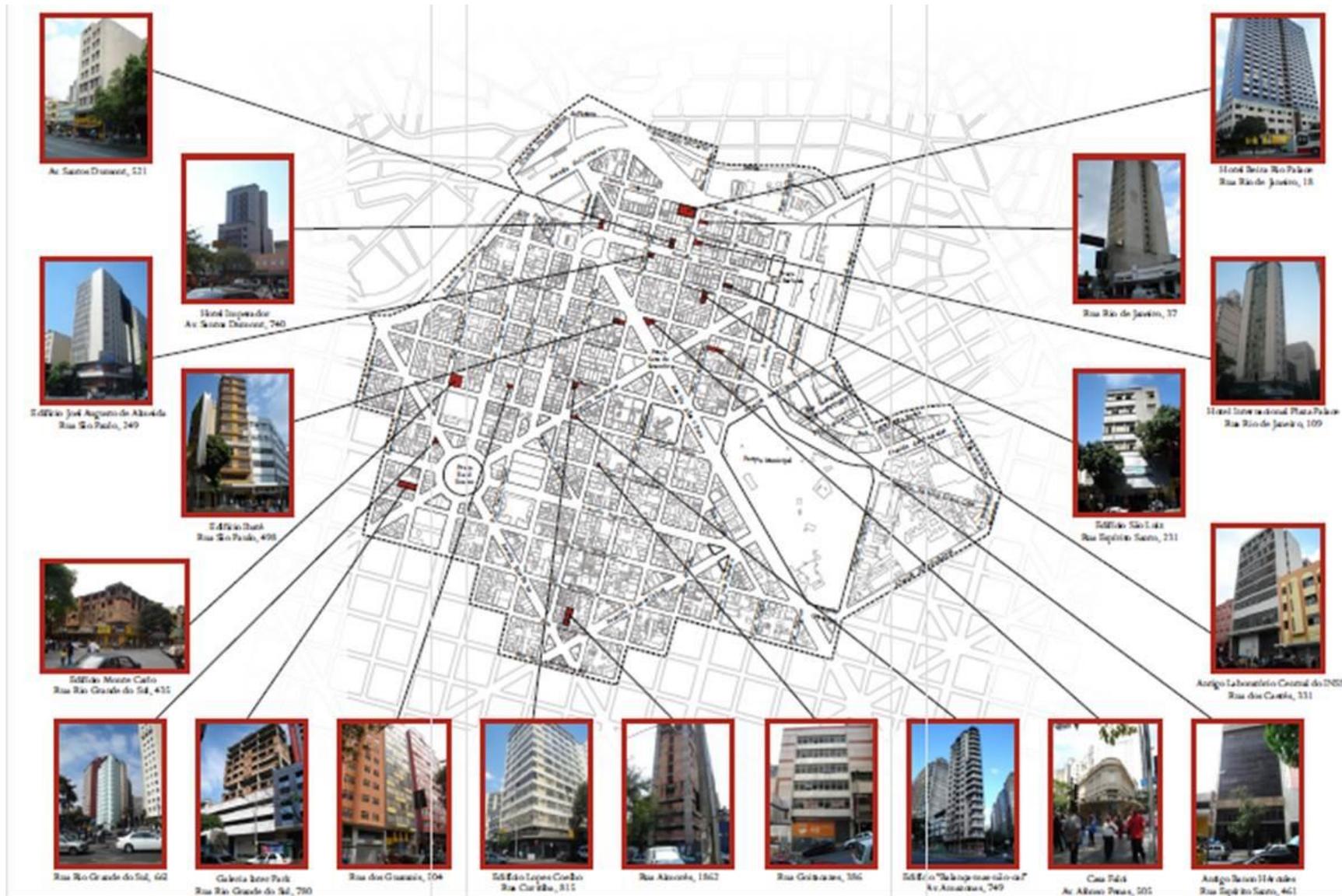
As áreas mapeadas, acima, são localidades estratégicas do hipercentro, pois se encontram no entorno da rodoviária, do Parque Municipal e da Praça Raul Soares e que estavam degradadas no começo da década de 2000. O enfoque principal era recuperar o entorno dessas áreas importantes do ponto de vista do turismo e dos ganhos imobiliários. Treze anos depois do Plano de Reabilitação do Hipercentro, observa-se que houve uma “maquiagem” desses espaços e um reforço da

segurança para desencorajar o uso por parte dos moradores de rua e encorajar o uso turístico e boêmio. Houve intervenções paisagísticas nesses espaços associadas ao reforço nas rondas policiais. Em 2008, por exemplo, foi feita uma reforma na Praça Raul Soares em conformidade com o planejamento para a área do hipercentro.

O espaço público foi revitalizado. As obras, que custaram R\$ 2,6 milhões, incluíram a recuperação de jardins, melhorias no mobiliário urbano e a fonte luminosa, que voltou a funcionar em sincronismo com música clássica e com a iluminação local. De acordo com informações da Prefeitura de Belo Horizonte, a calçada em mosaico português, com pedras brancas e vermelhas, foi apenas reparada e ficou com o piso original da época da primeira inauguração, ocorrida à 70 anos. Também foram feitas alterações nas travessias de pedestres e mudanças na iluminação pública (JORNAL O TEMPO, 02 de julho de 2008).

O Plano de Reabilitação do Hipercentro apresenta uma proposta de reocupação estratégica de alguns imóveis vazios e/ou subutilizados da área para uso residencial. A empresa contratada para realizar o diagnóstico realizou uma minuciosa análise dos imóveis da área para apontar e mapear os que se encontravam vazios e/ou subutilizados. O mapa da figura 29, retirado do referido plano mostra a localização desses imóveis dentro do hipercentro. O uso residencial desses imóveis se articula com as necessidades do mercado imobiliário, que espera do Estado soluções para amenizar essa tendência de esvaziamento do hipercentro.

Figura 29 - Imóveis com potencial de reocupação estratégica para uso residencial no hipercentro.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2007, p. 38).

A partir do fenômeno descrito acima, é preciso que se busque o entendimento do que está em jogo, para além da aparência. A aparência nos leva a crer que o Estado intervém no espaço para tentar solucionar problemas que incidem na qualidade de vida das pessoas, mas, na realidade, conforme Lefebvre (2016 [1972], p. 138),

os economistas constroem modelos de crescimento mais ou menos bem-sucedidos, harmonizando mais ou menos os diferentes setores, o “pleno emprego”, o equilíbrio monetário, a expansão. No que a economia política se tornou agora? Ela também atravessa uma crise. Os modelos de crescimento caem em descrédito. A economia política se transforma numa economia política do espaço. Insisto nessas palavras. Não se trata mais de uma aplicação ao espaço geográfico, ou geométrico, meio vazio, de modelos econômicos abstratos fundados na produção de coisas, de mercadorias, de bens de consumo. A economia política torna-se economia política do espaço. [...] Esse processo se acelera e acarreta a propriedade capitalista do espaço inteiro. Ao mesmo tempo, o “imobiliário” – como se diz ainda entre nós – se mobiliza, ou seja, torna-se riqueza mobiliária, arrastada no fluxo das trocas, no fluxo e no refluxo do dinheiro e do capital. [...] Chegamos a uma ideia essencial: o capitalismo se manteve pela conquista e integração do espaço. O espaço deixou, há muito tempo, de ser um meio geográfico passivo ou um meio geométrico vazio. Ele tornou-se *instrumental* (LEFEBVRE, 2016 [1972], p. 138-139).

A elaboração de Lefebvre vai ao encontro do fato de que o cenário de fundo dessa produção capitalista do espaço é a capitalização das rendas fundiárias. As intervenções no hipercentro de Belo Horizonte têm como fundamento a elevação dos patamares das rendas fundiárias auferidas, dentre outros motivos, por tornar o local mais atraente para o consumo e para os lazeres. Observa-se que o espaço social de uma metrópole como Belo Horizonte é muito fluido. Em um piscar de olhos, “tudo o que é sólido desmancha no ar”, no sentido empregado por Berman (1986), inspirado na frase cunhada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* para expressar as angústias a que o mundo capitalista apresenta a todos por conta do processo de modernização.

4.4 O fetichismo da e na política urbanística brasileira

De acordo com Fernandes (2008, p. 126-127), existia no Brasil pré-constituição de 1988 uma hegemonia do direito civil sobre o direito urbanístico, desse modo, imperava no planejamento urbano brasileiro um pensamento

conservador em prol da preservação da propriedade privada. Em tal cenário, havia uma espécie de “outorga gratuita de usos, taxas de ocupação e direitos de construir aos proprietários dos imóveis” (FERNANDES, 2008, p. 127), pelo fato de os ganhos financeiros obtidos a partir do processo de urbanização não serem redistribuídos para a coletividade. Isso, de fato, ajudava a agravar as desigualdades do intenso processo de urbanização brasileiro. Em uma urbanização como a nossa, que ocorreu em poucas décadas e regulada somente pelo direito civil, os ganhos financeiros a partir do solo urbano foram apropriados apenas pelos rentistas. Para Fernandes (2008, p. 127-128), havia no Brasil um “planejamento elitista” quanto às oportunidades de acesso ao solo urbano. Ademais,

não havendo qualquer tentativa de enfrentamento do cerne da questão da propriedade imobiliária e da estrutura fundiária, o plano urbanístico acabava sendo apropriado pelas forças do mercado e servindo como mais um processo poderoso de geração de novas formas de acumulação de capital nas cidades (FERNANDES, 2008, p. 127).

Em vista desse contexto de uma urbanização fetichista, ordenada segundo as determinações da capitalização das rendas fundiárias, o movimento da reforma urbana, composto por diversos grupos da sociedade brasileira, lutou para desenvolver um novo pensamento urbanístico que submetesse o direito à propriedade privada, em alguma medida, ao direito público, tornando-o um direito vazio (FERNANDES, 2008, p.128). Desse modo, a legislação urbanística que seguimos atualmente no Brasil tem seu marco principal na promulgação da “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”, mais especificamente em seus artigos 182 e 183. Celebrados na época como possibilidades de redução das desigualdades, de redistribuição dos ganhos fundiários, de regulação e de ordenação do processo de urbanização brasileiro, esses pequenos artigos e seus desdobramentos deixaram também possibilidades e brechas para a continuidade da capitalização desigual a partir do solo urbano. Foi definido pelo § 1º dessa lei que “o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, seria o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (BRASIL, 2017 [1988], p. 147). Ou seja, a produção do espaço na escala do município no Brasil, a cargo do poder público municipal, deveria se sujeitar à referida lei máxima e seus desdobramentos. Outro ponto fundamental é o

§ 2º, cuja “propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (BRASIL, 2017 [1988], p. 147). Essa passagem foi tida como “virtuosa” para os anseios de transformação social à época muito em função de o texto dar a entender que a propriedade privada estaria submetida ao direito público na forma de um plano diretor. O postulado da lei representa essa pretensa tentativa de submeter a propriedade privada ao interesse coletivo, à medida que sua capitalização precisaria se adequar à “função social da propriedade”. No entanto, a colocação da noção de função social da propriedade na legislação urbanística não retira o fetiche da capitalização do espaço, apenas, emprega uma face mais “amena” à propriedade. De acordo com Andrade (2017),

o instituto da função social da propriedade deve ser entendido como categoria jurídica e política – e, em última instância, como expressão teórica e ideal da economia política – no interior do processo econômico-social que produziu a propriedade privada capitalista (ANDRADE, 2017, p. 70).

Essas medidas urbanísticas ficaram em processo de implantação por cerca de treze anos, até a promulgação do “Estatuto da Cidade”, e, nesse período, somente alguns municípios brasileiros promulgaram seus planos diretores. Belo Horizonte foi um deles, com a Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996, que institui o seu plano diretor. Então, para regulamentar e dar mais instrumentos de legislação urbanística a partir do que foi posto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que fala da política urbana, o governo federal promulgou a Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, o Estatuto das Cidades. Essa lei define as diretrizes e traz outros instrumentos para a gestão urbana, além de reafirmar a centralidade dos planos diretores para um pretense uso mais racional e mais justo do solo urbano. No entanto, a prática destoava do discurso. Para Compans (2004, p. 199), a “aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, ao atualizar os princípios e instrumentos da agenda da reforma urbana, embaralhou o jogo de interesses conflituosos em torno do uso e da ocupação do solo urbano em nosso país”. A autora mostra que os propósitos reformistas e redistributivos dos ganhos fundiários propostos por esse grupo de pesquisadores debatidos desde a década de 1960, ao adentrarem a política urbana na forma constitucional, se depararam com o papel do Estado como

agente do mercado e do capital (COMPANS, 2004, p. 199). Rose Compans mostrou, a partir da análise dos planos diretores de São Paulo e do Rio de Janeiro, que essa “dupla determinação” da política urbana passa pela ambiguidade de sua proposta de redistribuição dos ganhos fundiários e o favorecimento à concentração que ocorre na prática da urbanização brasileira.

Em 2011, um estudo mostrou que os novos planos diretores municipais no Brasil continuavam a não atuar claramente para promover maior equidade ao “acesso à terra urbanizada e à cidade” e a redistribuição dos ganhos fundiários (OLIVEIRA e BIASOTTO, 2011, p. 59). Em linhas gerais, a dubiedade dos textos dos planos diretores e do próprio Estatuto das Cidades torna esses instrumentos, no mínimo, “apropriáveis” pelo capital, para não dizer que já foram assim escritos com essa finalidade.

O que Rose Compans e outros autores que discutem a questão do planejamento urbano e da legislação urbanística entendem por “ambiguidade”, entendo como parte da própria natureza da urbanização capitalista, da urbanização fetichista. Nesses moldes, a cidade e o cidadão são subjugados e tragados pelo turbilhão da acumulação. Isso, como mostrado ao longo dessa pesquisa, é, na verdade, a lógica do próprio capital. Se há uma ambiguidade significa que o problema se desloca das contradições do capital e passa para um problema no tipo de legislação e de planejamento adotados. Há, então, uma adesão à economia política e ao fetiche presente nesses discursos. No capitalismo a vida de tudo e de todos é tragada para dentro dos ciclos reprodutivos do capital e de suas crises. Ao fim e ao cabo, o que interessa na urbanização capitalista é a acumulação de capital, sendo as vidas de milhares de pessoas, os produtores originais da riqueza produzida pelo trabalho, reduzidas a meras engrenagens do processo de acumulação.

4.4.1 - As operações urbanas consorciadas e a reprodução do capital e das rendas fundiárias urbanas tipo II

O discurso institucional se põe no sentido de que o uso e ocupação do solo no Brasil sejam feitos de forma mais justa. O modo que se pretende realizar tal

tarefa passa pelo uso dos instrumentos da legislação urbanística, que, supostamente, foram concebidos para redistribuir os ganhos fundiários privados conseguidos a partir dos investimentos do Estado no solo urbano. O discurso oficial diz que, por meio do uso racional desses instrumentos da política urbanística, é possível que o Estado recupere parte dos ganhos fundiários privados obtidos a partir das suas próprias intervenções no espaço. São exemplos desses instrumentos presentes no *Estatuto da Cidade* a “Contribuição de Melhorias”, as “Operações Urbanas Consorciadas”, o “IPTU progressivo”, a “Transferência do Direito de Construir”, a “Outorga Onerosa do Direito de Construir” e outros.

Tratando especificamente das “Operações Urbanas Consorciadas”, este controverso instrumento da política urbanística, estas apareceram na política urbana brasileira no *Estatuto da Cidade*. Sua finalidade é a viabilização de “parcerias” entre o Estado e os capitais rentistas em investimentos que se beneficiam da urbanização para obter ganhos fundiários, deixando os possíveis prejuízos à vida urbana à coletividade. Há uma ampliação da deterioração da vida urbana. No Artigo 32 do *Estatuto da Cidade*, as Operações Urbanas Consorciadas são assim definidas:

Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º. Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 2º. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente (Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001).

O que se tem verificado na prática dos municípios brasileiros é o fato de esse instrumento da política urbanística ser empregado, unicamente, como forma de ampliar os ganhos com rendas fundiárias em desconformidade com os estudos técnicos para a área pelos capitais individuais. A obrigatoriedade da reaplicação dos

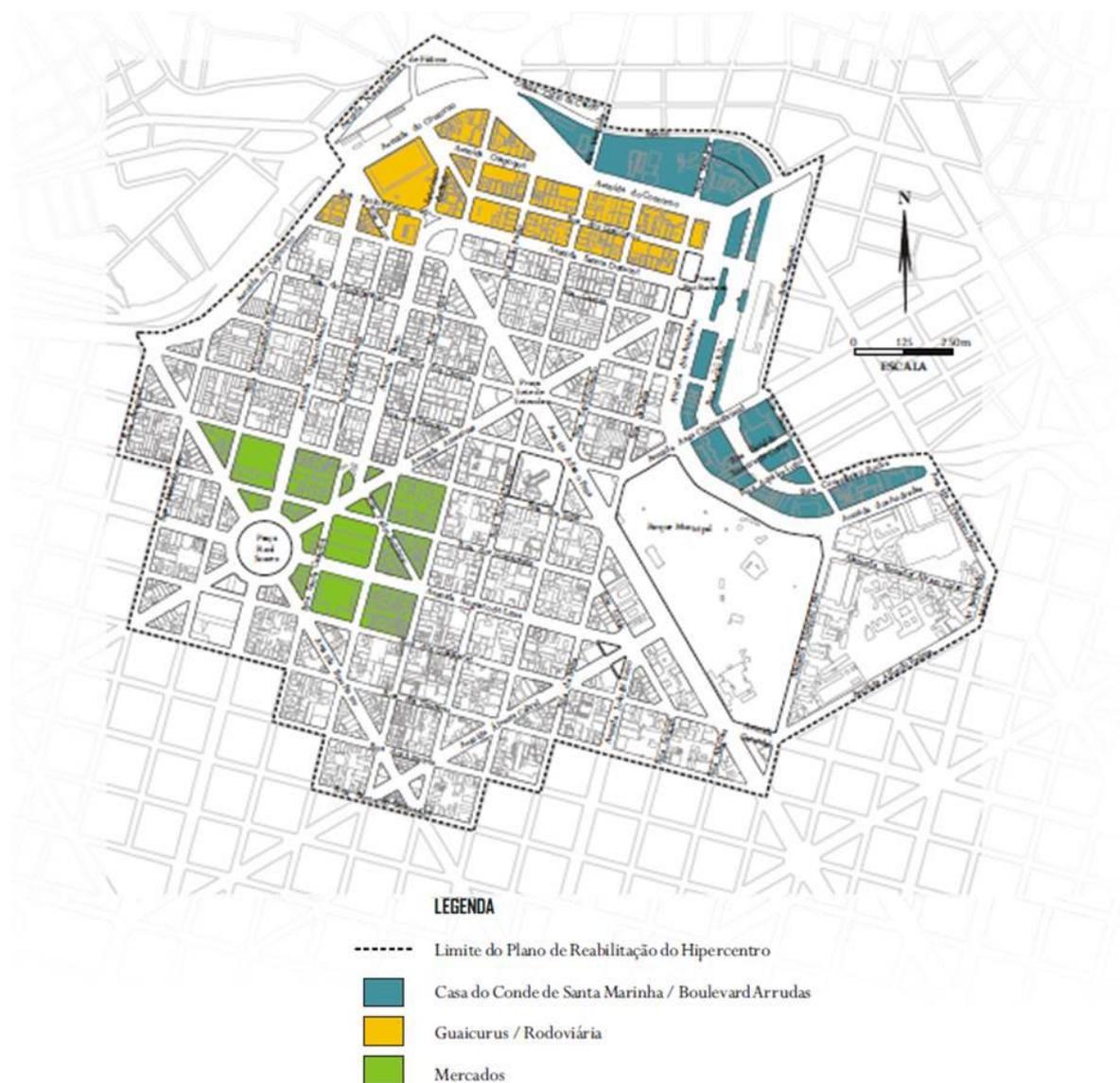
recursos oriundos das contrapartidas exigidas dos agentes privados pela quebra dos parâmetros urbanísticos na própria área definida para a operação urbana é uma mostra de sua atuação em função da concentração e do aumento dos patamares das rendas fundiárias urbanas (COMPANS, 2004, p. 202). No caso do plano diretor de Belo Horizonte, de 1996, Cota (2010, p. 343) mostra que não estavam claras as regras para a participação da iniciativa privada, nem estavam definidos os benefícios e as contrapartidas, tampouco as áreas previstas para tais intervenções. Em vez de atender ao interesse coletivo, tais operações urbanas estavam fadadas a gerar favorecimentos aos “parceiros” privados, entre eles o “capital imobiliário” (COTA, 2010, p. 343).

O mapa da figura 30 mostra as áreas do hipercentro selecionadas pelo Plano de Reabilitação do Hipercentro como passíveis de passarem por operações urbanas. As áreas em amarelo localizam-se nas proximidades da rodoviária, abarcando os imóveis e terrenos localizados nas ruas Oiapoque, Andradas, Guaicurus e Santos Dumont. As áreas em azul correspondem às imediações do Boulevard Arrudas e da Casa do Conde de Santa Marinha. Essas duas áreas estão situadas no chamado baixo centro, uma área que naquela época era tida como suja, perigosa, violenta etc. A área em verde corresponde aos quarteirões situados nas imediações da Praça Raul Soares e do mercado central. Conforme consta no plano

foram identificadas três áreas onde o atual estado de degradação de parte significativa dos imóveis, associado às possibilidades de renovação e de reforço a uma vocação pré-existente, indica a convergência de se adotar este instrumento [as Operações Urbanas] como forma de promover a reabilitação das mesmas (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2007, p. 40).

Essas áreas, na primeira metade da década de 2000, estavam deterioradas sob o ponto de vista dos capitais e com usos que desvalorizavam os imóveis, o que motivou sua colocação como alvo prioritário de reestruturação com o uso das operações urbanas.

Figura 30 - Áreas passíveis de uso das operações urbanas consorciadas no Hipercentro de Belo Horizonte.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2007, p. 41).

Quando se verifica o modo de funcionamento das Operações Urbanas Consorciadas, por exemplo, fica evidente que o que de fato tem ocorrido é a queda na qualidade de vida da população por conta de um adensamento fora de níveis adequados para as áreas em questão. Além do mais, os principais beneficiários dessas medidas são os proprietários dos imóveis os donos dos capitais investidos, em decorrência da possibilidade de construir e comercializar mais unidades do que anteriormente. Como exemplo, as terras e imóveis localizados em áreas passíveis de operações urbanas, previstas nos seus respectivos planos diretores municipais, têm seus preços elevados, simplesmente, por constarem em locais onde é possível

se empregar uma massa maior de capitais para verticalização acima dos parâmetros técnicos predefinidos para determinado bairro.

Em Belo Horizonte, que apresenta poucas terras novas e baratas disponíveis para serem incorporadas pelo capital rentista, as operações urbanas vêm sendo uma lucrativa forma de se ampliar os estoques a partir de uma verticalização. Basicamente, a comercialização dos chamados “Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC”, previstos na aplicação das operações urbanas, permite que se comercialize o aumento dos potenciais construtivos de áreas estratégicas do município que estavam sem terras disponíveis. Ou seja, cria-se uma mercadoria comercializável que não existia até então. Mas é uma criação de solo urbano adicional para além do permitido pelos parâmetros técnicos para a área. O novo plano diretor de Belo Horizonte, promulgado em 2019, especifica melhor como se dará o uso das operações urbanas consorciadas e trata do uso dos CEPACs:

Art. 71. Os recursos obtidos pelo Executivo na forma do inciso VI do § 5º do art. 69 desta lei serão aplicados, exclusivamente, na própria OUC.
Art. 72. As regras para emissão e utilização de Cepacs serão determinadas pela lei específica de cada OUC, que deverá estabelecer, no mínimo:
I - a forma de conversão dos Cepacs em metros quadrados de construção ou em outros parâmetros urbanísticos;
II - a forma de vinculação dos Cepacs aos terrenos ou empreendimentos;
III - o valor mínimo do Cepac. (LEI Nº11.181, de agosto de 2019).

Não é por acaso que o uso das operações urbanas ganharam quase todo o município, principalmente, ao longo de suas principais vias de conexão com a área central. A figura 31 mostra que de pontos isolados, as operações urbanas estão generalizadas, consolidaram-se como um modo de operação da produção do espaço urbano. Esse mapa foi extraído do plano “Nova BH”, que consiste nas Operações Urbanas Consorciadas Antônio Carlos, Pedro I - Leste-Oeste e Vale do Arrudas. Essas operações urbanas estão sendo propostas em áreas previstas, superficialmente, no primeiro plano diretor municipal e propõem adequação dos usos e do adensamento desses espaços aos equipamentos públicos instalados, bem como a requalificação de áreas do entorno (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 15). No entanto, conforme Coelho (2016 p. 104-105), o que se verifica pelo planejamento para essas operações urbanas é o fato de o que está em jogo não ser a viabilização da redistribuição dos ganhos com as rendas fundiárias para o usufruto da coletividade, mas a busca por sobrelucros (rendas fundiárias) e a criação de

“novos terrenos” em áreas que pareciam estar esgotadas. No que se refere aos CEPACs, esse é o modo pelo qual os limites do capital são empurrados um pouco mais para o futuro, em áreas já com suas terras esgotas.

O CEPAC é o meio pelo qual o Estado cria potencial construtivo passível de ser utilizado em terrenos nas áreas cujo limite previsto na lei já foi atingido. Por ser um título imobiliário, cuja negociação ocorre nas bolsas de valores, o CEPAC carrega consigo uma insígnia de título financeiro. O CEPAC é uma forma de conectar diretamente a produção do espaço urbano aos circuitos financeiros internacionais. Dentro do cenário da produção do espaço em Belo Horizonte, ele ainda não aparece como uma alternativa interessante às dinâmicas do mercado imobiliário. Aparentemente os estudos da administração municipal têm falhado em demonstrar outra coisa para os grandes construtores e promotores imobiliários (COELHO, 2016, p. 104-105).

Nesse sentido, os CEPACs evidenciam que foram criados novos mecanismos para que as rendas fundiárias sejam capitalizadas em uma nova rodada. O mapa da figura 31 mostra que por toda Belo Horizonte há o uso das operações urbanas. As vias de acesso rápido e seus entornos são os alvos prioritários do aumento dos patamares das rendas fundiárias, mas em vista do quase esgotamento de novas terras dentro de Belo Horizonte a urbanização capitalista acontece pelo aumento dos patamares das rendas das terras já incorporadas ao ambiente construído.

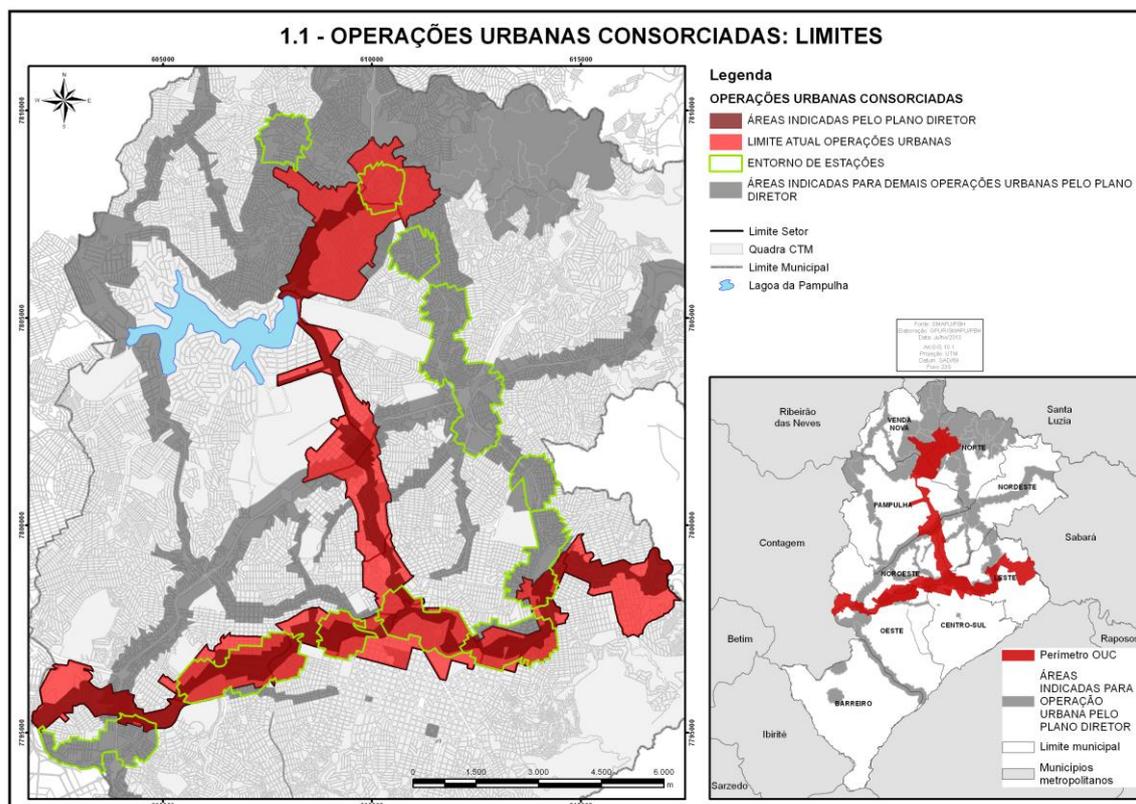
Nas grandes cidades o estoque de terras novas e baratas tende a se esgotar com intenso crescimento horizontal. Nessas áreas o espaço é uma raridade e bem localizado e, por isso, é caro. Desse modo há *rendas diferenciais urbanas de tipo I*, mas esse tipo de instrumento da política urbanística visa viabilizar os ganhos, principalmente, com as *rendas diferenciais urbanas de tipo II*. Cria-se uma nova rodada de valorização sobre os terrenos e imóveis que lá estão, ampliando seu potencial construtivo. Ampliando as possibilidades de aumento da magnitude dos capitais investidos. Nesse sentido,

a verdade que recebeu guarida no Estatuto da Cidade, a verdade que a partir dele pôde operar de maneira mais desenvolta, encontra-se alicerçada no princípio da função social da propriedade, consagrado na Constituição Federal de 1988. No Estatuto, em seu artigo 39, encontra-se a regulamentação do princípio da função social da propriedade urbana. Mas é na consagração de diversos instrumentos urbanísticos (especialmente as operações consorciadas, a outorga onerosa e a transferência do direito de construir), pelo Estatuto da Cidade, que se pode melhor vislumbrar os fundamentos da verdade da reprodução do espaço na e pela urbanização contemporânea. [...] Mas, certamente, é o artigo 34 da seção que trata das operações urbanas consorciadas um dos mais importantes para a

movimentação dos capitais que atuam na revalorização do espaço. É neste artigo que se define a possibilidade de emissão pelo poder público de certificados potenciais adicionais de construção [CEPAC] que, por sua vez, podem ser negociados livremente e assim adquiridos por investidores privados. Apesar de seu parágrafo primeiro determinar que os referidos créditos edificáveis sejam conversíveis em direito de construir somente na área objeto de operação (o que já é de grande interesse para os capitais atuantes no chamado setor imobiliário), o artigo 35 prevê possibilidade para “o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, exercer em outro local, alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor, ou em legislação urbanística dele decorrente [...]”. Ora, o fundamental a considerar não são as incongruências constantes no texto legal, mas o fato de que as intencionalidades nele contempladas concernem à institucionalização das racionalidades parciais, e consequentes estratégias, próprias ao movimento dos capitais que atuam na urbanização definida como campo de valorização (MARTINS e GOMES, 2009, p. 7; 6).

De certo modo, a suposta virtude da legislação se perde, pois, para burlar o que se entende por uma qualidade de vida urbana, basta que se pague, ou seja, o descumprimento dos parâmetros técnicos possui um preço e há muitos que querem pagar por isso. A justificativa do poder público é sempre que as intervenções feitas como contrapartidas serão boas para a cidade e de algum modo vão compensar as transgressões legalizadas na localidade onde o empreendimento será instalado.

Figura 31 - Operações urbanas consorciadas em Belo Horizonte em 2014.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2013, p. 19).

4.4.2 – O planejamento, rendas fundiárias e a crise do trabalho

O chamado “centro” de Belo Horizonte, delimitado pela Avenida do Contorno, é atualmente um local que concentra boa parte dos principais serviços e, também, dos locais para entretenimento. Sendo assim, se converteu no local em que os preços do solo urbano são mais elevados em relação ao restante da cidade. Boa parte dos belo-horizontinos possui uma relação próxima com esse lugar em vista do seu forte apelo simbólico e comercial. É difícil não se notar as transformações físicas e das relações sociais que ocorrem diariamente naquela porção do espaço. Há calçadas em que até alguns anos atrás se via diversos camelôs vendendo seus produtos e hoje em dia não mais se vê como antes, pois, em sua maioria, estão confinados nos chamados shoppings populares. Entretanto, se pode perceber que o número de vendedores ambulantes tem aumentado novamente, não somente na área hipercentral, mas, também, nas estações de transporte coletivo e nas ruas de comércio dos bairros de todo o município, em função do desemprego crescente.

Prédios surgem ou são “revitalizados”, estacionamentos brotam como se fossem capins em terrenos baldios, os antigos pontos de ônibus utilizados para se pegar o transporte público ao fim do trabalho são substituídos por imensas estações dos BRTs⁷⁹. Nessas formas de reestruturação espacial, os tempos e espaços são transformados substancialmente para adaptar o solo urbano para as demandas dos capitais. Tais transformações impactam nas experiências de tempo e de espaço dos indivíduos, enfim, nos interessa não apenas descrever tais fenômenos, mas entender as leis que os regem e que os conectam com a totalidade dos processos sociais.

O centro da cidade de Belo Horizonte, até o início dos anos 2000, vivia repleto de camelôs por toda a parte, trabalhadores, que, na falta de trabalho com carteira assinada, passaram a revender produtos diversos nas calçadas em pequenas barracas. Em sua tese de doutorado, intitulada “A Geografia urbana do camelô belo-horizontino”, de 2011, Cláudio Roberto de Jesus estudou de perto o caso da retirada dos camelôs do Hipercentro de Belo Horizonte. O autor resgatou o processo de degradação do espaço urbano de Belo Horizonte como resultado do planejamento

⁷⁹ Em inglês, a sigla BRT significa *Bus Rapid Transit*, que em português seria algo como trânsito rápido por ônibus.

urbano excludente, que atua em favor de grupos hegemônicos da sociedade. Jesus (2011) observou que estava em curso um processo de “popularização” do hipercentro, com a saída das elites para condomínios fechados e o “abandono” da área central pelo Estado, nas décadas de 80 e 90, o que tornou o centro um local “apropriado” por uma fração mais empobrecida da classe trabalhadora, entre eles os camelôs.

Entendidos como causas dos problemas do hipercentro, os vendedores ambulantes passaram a ser combatidos pelo Estado, que o fez por intermédio de seu “Código de Posturas”. O Estado, pressionado pelos comerciantes do hipercentro e por uma parcela da população que se sentia incomodada com a presença dos camelôs nas calçadas, tentou de tudo, até mesmo a criação dos chamados “camelódromos”, mas tal medida não funcionou e eles retornaram às ruas (MARTINS e GOMES, 2009, p. 8). Uma situação mais efetiva contra os camelôs somente apareceu com a colocação no código de posturas do município, Lei nº 8616 de 14 de julho de 2003, as seguintes determinações quanto à presença dos camelôs:

Art. 118 - Fica proibido o exercício de atividade por camelôs e *toreros* em logradouro público⁸⁰.

Art. 3º - Os camelôs e *toreros* cadastrados pelo Executivo entre 1998 e novembro de 2002 e que estejam exercendo suas atividades poderão permanecer no local de exercício até que sejam criados os espaços de que trata o § 1º do art. 4º das Disposições Transitórias deste Código, para os quais serão transferidos.

Art. 4º - O Executivo promoverá, de forma negociada, dentro do prazo de 6 (seis) meses a partir da vigência deste Código, a desocupação de camelôs e *toreros* do logradouro público.

§ 1º - Serão criados, fora do logradouro público, na Zona Central de Belo Horizonte (ZCBH), na Zona Hipercentral (ZHIP) ou em área de grande circulação de pedestres, locais específicos com viabilidade econômica destinados a abrigar as atividades exercidas por camelôs e *toreros*.

§ 3º - O Executivo garantirá, por meio de política de fiscalização específica, que os espaços desocupados dos logradouros públicos não venham a ser novamente ocupados para o exercício da atividade desenvolvida por camelôs e *toreros*.

§ 4º - A utilização dos locais previstos no § 1º deste artigo será feita de forma não gratuita (BELO HORIZONTE, Lei nº 8616 de 14 de julho de 2003).

⁸⁰ Esse artigo foi vetado subsequentemente e substituído pelo Art. 118. Nesse artigo, “fica proibido o exercício de atividade por camelôs, *toreros* e flanelinhas no logradouro público”, ou seja, foram os flanelinhas também incluídos como *personas non gratas* nas ruas da cidade.

A crise de dessubstancialização do capital se expressa também na precarização da vida urbana, mostrando que a questão das classes está no espaço e não apenas no chão de fábrica (MARTINS, 1999, 28). Ademais, além de apenas “limpar” o hipercentro centro de práticas não articuladas diretamente ao processo formal de trabalho, a legislação do município criou mecanismos para a inscrição do trabalho informal dos camelôs dentro de um mecanismo de capitalização das rendas fundiárias.

Nesse contexto, o caso da operação urbana consorciada que culminou com a construção do Pátio Savassi foi emblemático, pois infringia normas técnicas de adensamento previamente definidas para o local em que foi construído, mas dava em contrapartida a revalorização de um galpão em estado de degradação que era a antiga fábrica da cervejaria Antártica, na rua Oiapoque, na região central do município. Ora, a reforma de um imóvel privado como contrapartida de interesse público parece uma piada de mal gosto, mas é a realidade.

Não obstante, seu destino não foram os “camelódromos”, uma vez que tal contexto institucional atrelou a solução do que era posto como problema às estratégias de valorização do espaço, de atualização dos patamares de capitalização de propriedades tornadas obsoletas no movimento de reprodução social da metrópole (MARTINS e GOMES, 2009, p. 8).

O planejamento estatal realizou tal tarefa a partir da produção capitalista do espaço urbano, colocando os camelôs em imóveis privados mediante o pagamento de aluguéis pelo uso dos “boxes”. Esses imóveis entram nesse mecanismo pelo fato de serem passíveis de receber as contrapartidas de operações urbanas realizadas em outras partes da área central. Desses acontecimentos surgiu o Shopping Oiapoque, figura 32, implantado em um imóvel privado que foi revalorizado como contrapartida para a ampliação do Pátio Savassi e, concomitantemente, serviu para abrigar os camelôs expulsos do centro.

Figura 32 - Shopping Oiapoque.



Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/lojistas-do-shopping-oi-fecham-as-portas-nest>
Acesso em: 20/05/2020 e https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/03/17/internas_economia,1129837/shopping-popular-de-bh-cria-tele-entrega-para-driblar-coronavirus.shtml Acesso em: 20/05/2020.

O proprietário do imóvel revalorizado passou a extrair desses trabalhadores rendas fundiárias na forma dos aluguéis dos “boxes”. Articulado a esse processo, há o modo como o capital e o Estado se articulam por meio das chamadas parcerias público-privadas, em que o mecanismo das “Operações Urbanas Consorciadas” é central. Naquela época, o caso mais representativo do uso das Operações Urbanas Consorciadas em Belo Horizonte foi o do Pátio Savassi. Nessa operação havia um bônus construtivo calculado em m² se os recursos da contrapartida fossem usados em causas sociais, como era o caso dos imóveis destinados a abrigar os camelôs

Como derivação desta associação de instrumentos, a transferência do direito de construir, em Belo Horizonte, constituiu-se em fator tão ou mais rentável para os proprietários que a locação dos “boxes” para os camelôs. Isso porque o cálculo dos créditos edificáveis foi definido numa razão de um por três: ou seja, a cada m² destinado à função social o proprietário receberia o direito de construção de 3 m² em outro terreno podendo encontrar-se sob outro zoneamento.[...] no caso do Pátio Savassi, suas construções foram viabilizadas pelos créditos advindos do Shopping popular Tupinambás. Assim, por meio da compra dos direitos construtivos oriundos das operações urbanas dos shoppings populares, aqueles que atuam na construção civil conseguiram viabilizar a edificação e construção de empreendimentos em locais que se acreditava resguardados pela legislação urbanística (GOMES, 2006, p. 89-90).

A autora, em uma nota de rodapé, também mostra em entrevistas que nesse processo de compra do potencial construtivo de uma área restrita para adensamento, além de gerar ganhos aos donos do estabelecimento em si, o Pátio Savassi, gerou impossibilidades de extração das rendas diferenciais por parte dos

proprietários do solo e de imóveis urbanos que até então eram as poucas opções para adensamento na região da Savassi.

Estas afirmações advêm de duas fontes verbais, não tendo sido possível documentá-las. A primeira foi-me relatada por um proprietário fundiário que se acreditava em uma “condição única” no “miolo” da Savassi. Ele possuía à época 5 casas, que ocupavam quase todo o quarteirão no cruzamento entre as ruas Santa Rita Durão e Paraíba. Era o único lugar da Savassi que se podia edificar e onde existiam lotes “geminados”. Acreditando deter condições estratégicas para negociação, tentou extrair da construtora, além das rendas diferenciais, uma renda de monopólio, já que sua condição lhe permitia isso. No entanto, o que ele desconsiderou foi a imbricação capital-Estado. O mesmo relatou que, de repente, a negociação que “avançava aos poucos, mas avançava, desandou”. Posteriormente, foi informado que a construtora comprara o terreno na Avenida do Contorno com Avenida Nossa Senhora do Carmo, viabilizado pelos shoppings populares. Assim, o proprietário em questão percebeu que a renda que acreditava poder extrair não poderia, já que a mesma baseava-se na irreproduzibilidade de determinada característica intrínseca à sua propriedade que, ao fim e ao cabo, ficou claro que tais características, pela mobilização do Estado poderiam ser reproduzidas, inviabilizando a retenção da renda de monopólio. A outra fonte veio da empresa responsável pela comercialização do shopping, quando ao perguntar a determinado diretor da mesma a veracidade desta informação, ele não só a confirmou como afirmou que a construção de edifícios na Avenida Raja Gabaglia também foi viabilizada por este tipo de estratégia, onde a empresa tinha comprado os direitos construtivos do shopping localizado na Rua Tupinambás no centro de Belo Horizonte (GOMES, 2006, p. 90).

Além do mais, a regulação sobre a propriedade privada do solo urbano era central, pois permitiria que o Estado pudesse controlar a sua precificação e definir diretrizes que fossem capazes de maximizar a capitalização das rendas da terra urbana. Os chamados instrumentos urbanísticos utilizados pelo planejamento urbano levado a cabo pelo Estado se mostraram o modo pelo qual as relações de propriedade do solo foram reproduzidas e puderam assumir ainda mais uma legalidade jurídica. Os ganhos imobiliários foram possibilitados mesmo que isso significasse a negação das próprias normas técnicas preestabelecidas para a produção do espaço. Pela análise desse modelo de parcerias público-privadas, o que se evidencia é o fetiche das legislações urbanísticas. Tais leis são produzidas e reproduzidas pelas relações sociais vigentes e expressam as contradições das relações de classe, são “representações do espaço” (LEFEBVRE, [1974] 1991), porém, aparecem como transcendentais à sociedade.

4.5 Considerações

Conforme discutido nos capítulos anteriores, o capital somente sobrevive produzindo espaços e a crise imanente, uma crise decorrente da perda de substância pelo capital, precisa ser atenuada pelo reinvestimento constante de uma massa de capitais “parados” na produção do ambiente construído. A análise mostrou que o planejamento para as áreas centrais e adjacências consiste na criação de mecanismos para criar meios para ganhos fundiários em áreas esgotadas em termos de novos terrenos para incorporação. Os *CEPACs* e as Operações Urbanas Consorciadas têm sido o *modus operandi* da produção do espaço nessas áreas “saturadas”, permitindo a transformação das rendas fundiárias em ativos financeiros que podem ser comprados e vendidos livremente no mercado de ações. Assim, a saturação das terras disponíveis se resolve, momentaneamente, a partir dos próprios instrumentos da política urbana tidos como redistributivos. Na prática, o uso que se faz desses instrumentos vai no sentido de funcionar como uma “válvula de escape” para as crises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese buscou promover mais do que uma crítica à economia política e ao mundo das mercadorias, nas entrelinhas, há um manifesto pela necessidade de desenvolvermos um mundo diferente. Não há, entretanto, a indicação de caminhos a serem seguidos. Esta foi apenas uma tentativa de resgate à utopia por meio da crítica ao que está sendo posto e repostado como verdade absoluta dentro da história humana, mas que não se reconhece dentro dessa história, se põe como a-histórico. Mesmo com as evidências da imanência da crise, há quem prefira se segurar firme nessa locomotiva desgovernada que é essa acumulação desmedida. Foi visto que, mesmo que os maquinistas mudem o rumo dessa viagem, eles sempre se deparam com a possibilidade de um fim de linha que os obriga a buscar novas direções. Mas, já há o aviso de que não há muitos caminhos a escolher. Alguns passageiros já estão gritando para parar essa locomotiva, outros pedem para seguir, pois têm hora marcada em seus trabalhos, outros vão seguindo e tentando pensar em formas de postergar ou mesmo evitar a catástrofe anunciada.

A metáfora da locomotiva rumando para o fim de linha foi pensada para as sociedades regidas pela valorização do valor, sejam capitalistas ou socialistas, mas pode servir como metáfora para as metrópoles brasileiras também. Na tese foi evidenciado o que chamei de *urbanização fetichista*, que é, basicamente, um desdobramento da inscrição da produção do espaço socialmente produzido nas estratégias reprodutivas do capital em crise. É a urbanização guiada pelo capital fictício, o qual só faz ampliar a crise. Desse modo, o processo de urbanização expressa as contradições do modo de produção e da crise da reprodução capitalista, em sua marcha incessante para frente, em um autodestrutivo processo concorrencial. No limite, foi mostrado que a produção capitalista do espaço segue, fielmente, a dinâmica do capital com suas crises. Foram evidenciados alguns dos modos pelos quais as categorias da economia política tentam ser reproduzidas, entretanto, tentando se passar despercebidas, “disfarçadas”. Esta pesquisa pôde revelar alguns desses mecanismos no âmbito do processo de urbanização brasileiro e de casos emblemáticos de outros países.

No que se refere à natureza fetichista do capital e à imanência das crises, foi mostrado no primeiro capítulo o porquê de, no limite, o aumento da produtividade

gerar a curiosa abundância de mercadorias de um lado e a falta de demanda do outro. Com a urbanização há um processo análogo. A situação desesperadora provocada pelas desigualdades sociais impõe a luta por uma distribuição mais justa do mais-valor como uma necessidade imediata. No entanto, no capitalismo não há como a sua crise imanente ser solucionada permanentemente; o próprio socialismo real, ao não romper com o fetiche do capital, desmoronou. O apego a uma sociabilidade fetichista costuma levar, como a história mostrou, à barbárie, ao fascismo, ao ódio pelo diferente. As crises fazem com que todos se tornem ainda mais conservadores em relação ao pouco que possuem para não perdê-lo para uma massa crescente dos mortos de fome. Não se pode tentar avançar em busca de um mundo melhor para todos sem realizar a crítica das categorias fundantes do capital: propriedade privada, dinheiro, valor, capital, trabalho abstrato. Não há como as contradições imanentes ao capital serem resolvidas por meio de suas próprias categorias. Ademais, por esse motivo, a crítica categorial de Marx é tão atual, mesmo tendo se passado cerca de um século e meio de sua morte. A função do primordial dos pesquisadores diante desse cenário é evidenciar as contradições, a partir de uma minuciosa análise teórica e prática da realidade sem se deixar levar por paixões e gostos pessoais. Seu compromisso precisa ser com a busca pelo conhecimento do real “doa a quem doar”. O fato de esta pesquisa não fornecer caminhos a serem seguidos diante do que foi exposto não retira seu caráter crítico e transformador da realidade. Esse texto pode funcionar como uma importante porta de entrada para aqueles que desejam compreender mais e melhor o mundo em que vivem. Reforço que a contribuição dessa pesquisa é a análise de fatos concretos e de teorias que ajudam a compreender o real a partir do desvelamento de suas contradições e do desvelamento do próprio fetiche do capital.

Em relação às classes sociais, foi mostrado que estas são produtos e expressões de uma sociabilidade fetichista em crise. Por conseguinte, a esperança de que a classe trabalhadora seja o sujeito histórico motor da transformação social não se sustenta teoricamente. Mas a prática mostra que os enfrentamentos entre as classes jamais saem de pauta. Marx sustentava, em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, uma posição firme quanto ao caráter negativo e transformador da classe trabalhadora, pois ainda o era inteligível apenas a dimensão aparente da realidade social capitalista em gestação e o modo como as relações de produção se

apresentavam. Uma interpretação apressada pode reduzir tais relações à simples oposição binária entre trabalhadores e capitalistas se digladiando na esfera da produção e da circulação para ver quem recolhe a maior parte da mais-valia produzida no processo de circulação do valor. O marxismo tradicional, o marxismo operário (Kurz, 2010), tende a promover juízos de valor, entendendo os trabalhadores como os “bonzinhos” e os burgueses como os “perversos”. A questão é mais complexa que esse maniqueísmo entre bons e maus, pois há leis imanentes que regem as ações de ambos. Em vista disso, foi mostrado, a partir das interpretações de autores como Kurz (2010, 2000), Jappe (2013) e Postone (2013), que a obra do Marx maduro, embora apresente a exploração do trabalho como a fonte do valor, prefere entender a relação a partir de uma dominação de ambas as classes pelo valor, forma social da riqueza, mas que se impõe como uma espécie de “sujeito automático”, graças ao fetichismo. Ambos, capitalistas e trabalhadores, são dominados pelo fetiche da autovalorização do capital. Em face do fetichismo, ambos são obrigados a jogar o jogo concorrencial. Evidentemente, há a aceitação do fetiche pelos homens e mulheres, que não conseguem perceber as relações capitalistas como relações sociais criadas pelos próprios seres humanos. O capital e suas leis aparecem para esses homens e mulheres como se fossem relações a-históricas e alienígenas, às quais pobres mortais não podem fazer outra coisa a não ser aceitá-la de bom grado.

No entanto, tais abordagens, embora acertadamente identifiquem o automatismo oriundo das leis imanentes à valorização do valor dão a impressão de que a história humana está fadada a um abrupto colapso interno. Assim, foi importante mostrar que o capital é um conjunto complexo de relações sociais que não produz todas as condições de sua reprodução (BIHR, 2003). A abstração de suas leis internas precisa se “externalizar”, se concretizar em uma complexa realidade social, produtora e reprodutora de todas essas relações fetichizadas. Assim, espera-se que os capitalistas lancem mão de todo tipo de estratégias possíveis para a sobrevivência desse modo de produção do qual eles obtêm sua riqueza material. O capital precisa se personificar e isso torna o modo de produção também um modo de representação (GRESPLAN, 2019). Isso faz com que homens e mulheres reais assumam o papel de guardiães do processo de valorização. O Marx maduro, dos *Grundrisse* em diante, ao tratar da exploração de uma classe pela

outra, mostrou que a exploração não é uma escolha, mas uma condição dessa sociedade fetichista condenada a uma concorrência perpétua. Os capitalistas reduzem o trabalho vivo no processo produtivo em busca de reduzir o valor unitário de suas mercadorias, pois, se não o fizerem, os seus concorrentes o farão e o levarão à falência. Assim, há um processo cego guiado pelo sujeito automático e incorporado por sujeitos reais fetichizados.

O uso intensivo das máquinas, além de expulsar o trabalho vivo, aumenta a composição orgânica do capital, o que significa aumento da produtividade e, conseqüentemente, o aumento do capital constante utilizado no processo produtivo. No entanto, no primeiro capítulo foi mostrado que a ideia de um colapso repentino do capitalismo em uma crise terminal não se sustenta quando se leva em consideração a existência do que Marx chamou de “causas contrariantes”, no livro III de “*O Capital*”. As causas contrariantes mostram que as mesmas contradições internas que levam à crise imanente podem ser utilizadas como formas de conter momentaneamente a queda tendencial da taxa de lucro no contexto da concorrência em escala global, dando um alívio momentâneo sem, no entanto, resolver tais contradições. O próximo ciclo reprodutivo do capital precisa, invariavelmente, aumentar os patamares de lucratividade em relação ao anterior e essa condição impõe desafios e barreiras aos capitais individuais e ao capital em geral. Na realidade, o que as causas contrariantes evidenciam é como as crises não podem ser solucionadas e somente são ampliadas para atender a essa reprodução ampliada desmedida.

O resgate das crises do último século, feito no segundo capítulo, mostrou que o capital não pode solucionar suas contradições e suas tendências às crises. O capital financeiro é posto como o “salvador” da economia mundial, mas, na prática, já é um sinal de que algo está errado com a economia real. A história recente mostrou que as crises foram ampliadas com a financeirização da economia, a partir da década de 1970, e o conseqüente ajuste espacial (HARVEY, 2005). O ajuste espacial é a marcha desses capitais estocados no setor financeiro para a exploração de trabalho e recursos naturais em escala global, produzindo o efeito de empurrar as crises para outros locais sem resolvê-las. O ajuste espacial é um modo pelo qual as crises são ampliadas para sustentar a necessidade permanente de reprodução ampliada dos capitais. Obviamente, essa marcha do capital por diferentes países e

culturas provoca choques e demanda ações diplomáticas e até guerras para serem resolvidas. A produção capitalista do espaço em escala global foi substancialmente intensificada a partir da década de 1970. O que se tem feito é aplicar reestruturações na organização da produção e da reprodução do capital que não resolvem as suas contradições internas e externas. A produção do espaço aparece inscrita na esfera da reprodução do capital como uma “externalidade” que foi internalizada e se tornou vital para a sobrevivência do capitalismo. Em face das crises, se verifica no mundo de hoje situações extremas, que têm gerado um retorno perigoso e consentido ao fascismo. O espaço global, atualmente, está praticamente todo submetido às leis da concorrência e, conseqüentemente, às crises. As novas articulações que nascem dessas interações, a meu ver, deixam tudo e todos submetidos às categorias fundamentais do capital como: trabalho, propriedade privada, dinheiro, valor e capital. O automatismo da forma valor, ao ser alçado à escala global, levou a desmedida, que era praticamente restrita às economias nacionais para o espaço global. Desse modo, não se pode falar de algo que esteja “fora” do capital, pois tudo e todos estão internalizados no turbilhão da reprodução desse modo de produção.

Em linhas gerais, como forma de trazer elementos práticos às discussões do primeiro capítulo, o segundo capítulo evidenciou o fato de o capital não resolver suas crises, e apenas criar mecanismos para mitigá-las e/ou postergá-las, ampliando-as. A passagem pelos distintos regimes de acumulação e de regulação permitiu que se mostrasse como o capital precisa lidar com os limites impostos pela sua própria lógica para se reproduzir baseada em uma pretensa autovalorização e automensuração. Os resultados práticos desse fetichismo são as crises. A crise imanente, a dessubstancialização do próprio capital, mostrou-se presente em todas as crises, mas, a partir da financeirização da economia, na década de 1970, passamos a viver em uma maximização desse descolamento entre o dinheiro e a sua substância, o trabalho. Como desdobramento das crises e da financeirização de tudo, os ajustes espaciais tornaram-se estruturais para se empurrar as crises para outras partes do espaço sem, tampouco, resolvê-las. Os ajustes espaciais, na realidade, ampliam as crises por levá-las às partes mais remotas do planeta. Em face às crises, as subjetividades moldadas por tal racionalidade econômica podem revelar o extremo da barbárie e do fetichismo do capital, considerando passar por

cima de tudo e de todos que se colocarem como entraves ao bom funcionamento do mercado. Encontrei na figura do *Homo Oeconomicus* a materialização da personificação vulgar do fetiche do capital e do seu modo de representação. As leis da economia política adentram os indivíduos e os tornam prisioneiros do mercado a partir de suas próprias entranhas. O controle vem de dentro. Para essas pessoas o mercado pode solucionar todos os problemas e seu papel é cumprir passivamente sua missão de fazer os sistemas funcionarem. Em casos de insucessos pessoais, mesmo em tempos de crise, a culpa tende a ser individualizada. Não é por acaso que os dados dos órgãos de saúde têm mostrado que os indivíduos da atualidade sofrem mais com crises de ansiedade e depressão do que nossos pais e avós.

Nos capítulos 3 e 4 procurei mostrar alguns mecanismos práticos por meio dos quais o espaço e sua produção são introduzidos nos circuitos de valorização dos capitais em crise. Foram mostrados, portanto, alguns dos modos mais recorrentes de como as categorias do capital em crise são repostas em meio ao processo de urbanização a partir do caso prático de Belo Horizonte de sua região metropolitana. A impossibilidade de se reinvestir parte da mais-valia produzida nos próximos ciclos reprodutivos anteriores obriga os capitais a recorrer de forma inescapável ao capital fictício para obterem ganhos. Esse capital sem substância e especulativo aplicado no espaço e no processo de urbanização faz aparecerem no espaço as contradições e limites do próprio modo de produção, em que a articulação entre capital e Estado é estrutural. Os capitais, fictício, rentista e financeiro, ampliam a crise, pois entram na distribuição do mais-valor produzido e oneram ainda mais o próprio capital produtivo. Embora apareça como a “salvadora da lavoura”, a financeirização da economia, por sua vez, amplia ainda mais a crise, ao empresar dinheiro, trabalhos futuros, a juros elevados, comprometendo o presente e o futuro.

Nesse contexto, a urbanização passa a representar uma forma encontrada de se empregar produtivamente os capitais com dificuldades de emprego produtivo no âmbito da circulação do capital. Verifica-se que está em curso a produção global do espaço abstrato (LEFEBVRE, 1974), o espaço da acumulação em crise sob o comando dos Estados, configurando um modo de produção estatal (Lefebvre, 1979), em que o mundo todo está sendo vigiado e estrategicamente pensado para atender aos interesses das grandes empresas do planeta. O Estado é a linha de frente das empresas e assume a função de levar a cabo e regulamentar as negociações de

natureza mais geral, mas com os avanços tecnológicos no campo da comunicação, as próprias empresas estão se articulando com seus consumidores e fornecedores ao redor do mundo.

Foi mostrado que o espaço socialmente produzido entrou na circulação do capital, fragmentado, como propriedade da terra e desejado por conta das rendas fundiárias. Como a terra não é um fruto do trabalho, não possui valor, não gera renda, embora a sua propriedade que dê direitos ao seu proprietário de participar do complexo processo de distribuição do mais-valor. Aliás, a economia política clássica postulava que a riqueza no capitalismo vinha da terra, do capital e do trabalho, mas, dos três, o único que produz riquezas é o trabalho. Dizer que a terra produz renda e que o capital se valoriza ajudam a reproduzir essa realidade invertida característica do fetichismo.

Há um limite estrutural nesse processo utilizado para amenizar as crises pela alocação da mais-valia em investimentos imobiliários que geram rendas fundiárias. A mitigação da crise estrutural da reprodução do capital esbarra nas contradições do e no espaço; a disponibilidade de terras, as legislações urbanísticas, os movimentos sociais, as desigualdades, a violência etc. Tais dificuldades podem emperrar o processo e, por isso, o Estado e o capital financeiro são acionados, gerando grandes bolhas de trabalhos futuros que podem não se realizar. Como analisado no primeiro capítulo, há uma tendência interna ao capital de expulsar trabalho vido do processo produtivo. O capítulo dois mostrou como essa tendência vem ocorrendo na prática.

Conforme já mencionado, a crise gera o seu espaço, que é apreendido nas contradições do e no espaço. A forma concreta assumida por esse fenômeno urbano atual é o que Soja (2008 [2000]) chamou de "*postmetropolis*", caracterizada pelo transbordamento da urbanização para além da "cidade", uma urbanização em escala regional. Há uma espécie de reorganização estratégica generalizada dos espaços de localização industrial, de comércio e de moradias para os mais pobres e para os mais ricos, comandado pelo mecanismo das rendas fundiárias. Henri Lefebvre mostrou que as indústrias deram início à implosão-explosão das cidades, mas, atualmente, quem determina os moldes do processo de urbanização é o capital rentista. Essa urbanização regional, em escala metropolitana, já mostra a busca por novas terras baratas para a incorporação imobiliária, mas, com a parceria com o Estado e suas reestruturações estratégicas no espaço, encontra-se meios de

aumentar os patamares das rendas fundiárias pelo aumento dos preços do solo urbano. Ademais, o processo de metropolização atual de Belo Horizonte se mostra como uma nova rodada dos processos de acumulação e crise pelo espaço, incluindo “novos” estoques de terras em outros municípios. Na realidade, esses espaços metropolitanos periféricos sempre estiveram incluídos no processo de acumulação e crise, o que se altera é a sua função estratégica para promover fornecer ganhos fundiários dentro dos planos e projetos práticos desenvolvidos pelo Estado.

Essa articulação entre Estado e reprodução dos capitais ficou evidenciada pelo resgate do caso da porção norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujas rendas da terra tiveram seus patamares aumentados por meio da ação do Estado. A requalificação da rodovia MG-10, a construção da Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais e a requalificação do Aeroporto Tancredo Neves mostraram como a ação do Estado na produção do espaço é estrutural para a continuidade do processo e acumulação em face desse capital fictício. Como resultado, houve o aumento dos preços da terra em toda a porção norte da RMBH e o capital rentista passou a atuar intensamente. A lógica é comprar a terra a preços baixos e, com a ajuda do planejamento estratégico do Estado, vendê-la mais cara. Ademais, o Estado estruturou o espaço e, conseqüentemente, acionou um grande estoque de terras para a incorporação dessas empresas e seus empreendimentos.

A crise no espaço, então, se observa materializada nas desigualdades do e no processo de urbanização marcado pela busca pelas rendas fundiárias oriundas de um capital parado nas mãos de poucos. Foi a partir desse entendimento que pude afirmar que os processos de produção do espaço em âmbito municipal e ou metropolitano, são respostas às crises do processo de acumulação. Esta pesquisa mostrou que, sim, o que move o processo de urbanização é essa necessidade de os capitais produzirem espaços como uma condição para a fuga momentânea das crises.

Os casos da produção do espaço em Belo Horizonte e de sua região metropolitana não são muito diferentes dos casos das grandes cidades do Brasil e do mundo. No caso específico de municípios com poucas terras disponíveis para incorporação, os modos de atuação do Estado e dos capitais rentistas possui certa especificidade. A falta de novas e baratas áreas para a incorporação imobiliária torna a atuação desses agentes para a capitalização das rendas fundiárias atrelada

às mudanças nos zoneamentos urbanos e aos novos projetos de requalificações urbanas, valendo-se do uso dos instrumentos da política urbanística brasileira. Grosso modo, investe-se na verticalização a partir da comercialização dos CEPACs – Certificados de Potencial Adicional de Construção - obtidos, principalmente, pelo o uso das Operações Urbanas Consorciadas. As rendas fundiárias auferidas pela comercialização dos CEPACs advêm da mudança estratégica da legislação para as áreas alvo de projetos de operações urbanas e mostram a geração de uma nova mercadoria imobiliária a partir dos imóveis e rendas existentes. Esse aumento dos potenciais construtivos permite o aumento dos aportes de capitais investidos e aumenta os patamares de preços da terra nessas áreas. Há, portanto, uma corrida pelas *rendas diferenciais urbanas de tipo II* (JARAMILLO, 2010). Foi evidenciado nessa pesquisa que tais estratégias são desdobramentos na produção do espaço urbano das necessidades de mitigação das crises de reprodução do capital em tempos neoliberais. Nesse contexto, as *parcerias público-privadas*, como as Operações Urbanas Consorciadas, tornaram-se as formas de o capital obter ganhos a partir de certa “desconcentração” das ações do Estado. A contradição no espaço não é resolvida, mas ampliada por promover uma elitização do espaço, dividindo-o, gentrificando-o, exatamente, pelo fato de tudo estar atrelado ao mercado imobiliário e ao capital financeiro.

Assim, Belo Horizonte, que encontra um limite físico à inclusão de novas e baratas terras para capitalização, recorre aos instrumentos da política urbanística para continuar a aumentar os patamares das rendas da terra. Nesse sentido, as reestruturações do e no espaço belo-horizontino envolvem a busca pelas *rendas urbanas diferenciais de tipo II*, por meio da verticalização e do aumento do potencial construtivo. Na falta de estoques de terras baratas as rendas fundiárias são aumentadas de patamar pelo incremento do potencial construtivo dos imóveis a partir de instrumentos previstos na legislação urbanística. A análise da requalificação urbana do Hipercentro de Belo Horizonte e das Operações Urbanas Consorciadas Antônio Carlos, Pedro I - Leste-Oeste e Vale do Arrudas mostraram, exatamente, como todas essas articulações entre Estado, capitais, crise, planejamento estratégico e urbanização são levados a cabo. A urbanização que resulta desses processos estampa o fetiche do capital e sua desmedida, pois é uma *urbanização fetichista*, que não é pensada para o cidadão. É uma urbanização voltada para uma

acumulação cega e desmedida, que somente sobrevive pela conquista de novos espaços. Assim, a crise urbana não é mais do que a manifestação dessa *urbanização fetichista*, desmedida, sem alma, medida pela capitalização do solo urbano.

Ficou evidenciado que a produção do espaço se tornou fundamental para se apreender o fetiche da mercadoria em ato. O espaço também está inscrito no processo de reprodução do capital, desse modo, relações historicamente determinadas assumem sua expressão espacial. Nesse ponto, verifica-se por que devemos pensar o conceito de produção também em sentido amplo, pois a produção do espaço envolve a materialização de uma sociedade no espaço e isso implica a produção de mercadorias, mas também de ideologias, leis, cultura, modos de vida e também do próprio espaço social (LEFEBVRE, [1974], 1991, p. 69).

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. La democracia contra el Estado. Buenos Aires: Colihue S.R.L, (Tradução Eduardo Rinesi), 1ªed.1997.

ABILIO, Ludimila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. In: Revista Psicoperspectivas, v.18, N°3, 2019. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674> Acesso em: 23/05/2020.

ABRAMO, Pedro. Cidade Caleidoscópica. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985 [1944].

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. (Tradução de Iraci D. Poleti). São Paulo: Boitempo. 1ª edição, 2004.

ALFREDO, Anselmo; BAITZ, Ricardo; BRANQUINHO, Evânio dos Santos; DAMIANI, Amélia Luisa; Gonçalves, Jean Pires de Azevedo; MARINI, Luciano; ROCHA, Alexandre Souza da; SILVA, Flávia Elaine da e SILVA, Marcio Rufino. O futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro. São Paulo: AGB/SP, 1ª ed., 2006, 72p. Disponível em: [http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O%20futuro%20do%20trabalho%20-%20corrigido%202013%20\(1\).pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O%20futuro%20do%20trabalho%20-%20corrigido%202013%20(1).pdf) Acesso em: 13/06/2017.

ALFREDO, Anselmo. Crise imanente, abstração espacial. Fetice do capital e sociabilidade crítica. In: Terra Livre - n. 34 (1): 37-62, 2010. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/309/292> Acesso em: 22/05/2019.

ALVES, Glória da Anunciação. Processos de requalificação das áreas centrais das cidades de Belém, Marabá e São Paulo. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 364-375, mês. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465> Acesso: 15/06/2019.

ANDRADE, Luiz Antônio Evangelista de. Crise imanente e conflito social na metrópole de Belo Horizonte: reflexões a partir da “questão da moradia”, na “região da Izidora”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 3ª ed. 1995, 155p.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 5ª ed., 1999, 258p.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2ª ed., 2009 [1999], 287p.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX. Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. São Paulo, Correio da Cidadania, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321368779_Como_o_governo_Lula_preende_resolver_o_problema_da_habitacao Acesso em: 20/07/2019.

ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. Boitempo, São Paulo, 1ª ed., 2014.

ARAÚJO, Wécio Pinheiro. A crítica do valor no livro terceiro d’o *capital*: marx e a atualidade do conceito de capital fictício. In: *Problemata: R. Intern. Fil. V. 10. n. 4*, 2019, p. 400-431. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49724> Acesso em: 15/10/2019.

AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. In: Revista Administração pública, Rio de Janeiro, nº22, 1988, p. 107-119.

BAITZ, Ricardo. Uma aventura pelos elementos formais da Propriedade: nas tramas da relativização, mobilidade e abstração, à procura da contra-propriedade. (Tese) - FFLCH/USP, pós-graduação em Geografia, São Paulo, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro, Zahar, [2000] 2001.

BENEVOLO, Leonardo. As origens da urbanística moderna. Editora presença, Portugal e Livraria Martins Fontes, Brasil, 1983 [1963].

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Cia. das Letras, 1986, 360 p.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 1999, 285p.

BIHR, Alain. La reproduction du capital. Prolégomènes à une théorie générale du capitalisme. Tome I. Lausanne, Suisse: Les Éditions Page deux, 2001, 347 pp.

BIHR, Alain. A problemática da reprodução do capital em O Capital. Revista Lutas Sociais, nº 9/10, São Paulo, 2003. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25775/18419> Acesso em: 18/04/2018.

BOTELHO, Adriano. O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2007.

BOTELHO, Adriano. A renda fundiária urbana: uma categoria de análise ainda válida. *Revista Geographia*, v. 10, nº19, Rio de Janeiro, págs. 24-45, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. In: *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21 (1), abril 1991: p. 3-23. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf> Acesso em: 10/10/2019.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, ed. 34, 2000, 400p.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira; CARDOSO, Fernando Henrique; MAZZOCHELLI, Frederico; MOISÉS, José Álvaro; Kowarick, Lúcio; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; SINGER, Paul Israel; BRASIL, Vinícius Caldeira. *São Paulo 1975 – Crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CANETTIERI, Thiago. *A condição periférica: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe*. (Tese) IGC/UMG, Pós-graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

CASTELLS, Manoel; BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. *Novos Estudos*, n. 45. São Paulo: CEBRAP, 1996, p. 152 – 166.

CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, volume I, 1999, 357 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista*. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). *Crise Urbana*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 25-36.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, Thiago Teixeira da Cunha. A produção do espaço e os limites do capital: contradições na relação entre Estado, planejamento e a OUC ACLO em Belo Horizonte. (Dissertação) IGC/UMG, Pós-graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2016.

COMITÊ INVISÍVEL. Motim e destruição agora. São Paulo: n-1 edições, 2017, 192, p.

COMPANS, Rose. Plano diretor: entre a reforma urbana e o planejamento estratégico. In: Schicchi, M.C.; Benfatti, D. (orgs.) Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas: PUCAMP/ PROURB (edição especial de Oculum Ensaio: Revista de Arquitetura e Urbanismo), 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Competitividade Brasil 2019-2020. Brasília: CNI, 2020, 93 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Editora Ática, 1989. 96p.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. (coord.). Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte, CEDEPLAR / PBH, 1994, p. 51-77.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. In: COSTA, H.S.M. et al (Orgs). Novas Periferias Metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte – dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

COTA, Daniela Abritta. A parceria público-privada na política urbana brasileira: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte. (Tese) IGC/UMG, Pós-graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Editora Boitempo. 1. ed. São Paulo, 2016, 416 p.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017, 320 p.

DEBORD, Guy. A sociedade do Espetáculo. 2003 [1967]. Versão EBook Brasil.com. Disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf> Acesso em:
03/003/2018.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DINIZ, Luciano dos Santos, & SILVA, Cibelle Paula Batista. Reestruturação estratégica e gentrificação em Belo Horizonte: novo cenário, velhas medidas. In: *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, nº11, 2019, p. 1-15.
<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO05>
Acesso em: 05/02/2020.

DUSSEL, Henrique. La producción teórica de Marx. Caracas: El Perro e la Rana, 2010, 598p.

ECO, Umberto. Fascismo Eterno. Rio de Janeiro: Record, 1ª ed., 2018, 63 p.

Engels, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. (Trad. B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto). São Paulo: Boitempo, 2010. 388 p.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. Editora Escala. São Paulo, 2007 [1884].

FERNANDES, Edésio. Reforma Urbana e Reforma Jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, 304p.

FERRI, Lilian Stedile. Requalificação urbana do centro de Curitiba – PR. Monografia (TCC), Universidade Federal do Paraná – UFPR, departamento de Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, 2009. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2018/08/Requalifica%C3%A7%C3%A3o-urbana-do-Centro-de-Curitiba-PR.compressed.pdf> Acesso em: 17/06/2019.

FERRO, Lilian Pacheco de Medeiros; MADEIRA, Gabriel de Abreu; BADER, Fani Léa Cymrot. Crédito e Formação de Domicílios no Brasil. In: Trabalhos para Discussão Brasília n° 432, 2016, p. 1-36. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps432.pdf> Acesso em: 14/10/2019.

FIX, Mariana de Azevedo Barretto. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286383> Acesso em: 12/03/2019.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. (Trad. Maria Encarnação Galvão) São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1975-1976], 382p.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no College de France. (Trad. Eduardo Brandão) São Paulo: Martins Fontes, 2008a [1977-1978], p. 572.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica. (Trad. Eduardo Brandão) São Paulo: Martins Fontes, 2008b [1978-1979], 474 p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. (trad. Raquel Ramallete), Petrópolis: Vozes, 1987 [1975], 348 p.

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. (Trad. Nildo Avelino) São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009 [1979-1980], 433 p.

FREUD, Sigmund. Obras Completas: O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936). Volume 18. (Tradução Paulo César De Souza). São Paulo: Editora Schwarcz LTDA., 2010 [1930], 286 p.

FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES. Uma ponte para o futuro. Programa de governo do PMDB. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> Acesso em: 04/01/2016.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 32. ed., 2003 [1959].

GAZIER, Bernard. A crise de 1929. (Trad. Júlia da Rosa Simões). Porto Alegre: L&PM, 2016, 128p.

GIUCCI, Guillermo. A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética. (Trad. Alexandre Martins). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 367p.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. *Master Plan* Econômico da RMBH. 2012.

GOMES, Carvalho Gomes. A Economia Política do/no espaço e as (im)possibilidades do Urbano na metrópole contemporânea. (Dissertação) – IGC/UFMG, pós-graduação em Geografia, 2006.

GRESPLAN, Jorge. O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. Hucitec, São Paulo, 1999.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. Marx e a crítica do modo de representação capitalista. Boitempo: São Paulo. 1ª ed, 2019.

HARVEY, David. Los limites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, David. Limits to capital. Oxford: Blackwell. 1ª edição, 1982. Disponível em: <http://libcom.org/files/The%20Limits%20to%20Capital.pdf> Acesso em: 29/05/2018.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 2012.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005, 252p.

HARVEY, David. A liberdade da Cidade. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 26, 2009, p. 09 -17.

HARVEY, David. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. Boitempo: São Paulo, 2011.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. (trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves) São Paulo: Edições Loyola, 22ª ed., 1992 [1989], 348p.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo, 7ª Ed., Edições Loyola, 2013.

HARVEY, David. Paris, capital e modernidade. Tradução Magda Lopes. Boitempo. 1ª ed. São Paulo, 2015.

HARVEY, David. A teoria da crise e da queda da taxa de lucro. In: Revista Geografares: Espírito Santo, nº 28, 2019, p. 15-35. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/geografares/article/view/24381> Acesso em: 10/12/2020.

HEILBRONER, Robert. A história do pensamento econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1996, 319 p.

HILSDORF, Wilson de Castro; ROTONDARO, Roberto Gilioli; PIRES, Silvio Roberto Ignacio. Integração de processos na cadeia de suprimentos e desempenho do serviço ao cliente: um estudo na indústria calçadista de Franca. In: *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 16, n. 2, 2009, p. 232-244. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gp/v16n2/v16n2a07> Acesso em: 20/12/2019.

HOBBSAWM, Eric. A era do capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2ª. edição, 1979.

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2000 [1961].

JAPPE, Anselm. As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor. Portugal: Antígona, 2ª ed., 2013, 283 p.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. In: Revista Limiar, vol. 1, nº2, 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:TEaqVZyu6yAJ:https://periodicos.unifesp.br/index.php/limiar/article/download/9275/6804/+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 12/08/2017.

JARAMILLO, Samuel. Hacia una teoría de la renta del suelo urbano. Universidad de los Andes: Bogotá, 2ª ed, 2010, 472p.

JARAMILLO, Samuel. [Acerca de la investigación en mercados de tierra urbana en América Latina](#). In: CEDE-Universidad de los Andes, Bogotá, Vol. 22, 2013. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/col/000089/010736.html> Acesso em: 10/01/2018.

JESUS, Cláudio Roberto. A Geografia urbana do camelô belo-horizontino. (Tese) – IGC/UFMG, pós-graduação em Geografia, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-8LRPHV> Acesso em: 12/07/2018.

KLEIN, Naomi. A doutrina do Choque: A ascensão do capitalismo de desastre. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.

KEYNES, John Maynard. An Open Letter to President Roosevelt. In: The New York Times, 1933. Disponível em: <http://www.la.utexas.edu/users/hcleaver/368/368KeynesOpenLetFDRtable.pdf> Acesso em: 29/05/2019.

KEYNES, John Maynard. A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, (*Trad.* Mário R. da Cruz), São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996 [1936], 352, p. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Keynes,%20John/Keynes%20-%20Os%20economistas.pdf> Acesso em: 27/05/2017.

KLEIN, Naomi. Sem Logo: A Tirania das Marcas em um Planeta Vendido. 2003. (Trad. Ryta Vinagre). São Paulo: Editora Record. 3ª ed., 2003.

KOSÍK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra. [1961] 1976.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

KURZ, Robert. Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora. In: Seminário Internacional: Teoria Crítica Radical, a Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana. Ceará: Instituto de Filosofia da Práxis, 2000.

KURZ, Robert. Com todo vapor ao colapso. Juiz de Fora: Editora UFJF – PAZULIN, 2004, p. 293.

KURZ, Robert. O consumo do futuro. In: Obeco-online, 2011. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz380.htm> Acesso em: 20/01/2020.

KURZ, Robert. Adeus ao valor de uso. In: Obeco-online, 2004. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz165.htm#:~:text=Robert%20Kurz%20%2D%20O%20ADEUS%20AO%20VALOR%20DE%20USO&text=Como%20n%C3%B3s%20o%20am%C3%A1mos%2C%20o,na%20cr%C3%ADtica%20da%20economia%20pol%C3%ADtica.>

Acesso em: 25/08/2019.

KURZ, Robert. Crise e crítica. O limite interno do capital e as fases do definhamento do marxismo. In: Obeco-online, nº11, 2010. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz410.htm> Acesso em: 25/08/2019.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. In: Revista Geografares: Espírito Santo, nº 28, 2019, p. 55-115.

LA BOÉTIE, Étienne de. Discurso sobre a servidão voluntária. São Paulo: Edipro, 1ª ed, 2017 [1576], 79p.

LAMBERT, D. M.; COOPER, M. C. Issues in supply chain management. *Industrial Marketing Management*, v. 29, n. 1, p. 65-83, 2000. Disponível em: <https://drdouglaslambert.com/wp-content/uploads/2020/05/Lambert-and-Cooper-Issues-in-Supply-Chain-Management-IMM-2000.pdf> Acesso em: 20/12/2019.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal / lógica dialética*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 [1947].

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo, L&PM*: Porto Alegre, 2011 [1948].

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. (Trad. Alcides João de Barros). São Paulo: Ática, 1991 [1968], p. 217.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. (Trad. Rubens Eduardo Frias). São Paulo. Centauro, 2001 [1968], 144p.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991 [1968].

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG 1999 [1970], 191p.

LEFEBVRE, Henri. *Más allá del estructuralismo*. Editado por Elaleph.com, 2000 [1971]. Disponível em: [https://aprendizaje.mec.edu.py/dw-recursos/system/content/0c59c97/content/Lefebvre,%20Henri%20\(1901-1991\)/Lefebvre,%20Henri%20-%20M%C3%A1s%20all%C3%A1%20del%20estructuralismo.PDF](https://aprendizaje.mec.edu.py/dw-recursos/system/content/0c59c97/content/Lefebvre,%20Henri%20(1901-1991)/Lefebvre,%20Henri%20-%20M%C3%A1s%20all%C3%A1%20del%20estructuralismo.PDF) Acesso em: 17/02/2019.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. (Tradução de Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 [1972], 204 p.

LEFEBVRE, Henri. O pensamento marxista e a cidade. Editora Ulisseia, São Paulo, 1999 [1972], 175 p.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Oxford: Blackwell. 3ª edição, 1991 [1974], 434 p.

LEFEBVRE, Henri. The Survival of Capitalism: Reproduction of the relations of production. New York: St. Martin's Press, 1976, 131p.

LEFEBVRE, Henri. El Estado moderno. In: Revista Geopolítica(s), vol. 3, nº1, pág. 137-149, 2012 [1976]. Disponível em:

<http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/40288/38734> Acesso em: 22/08/2017.

LEFEBVRE, Henri. Dissolving city, planetary metamorphosis. In: BRENNER, Neil (org.) Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization. Berlin: Jovis, 2014 [1989].

LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde, 2004, p. 239-265. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v2n1/05.pdf> Acesso em: 25/12/2019.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, 2012 [1917].

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. In: Revista GEOgraphia – Ano 1 – Nº1, 1999, p. 71-91. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13364/8564> Acesso em: 18/07/2019.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. In: Revista GEOgraphia – Ano 1 – Nº1, 1999, p. 71-91. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13364/8564> Acesso em: 18/07/2019.

LIMONAD, Ester; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Cidades excêntricas ou novas periferias? In: Revista Cidades, v. 12, n° 21, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4873/3547> Acesso em: 20/06/2017.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. In: Revista Espaço & Debates,, n°25, 1988, p. 12-29.

LIPIETZ, Alain. O mundo do pós-fordismo. In: Revista Indicadores Econômicos FEE, V. 24, N° 4, 1997 [1989], 79-130.

LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes. 1981.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano?. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.10, n°2, 2008.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. In: GEOgraphia. Revista do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, v. 18, n° 37, 2016. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/711/622> Acesso em: 26/04/2018.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: Subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, 271p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A2UF8X> Acesso em: 15/05/2020.

MANDEVILLE, Bernard. A fábula das abelhas ou vícios privados e benefícios públicos. (Trad. Bruno Costa Simões). São Paulo: Editora UNESP. 2017 [1714].

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Editora Contexto, 9. edição, 2013 [2010].

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. Crítica à economia política do espaço. In: Amélia Luisa Damiani; Ana Fani Alessandri Carlos; Odette Carvalho de Lima Seabra (Org.). *O espaço no fim de século: A nova raridade*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999, v. p. 13-41.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. O urbanismo, esse (des)conhecido saber político. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, nº 3, Recife, 2000, p. 39-59. Disponível em:

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/45/31>

Acesso em: 20 fev. 2017.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. Rentismo e autoritarismo: fundamentos seculares de uma metrópole anticidadã. In: Spósito, M. E. B. (org.). *Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente. UNESP, 2001.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio; GOMES, Gláucia Carvalho. A verdade que está no erro: a importância do Estatuto da Cidade para a (re)produção do espaço. *Revista da ANPEGE*, n.5, 2009, p.93-106. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6592/3592> Acesso em: 20/08/2016.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo [4ª – reimpr.], [1844] 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Scheneider, Luciano Cavini Mortorano. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. Editora Escala. S. Paulo, 2007 [1848].

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. (Trad. Nélcio Schneider). São Paulo: Boitempo, 2012 [1848], 192 p.

MARX, Karl. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Boitempo: São Paulo, 2011 [1857-1858], 1285 p.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. São Paulo: EDIPRO, 2004 [1865].

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. (Trad. Florestan Fernandes). São Paulo: Expressão Popular. 2ª ed. 2008, 288p.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 29ªed 2011 [1867].

MARX, Karl. O Capital livro I Capítulo VI Inédito. 1ª ed. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1978 [1867].

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2014 [1885].

MARX, KARL. O Capital: crítica da economia política. Livro III, primeira parte. O processo global da produção capitalista. Editado por Friedrich Engels (Tradução de

Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, coord. e rev. Paul Singer). 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1894], 354p.

MARX, KARL. *A Critique of Political Economy*. Volume III. *The Process of Capitalist Production as a Whole*. Edited by Friedrich Engels. (Transcribed by Hinrich Kuhls, Dave Walters and Zodiac, Tim Delaney and M. Griffin). USSR: Institute of Marxism-Leninism. 1996 [1894], 645 p. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf>
Acesso em: 11/11/2017.

MARX, Karl. Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner - Karl Marx. Tradução Evaristo Colmán. Serviço Social em Revista. Londrina, v. 13, nº2, p. 170-179. [1881] 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10447/9120> Acesso em: 06/08/2018.

MARX, Karl. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo, 1ª ed. 2017 [1842], 150 p.

MATTELART, Armand. A globalização da comunicação. (Trad. Laureano Pelegrin). Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000, 192 p.

MENDONÇA, Jupira Gomes; PERPÉTUO, Ignez Helena Oliva. A metrópole belo-horizontina em expansão: periferação da riqueza ou polarização social? In: In: COSTA, H.S.M. et al (orgs). *Novas Periferias Metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte – dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006, p. 21-34.

MEYER, Thomas. Crítica do valor como embalagem enganadora. In: Obeco-online, nº11, 2010. Disponível em: http://www.obeco-online.org/thomas_meyer10.htm
Acesso em: 25/08/2019.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: Castriota, L. B. (org.) *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2003, p.260-271.

NASCIMENTO, Nilo de Oliveira; BERTRAND-KRAJEWSKI, Jean-Luc; BRITTO, Ana Lúcia. Águas urbanas e urbanismo na passagem do século XIX ao XX: o trabalho de Saturnino de Brito. In: Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, N°1, 2013, p. 102-133. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2677>
Acesso em: 12/02/2018.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 1ª.ed., 2011. 64 p.

OLIVEIRA, Aécio Alves; MOREIRA, Carlos Alberto Leite; MARQUES, Marcelo Santos. Crise estrutural do sistema do capital, dominação sem sujeito e financeirização da economia. In: CEMARX V Colóquio - UNICAMP, 2007, Campinas. CEMARX Anais V Colóquio Comunicações 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/qt3/sessao3/Marcelo_Marques.pdf Acesso em: 29/11/2019.

OLIVEIRA, Fabrício Leal; BIASOTTO, Rosane. O acesso à terra urbanizada nos planos diretores brasileiros. In: JUNIOR, O. A. S.; MONTANDON, Daniel Todtmann. Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Cidades, IPPUR/UFRJ, 2011, 295 p.

OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: Moisés, J. A. et al. (orgs) *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 65-76.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; ROSSI, Pedro. O capital fictício: revisitando uma categoria controversa. In: Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 347, ago. 2018. Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3659/TD347.pdf> Acesso em: 20/03/2019.

PEREIRA, Camila Amaral; COSENTINO, Daniel do Val. A industrialização de Minas Gerais (1933-1945): será o Benedito Valadares?. Periódicos Unesc, v. 4, 2014, p. 1-23. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/a-industrializacao-de-minas-gerais-1933-1945.pdf> Acesso em: 20/06/2020.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POGREBINSCHI, Thamy. O enigma do político: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009, p. 391.

POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2014.

POSTONE, Moishe. The Current Crisis and the Anachronism of Value: A Marxian Reading. In: continental thought & theory: a journal of intellectual freedom. 2017 p. 38-54.

PUCHALA, Rosa. A requalificação de áreas centrais como estratégia de competitividade global o caso da cidade região global de São Paulo. In: Revista Exacta, n°. 1, 2003, pp. 43-58. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81000105> Acesso em: 15/06/2019.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REZENDE, Pedro Henrique de Mendonça. Fantasmagorias na metrópole: ensaios críticos a partir do circuito cultural Praça da liberdade em Belo Horizonte. (Dissertação) IGC/UMG, Pós-graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2013.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. (*Trad.* Paulo Henrique Ribeiro Sandroni). São Paulo: Nova Cultura, 1996 [1817], 301 p..

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. (*Trad.* César Benjamin). Rio de Janeiro: Contraponto, EDUERJ, 2001, 624p.

ROSSBACH, Ana Cláudia. A urbanização em escala chinesa. In: Revista Conjuntura em Construção, v. 10, n° 3, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cc/article/view/22682/21442> Acesso em: 15/10/2019.

RUBIN, Isaak Illich. A teoria marxista do valor. Editora Brasiliense, São Paulo, 1980.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. A. Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SANCHES, Fernanda. Políticas Urbanas em renovação: Uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais Nº 1, 1999, p.115-132. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13/1> Acesso em: 15/05/2017.

SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 9ª ed. 2006.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5ª ed. São Paulo: Editora USP, 2008 [1993], p. 174.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo [4. ed. 7. reimpr.], 2012 [1996].

SANTOS, Thiago Andrade. Consequências socioespaciais da produção do espaço metropolitano de Belo Horizonte: Estudo de caso dos conjuntos habitacionais

Cristina e Palmital em Santa Luzia-MG. Trabalho de conclusão de curso em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2010, 81p.

SANTOS, Thiago Andrade. A vida da e na cidade entre a obra e o produto: uma reflexão a partir da produção do espaço da metrópole belo-horizontina. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2014, 216p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AD4H68>
Acesso em: 20/03/2020.

SASSEN, Saskia. As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHWARTZ, Vanessa. O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema. In: CHANEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p. 411-440.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: Henri Lefebvre. (org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIFFERT, Paulo Vítor; SANTOS, Thiago Andrade; SENA, Cristiano Cruz. Urbanização, natureza e produção do espaço na era da cidade empresa: caso do município de lagoa santa-mg. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG: Entre escalas, poderes, ações, geografias. Belo Horizonte-MG, UFMG, 2012.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

SMITH, Adam. A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas. Volume I. São Paulo: Nova Cultura, 1996 [1776], 471p.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Tradução Daniel de Melo Sanfelici. Revista Geosp – Espaço e Tempo, nº21, págs.

15-31, São Paulo, 2007. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74046/77688> Acesso em: 29/10/2017.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOJA, Edward W. Postmetrópolis Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008 [2000], p. 600.

SOJA, Edward W. Para além de postmetropolis. In: revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2678/1544> Acesso em: 20/03/2018.

SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009, 484p.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. Rio de Janeiro: Leya, 2017, 140p.

SOUZA, Jessé. A classe média no espelho. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018, 246p.

TEIXEIRA, Rafael; LACERDA, Daniel Pacheco. Gestão da cadeia de suprimentos: análise dos artigos publicados em alguns periódicos acadêmicos entre os anos de 2004 e 2006. In: *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 17, n. 1, 2010, p. 207-227. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gp/v17n1/v17n1a16> acesso em: 20/12/2019.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras [1991] 1998. p. 150-202.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. O direito à cidade na urbanização planetária, ou: Henri Lefebvre por uma nova cidadania urbana. In: Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. (Org. COSTA, G. M.; COSTA, H.S.M.; MONTE-MÓR, R. L. M.). Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 215-230.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; FREITAS, Daniel Medeiros. Planejamento Metropolitano e Grandes Projetos Urbanos: Concepção e descaminhos da política de novas centralidades metropolitanas na RMBH. XVIII ENANPUR, Natal, 2019, p.1-21.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n.º. 3 (67), 2019, p. 621-639.

UFMG. Macrozoneamento: Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das zonas de interesse metropolitano. Produto 2. 2014. Disponível em: http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/5_MZ.DOC_PRODUTO.2B.R01.compressed-3.pdf Acesso em: 20/05/2018.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75 – 103.

VEDROSSI, Alessandro Olzon; MONETTI, Eliane. A securitização de recebíveis imobiliários: uma alternativa de aporte de capitais para empreendimentos residenciais no Brasil. In: Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP. São Paulo: EPUSP, 2002. 20 p.

VELOSO, Fernando; MATOS, Sílvia; FERREIRA, Pedro Cavalcanti; COELHO, Bernardo. O Brasil em Comparações Internacionais de Produtividade: Uma Análise Setorial. Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em:

<https://www.fgv.br/professor/epge/ferreira/ProdutividadeSetorialFinal.pdf> Acesso em: 25/01/2019.

ZUKIN, Sharon. Naked city: the death and life of authentic urban places. New York: Oxford University Press, 2010, 294p.

LEIS, DOCUMENTOS PÚBLICOS E PROJETOS DE LEIS CONSULTADOS

BELO HORIZONTE. Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996, Plano diretor municipal de Belo Horizonte. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. 1996. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/Lei_7165_Plano_Diretor.pdf Acesso em: 10/02/2018.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 10.294, de 12 de julho de 2000. Cria a Comissão de Desenvolvimento do Hipercentro de Belo Horizonte. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/b/belo-horizonte/decreto/2000/1029/10294/decreto-n-10294-2000-cria-a-comissao-de-desenvolvimento-do-hipercentro-de-belo-horizonte> Acesso em: 10/02/2018.

BELO HORIZONTE. Decreto Nº 10.644, de 7 de maio de 2001. Cria a Comissão de Desenvolvimento do Hipercentro de Belo Horizonte. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2001/1065/10644/decreto-n-10644-2001-cria-a-comissao-de-desenvolvimento-do-hipercentro-de-belo-horizonte> Acesso em: 14/06/2018.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8616 de 14 de julho de 2003. Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/8616/2003> Acesso em: 10/02/2018.

BELO HORIZONTE. Lei Nº 11.181, de 8 de agosto de 2019. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-belo-horizonte-mg> Acesso em: 26/03/2020.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm Acesso em: 12/05/2017.

BRASIL. Lei Complementar Nº14 de 08 de julho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm Acesso em: 12/05/2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017 [1988]. 518 p. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> Acesso em: 14/03/2018.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/463822.pdf> Acesso em: 10/02/2018.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm Acesso em: 14/05/2019.

PLAMBEL. O processo de formação da região metropolitana hipóteses gerais. Governo do Estado de Minas Gerais. S/D.

PLANO METROPOLITANO. Plano Diretor De Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana De Belo Horizonte PDDI – RMBH: Relatório de Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários.

2011. Disponível em: <http://www.agenciambh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Sum%C3%A1rio-Executivo-Relat%C3%B3rio-Final-PDDI-RMBH-2.pdf> Acesso em: 12/01/2020.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Plano de Reabilitação do Hipercentro, 2007. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/plano_reabilita%C3%A7%C3%A3o_hipercentro_bh.pdf Acesso em: 06/02/2018.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Plano Urbanístico: Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste / Vale do Arrudas, 2013. Disponível em: http://ouc bh.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2015/09/plano-urban%C3%ADstico_site-1.pdf Acesso em: 20/07/2019.

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADAS

Jornal EL PAÍS. Topa tudo por trabalho: brasileiros aceitam salários menores e postos sem carteira para driblar desemprego: Trabalhos informais e por conta própria já superam o emprego formal no Brasil. 5 de Fevereiro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/02/politica/1517580002_384940.html Acesso em: 12/02/2018.

El País. Vamos para uma nova revolução industrial: assim será. 13 de agosto de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/12/economia/1470992992_354684.html Acesso em: 21/12/2019.

EXAME OAB. Para Rodrigo Maia, Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”. Dia 09 de março de 2017. Disponível em:

<https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/436992195/para-rodrigo-maia-justica-do-trabalho-nao-deveria-nem-existir> Acesso em: 09/03/2017.

G1 NOTÍCIAS. Funcionários da Fiat entram em férias coletivas de 20 dias em Betim (MG). 27 de janeiro 2016 Disponível em:

<http://g1.globo.com/carros/noticia/2016/01/funcionarios-da-fiat-entram-em-ferias-coletivas-de-20-dias-em-betim-mg.html> Acesso em: 28/01/2016.

G1 Notícias. O auge e a queda do mercado imobiliário em uma década. 01 de abril de 2016. Disponível em:

<http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/04/o-auge-e-queda-do-mercado-imobiliario-em-uma-decada.html> Acesso em: 05/05/2016.

G1 Notícias. Motoristas de aplicativos Uber e 99 fazem greve por lucros maiores. De 08 de maio de 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/05/08/motoristas-de-aplicativos-uber-e-99-fazem-greve-por-lucros-maiores.ghtml> Acesso em: 08/05/2019.

O TEMPO. Nova Praça Raul Soares. De 02 de julho de 2008. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/super-noticia/nova-praca-raul-soares-1.75242> Acesso em: 03/05/2019.

PORTUGUESE PEOPLE. Taxa de urbanização da China aumenta para 58,52%. 17 de agosto de 2016. Disponível em:

<http://portuguese.people.com.cn/n3/2016/0817/c309807-9101474.html> Acesso em: 06/10/2019.

PORTUGUESE PEOPLE. Taxa de urbanização da China aumenta para 58,52%. 05 de fevereiro de 2018. Disponível em:

<http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/0205/c309806-9423759.html> Acesso em: 06/10/2019.

VALOR ECONÔMICO. Vírus devasta mercado de trabalho, diz Ibre. 24 de abril de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/24/virus-devasta-mercado-de-trabalho-diz-ibre.ghtml> Acesso em: 25/04/2020.

SITES

BAIRROS DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <https://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/news/o-desenvolvimento-industrial/> Acesso em: 20/07/2020.

BRASIL - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Em nove anos, investimentos executados pelo PAC somam R\$ 1,9 trilhão. Dia 11 de maio de 2016. Disponível em: <http://pac.gov.br/noticia/68777baf> Acesso em: 25/10/2018.

CLUBE FORDINHO. Disponível em: <http://www.clubedofordinho.com.br/si/site/0060/p/As%20Fabricas%20%20Ford%20na%20era%20dos%20Fordinhos%201928%20%C3%A0%2031> acesso em: 20/10/2019.

HUM HISTORIADOR. Políticas higienistas ocorrendo à todo vapor em São Paulo. Disponível em: <https://umhistoriador.wordpress.com/2012/08/12/politicas-higienistas-ocorrendo-a-todo-vapor-em-sao-paulo/> Acesso em: 20/01/2020.

PLANO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RMBH, 2011. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Sum%C3%A1rio-Executivo-Relat%C3%B3rio-Final-PDDI-RMBH-2.pdf> Acesso em: 12/01/2020.

PLANO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RMBH, Equipe Macrozoneamento. Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/central-cartog.php> Acesso em: 29/05/2018.

THE NEW YORK PRESERVATION ARCHIVE PROJEC – NYPAP. Disponível em: <http://www.nypap.org/preservation-history/soho-cast-iron-historic-district/> Acesso em: 13/12/2019.

Un Jour de plus a Paris. **Disponível em:** <https://www.unjourdeplusaparis.com/paris-insolite/morgue-visite-favorite-paris-au-19e-siecle> **Acesso em:** 18/04/2018.